

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

**“SÓ ASSIM VOCÊ ME ESCUTA”: arranjos disposicionais
dissensuais do aparecimento público de pixadores no contexto do
combate ao pixo em Belo Horizonte**

Ana Karina de Carvalho Oliveira

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
2019

Ana Karina de Carvalho Oliveira

“SÓ ASSIM VOCÊ ME ESCUTA”: arranjos disposicionais
dissensuais do aparecimento público de pixadores no contexto do
combate ao pixo em Belo Horizonte

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Comunicação Social.

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha de pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
2019

301.16	Oliveira, Ana Karina de Carvalho
O48s	"Só assim você me escuta" [manuscrito] : arranjos
2019	disposicionais dissensuais do aparecimento público de pixadores no contexto do combate ao pixo em Belo Horizonte / Ana Karina de Carvalho Oliveira. - 2019. 237 f. Orientadora: Ângela Cristina Salgueiro Marques. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia 1. Comunicação – Teses. I. Marques, Ângela Cristina Salgueiro. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

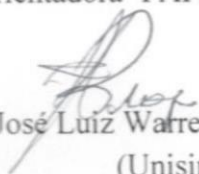
“Só assim você me escuta”: arranjos disposicionais dissensuais do aparecimento público de pixadores no contexto do combate ao pixo em Belo Horizonte

Ana Karina de Carvalho Oliveira

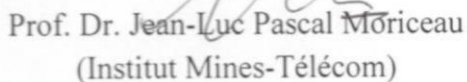
Tese defendida e aprovada pela banca examinadora:



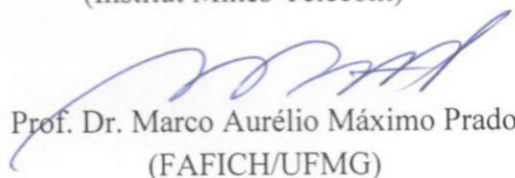
Profa. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques
(Orientadora- FAFICH/UFMG)




Prof. Dr. José Luiz Warren Jardim Gomes Braga
(Unisinos)



Prof. Dr. Jean-Luc Pascal Möriceau
(Institut Mines-Télécom)



Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado
(FAFICH/UFMG)



Profa. Dra. Laura Guimarães Corrêa
(FAFICH/UFMG)

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, 18 de junho de 2019.

AGRADECIMENTOS

Não poderia finalizar esta tese sem o amparo, o apoio, a parceria e o carinho de tantas pessoas com as quais tenho a alegria de compartilhar essa conquista e às quais agradeço a seguir.

Minha família. Meu marido, Alexandre, por renovar diariamente a escolha de ser meu companheiro nesta vida; pela paciência, cumplicidade e apoio em tudo o que escolho fazer e especialmente nesses quatro anos e meio de Doutorado. Aos meus pais, Helena e Ivan, pelo carinho, apoio, torcida e orações. Aos meus irmãos, Renata e Luiz Sérgio; cunhadas e cunhado, Ana Paula (e Júnio), Raquel e Alysson; minhas amadas sobrinhas, Laura, Isabela e Maria Eduarda. Minha querida avó Hilma. Meus sogros, Teresa e Francisco. Carol (+ Guilherme), Amanda e Felipe, amigos da vida inteira, sempre torcendo por mim e sendo compreensivos com meus sumiços de doutoranda. Meu gato Fidel, companheiro das jornadas de trabalho.

Minha orientadora Ângela Marques, pela oportunidade de tanto aprendizado, em tantas esferas, nesses mais de oito anos de convivência e parceria. Obrigada pelo carinho, pela generosidade, por confiar em mim e em meu trabalho.

Vera França, pelo acolhimento no Gris em um momento de dificuldade e pela oportunidade inestimável de aprendizado. Por ser fonte de inspiração, carinho, respeito e admiração. Todas as professoras e professores do PPGCOM que, de formas diversas, contribuíram para minha trajetória e para o desenvolvimento desta pesquisa.

Rita de Cássia Velloso, Ricardo Fabrino e Jean-Luc Moriceau, pelas preciosas contribuições feitas na banca de qualificação. Jean-Luc e Marco Aurélio Prado, pela inspiração para a escrita. Jean-Luc, José Luiz Braga, Laura Guimarães e Marco Aurélio, e também Rita Velloso e Regina Helena, por aceitarem compor a banca de defesa.

A todas as alunas e alunos. Da disciplina Comunicação e Política, no 1º semestre de 2016, em que fui monitora da professora Ângela Marques. Da disciplina Corpo, biopolítica e biopotência em fenômenos comunicacionais, que ministrei com Vanessa Costa, a quem agradeço pela parceria nessa experiência tão enriquecedora e que nos rendeu uma publicação tão especial. Eduarda Rodrigues e Isabela Amorim, primeiras orientandas, em parcerias com Vera França e Tamires Coêlho, respectivamente, a quem agradeço. Alunas e alunos da Faculdade Promove. A docência me desafia e me ensina constantemente. Sou muito grata por poder fazer aquilo que escolhi.

Às preciosas amizades feitas nessa trajetória. Minhas queridas Gilmore Greys, grupo que se tornou refúgio de acolhimento, partilha, afeto e força. Obrigada pelos cafés, vinhos, borbulhas rosas, quitandas, pizzas e almoços (na riqueza do Café com Letras ou na humildade da cantina da Letras). Pelos presentes trocados, pelas conversas presenciais e via Telegram; pelos áudios de quinze minutos (a gente ainda cria um podcast!); por tanto aprendizado, por tudo. Maíra, Polyana, Vanessa e Verônica, vocês são presentes especiais! E também Olívia e Pedro, que nos conectam ainda mais. Grisetes, pelos deliciosos encontros e melhores amigos ocultos.

Colegas de PPGCOM, pelos diálogos pontuais ou perenes. Longa vida ao Colóquio Discente! Turma de Doutorado de 2015, especialmente colegas da linha Processos Comunicativos e Práticas Sociais. E ainda a Tamires, Fred, Angélica, Elisa e Alexei. Laura Lima, por ter me apresentado o Brown Noise. Apresentei para Malu e já estamos formando uma

seita (ouçam Brown Noise). Vanessa Costa, por me encaminhar todos os e-mails do colegiado, que eu nunca recebia de forma direta.

Colegas dos grupos de pesquisa: Gris, especialmente equipes dos projetos GrisLab e Teorias. Quantos desafios e quanto aprendizado! Margem, pelo acolhimento e pelas discussões sempre enriquecedoras. “Grupo Sem Nome” (que eu gosto de chamar de LIGA - Lindo Grupo do Amor): Afonso, Isabelle, Hannah, Igor e Lucas, pela iniciativa e esforço de construir um espaço aberto para nossas discussões dissensuais sobre comunicação e política.

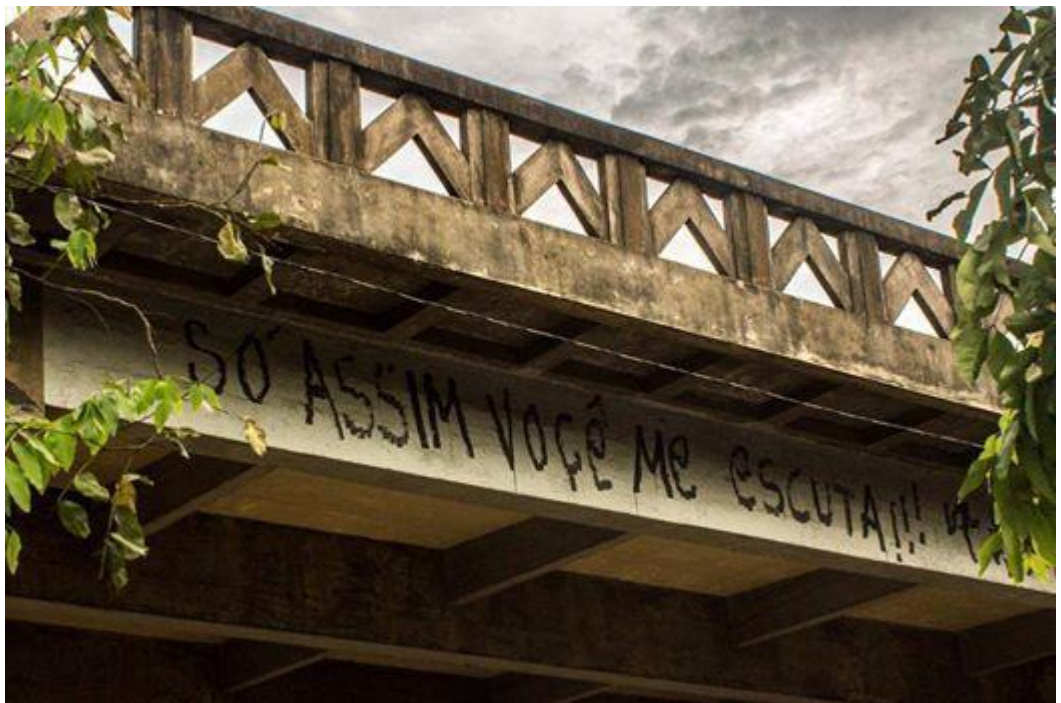
Affetto Espaço de Danças, que, desde 2015, se tornou meu retiro de alegria, prazer e sanidade, além de trabalho. Leandro Brito e Thalita Menezes, pela confiança, compreensão e parceria. A dança faz parte da minha vida e a oportunidade de trabalhar com ela a partir da comunicação é uma realização.

André Mendes, pela sensibilidade, escuta e ajuda em um momento de dificuldade. Pelo trabalho de revisão dos seus textos, por perguntar pelas enxaquecas, por se preocupar. Ludmilla Zago, pelas interlocuções e parcerias. A gente ainda publica nosso livro!

Juliana Ferreira, do Espaço do Conhecimento UFMG; Frederico Vieira, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Felipe Bernardo Furtado Soares, do programa Cidade e Alteridade; Museu das Minas e do Metal Gerdau, pela disponibilização de materiais sobre os eventos do *corpus* da pesquisa.

Agradeço à Capes pela bolsa recebida durante quase todo o período da pesquisa e que foi fundamental para o seu desenvolvimento. Eu me solidarizo com as e os colegas que não foram ou não são contemplados por esse recurso que deveria ser um direito, mas se tornou um privilégio.

Quando ingressei na Especialização, em 2011, realizei o sonho de estudar na UFMG. Depois, a partir de 2013, ao ingressar no Mestrado, vivenciei um momento próspero do PPGCOM e da Universidade, com aumento de vagas, fomentos a experiências internacionais, iniciativas de tornar o Programa mais acessível às minorias e fazer dele um espaço mais aberto, democrático e diverso (registro minha especial admiração pelo projeto Orientação Afirmativa e por suas coordenadoras, Lucianna, Mayra e Pâmela). No entanto, apenas no período do Doutorado (iniciado em 2015), vimos um golpe na Presidência da República, cortes de orçamento, desvalorização da educação e da cultura. Marielle Franco foi assassinada e ainda não sabemos quem mandou matá-la. O Museu Nacional pegou fogo. Duas barragens se romperam e quase 300 pessoas morreram; outras tantas perderam suas casas, pertences, trabalhos, memórias. Finalizo a tese em um período sombrio, especialmente para as universidades brasileiras (e sobretudo para as Ciências Humanas), com cortes de verba e perseguições políticas e ideológicas. Faço da minha pesquisa, então, um manifesto em defesa da educação pública gratuita e para todas e todos. A universalização do acesso à educação de qualidade é parte fundamental do caminho para a justiça social. É preciso ter força, esperança e muita luta.



Pixação no Viaduto Santa Tereza, em 2014.

Fonte: Uninomade.net.

RESUMO

Esta tese parte de nove eventos, realizados entre 2014 e 2016, que se dedicaram à discussão sobre o tratamento conferido pelo poder público de Belo Horizonte à pixação e aos pixadores. Os eventos, realizados em espaços diversos, com propostas e formatos distintos e organizados por diferentes sujeitos, grupos ou instituições, tiveram em comum o aparecimento público e a participação de pixadores, que assumiam publicamente tal identidade – definida legalmente como criminosa – e tomavam a palavra para expressar suas próprias narrativas sobre a pixação. Nesse movimento, esses sujeitos questionaram perspectivas e dados fornecidos por representantes do próprio poder público (ou diante deles) legislativo, executivo ou judiciário.

A partir desse contexto, a pesquisa tem como objetivo montar dissensualmente a cena comunicacional e política do debate sobre o tratamento conferido à pixação pelo poder público de Belo Horizonte. Esse trabalho toma como singularidade o aparecimento público e a participação dos pixadores em processos de discussão, buscando refletir, a partir desse processo, também sobre os diálogos/negociações que eles estabelecem com outros sujeitos nesses contextos, com atenção aos modos de sua inscrição e engajamento nessa cena e à disputa de sentidos e saberes sobre a pixação e sua relação com a cidade. A tese se organiza em dois principais momentos: o primeiro, de construção metodológica; o segundo, de trabalho com os dados da pesquisa.

A construção metodológica tem como base uma articulação entre os conceitos de cena de dissenso (RANCIÈRE, 1996; 2009a; 2009b; 2018) e dispositivo (FOUCAULT, 1994; DELEUZE, [1989] 2001), sobretudo a partir de sua apropriação por Braga (2001a; 2010b; 2011; 2012; 2018) para a formulação das noções de “dispositivos interacionais” e “arranjos disposicionais”. Essa articulação resulta na proposta de um “arranjo disposicional dissensual” como um método da igualdade que possibilite lançar um olhar sobre o potencial comunicacional e político daquela realidade, identificando os elementos que a configuram e as relações que eles estabelecem para, então, dispô-los dissensualmente, ignorando as determinações hierárquicas que definem o que, nesse cenário, deve ser tomado como importante e legítimo.

No trabalho com os dados, num primeiro momento, é feita uma reconstituição descritiva dos eventos, entendendo-os como dispositivos interacionais e criando um terreno comum de observação que permite verificar tanto as regularidades que surgem naqueles dispositivos quanto suas particularidades. Num segundo momento, esses dispositivos são desmontados e rearrajando dissensualmente a partir dos blocos temáticos identificados nas expressões dos próprios pixadores – falas, músicas, escritos – e da exploração dos sentidos e das relações que eles estabelecem com os demais elementos e sujeitos que configuram a cena. As teorias são acionadas não como embasamento para a análise ou interpretação de um objeto, mas em um diálogo (polêmico) com as expressões daqueles sujeitos.

Palavras-chave: Pixadores. Aparecimento público. Método da igualdade. Cena de dissenso. Dispositivo. Arranjos disposicionais dissensuais.

ABSTRACT

This thesis is based on nine events, held between 2014 and 2016, that were devoted to the discussion about the treatment conferred by the public power of Belo Horizonte to the *pixação* and the *pixadores*. The events, held in different spaces, with different proposals and formats and organized by different subjects, groups, or institutions, had in common the public appearance and the participation of *pixadores*, who publicly assumed such identity - defined legally as criminal - and took the floor to express their own narratives about the *pixação*. In this movement, these subjects have often questioned perspectives and data provided by representatives of the legislative, executive, or judicial public authority (or before them).

From this context, the research aims at dissensually assembling the communication and political scene of the debate about the treatment given to the acts of *pixação* by the public power of Belo Horizonte. This work takes as singularity the public appearance and the participation of the *pixadores* in processes of discussion, trying to reflect, from this process, also on the dialogues / negotiations that they establish with other subjects in these contexts, with attention to the ways of its enrollment and engagement in this scene and to the dispute of senses and knowledge about the *pixação* and its relation with the city. The thesis is organized in two main moments: the first, methodological construction; the second, working with the research data.

The methodological construction is based on an articulation between the concepts of the scene of dissensus (RANCIÈRE, 1996a, 2009a, 2009b, 2018) and arrangements (FOUCAULT, 1994, DELEUZE, [1989] 2001), especially since its appropriation by Braga 2001a; 2010b; 2011; 2012; 2018) for the formulation of the notions of “interactional arrangements” and “dispositional arrangements”. This articulation results in the proposition of a “dissensual dispositional arrangement” as a method of equality that enables us to take a look at the communicational and political potential of that reality, identifying the elements that shape it and the relationships that they establish to then dispose them dissentingly, ignoring the hierarchical determinations that define what in this scenario must be taken as important and legitimate.

In the work with the data, in a first moment, a descriptive reconstitution of the events is made, understanding them like interactional devices and creating a common ground of observation that allows to verify both the regularities that appear in those arrangements as well as their peculiarities. Secondly, these arrangements are disassembled and rearranged dissensually from the thematic excerpts identified in the expressions of the *pixadores* themselves – speech, music, writing – and the exploration of the senses and the relations they establish with the other elements and subjects that configure the scene. Theories are triggered not as a basis for the analysis or interpretation of an object, but in a (controversial) dialogue with the expressions of those subjects.

Keywords: *Pixadores*. Public appearance. Equality method. Scene of dissensus. Dissensual dispositional arrangements.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Cartaz na manifestação contra a prisão do pixador Goma, em Belo Horizonte, em maio de 2016.	28
Imagem 2: Pixação de Goma, com trecho de música do rapper FBC	39
Imagem 3: Evento Café Controverso: O que é pixo? no <i>Facebook</i>	72
Imagem 4: Convite do <i>Café Controverso: O que é pixo?</i>	72
Imagem 5: Convite de outra edição de 2014 do evento <i>Café Controverso</i>	73
Imagens 6 e 7: Disposição espacial do <i>Café Controverso: o que é pixo?</i>	74
Imagens 8 e 9: O mediador controla o microfone.	76
Imagem 10: Registro do evento em áudio e vídeo.	77
Imagens 11 e 12: Frente e verso do panfleto de divulgação do <i>Debate Pixo é Direito</i>	79
Imagem 13: Evento <i>Pixo é Direito</i> no <i>Facebook</i>	81
Imagens 14 e 15: Organização espacial durante o primeiro diálogo do <i>Pixo é Direito</i>	82
Imagem 16 e 17: O público controla o microfone	83
Imagem 18: Painel de assinaturas no <i>Pixo é Direito</i>	85
Imagem 19: Detalhe da parede do pátio da Faculdade de Direito durante o primeiro diálogo.	87
Imagem 20: Detalhe da parede do pátio da Faculdade de Direito durante o segundo diálogo.	87
Imagem 21: Cartaz do filme <i>Luz, câmera, pichação!</i> (2011).....	88
Imagens 22 e 23: Frames de <i>Luz, câmera, pichação!</i> (2011).....	89
Imagens 24 e 25: Exibição do filme <i>Luz, câmera, pichação!</i> (2011).....	90
Imagem 26: Pixadores assinam tecido no <i>Pixo é Direito</i>	91
Imagem 27: Reunião da Real da Rua em 2014.	92
Imagem 28: Sopa de Letras realizada pela Real Grapixo, em 2017, em Belo Horizonte.	94
Imagem 29: Post da edição de aniversário do Duelo de MCs. Destaque para o anúncio da Sopa de Letras.	94
Imagem 30: Reunião de membros da Real da Rua com Ivana Bentes, em outubro de 2016... ..	96
Imagem 31: O distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, MG, destruído após o rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, em novembro de 2015.....	99
Imagem 32: Evento da manifestação no <i>Facebook</i>	99
Imagem 33 e 34: Produção de materiais na Ocupação 4y25 Editora Piolho Nababo.	100
Imagem 35: Manifestantes concentrados na Praça Raul Soares.....	102

Imagem 36: Repórter da Rádio Itatiaia e cinegrafista da TV Alterosa na concentração da manifestação.	102
Imagem 37: Manifestantes em meio ao trânsito.	103
Imagem 38: Ofício encaminhado à PMMG informando a realização do ato, com horário e trajeto.	103
Imagem 39: Manifestantes de frente para policiais, em frente à Associação Mineira do Ministério Público.	104
Imagem 40: Manifestantes fecham cruzamento na Praça Sete, acompanhados por um Guarda Municipal.	104
Imagem 41: Peça de divulgação do <i>Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua</i>	106
Imagem 42: Evento do <i>Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua</i> no Facebook.	107
Imagem 43: Disposição espacial do <i>Café controverso: Patrimônio e Arte de Rua</i>	108
Imagem 44: Disposição espacial do <i>Café controverso: Patrimônio e Arte de Rua</i>	108
Imagem 45: O Palácio da Liberdade, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte.	110
Imagem 46: Fachada do Espaço do Conhecimento UFMG, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. À direita, uma parte da fachada do Museu das Minas e do Metal Gerdau.	110
Imagem 47 e 48: Pessoas do público falam ao microfone.	112
Imagem 49: Panfleto de divulgação da <i>Quadrilha do Pixo</i>	114
Imagem 50: Evento <i>Quadrilha do Pixo</i> no Facebook.	115
Imagem 51: Frame do vídeo <i>Quadrilha do Pixo BH!</i> (2016).	115
Imagem 52: Adesivos vendidos durante a <i>Quadrilha do Pixo</i>	116
Imagem 53: Exibição do documentário <i>PixoAção 2</i> (2014) durante a <i>Quadrilha do Pixo</i>	117
Imagem 54: Cada pixador possuía uma caixa para depósito do “correio elegante”.	118
Imagem 55: Pixador assina faixa na <i>Quadrilha do Pixo</i>	118
Imagem 56: Roda de conversa na <i>Quadrilha do Pixo</i>	119
Imagem 57: Divulgação do evento no site do Museu das Minas e do Metal Gerdau.	121
Imagem 58: Evento <i>Pixo e Patrimônio</i> no Facebook.	121
Imagem 59: Capa do evento <i>Pixo e Patrimônio</i> no Facebook.	122
Imagem 60: Praça da Liberdade antes da reforma de 1920. Ao fundo, da esquerda para a direita, os prédios da Secretaria da Educação e da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais.	123
Imagem 61: Da esquerda para a direita, o Museu das Minas e do Metal Gerdau e o Memorial Minas Gerais Vale.	123

Imagem 62: Frame do videoclipe “Viva o Pixo”, de MC Kroif feat. Sabre.....	124
Imagens 63 e 64: Disposição espacial da roda de conversa <i>Pixo e Patrimônio</i>	125
Imagem 65: Um dos MCs convidados se apresenta na roda de conversa <i>Pixo e Patrimônio</i>	126
Imagem 66: A pixadora T. fala durante a roda de conversa <i>Pixo e Patrimônio</i>	126
Imagem 67: Evento da <i>Audiência Pública</i> no <i>Facebook</i>	127
Imagem 68: Fachada da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.	128
Imagem 69: Disposição espacial da <i>Audiência Pública</i>	129
Imagem 70: Disposição espacial da <i>Audiência Pública</i>	129
Imagem 71: Tapume pintado por <i>Napo</i> na abertura da exposição <i>Estado de Sítio</i> , de Éder Santos.	131
Imagem 72 e 73: As “fichas” com as expressões de pixadores e o processo de identificação de temas.....	144
Imagem 74: O processo de agrupamento dos temas.....	146
Imagem 75: Capa da edição de 4 de outubro de 1988 do Diário Oficial do Município de São Paulo.	155
Imagem 76: Pixação de Goma, com trecho de música do <i>rapper</i> FBC.	161
Imagens 77 e 78: Cartazes expostos durante a manifestação “Justiça só contra nós não é justiça, é ditadura”.....	162
Imagem 79: Pixação em Belo Horizonte: “Prender pixador é fácil, quero ver prender o presidente da Samarco”.	164
Imagens 80 e 81: Grafites realizados na primeira fase do projeto Telas Urbanas.....	171
Imagem 82: Fotos da ata de reunião da PBH em 23/04/2009, com a pauta do combate à pixação.	186
Imagem 83: Faixa “Justiça” na manifestação <i>Justiça só contra nós não é justiça, é ditadura</i>	208
Imagem 84: Faixa “Somos todos Goma” na manifestação <i>Justiça só contra nós não é justiça, é ditadura</i>	208

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Materiais de observação do <i>corpus</i>	69
Quadro 2 - Temas consolidados pela frequência.....	145
Quadro 3 - Agrupamentos dos temas	147
Quadro 4 - Grupos e subgrupos temáticos.....	148
Quadro 5 - Leis que dispõem sobre o combate à pixação (Brasil e Belo Horizonte).....	158

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. Notas pessoais sobre como cheguei ao meu objeto de pesquisa.....	14
1.1. Organização e procedimentos: uma proposta dissensual de tese.....	21
2. POÉTICA DA PESQUISA: DISSENSO, COMUNICAÇÃO, IGUALDADE.....	27
2.1. Em busca de um método: dissenso e comunicação	30
2.2. “E se?”: fabulação e igualdade.....	33
2.3. Trabalhando com um método da igualdade.....	38
3. O “ARRANJO DISPOSICIONAL DISSENSUAL” COMO UM MÉTODO DA IGUALDADE.....	43
3.1. (Re)conhecendo o dispositivo e o comunicacional na pesquisa.....	44
3.2. Dispositivo e cena de dissenso: uma aposta	50
3.3. Arranjo disposicional dissensual: uma proposta	57
4. MONTAGEM, DESCRIÇÃO, RECONSTITUIÇÃO: EVENTOS DE DEBATE SOBRE A PIXAÇÃO COMO DISPOSITIVOS INTERACIONAIS.....	69
4.1. Café Controverso: O que é pixo? – Abril, 2014	71
4.2. Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito – Maio, 2014	79
4.3. Real da Rua – Setembro e Outubro, 2015	92
4.4. Manifestação “Justiça só contra nós não é justiça, é ditadura” – Maio, 2016 ...	97
4.5. Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua – Maio, 2016.....	105
4.6. Festa Quadrilha do Pixo – Junho, 2016	113
4.7. Roda de conversa Pixo e Patrimônio – Agosto, 2016.....	119
4.8. Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos – Novembro, 2016	127
5. DESMONTAGEM, REMONTAGEM: PROCEDIMENTOS.....	135
5.1. “Será que os pixadores vêm?”: a singularidade dissensual do aparecimento público de pixadores	135
5.2. Desmontar o dispositivo para (re)montar a cena: procedimentos	142
6. CENA DISSENSUAL DO DEBATE SOBRE O COMBATE À PIXAÇÃO EM BELO HORIZONTE.....	151

6.1.	O combate às escritas urbanas na história	153
6.2.	“Crime ambiental é seu desastre acidental”: uma lei e duas medidas.....	160
6.3.	O grafite como antídoto e forma de controle.....	164
6.4.	A “cidade consorciada” e sua gestão como organização	178
6.5.	Não há pixação se não houver pixador: da violência policial à inflação legal..	190
6.6.	Outros nomes, outros lugares: da vulnerabilidade à subjetivação	206
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
	REFERÊNCIAS	219

1. INTRODUÇÃO

1.1. Notas pessoais sobre como cheguei ao meu objeto de pesquisa

“– Você é a Ana Karina do pixo?”

Ouvi essa pergunta ao ser apresentada à companheira de um colega da Universidade, no início de 2019. “Ana Karina do Pixo”, quase um sobrenome. Ela havia lido minha dissertação, o que já me causou surpresa e alegria (ao longo da vida acadêmica, me perguntei várias vezes se o que escrevo seria mesmo lido por alguém). Mas “Ana Karina do pixo” superou a reação que me levava a exclamar “fui lida”, pois senti como se houvesse formado com meu objeto de pesquisa uma identidade. Eu jamais fui pixadora, mas parece que me tornei, sim, de algum modo, “do pixo”. Não reivindico nenhum lugar dentro dessa cultura que não o de uma ávida observadora. Eu ando pela cidade escaneando com meu olhar os muros, viadutos, fachadas e topos dos prédios, observando as diversas marcas que se sobrepõem, dialogam e conflitam entre si. É esse o tema que protagoniza ou perpassa meus interesses como pesquisadora há mais de dez anos. Colegas e familiares me encaminham ou me marcam nas redes sociais quando veem qualquer notícia sobre pixação ou outras intervenções gráficas urbanas: “lembrei de você”.

Esta tese se configura, assim, não apenas como a análise de um objeto, mas como o relato de uma experiência na qual, de algum modo, me sinto envolvida. Tomo a liberdade assim, de escrever em primeira pessoa. Não é o modo como aprendi ou como costume escrever meus textos acadêmicos – e é grande meu estranhamento ao fazê-lo – mas, a partir de diálogos recentes em torno do tema dos afetos na pesquisa, feitos em grande medida com a participação do professor Jean-Luc Moriceau, concluímos (eu e minha orientadora) que seria um modo interessante de apresentar esta pesquisa. Afinal, não foi diante de uma vitrine de temas que optei por me dedicar ao estudo do aparecimento público de pixadores e das relações que eles estabelecem com a cidade, o poder público e outros sujeitos e elementos, mas, sim, a partir de uma construção que se deu permeada por minhas experiências acadêmicas e pessoais.

Era abril de 2014, eu estava no segundo ano do mestrado e pesquisava a conflituosa relação da pixação com o universo das artes (a partir de seis eventos envolvendo pixadores de São Paulo) quando fui a um debate, em Belo Horizonte, que tinha como proposta discutir o

tema da pixação. O evento intitulado *Café Controverso*¹: *O que é pixo*²? trazia dois convidados para a conversa. Um era Tiago Fantini, então gerente do Movimento Respeito por BH³, que falava sobre o modo como a Prefeitura enxerga e tenta lidar com/combater o pixo na cidade. A segunda era Ludmilla Zago, pesquisadora e coordenadora da Frente Cultura de Rua do programa de pesquisa Cidade e Alteridade, da Faculdade de Direito da UFMG, que apresentava uma visão diferente, mostrando maior proximidade e diálogo com expressões e movimentos urbanos e contestando diversas ações do poder público em relação a esses contextos.

Assisti a tudo animada, tomando notas incessantemente, satisfeita por ter a oportunidade de ver dois especialistas debaterem diferentes aspectos do tema que move meus interesses de pesquisa. O debate foi, então, aberto para a participação do público, mas eu, por um traço de personalidade que não sei tratar-se de timidez ou apenas da necessidade de um tempo maior para encadear melhor as ideias, raramente consigo desenvolver e propor perguntas nesses contextos. Assim, continuei como espectadora pronta a ouvir as indagações e os comentários dos demais. Foi então que o cenário se mostrou muito mais complexo do que eu supunha até aquele momento.

Entre aqueles que levantavam as mãos para pedir a fala, alguns se identificaram como pixadores e compartilharam aspectos da vivência no pixo, modos de relação com a cidade e de compreendê-la, a origem na periferia e experiências com a polícia. Desse lugar apresentado por eles, esses sujeitos contestaram a fala e os dados apresentados por Tiago Fantini e questionaram o modo como a prefeitura trata os pixadores em Belo Horizonte, o uso da mídia para aumentar a intolerância da sociedade em relação à pixação, a ausência de diálogo, a atuação truculenta da polícia, as prisões de pixadores, o destino do dinheiro das multas aplicadas a eles. O gerente do Movimento Respeito por BH, órgão público responsável por desenvolver ações que têm como objetivo erradicar o pixo na cidade, se viu impelido a justificar para os pixadores as ações da instituição que ele representava.

Saí eufórica do debate e com a certeza de que aquele evento havia me deixado ver apenas um pequeno pedaço de um contexto muito maior e mais complexo. Enquanto na pesquisa que

¹O *Café Controverso* é um evento realizado periodicamente pelo Espaço UFMG do Conhecimento, com temas diversos de interesse público e contando sempre com dois debatedores. Disponível em: <<http://www.espacodoconhecimento.org.br/acontece/cafe-controverso/>>. Último acesso em 03 de mai. de 2019.

²O registro completo do evento está disponível em vídeo em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vT16nu062I4>>. Último acesso em 03 de mai. de 2019.

³O Movimento Respeito por BH foi criado pela Prefeitura de Belo Horizonte, em 2010, como um órgão especializado no combate à pixação na cidade. Ele será abordado de maneira mais ampla no Capítulo 4.

eu realizava naquele momento havia uma questão sobre o reconhecimento da pixação como arte, em Belo Horizonte o conflito parecia passar por um lugar distinto e muito instigante.

Um mês depois, em maio de 2014 e ainda no contexto da pesquisa do mestrado, tive a oportunidade de entrevistar o pixador paulista Djan Ivson, um dos principais personagens do contexto sobre o qual eu então me debruçava. Djan veio a Belo Horizonte para participar do evento *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, realizado pelo programa Cidade e Alteridade, na Faculdade de Direito da UFMG. Fui ao primeiro dia do evento para encontrá-lo e entrevistá-lo e, mais uma vez, fui surpreendida. O ambiente era mais informal que o primeiro evento, no pátio externo ao Centro Acadêmico da escola, com o público sentado no chão, em tapetes e esteiras espalhados por ali. Dessa vez, havia pixadores entre os convidados do debate, junto a advogados e pesquisadores. Ao longo da conversa, outros pixadores presentes foram se identificando, pedindo a palavra ou improvisando rimas e trazendo aspectos da experiência em suas comunidades, da iniciação no pixo, da relação com o poder público.

Estar presente nesses dois eventos me afetou profundamente. Naqueles contextos, vinham sendo construídos e expressos entendimentos sobre o mundo, identidades e relações sociais em um intenso processo interacional e comunicacional. A partir do que testemunhei naquelas ocasiões, me senti provocada a voltar meu olhar, como pesquisadora do campo da Comunicação, para a pixação belo-horizontina, sua história e suas particularidades. Busquei por pesquisas e outras referências que me auxiliassem a ingressar nesse universo e descobri que Belo Horizonte possui um papel importante no cenário da pixação brasileira, com *galeras*⁴ que fizeram a história da expressão. Entre elas, a GBS (Geração Blue Sky), nome que faz menção ao bairro Céu Azul (Regional Pampulha), onde nasci e vivi por 28 anos. Lembrei de pessoas com as quais convivi na infância, principalmente por meio dos meus irmãos mais velhos, e que faziam parte da GBS nos anos 1990. Lembrei das *galeras* do meu tempo de escola, como a DSC (Demônios Sinistros do Céu), da qual vários colegas faziam parte. Eu não tenho uma história na pixação, mas talvez esses aspectos da minha vivência tenham colaborado para fazê-la nascer para mim como objeto de pesquisa.

Já no doutorado e pesquisando o histórico do combate à pixação em Belo Horizonte, cheguei à primeira lei municipal que criminaliza a prática, publicada em 1991. É anterior, portanto, à lei federal, de 2008. Três acontecimentos, contudo, marcam 2010 como um ano chave no que diz respeito ao combate à pixação na capital mineira: a publicação da Política

⁴“Galera”, “bonde” e “crew” são alguns dos termos utilizados para designar os grupos de pixadores.

Municipal Antipichação (Lei 10.059); a criação do Movimento Respeito por BH, com o intuito de “garantir o ordenamento e a correta utilização do espaço urbano, através do cumprimento e efetiva aplicação da legislação vigente⁵”; e a primeira prisão de pixadores pelo crime de associação criminosa (popularmente conhecido como “formação de quadrilha”). Nesse caso, seis pixadores que ficaram conhecidos como “Os Piores de Belô” permaneceram encarcerados por 117 dias, e os processos se estenderam ainda por muito mais tempo.

Esse era, portanto, o pano de fundo das discussões travadas nos eventos que participei em 2014. Mas as ações do poder público nessa direção continuaram e, em maio de 2015, 17 pixadores supostamente ligados a um grupo conhecido como “Pixadores de Elite” foram detidos (sete foram presos e dez foram alvos de condução coercitiva, passando a ser monitorados por tornozeleiras eletrônicas). “GG”, líder grupo, foi condenado a oito anos de prisão por pixar a Biblioteca Pública Municipal.

Nesse período, com a pesquisa em estado embrionário, estive presente em outros eventos em que pude acompanhar as discussões sobre a situação dos pixadores na cidade. Destaco quatro reuniões da *Real da Rua*⁶, realizadas em agosto, setembro e outubro de 2015 e março de 2016, sempre embaixo do Viaduto Santa Tereza. Nessas reuniões, parecia haver sempre algo de imponderável. No encontro realizado no dia 11 de março de 2016, por exemplo, não havia luz na parte de baixo do Viaduto e a reunião foi realizada em total escuridão. A falta de eletricidade não era um problema incomum, segundo relatos de alguns participantes, e o uso de microfone e caixa amplificadora dependia da não coincidência da reunião com a realização de eventos na Serraria Souza Pinto, para que se pudesse utilizar uma tomada do local. O ambiente como um todo era precário para a realização de uma conversa coletiva: todos sentados no chão, odores fortes e incômodos (os banheiros recém-reformados e mantidos fechados foram uma pauta constante das reuniões em que estive presente), grande circulação de pessoas e diversas fontes de som (os encontros tinham início às 19h, horário de pico da movimentação naquela região, no hipercentro).

As reuniões contavam com a presença de públicos diversos, como grafiteiros, pixadores, representantes de grupos culturais, de órgãos da Prefeitura, pesquisadores e outras pessoas

⁵Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1004674>>. Último acesso em 03 de mai. de 2019.

⁶O grupo *Real da Rua* foi formado em 2012 por uma parceria entre o coletivo *Família de Rua* e a ONG *Pacto* com o objetivo de ser um conselho formado por pessoas que ocupam e fazem uso do Viaduto Santa Tereza, entre adeptos do movimento *hip-hop*, do skate, do pixo, moradores de rua, estudantes, ambulantes e outros. O objetivo é participar ativamente dos debates e processos decisórios que envolvam o Viaduto e seu entorno. Disponível em: <<https://www.facebook.com/RealdaRua/info>>. Último acesso em 03 de mai. de 2019.

interessadas no debate. As condições e a infraestrutura do local; a falta de apoio aos coletivos que realizam suas práticas e eventos naquele espaço; o policiamento seletivo, arbitrário e truculento; o apagamento das expressões gráficas e a perseguição aos seus autores – todos esses assuntos eram pautas para as discussões, que sempre buscavam tornar possível o diálogo com o poder público e participar ativamente dos debates e processos decisórios que envolvem o Viaduto e seu entorno. Desse modo, a *Real da Rua* atualizou minha perspectiva ao inserir as discussões sobre a pixação e os pixadores em um cenário mais amplo de embate com o poder público sobre questões diversas que dizem respeito ao direito à cidade. Das quatro reuniões, duas fazem parte do *corpus* da pesquisa (as realizadas em 04 de setembro e em 16 de outubro de 2015) por terem apresentado como pautas assuntos mais diretamente ligados à pixação e ao grafite, contando, assim, com uma presença mais notável de pixadores nas discussões.

Em março de 2016, mês da última reunião do grupo em que estive presente, uma pixação na Igreja da Pampulha voltou a movimentar as ações do poder público contra a prática e resultou na prisão do pixador Marú, que se apresentou voluntariamente à polícia e confessou ser autor das inscrições. O caso ganhou grande repercussão na mídia, gerou ações de solidariedade em relação ao patrimônio e criou demandas pela intensificação das medidas de enfrentamento à pixação na capital. Em maio daquele ano, Goma, que já havia sido preso no caso dos Piores de Belô e é um dos pixadores mais conhecidos de Belo Horizonte, foi acusado de envolvimento no caso da Igreja, teve os produtos de sua loja de materiais para grafite apreendidos pela polícia e foi mantido preso por oito meses.

O debate gerado a partir desse acontecimento resultou no evento *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, realizado pelo Espaço UFMG do Conhecimento, em 21 de maio de 2016, e tendo como convidadas Michelle Arroyo, presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG, e Ludmilla Zago, presente na edição de 2014 e referida anteriormente. Embora o nome do evento sugerisse uma abordagem mais ampla sobre arte urbana, a discussão se manteve centralizada no tema da pixação e em sua relação com o patrimônio. Mais uma vez, pixadores presentes pediram a fala, se apresentaram, contaram suas experiências e questionaram a relação do poder público com o pixo, especialmente sua desmedida quando comparada com outros danos ambientais⁷ que eles parecem considerar mais graves e permanentes, como a devastação da Serra do Curral pela mineração, citada como exemplo. Fiquei emocionada, como muitos outros presentes, com o

⁷A pixação é instituída como crime pela Lei Federal de Crimes Ambientais, de 1998, que será abordada mais a frente.

relato do pixador S.⁸ sobre sua vida na periferia, permeada por opressões, forjamentos por parte da polícia para possibilitar flagrantes, humilhações. Ele perguntou se, parando de pixar, deixaria de ser oprimido. À força dessas presenças e desses depoimentos se somou a fala do pixador W., que afirmou que o pixo chama a atenção e se torna interessante para muitos pesquisadores, mas não os pixadores. Desse evento, saí com a certeza de que minha escolha por observar os sujeitos (suas interações com outros atores, os modos como eles tematizam suas experiências, suas ações e seu modo de existir, em choque com as identidades que lhes são impostas a partir de uma relação direta entre marginalidade e crime) e não apenas as marcas me levava a uma boa direção.

Em agosto de 2016, foi realizada, pelo Museu das Minas e do Metal Gerdau, a *Roda de Conversa Pixo e Patrimônio*, que contou com pixadores entre os muitos convidados a participarem do diálogo ali proposto. Naquele momento, suas falas me pareceram ainda mais combativas: protestos contra a prisão dos pixadores, especialmente a de Goma, considerada injusta e forjada; críticas ao modo como a periferia não é incluída no planejamento urbano; convocações para a ocupação dos espaços públicos e a participação ativa na vida da cidade; manifestações sobre a coragem dos pixadores presentes, em um contexto considerado de perseguição. Ali, tive a sensação de que, desde o primeiro evento do qual eu tinha participado, há dois anos, a participação daqueles sujeitos vinha ganhando corpo e importância nesses debates.

As prisões dos pixadores geraram ainda várias manifestações pela cidade e pelas redes sociais na internet. Um protesto foi realizado no Centro de Belo Horizonte logo após a prisão de Goma⁹. Dois vídeos¹⁰ que reúnem uma extensa e diversificada gama de depoimentos de apoio aos pixadores, especialmente a Goma, foram produzidos e circularam amplamente. O artista Eder Santos, na abertura de sua exposição “Estado de Sítio¹¹”, em novembro de 2016, convidou o pixador e grafiteiro *Napo* para pintar tapumes colocados na fachada do Palácio das

⁸Com exceção dos casos em que os pixadores envolvidos tiveram seus nomes e/ou codinomes divulgados publicamente e que essa identificação, aqui, ajude a compreender o contexto de suas falas, eu os apresentarei de modo a preservar suas identidades, ainda que tenham se identificado nos eventos.

⁹Disponível em: <http://www.vice.com/pt_br/read/a-prisao-do-goma-foi-um-golpe-duro-na-cultura-do-pixo-em-bh>. Último acesso em 04 de mai. de 2019.

¹⁰“Somos Todos Arte de Rua”, disponível em <<https://www.facebook.com/XsprayGraffiti/videos/1183110298401833/>>. Último acesso em 01 de dez. de 2017. E “Habeas Corpus”, disponível em <<https://www.facebook.com/pixelivre/videos/1301269189936463/>>. Último acesso em 03 de mai. de 2019.

¹¹Informações sobre a exposição disponíveis em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/artes-e-livros/2016/11/22/noticias-artes-e-livros,197764/eder-santos-abre-exposicao-que-e-um-comentario-ao-brasil-atual.shtml>>. 03 de mai. de 2019.

Artes. Ali, *Napo* pintou, além do nome da exposição, frases de solidariedade e identificação com o caso dos pixadores presos. Para além daqueles tapumes, frases como “Somos todos Piores de Belô”, “Libertem os Piores de Belô”, “Somos todos Goma”, “Liberdade PE” (Pixadores de Elite) e “PJL” (Paz, Justiça, Liberdade) foram utilizadas em campanhas nas redes sociais, estampando camisetas, faixas e muros, evidenciando a existência de um público mais amplo em torno da causa.

Ainda em 2016, em novembro, com a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) sobre o modo como os grafismos urbanos vinham sendo tratados pelo poder público em Belo Horizonte, acreditei ter a sorte de presenciar o momento de chegada do debate ao âmbito formal de discussões públicas. Entre os convidados, havia pesquisadores, professores, advogados e um “representante do movimento *hip hop*”, como foi identificado, e que assumiu já ter sido “escritor de rua”. Embora eu tenha reconhecido vários pixadores que participaram dos eventos anteriores em meio ao público presente, apenas um pediu a palavra, solicitando que as câmeras que registravam a audiência não filmassem seu rosto. Assim, no debate mais formal que acompanhei, realizado no espaço onde as leis estaduais são criadas, o protagonismo dos pixadores foi mínimo. Ao fim da sessão, houve a proposta de que um debate mais amplo fosse realizado naquele espaço em 2017, convocando mais deputados e representantes de outros órgãos, mas isso não chegou a acontecer. Decidi, então, que aquele seria o último evento a ser acompanhado como fonte de dados para a pesquisa. Os dados apresentados começavam a se repetir, Goma teve aprovado o pedido de *habeas corpus* em dezembro, e entendi que aquele momento representava um bom limite para o período a ser analisado.

Olhando para o conjunto de eventos, a presença, a autoidentificação, as falas dos pixadores e a definição de um lugar de fala sempre em relação àqueles que eles parecem entender como seus opressores (a polícia, a prefeitura etc.) foram alguns dos aspectos que se destacaram para mim. Duas coisas, principalmente, me chamaram a atenção: primeiro, a coragem representada por esse processo de expor uma linguagem e um modo de vida diante, muitas vezes, de representantes do poder público que visa combatê-los; segundo, o fato de que a descriminalização da pixação não é uma reivindicação. Pelo contrário: as falas demonstram que o crime faz parte da experiência do pixo, o que me faz entender que os pixadores desejam ser contados e considerados como interlocutores legítimos exatamente desse lugar da transgressão. Não se trata, portanto, de uma luta centrada em tornar a prática da pixação legal, mas em questionar os modos de repressão, como se os pixadores quisessem fazer parte das

discussões que determinam como eles mesmos serão punidos. Para o advogado Fernando Nogueira, em fala no debate *Pixo é Direito*, o que os pixadores reivindicam é o direito à transgressão: que eles, conscientes de que infringem uma lei, sejam punidos como é previsto por ela, com os direitos individuais e humanos respeitados.

Assim, ao mesmo tempo em que o poder se organiza em torno do combate à pixação, enquadrando-a e aos seus autores pelo crime, pelo descaso com a cidade e a comunidade, pela pretensa ausência de contribuição para o desenvolvimento da comunidade, pixadores de Belo Horizonte surgem com outros modos de narrar a si mesmos e suas experiências. Através de seu aparecimento público e do ato de assumirem-se como pixadores, somando a esse diversos outros nomes (e lugares, funções, habilidades e capacidades), alguns desses sujeitos parecem tentar abrir a possibilidade de novas formas de entender o pixo e o que seria uma justiça capaz de reconhecê-lo. Então, é com base nesse processo que a pesquisa tem como objetivo montar dissensualmente a cena comunicacional e política do debate sobre o tratamento conferido à pixação pelo poder público de Belo Horizonte. Tal montagem tem como ponto de partida uma reflexão sobre o aparecimento público de pixadores e os diálogos/negociações que eles estabelecem com outros sujeitos nesses contextos, com atenção aos modos de sua inscrição e participação nos eventos e à disputa de sentidos e saberes sobre a pixação e sua relação com a cidade.

Os procedimentos realizados para o desenvolvimento da pesquisa e o modo de organização da tese são apresentados a seguir.

1.1. Organização e procedimentos: uma proposta dissensual de tese

Esta tese não segue uma organização tradicional e tenta escapar de um modelo analítico que visa apreender o objeto de pesquisa a partir da construção de um referencial teórico e de categorias analíticas determinadas. Com esse objetivo, faço a opção por apresentar primeiramente a metodologia da pesquisa, para, então, passar a um trabalho que busca articular empiria e teoria a partir de um arranjo disposicional dissensual (noção que introduzo a seguir) do debate sobre o tratamento conferido à pixação pelo poder público de Belo Horizonte.

Considero importante destacar que, ao contrário do que propõe certo modelo de produção acadêmica, em que a escolha de um objeto de pesquisa demanda a (ou responde à) construção de um marco teórico e de um conjunto de procedimentos que justifiquem, embasem e possibilitem a análise sistemática daquela materialidade ou contexto, o trabalho com a cena

de dissenso não deve seguir esses pressupostos. Não se trata, sequer, de analisar uma realidade, mas quase que de inventar outra forma para uma realidade qualquer a partir de um modo de dispor e relacionar os elementos que a constituem que não obedece a uma hierarquia, a uma classificação ou a uma designação funcional. A tese se organiza, assim, em dois principais momentos: o primeiro, de construção metodológica; o segundo, de trabalho com os dados da pesquisa.

No Capítulo 2, apresento a perspectiva de um método da igualdade a partir da “poética do conhecimento” de Rancière (2009b; 2014; 2018), que designa a operação dissensual que visa libertar a linguagem de regimes, regras e relações determinadas, percebendo-a em sua capacidade para constituir realidades, mais do que apenas para analisá-las ou legitimá-las. Nesse sentido, e buscando sempre partir das questões que me foram (e continuam a ser) abertas pelo contato com a realidade que pesquiso, reflito sobre o desafio de produzir uma pesquisa acadêmica que não tenha como meta se constituir como verdade, mas que se configure como um entre os muitos processos possíveis de produção de conhecimento acerca daquele contexto. O desafio, então, é construir com e na pesquisa um espaço em que as vozes dos sujeitos que compõem a realidade que tomo como objeto não só não sejam sublimadas pela autoridade do discurso científico, mas que sejam reconhecidas como legítimas na construção desse saber. Nesse sentido, discuto, também, meu papel nesse processo. Enquanto pesquisadora, não atuo apenas como mediadora dessas vozes, mas reconheço e assumo meu protagonismo na função de montar essa cena dissensual através de seu relato pela escrita.

No Capítulo 3, continuando a construção da base metodológica, parto de uma aposta na articulação (cuidadosa e cautelosa) entre os conceitos de cena de dissenso, em Rancière (1996; 2009a; 2009b), e de dispositivo, em Foucault (1994), sobretudo a partir de sua apropriação por Braga (2001a; 2010b; 2011; 2012; 2018) para a formulação das noções de “dispositivos interacionais” e “arranjos disposicionais”. Tal articulação resulta na proposta de um “arranjo disposicional dissensual” como um método da igualdade que possibilite lançar um olhar sobre o potencial comunicacional e político da realidade observada, identificando os elementos que a configuram e as relações que eles estabelecem para, então, dispô-los dissensualmente, ignorando as determinações hierárquicas que definem o que, nesse cenário, deve ser tomado como importante e legítimo.

A partir daí, passo ao trabalho com os dados levantados a partir dos nove eventos de debate sobre o universo da pixação em Belo Horizonte. O período de acompanhamento dos debates compreende de abril de 2014 a novembro de 2016. Neste intervalo, estive presente em

nove eventos, mas dois deles foram cortados do *corpus* por não se voltarem especificamente ao contexto da pixação. Dois outros, realizados ao longo do mesmo período, foram incluídos por serem considerados relevantes em sua contribuição para a montagem da cena proposta, ainda que eu não os tenha acompanhado pessoalmente. Assim, os eventos que compõem o *corpus* da pesquisa são: *Café Controverso: O que é pixo?*, realizado em 12 de abril de 2014, no Espaço do Conhecimento UFMG; *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, em 16 e 17 de maio de 2014, na Faculdade de Direito da UFMG; reuniões da *Real da Rua*, em 04 de novembro e 16 de outubro de 2015, no baixio do Viaduto Santa Tereza; manifestação *Justiça só contra nós não é justiça, é ditadura*, em 05 de maio de 2016, com saída da Praça Raul Soares; *Café Controverso: Patrimônio e arte de rua*, em 21 de maio de 2016, no Espaço do Conhecimento UFMG; festa *Quadrilha do Pixo*, em 04 de junho de 2016, na sede municipal da Funarte; *Roda de Conversa Pixo e Patrimônio*, em 11 de agosto de 2016, na Praça Carlos Drummond de Andrade; e *Audiência pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, em 22 de novembro de 2016, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Todos eles se dedicaram a colocar em pauta o debate sobre a pixação em Belo Horizonte e contaram com a presença e a participação de pixadores, mas foram realizados sob diferentes organizações e com diferentes formatos e propostas¹².

Minha atuação nesses eventos não foi ativa, como já mencionei. Nos sete casos em que estive presente, observei, tomei notas, mas adotei uma posição de não interferência. Nesse sentido, também não utilizei câmeras ou gravadores que pudessem inibir ou modificar de qualquer forma os modos de participação daqueles sujeitos, especialmente considerando o caráter criminoso da atividade que, naqueles contextos, eles se assumiam como autores. Os registros foram, assim, feitos em um diário de campo e, na maioria dos eventos, inclusive os dois nos quais não estive presente, conto com registros totais ou parciais em vídeo, áudio ou outros formatos disponibilizados por organizadores ou participantes.

Além desses, outros materiais, ainda que não façam parte do *corpus* principal, cumprem o papel de me auxiliar na reconstituição descritiva dos eventos e na montagem dissensual da cena. A partir dos fatos que foram neles apresentados, realizei uma pesquisa exploratória sobre o histórico do combate à pixação em Belo Horizonte, que resultou em leis, portarias,

¹²Em conversa, Ludmilla Zago me chamou a atenção para a importância de creditar ao Programa Cidade e Alteridade (<http://www.cidadeealteridade.com.br/>. Último acesso em 24 de jan. de 2019), da Faculdade de Direito da UFMG, especialmente à Frente de Cultura de Rua, as ações e debates sobre o tema da pixação em Belo Horizonte. A pesquisadora destacou que, no trabalho de etnografia e pesquisa ação desenvolvido pelo grupo, foram formadas diversas parcerias com sujeitos e grupos fundamentais para o estabelecimento, desenvolvimento e fomento a esse diálogo.

documentos sobre a criação de órgãos públicos, projetos e editais. Realizei, também, um levantamento a partir dos mecanismos de busca dos sites de três jornais da capital¹³ (*Estado de Minas; Hoje em Dia; O Tempo*) com os termos “pichação” e “pichador”, com a finalidade de obter um panorama dessas medidas colocadas em ação e de como foram produzidos enquadramentos e narrativas a elas relacionados¹⁴. Esse banco de dados formado pelo registro das notícias teve como função organizar e facilitar o acesso e a consulta a esses arquivos sempre que a apresentação de dados complementares sobre determinados acontecimentos ou situações mencionadas nos debates se mostrou relevante.

Além dessas matérias, foram encontrados outros materiais produzidos por diferentes sujeitos e organizações sobre o cenário da pixação belo-horizontina e os esforços por sua erradicação. Muitos deles trazem as vozes e perspectivas de pixadores, como é o caso dos depoimentos de Goma e Sadok¹⁵ sobre suas prisões no caso dos Piores de Belô, e dos vídeos “Somos Todos Arte de Rua”¹⁶ e “Habeas corpus”¹⁷, que reúnem os depoimentos de diversos sujeitos que contestam o tratamento dado pelo poder público de Belo Horizonte à pixação e defendem a liberdade dos pixadores GG, Goma, Marú e Morrou, que estavam presos em 2016. Esses materiais são tomados como fontes que ajudam a ampliar a compreensão sobre o contexto observado e auxiliam na montagem do histórico das ações de combate ao pixo, tal como de sua resistência. A mobilização de fontes e materiais diversos (imagens, textos, depoimentos, vídeos etc.) e sua montagem fora de parâmetros causais procura realizar aquilo que Rancière (2009b; 2010a) propõe a partir da “poética do conhecimento”, questionando uma leitura consensual que constantemente torna determinados objetos invisíveis e indisponíveis ao pensamento. Nesse sentido, visio igualar a importância de tais materiais em seu potencial para atuar na expressão

¹³O levantamento foi realizado entre os dias 5 e 21 de junho de 2017 e retornou, ao todo, 312 notícias, divididas do seguinte modo entre os jornais: *Estado de Minas*: 79 registros, datados de dezembro de 2009 a maio de 2017; *Hoje em Dia*: 63 registros, de junho de 2012 a maio de 2017; *O Tempo*: 170 registros, de agosto de 2008 a abril de 2017. As notícias foram registradas em uma planilha contendo os seguintes campos: Tema Geral; Data de publicação; Data de acesso; Veículo; Caderno/Seção; Autoria; Título; Subtítulo; Link; Arquivo (todas as notícias foram salvas em PDF).

¹⁴As notícias foram classificadas dentro dos seguintes temas, citados em ordem alfabética: Acidente com pixadores; Apelo a pixadores; Apoio e diálogo; Combate à pixação; Crimes contra pixadores; Flagrante e detenção; Goma; Grafite e arte urbana; Limpeza e reparos; Movimento Respeito por BH; Operação BH Limpa; Operação Cidade Limpa; Operação Impacto BH; Operação Limpa BH; Pichação Perfeitaísmo; Pichações de cunho político; Pirulito da Praça Sete; Pixação 1691; Pixação Cristo Barreiro; Pixação Igreja da Pampulha; Outras pichações em patrimônio; Pixadores de Elite; Pixadores paulistas em BH; Prisão Piores de Belô.

¹⁵Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0Vn_A2FR1wc&t=1s>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

¹⁶Disponível em: <<https://www.facebook.com/XsprayGraffiti/videos/1183110298401833/>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

¹⁷Disponível em: <<https://www.facebook.com/pixolivre/videos/1301269189936463/>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

de saberes e na construção de sentidos sobre o universo da pixação e sua relação com a cidade e o poder público.

O trabalho com os dados se dá da seguinte maneira: no Capítulo 4, produzo uma reconstituição descritiva desses eventos, entendendo-os como dispositivos interacionais (BRAGA, 2010a; 2011; 2012; 2018), ou seja, como matrizes ou padrões interacionais que são construídos historicamente e acionados contextualmente pelos sujeitos em uma interação. Nesse sentido, observo nos eventos, principalmente: quando, onde e por quem eles foram realizados; quais os formatos de interação propostos; que presenças se destacaram – quem são essas pessoas, que papéis lhes eram atribuídos naquele contexto, como se deram as participações etc. Além disso, observo os aspectos formais de cada evento, a composição gráfica dos materiais de divulgação, as dinâmicas propostas etc., visando tornar possíveis as inferências (BRAGA, 2010b; 2016) sobre o modo como esses aspectos também atuam na configuração daquela realidade. Busco, assim, criar um terreno comum de observação dos eventos que me permite observar tanto as regularidades que surgem naqueles dispositivos quanto suas particularidades.

É também a partir desse arranjo que se torna possível observar a singularidade dos contextos de aparecimento e participação dos pixadores. É o trabalho que desenvolvo no Capítulo 5, em que faço uma contextualização e uma discussão teórica, principalmente a partir de Arendt (2000; 2007) e Butler (2018), sobre o aparecimento público dos pixadores e sua eleição como singularidade para, então, apresentar os procedimentos que constituíram o trabalho de desmontagem dos dispositivos interacionais dos eventos para a (re)montagem dissensual da cena do debate sobre o combate à pixação em Belo Horizonte.

No Capítulo 6, monto dissensualmente tal cena, me orientando pelos temas levantados a partir das expressões dos pixadores e as colocando em diálogo com conceitos teóricos, textos legais, acontecimentos etc. É, assim, a singularidade do aparecimento público dos pixadores em eventos para o debate sobre a situação da pixação em Belo Horizonte que conduz o relato, me permitindo avançar e retroceder nos eventos e temas que constituem o *corpus* e fora deles, naquilo que o trabalho de montagem aponta para outros elementos e contextos. Assim também se dá a convocação de teorias e conceitos: a partir do que surge da cena, como forma de diálogo (polêmico) e não de interpretação, análise, explicação. O percurso faz uma apresentação das formas de combate às escritas urbanas na história, até chegar ao contexto atual de Belo Horizonte. Em seguida, abordo a contestação da classificação da pixação como crime ambiental; a utilização do grafite como antídoto contra o pixo; a particularidade da gestão de

Márcio Lacerda na Prefeitura de Belo Horizonte, seu ideal organizacional de cidade e o modo como essa visão fundamenta a intensificação das ações de combate ao pixo; e o processo de inflação legal que culminou nas prisões de pixadores a partir do enquadramento em outras leis que não aquelas que dispõem sobre a prática.

No Capítulo 7, apresento as considerações finais, com as reflexões sobre o fazer da pesquisa e apontamentos para possíveis novas investigações.

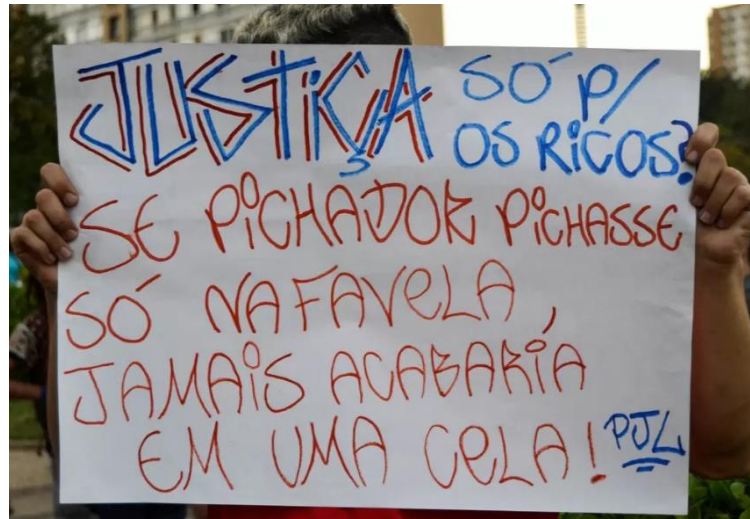
2. POÉTICA DA PESQUISA: DISSENSO, COMUNICAÇÃO, IGUALDADE

[...] eu questiono muito a própria questão dos avanços nessa discussão, assim. Eu observo que pra estudo, pra várias coisas, o pixo é superinteressante, mas a figura do pixador, não, ninguém quer saber do pixador. Mas o pixador não é simplesmente pixador, o pixador é o favelado, o pixador é o pobre. E que, se você observar, existem duas cidades: onde os ricos possuem e desfrutam das melhores coisas e os pobres, não. E é por isso que essas coisas acontecem assim. E eu questiono muito também, por exemplo, sobre essa questão de se discutir o pixo e se, por exemplo, eu tiver uma lata aqui na mochila e pixar essa parede branca, se eu vou ser também aceito a partir disso aí. Então, eu acho que isso é muito interessante, assim, entendeu? Vamos falar de pixo, vamos discutir isso tudo, mas eu acho que entre discurso e prática existe um abismo. É isso. (W., no Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua, 2016)

Dou início a este capítulo com a fala de W. por considerar que ela sintetiza, de certa forma, alguns dos principais pontos que atravessam a construção desta pesquisa. Primeiro, porque ao fazer um trabalho sobre a pixação não me debruço especificamente sobre a materialidade do pixo, suas dinâmicas e modos de organização ou seus códigos, mas tenho como núcleo a figura do pixador. Contudo (o que leva ao segundo ponto), não se trata da produção de um perfil ou do desvelamento do que se configuraria como uma identidade de pixador. A fala de W. faz ver sua capacidade de produzir entendimentos sobre o contexto em que ele vive e o lugar que ocupa nele, tal como de expressar tais entendimentos em público. O pixador expõe tanto conflitos e problemas que percebe em um contexto social mais amplo, como a existência de “duas cidades” social e economicamente distintas, quanto questões relacionadas àquele contexto específico em que está presente, como quando faz uma provocação em relação aos limites de um evento que se propõe a discutir o pixo.

Nesse contexto, quando ele afirma que “ninguém quer saber do pixador”, pois ele seria “o favelado”, “o pobre”, compreendo que há uma relação – apresentada por W. – que indica que é por ser supostamente pobre e favelado que o pixador não interessaria a ninguém. Essa concepção de um corte socioeconômico como definidor dos modos de apreensão e tratamento socialmente conferidos à pixação e aos pixadores também aparece no cartaz abaixo, segurado por um jovem na manifestação contra a prisão do pixador Goma, em maio de 2016.

Imagem 1: Cartaz na manifestação contra a prisão do pixador Goma, em Belo Horizonte, em maio de 2016.



Crédito: Lucas Buzatti/ Vice¹⁸

“Pobre” e “favelado” constituem, assim, certo regime de visibilidade (e de invisibilidade) que precede e, ao mesmo tempo, configura o regime sensível produzido pela própria pixação, pois já estabelece espacialidades e temporalidades a partir das quais esses sujeitos serão lidos socialmente. Pobre, favelado e pixador são nomes que dizem da inscrição desses sujeitos em uma ordem sensível que não os registra como seres falantes e sequer como vidas: em um processo de desumanização, eles não são socialmente percebidos como cidadãos, nem têm reconhecidas as capacidades que atestam seu potencial de contribuir para a construção de um comum e que os legitimam como interlocutores válidos. A fala de W., assim como o cartaz acima, questionam e desafiam em ato essa inscrição.

Outro ponto de reflexão, relacionado ao anterior e que alia o conteúdo da fala de W. com a própria ação de falar, é sua autoidentificação como pixador e sua tomada de palavra em um evento realizado dentro de uma instituição cultural e acadêmica (Espaço do Conhecimento UFMG¹⁹), com a presença de representantes do poder público. Essa ação, ao mesmo tempo em que demarca de onde se fala, representa a assunção de um lugar de ilegalidade. Desse lugar, ele reivindica não só a participação naquele debate específico, mas na vida política da cidade. É

¹⁸Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/d7ged7/a-prisao-do-goma-foi-um-golpe-duro-na-cultura-do-pixo-em-bh>. Último acesso em 26 de fev. de 2019.

¹⁹O Espaço do Conhecimento UFMG foi inaugurado em 2010, em Belo Horizonte, como um espaço cultural, artístico e científico. A instituição integra o *Circuito Liberdade*, projeto do Governo do Estado de Minas Gerais para abrigar em um mesmo local – a Praça da Liberdade – diversos espaços culturais, criados e mantidos a partir de parcerias público-privadas. O Espaço do Conhecimento foi criado a partir de uma parceria entre o Governo do Estado e a Universidade Federal de Minas Gerais, por meio de sua Diretoria de Ação Cultural, e, desde 2017, é patrocinado pela Unimed-BH através das Leis Federal e Estadual de Incentivo à Cultura. Disponível em: <<http://www.espacodoconhecimento.org.br/>>. Último acesso em 26 de fev. de 2019.

nesse sentido, nessa reivindicação que parte dessa posição específica, que os pixadores ocupam o centro desta investigação.

Outro aspecto diz do processo de produção da pesquisa e se relaciona à perspectiva de um “método da igualdade”, como trabalhado por Rancière (2009b). Considerando a questão da igualdade das inteligências e capacidades, tomo a palavra dos pixadores como possuidora da mesma importância e da mesma legitimidade que aquelas que definem o conhecimento dos teóricos e pesquisadores aqui evocados, e entre os quais me incluo. Desse modo, o movimento com o qual inicio este capítulo demonstra algo que permeia todo o processo da pesquisa: um caminho que parte da empiria, de observar os eventos que configuram meu objeto, de ouvir os sujeitos envolvidos para, então, buscar articulações teórico-metodológicas que aquele universo, junto com meu olhar para ele, me demandam. Ao longo desse percurso e no gesto de me colocar à escuta, algumas certezas que eu acreditava ter construído em minha trajetória de pesquisa foram se desfazendo e se tornando inúmeras dúvidas, que me fizeram perceber as imprecisões e lacunas das teorias que me conduziam e colocar em xeque as premissas, os modelos e as vozes autorizadas que me ofereciam a segurança de um roteiro familiar.

Esta pesquisa começou a ser feita antes mesmo de se constituir como projeto de uma tese. Os dois eventos nos quais estive presente em 2014, ainda durante o mestrado – *Café Controverso: O que é pixo?* e *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito* – não só me descortinaram um cenário e me provocaram a buscar mais pistas e informações, como também me apontaram o núcleo e o caminho da pesquisa. O aparecimento, a autoidentificação e as falas dos pixadores, o diálogo e a rede estabelecidos com outros sujeitos em torno do tema da prática e o questionamento do tratamento conferido pelo poder público à pixação e aos pixadores se revelaram para mim, desde então, como aspectos mobilizadores e norteadores. É em torno desses três vetores de interação comunicativa que tentarei (re)montar a cena polêmica e controversa que surge a partir dos arranjos, muitas vezes conflituosos, entre os sujeitos que nela aparecem, as trocas realizadas na interação com outros atores sociais e os sentidos que vão se construindo no embate e na negociação com os âmbitos legal e institucional.

Para Rancière (2010a), a própria existência de um evento se constitui pelo olhar que é lançado a ele e pelo ato de narrá-lo discursivamente. Nas palavras do autor, “[...] é errado dizer coisas que sugerem que escolhemos uma literatura para expressar um certo tipo de evento. O evento em si, nós determinamos sua existência e sua configuração porque lemos o arquivo como animal literário através dos textos que nos formaram” (RANCIÈRE, 2010a, p. 42). Assim, embora os nove eventos em torno do cenário da pixação belo-horizontina possam ser tomados

como objeto de observação e análise por quaisquer pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, a forma como eles aparecem para mim como um objeto e me colocam um problema de pesquisa está fundamentada no meu modo de olhar para aquela realidade. Esse olhar, continuamente construído ao longo de minha trajetória na pesquisa, tende a se voltar aos potenciais políticos e comunicacionais relacionados às práticas de intervenção gráfica urbana, especificamente aos modos como tais práticas e os sujeitos que as produzem se inserem em uma dada ordem de partilha, incorporando-se a elas ou desestabilizando-as. Contudo, esse modo de olhar, em certa medida condicionado por minha formação, em contato com a linguagem e as estruturas orientadoras daquela realidade específica, se torna aberto à dúvida, à oscilação e ao vacilo diante da escolha da forma como ele será relatado, que passará a fazer parte, assim, da sua existência.

A partir dessa perspectiva, meu objetivo é montar dissensualmente a cena comunicacional e política do debate sobre o tratamento conferido à pixação pelo poder público de Belo Horizonte. Entendo que essa montagem requer uma reflexão elaborada a partir do aparecimento público de pixadores e dos diálogos/negociações que eles estabelecem com outros sujeitos nesses contextos, com atenção aos modos de sua inscrição e participação nessa cena e à disputa de sentidos e saberes sobre a pixação e sua relação com a cidade. A seguir, apresento a primeira das inspirações metodológicas que guiam o meu trabalho a partir da realidade observada: a poética do conhecimento, de Jacques Rancière.

2.1. Em busca de um método: dissenso e comunicação

Na pesquisa de mestrado (OLIVEIRA, 2015), analisei eventos em que a incursão de pixadores paulistas em espaços institucionais da arte, de formas diferentes das esperadas, desestabilizava determinados modos consensuais de partilha próprios àqueles espaços. Naquele momento, construí uma metodologia que buscava evidenciar processos de construção de cenas de dissenso através da “literaridade” e da “subjetivação política”²⁰, com foco nas tensões entre

²⁰O conceito de literaridade surge na consideração, por Rancière, de uma primazia da palavra escrita sobre a palavra falada no que se refere ao potencial que cada uma oferece para diferentes processos de produção de sentido. Enquanto a palavra falada se encerra no contexto de seu proferimento e demarcaria os papéis de falantes e ouvintes, a palavra escrita, ao circular, continuaria “falando”, rompendo com relações pretensamente diretas entre emissores e receptores e entre as palavras e as coisas que elas nomeiam e se abrindo a múltiplas produções de sentido. Nesse processo em que o trabalho com a linguagem deixa ver um “excesso de palavras” e contesta uma partilha policial do sensível, a literaridade opera e abre espaço para a subjetivação política. (RANCIÈRE, 2002; CHAMBERS, 2013; ROSS, 2010)

tentativas de captura institucional das ações dos pixadores e seus esforços de resistência. O objetivo, de forma sintética, era observar se aqueles episódios teriam resultado em uma nova “partilha do sensível”, ou seja, se teriam alterado os regimes de visibilidade da pixação no mundo da arte. O trabalho consistiu na reconstituição narrativa e descritiva de cada evento, percebendo, em cada um deles, a forma de partilha dada (a instituição, o evento, os atores legitimados a participar, os modos de participação propostos, as hierarquias); o modo como os pixadores irrompiam naqueles contextos (formas de presença e participação, modos de enunciação e argumentação historicamente fundamentados e constituídos), e se, a partir daí, havia uma reconfiguração do comum partilhado (construção política de novas posições de sujeito e novos regimes de visibilidade: nomes, lugares, funções).

Agora, no contexto da pixação belo-horizontina, embora o cenário mais amplo também aponte para uma tensão entre poder e resistência, o foco não se coloca nem sobre o contexto prévio, nem sobre possíveis resultados perenes do processo (embora eu não deixe de reconhecer a importância desses outros momentos). O objetivo, aqui, é o de avançar na inspiração metodológica trazida pela filosofia política de Rancière, sobretudo em torno do conceito de cena de dissenso, que demanda a introdução a outro conceito: a partilha do sensível (RANCIÈRE, 1996; 2009a), relacionada a dois modos distintos de estar junto em sociedade.

A “partilha policial do sensível” opera pela contagem e divisão das partes de uma sociedade a partir de nomes conferidos hierarquicamente e aos quais se pretende relacionar, de forma direta, lugares, funções e modos de fazer: “uma relação entre ocupações e equipamento, entre estar em um tempo e em um espaço específicos, desempenhando atividades específicas e sendo dotado de capacidades de ver, dizer e fazer que ‘se encaixam’ nessas atividades” (RANCIÈRE, 2009b, p. 275 – em inglês no original). Essas determinações implicam, por sua vez, em certo regime de visibilidade que estabelece os modos pelos quais cada parte pode ou não ser vista e ouvida, definindo as capacidades e incapacidades relativas a cada nome e lugar. A “partilha política do sensível”, por sua vez, faz ver que as relações pretensamente diretas entre nomes, lugares e funções são sempre insuficientes.

Ao contrário do que pode parecer em um primeiro momento, a ordem policial não possui, para Rancière, um valor intrinsecamente pejorativo. Segundo o autor, inclusive, ela “[...] pode proporcionar todos os tipos de bens, e uma polícia pode ser infinitamente preferível a uma outra” (RANCIÈRE, 1996, p. 43). Não se trata, assim, de um âmbito perverso, e o modo como Foucault propõe pensar o poder – como ações que atravessam ações e buscam organizá-las dentro de uma determinada ordem – ajuda a compreender seu funcionamento. Do mesmo modo,

a “partilha política do sensível”, que antagoniza com a ordem policial (embora só seja possível em seu âmbito) ao questionar em ato essa contagem que se deseja totalizante, não é necessariamente boa ou benéfica – mas é sempre desestabilizadora. Assim, não se trata de uma polarização entre uma ordem policial má e uma irrupção política boa, mas de diferentes formas de partilha, que se atravessam, entram em conflito, se questionam. A política expõe o dano ou erro da contagem policial das partes da sociedade, fazendo ver a contingência da hierarquia, a inexistência de fundamentos que justifiquem uma dada ordem social. Rancière (2009b) afirma que a distinção entre polícia e política serve para conferir mais inteligibilidade ao seu pensamento; as duas formas de partilha estabelecem distinções, mas não formam uma oposição binária: “nós raramente, se é que alguma vez, encaramos uma situação em que podemos dizer: isto é a política em sua pureza. Mas nós incessantemente encaramos situações em que temos que discernir como a política invade as questões da polícia e a polícia as questões da política” (RANCIÈRE, 2009b, p. 287-288 – em inglês no original). Assim, embora questione a organização policial da sociedade, é só dentro dela que a política pode existir.

Ao se desidentificarem com as definições policiais, os sujeitos produzem um espaço polêmico de aparição (polêmico, pois desafia e embaralha as definições consensuais) para se fazerem vistos e ouvidos de modos e a partir de lugares distintos daqueles que lhes são atribuídos hierarquicamente. Esse movimento de desidentificação, entendido não como um afastamento total ou desligamento radical, mas como uma exposição de sua contingência e insuficiência, é o que se expressa nas considerações de A.:

[...] todos nós, todo ser humano, ele, em um determinado momento, ele transgredir. Não existe essa pessoa perfeita que nunca vai transgredir. E aí que vem um questionamento meu quanto a essa instituição, quanto ao Direito, porque o Direito, ele, em si, ele é uma opressão ao ser humano. A sociedade criou normas e certos padrões que o Direito vem pra poder dizer “isso é assim”. A palavra certa tá me faltando, mas ele vem pra poder bater o martelo. Só que a questão da piração, ela é exatamente isso, ela é a transgressão natural do ser humano, e aí determinadas pessoas, cada um com sua paranoia, segue um determinado tipo de transgressão. Só que uns são mais reprimidos e outros são menos reprimidos, porque se instaurou na sociedade um padrão de certo e errado, mas esse padrão veio de outra paranoia também, uma paranoia maior dele falar o que é certo e o que é errado. (A., no debate *Pixo é Direito: diálogo aberto entre piração e direito*, 2014)

No processo de afastamento de uma ordem policial, os sujeitos produzem, assim, uma “cena de dissenso” (RANCIÈRE, 1996; 2009a; 2009b) que expõe, em uma partilha que se pretendia lisa, contida e homogênea, sem excessos ou vazios, os mecanismos que produzem condições de aparecimento diferenciadas e desigualmente distribuídas. Ao mesmo tempo, a

cena mostra como as ações e experiências dos sujeitos sempre transbordam as determinações policiais.

Meu objetivo é, assim, explorar o potencial que esse conceito oferece para a análise e a compreensão de fenômenos comunicacionais. A partir do entendimento da comunicação como uma relação de trocas simbólicas, que atua na organização “das relações sociais e da ordem social” (QUERÉ, 2018, p. 16) e na elaboração mútua de uma perspectiva comum, que é constituída e expressada através da linguagem e da ação (FRANÇA, 2003; QUERÉ, 2018), compreende-se que é pela comunicação que se constrói um regime sensível. Sensível é aquilo que se dá aos sentidos; diz do que é visível, audível e reconhecível como discurso em uma sociedade, do que enunciável e legível – é, portanto, um processo comunicacional. É também através da linguagem e da ação que se torna possível desidentificar-se com uma condição imposta, expor as falhas dessa imposição e fazer-se ver e ouvir a partir de lugares antes não existentes e que só podem ser produzidos por essa ação de ruptura. Assim, é também comunicacional o processo de trazer novos elementos a um dado regime, que sejam capazes de perturbá-lo, questionando o que é tomado como um mundo comum. Como afirma José Luiz Braga (2018), a comunicação é o único meio de fazer diferenças se relacionarem, seja de forma consensual ou dissensual.

Há, portanto, uma base comunicacional da cena de dissenso e um potencial dissensual da comunicação, que é o que desejo explorar aqui através do aparecimento público dos pixadores e de sua inscrição em debates sobre o contexto da pixação em Belo Horizonte, sobretudo em sua relação com o poder público. Contudo, ao invés da criação de categorias conceituais que acabam por implicar em uma classificação do objeto a partir da teoria, proponho a assunção mais radical do próprio método de trabalho do autor, um “método da igualdade” que ele denomina como “poética do conhecimento”.

2.2. “E se?”: fabulação e igualdade

Em *A noite dos proletários* (1988), Rancière produz uma narrativa desromantizada a partir dos escritos de operários franceses do século XIX, que não poderiam, a princípio, projetar seus anseios e sonhos para além dos contextos espaciais e temporais que condicionavam suas vidas. Nesse trabalho, o autor evidencia os indícios presentes naqueles materiais sobre o modo como aqueles trabalhadores inventavam arranjos criativos nos quais pudessem ser e fazer outras coisas, “como se” houvesse uma possibilidade de produzirem uma forma de vida para além

daquilo a que supostamente estariam destinados. Rancière fala de seus ofícios, desejos e sonhos sem analisá-los, através de uma linguagem que faz parecer que ele próprio estava presente quando da ocorrência daqueles eventos – um observador contemporâneo, uma testemunha. O autor não se propõe a produzir um retrato do operário francês do século XIX, mas a expor, a partir das narrativas daqueles sujeitos, a contingência da separação entre aqueles destinados a pensar e aqueles destinados a trabalhar com as mãos. Para Rancière (2009b), essas narrativas não devem ser lidas não como meros documentos de certo regime de verdade, mas como manifestações que demonstram como o trabalho fabulador do “e se” (ou “como se”) pode produzir deslocamentos e desencaixes na partilha policial do sensível.

Para Platão, segundo Rancière (2009b), duas razões explicariam por que os trabalhadores deveriam se manter em seus lugares. A primeira, factual, devia-se ao fato de que os trabalhadores pretensamente não teriam tempo para fazer outras coisas que não fossem a tarefa que lhes era devida, nem para estar em outros lugares. A segunda, não factual e que define um *logos*, seria a crença de que Deus misturou ferro nas almas de alguns e ouro nas de outros, fazendo, assim, com que esses fossem feitos para governar e aqueles para serem governados. Rancière afirma que não é necessário crer literalmente nesse princípio da *arkhé*, mas senti-lo como real e agir de acordo com ele em uma performance da desigualdade. Nesse contexto, retomando *A noite dos proletários*, a descrição das próprias experiências feita por um operário questiona essas determinações e desmonta aquela performance ao inserir no contexto de um nome e de um lugar, que diz “é assim que as coisas são”, um “e se” que o desloca (“e se” essas coisas fossem de outro modo?). Esse movimento inaugura uma partilha política do sensível em que o trabalhador excede àquilo que é determinado como seu lugar e passa a criar suas próprias ilusões, se imaginando em outros lugares, fazendo outras coisas.

A transformação do mundo começa no momento em que os trabalhadores normais deveriam desfrutar do sono tranquilo daqueles que tem um trabalho que não os obriga a pensar; por exemplo, nessa noite de outubro de 1839, exatamente às oito horas, haverá um encontro na casa do alfaiate Martin Rose para a fundação de um jornal dos operários. O fabricante de medidas Vinçard, que compõe canções satíricas, convidou o marceneiro Gauny, cujo humor taciturno se expressa de preferência em dísticos vingativos. O limpa-latrinas Ponty, também poeta, com certeza não estará lá. Esse boêmio decidiu trabalhar à noite. Mas o marceneiro poderá informá-lo dos resultados numa dessas cartas que ele recopia, por volta da meia-noite, depois de fazer vários rascunhos, para lhe falar de suas infâncias saqueadas e de suas vidas perdidas, das febres plebéias [sic] e dessas outras existências, para além da morte, que talvez comecem nessa hora mesma: no esforço por retardar até o limite máximo a entrada nesse sono que repara as forças da máquina servil. (RANCIÈRE, 1988, p. 9-10)

A perspectiva de Rancière pode ser aproximada, neste ponto, da de Giorgio Agamben (2016), que, diferente do “como se” ou do “e se”, aponta para um movimento do “como se não”. Agamben deriva das cartas do apóstolo Paulo para considerar que um sujeito, ao assumir uma conduta que não o retira de seu estatuto jurídico, mas que faz uso dele para agir de modo distinto, se afasta das práticas de designação identitária: “é uma prática na qual não podemos designar o sujeito. Tu permaneces escravo mas, uma vez que faz uso dessa condição, no modo do como não, tu não és mais escravo” (AGAMBEN, 2016, p. 11-12). Em ambas as perspectivas, não se trata de uma tomada de consciência sobre a opressão, mas quase seu contrário: o ato de ignorar a lógica da desigualdade. É isso, para Rancière, que significa “emancipação”: o reenquadramento sensível daquilo que é tido como o comum de uma comunidade, em que “o que é perturbado é a relação entre o que é feito pelo braço de alguém, o que é visto pelos olhos de alguém, o que é sentido como um prazer sensível e o que se pensa como um interesse intelectual” (RANCIÈRE, 2009b, p. 277 – em inglês no original). Emancipar-se não significa, necessariamente, abandonar uma posição, mas reenquadrar as definições hierárquicas que a configuram, inserindo naquela posição e em tudo aquilo que ela estabelece outras possibilidades; é expor a disjunção, por exemplo, entre a habilidade para o trabalho e a habilidade para pensar, evidenciando, ao mesmo tempo, a coexistência entre essas esferas.

O autor destaca, por exemplo, como a descrição de experiências cotidianas feitas pelos operários em textos e cartas teve papel importante durante a Revolução Francesa. Uma importância configurada como afirmação política coletiva, mas, antes ainda, uma importância individual por representar um movimento de apropriação pessoal da linguagem a fim de manifestar suas percepções sobre sua própria situação e seu contexto. Nesse movimento, Rancière se afasta da noção de ideologia presente na teoria marxista althusseriana, para a qual um indivíduo que é explorado não pode se perceber dessa forma devido ao lugar que ocupa. Além disso, um aparato ideológico (questão à qual retornarei no próximo capítulo) ofereceria como única possibilidade para sua emancipação o acesso, através de terceiros, a um conhecimento científico e a representações pretensamente corretas que o permitissem perceber as relações de dominação e exploração nas quais estivesse envolvido. Para ele, contudo:

As pessoas não são *incapazes* porque ignoram o motivo de estar lá. Elas são *incapazes* porque ser incapaz significa o mesmo que estar lá. O ponto é que aqueles que possuem a *ocupação* de trabalhadores deveriam estar equipados para essa ocupação e para as atividades relacionadas a ela. Eles deveriam estar equipados para trabalhar, não para atividades periféricas, como olhar ao redor e investigar como a sociedade em geral funciona. (RANCIÈRE, 2009b, p. 275, itálicos do autor – em inglês no original)

É a partir dessas considerações que o autor aponta para um “método da igualdade” que seja capaz de evidenciar as “lições de igualdade” que ocorrem na vida cotidiana e que permitiria observar e reconhecer as experiências e narrativas dos sujeitos não como expressões específicas de seus lugares sociais, mas como operações capazes de reconfigurar determinada partilha do sensível. Pode-se dizer que não se trata de um método em si, mas de um modo dissensual de compreender a investigação científica e o papel do intelectual, o que torna possível o desenvolvimento de diferentes métodos da igualdade.

A “*panecastic philosophy*” de Joseph Jacotot é apontada por Rancière como um desses métodos, que busca “encontrar em cada (*ekaston*) manifestação peculiar de inteligência a totalidade (*pan*) de seu poder” (RANCIÈRE, 2009b, p. 281). O seu método da igualdade Rancière denomina como “poética do conhecimento” (RANCIÈRE, 2009b; 2010a), que se refere à operação dissensual que liberta a linguagem de regimes, regras e relações determinadas, percebendo-a em sua capacidade para constituir realidades, mais do que apenas para relatá-las, verificá-las ou legitimá-las. Isso seria a democracia para o autor: o gesto de arrancar as palavras de uma dada forma de organização que separa aqueles que podem daqueles que não podem ter acesso aos seus sentidos e promover uma abertura para que todos possam tomar parte no processo poético de construção do mundo comum através de um trabalho dissensual e emancipador sobre a linguagem – um processo comunicacional, como discutido acima.

A palavra não deve, assim, ser encarnada ou territorializada de modo que se torne própria a um campo do saber; ela é intervalo, lugar entre, abertura, travessia. A pixação e o Direito, por exemplo, podem ser ambos entendidos como linguagens fechadas aos não iniciados. Contudo, pensando a partir de Michel de Certeau (1998), enquanto o Direito se faz ilegível como estratégia de manutenção de um lugar de poder, o pixo se criptografa como uma tática para se fazer presente de forma transgressora em espaços e de formas que lhe são interditados. São diferentes trabalhos com a linguagem: um que a ata a sentidos e funções específicos e pré-determinados; outro que a toma e a transforma a partir de um trabalho artesanal e artístico que joga com os potenciais textuais e imagéticos da palavra, abrindo-a para diferentes produções de sentido. Contudo, uma partilha policial do sensível que não cessa de tentar restabelecer uma relação direta entre nomes e lugares, entre palavras e coisas, vai buscar encerrar essa abertura para múltiplos significados em algumas definições, como o crime ou a ilegibilidade, como reflete Ludmilla Zago:

Muita gente diz assim [sobre a escrita do pixo]: “por que é ilegível? Como que eu vou gostar, ou aceitar, ou achar que é bom uma coisa que eu não entendo?”. E, aí, eu penso

assim... Será que o pixo é realmente ilegível ou será que o nosso olhar e a nossa possibilidade de olhar pra ele, no sentido de ler e de ouvir o que ele diz, é que tá, de alguma forma, obturada? (Ludmilla Zago, no *Café Controverso: o que é pixo?*, 2014)

Rancière afirma estar ciente das críticas que lhe são dirigidas, que dizem que esse tipo de ruptura com a ordem não promove uma igualdade real, pois o trabalhador que contesta a ordem hierárquica escrevendo poesias à noite continua a ser um trabalhador, que vende sua força de trabalho ao seu patrão (uma crítica semelhante à perspectiva da “válvula de escape”, citada e refutada por Scott (1990) e que será abordada mais à frente, que considera que as resistências e insubmissões que se dão no âmbito da transcrição oculta (*hidden transcript*²¹) não seriam capazes de modificar, de fato, a ordem de dominação, só funcionando como alívio para as tensões dos grupos subordinados). Rancière reconhece e afirma que, de fato, a ordem de exploração pode não ser interrompida desse modo. Contudo, não é disso que se trata, mas de fraturar um horizonte de possibilidades, de minar a crença na desigualdade de capacidades. Para ele, “essa verificação contribui, portanto, para o enquadramento de um novo tecido de experiência comum ou de um novo senso comum, sobre o qual novas formas de subjetivação política podem ser implantadas” (RANCIÈRE, 2009b, p. 280 – em inglês no original).

A função polêmica da cena é importante: a aquisição pelo operário de um olhar de esteta desinteressado pela rica casa vizinha é a aquisição de uma potência real de emancipação. O operário se afirma capaz de um modo de olhar que sua condição social normalmente interdita e essa aquisição coloca-o no caminho da emancipação. Ele escapa do modo de ser que a dominação preparou para ele, construindo a relação entre o espaço material no qual trabalha e o espaço simbólico que lhe é negado como operário. (RANCIÈRE, 2018, p. 20 – em francês no original)

A igualdade da qual trata Rancière não é, assim, a igualdade dos direitos humanos, mas a das inteligências e das capacidades: igual capacidade para se imaginar em outros lugares e funções, para fruir esteticamente uma obra de arte, para atribuir sentido a palavras que não necessariamente condizem com o sentido que lhes foi atribuído primordialmente. Trata-se de uma igualdade dissensual, pois diz do conflito que questiona a própria compreensão sobre igualdade e desigualdade e que se configura como a chave para a emancipação.

²¹O conceito de “transcrição oculta” (*hidden transcript*), em James C. Scott (1990), se opõe à de “transcrição pública” (*public transcript*), noção a partir da qual o autor diz da importância da manutenção de uma visibilidade pública da força e da coesão do poder, que se dá, também, por meio de um contínuo e sistemático apagamento e deslegitimação das ações dos subordinados. Nesse contexto, a “transcrição oculta” faz referência ao modo como os sujeitos considerados subordinados criam formas próprias de organização e ação para contestar a ordem dominante, ainda que fora da cena pública. Essa discussão será retomada no capítulo 6.

Em trabalho anterior (LELO; OLIVEIRA; MARQUES, 2014), apresentamos algumas das críticas que são dirigidas ao pensamento de Rancière nesse sentido e que consideram que o entendimento da política como uma cena, uma irrupção, não evidencia os processos que a antecedem e aqueles que possam ser desencadeados por ela. Buscamos mostrar como o conceito de cenas dissensuais não ignora o caráter processual da política, em que cada cena é, ao mesmo tempo, uma irrupção e o resultado de um processo. Não há, no pensamento do autor, uma estruturação da política em torno de relações de causa e efeito, mas, sim, uma ideia de historicidade na qual habitam várias temporalidades. Portanto, um método da igualdade deve trabalhar de modo concomitante com princípios de historicidade, de intempestividade, de contextualização e descontextualização. Só assim se torna possível lançar o olhar para o particular e relacioná-lo ao todo sem, contudo, generalizá-lo²².

2.3. Trabalhando com um método da igualdade

A inspiração no método da igualdade, especificamente na poética do conhecimento de Rancière, traz, portanto, para minha pesquisa – e potencialmente, acredito, para a pesquisa em Comunicação – duas orientações principais. Primeiro, assumir que entre o discurso construído cientificamente e a narrativa dos sujeitos envolvidos na realidade pesquisada não há uma separação intrínseca e inequívoca sobre o que se configura como conhecimento. Não se trata de deslegitimar o saber científico, mas de atribuir a esses sujeitos (aqui, os pixadores) uma igual capacidade de perceber o mundo e produzir entendimentos sobre ele. Para Rancière (2009b, p. 281 – em inglês no original), “nenhum limite positivo separa aqueles que são aptos para pensar daqueles que não são aptos para pensar. É por isso que os limites são continuamente traçados e retraçados”. Portanto, deve-se partir da consideração da capacidade desses sujeitos para produzirem, em relação e embate com outros sujeitos, seus próprios entendimentos sobre si mesmos, a pixação, a cidade, o poder público, as leis, a justiça e o lugar que lhes é conferido pela ordem estabelecida nesse contexto. Assim, o aparecimento público dos pixadores e as narrativas que eles produzem sobre suas experiências no diálogo com outros atores não são tomados meramente como dados que configuram um *corpus* a ser categorizado e analisado como objeto a partir de um referencial teórico; esses elementos são, também, saberes, formas de conhecimento, epistemes. Considero que esses saberes se expressam em suas falas, mas

²²O modo como o entendimento de Rancière sobre a história atua no desenvolvimento da “poética do conhecimento” como um método da igualdade será discutido mais a frente.

também em suas músicas e rimas; nos modos pelos quais se organizam, se relacionam, circulam e agem pela cidade; e, claro, nas inscrições que produzem nas superfícies urbanas.

Imagem 2: Pixação de Goma, com trecho de música do rapper FBC .



Fonte: Portal Uai²³

A proposta, assim, é apresentar como essas narrativas e essas experiências, articuladas ao saber científico, ajudam a olhar comunicacionalmente para o contexto do embate entre poder público e pixadores em Belo Horizonte, que, afinal, me foi apresentado justamente por meio desses sujeitos, nos eventos que agora constituem meu objeto de pesquisa.

A segunda orientação diz respeito ao próprio processo de produção do texto, como produto final da pesquisa, e do meu lugar como pesquisadora. Rancière (2010a), ao nomear seu método como “poética do conhecimento”, afirma preferir este termo a outros, como “metodologia” ou “epistemologia”, pois enquanto estes remetem a uma verificação dos fatos e sua organização em séries científicas, a poética se refere a como a escrita da história faz parte propriamente de sua constituição, livre de pretensões de universalização. Nesse sentido, o autor se preocupa com o modo como as narrativas científicas e sobre a história tendem a substituir os próprios processos que elas se dedicam a narrar, constituindo-se como a verdade sobre eles. Nessa lógica, a história dos processos se tornaria “a história de sua historiografia”. De acordo com o autor, “invalidam-se as categorias da palavra revolucionária e de sua narrativa. Resta, então, interpretar o que invalida a matéria dessa narrativa, apelando às categorias sociológicas, às ciências políticas ou outras” (RANCIÈRE, 2010a, p. 36). A escrita acadêmica tornaria,

²³Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2014/05/16/noticia-e-mais,154708/pichacao-em-debate-na-faculdade-de-direito-da-ufmg.shtml>>. Último acesso em 15 de fev. de 2019.

assim, encarnados ou territorializados em nomes e lugares (sempre insuficientes) os modos de subjetivação. Por isso, para o autor, a história acadêmica seria “pré-democrática”, pois essas operações de propriedade e de territorialização do sentido e do conhecimento não seriam condizentes com a sua concepção de democracia, entendida como:

[...] a ausência de base da comunidade, a ausência de corpo que instala a comunidade em sua própria carne. Seus sujeitos são sempre provisórios e locais, suas formas de subjetividade não são encarnações ou identificações, mas são como intervalos entre vários organismos, entre várias identidades. A democracia nunca aparece com uma “cara própria”. Ela tem a particularidade de um ser-conjunto sem corpo, investido nos atos e fidelidades históricas. São sempre os nomes e os atos singulares que constituem esse ser-conjunto, numa espécie de polêmica interminável com as formas de incorporação. (RANCIÈRE, 2010a, p. 38-39)

Para Rancière, o pesquisador – ou historiador, ou artista – deve desempenhar um papel não de desvendar e interpretar a realidade, mas de relatá-la a partir de um processo de constituição dissensual dessa cena. Dentro dessa perspectiva e se referindo, também, a uma função metodológica da escrita, Jean-Luc Moriceau (2017) aborda o papel fabulador do pesquisador. Para ele, “em vez de representar a cultura, o pesquisador inventa a cultura sobre a qual escreve” (MORICEAU, 2017, p. 207). Trata-se não apenas de representar uma realidade, de mimetizá-la, traduzindo-a para a linguagem acadêmica a partir de uma teoria, mas de produzir uma realidade a partir e através do texto. Essa visão se oporia à da representação clássica, que deseja “tudo ver e ordenar segundo sua lógica” (MORICEAU, 2017, p. 209), na qual o pesquisador desempenha um papel de descrever e analisar a partir de uma posição de distância objetiva. Assim, para Moriceau, a representação cristaliza, enquanto a pesquisa performativa – em que o pesquisador recusa esse desejo de produzir representações objetivas, se permite ser afetado pela realidade que observa e, então, se distancia dela para um momento de “reflexividade política e ética” (MORICEAU, 2017, p. 213) – questiona os mecanismos que produzem as condições a partir das quais algumas coisas são vistas, enquanto outras permanecem invisíveis e silenciadas. Nesse sentido, o autor nos convoca a compreender a representação não como uma imitação da realidade, mas como meio de produzir movimentos e efeitos: perceber a representação como representação, e não como a essência do objeto ou da realidade que lhe é referente.

Entendo, assim, que ainda que as falas dos sujeitos que participam dos eventos que analiso sejam tomadas por mim como fontes legítimas e com igual importância em relação às fontes teóricas, o meu trabalho de escrita não é apenas uma narrativa, mas uma parte constituidora do processo e do meu entendimento sobre ele. Ele tem como objetivo ser um dos

processos produtores de saber sobre esse contexto, reconhecendo os demais (que, inclusive, o originam), mas não se furtando a esse papel a partir de um desejo de se configurar apenas como a abertura de espaço para que essas vozes apareçam, o que seria uma postura presunçosa. Esses sujeitos já construíram as cenas de seu aparecimento e eu as considero legítimas e suficientes, prescindindo da criação de novos episódios em que suas falas pudessem partir daquilo que considero relevante para minha abordagem. Nesse processo, reconheço o protagonismo daqueles sujeitos nos eventos observados ao mesmo tempo em que assumo meu protagonismo no processo de narrá-lo pela escrita – um “ato de solidão”, como aponta Rancière (2010a, p. 34).

São dois, então, os principais desafios: primeiro o de não considerar as teorias como hierarquicamente superiores às falas dos sujeitos no trabalho de produção do pensamento e do texto. Segundo, é preciso que o próprio texto não se imponha como superior às cenas que lhe deram origem – aí se coloca uma dificuldade, já que o âmbito em que a tese é desenvolvida (a universidade), tal como o objetivo a que ela se destina (o meu doutoramento) já a cercam, de saída, com uma aura de (suposta) superior legitimidade. O desafio, então, é o de não suplantar o processo pela escrita que se deseja científica, mas fazer dela uma escrita sobre o processo e, ao mesmo tempo, parte integrante dele. Produzo a tese, assim, sem pretender que ela se configure como a verdade sobre aquela realidade, pois reconheço e ressalto que o que se expressa aqui é insuficiente para dar conta de todos os seus aspectos e potências. Nada do que proponho aqui tem como objetivo se estabelecer como único ou último significado. As palavras com as quais descrevo e interpreto os eventos e o cenário nos quais eles são produzidos são algumas entre as muitas que podem fazê-lo e permanecem, assim, abertas para outras produções de sentido. Nesse processo, sou levada a uma contínua reflexividade ética sobre as experiências com essa realidade, que me faz explorar as incertezas e impasses que constantemente reorientam meu gesto de pesquisa e me fazem duvidar de certezas anteriores e de métodos tidos como supostamente seguros.

O desejo, então, é o de que este trabalho seja um modo de colocar em circulação minhas palavras enquanto um entre os muitos seres falantes que constituem esse processo. E que seja não o texto sobre uma forma de conhecimento, mas justamente sobre os processos de produção de um conhecimento sempre inacabado, múltiplo, lacunar. Não é, contudo, um processo fácil, pois contradiz certo modo de fazer científico e acadêmico aprendido e assimilado durante minha trajetória de formação investigativa. Para Moriceau (2017), que apresenta a escrita como uma tradução que trai a espessura do pensamento, é preciso inventar novas escrituras que sejam

capazes de produzir essas representações sem encerrar uma autoridade, mas se abrindo para linhas de fuga, para uma fabulação não-mimética. Nesse sentido, o autor considera que “ao deixar entrar outros locutores antes não autorizados, ao misturar as hierarquias, inventando outros modos de expressão, a ordem unificada da representação pode dar lugar a outras formas de subjetividades e de humanidades” (MORICEAU, 2017, p. 213).

É a isso que me proponho, buscando me aproximar tanto quanto possível daquilo que Deleuze e Guattari (2014) apresentam como o uso menor de uma língua maior:

Ser em sua própria língua como um estrangeiro [...]. Mesmo única, uma língua permanece uma papa, uma mistura esquizofrênica, uma roupa de Arlequim através da qual se exercem funções de linguagem muito diferentes e centros de poder distintos, ventilando o que pode ser dito e o que não pode sê-lo: jogar-se-á de uma função contra a outra, colocar-se-á em jogo os coeficientes de territorialidade e de desterritorialização relativos. Mesmo maior, uma língua é suscetível de um uso intensivo que a faz escoar seguindo linhas de fuga criadoras, e que, ainda que lento, cauteloso, forma uma desterritorialização absoluta, desta vez. Quanta invenção, e não somente lexical, o léxico conta pouco, mas sóbria invenção sintática, para escrever como um cão (Mas um cão não escreve. – Justamente, justamente) [...]. (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 52)

Fazer ciência como um cão. Mais que isso: inventar o mundo no qual um cão faz ciência. Eis o desafio.

No próximo capítulo, procuro avançar na abordagem comunicacional na cena de dissenso a partir de sua articulação (polêmica, tentativa) com o conceito foucaultiano de dispositivo, sobretudo por meio de sua apropriação por José Luiz Braga na formulação da noção de “arranjos disposicionais”. O objetivo não é caracterizar a cena de dissenso como um dispositivo, mas observar como as noções de dispositivos interacionais e arranjos disposicionais podem auxiliar no trabalho metodológico com a cena de dissenso. Tal articulação visa o desenvolvimento de um método da igualdade que permita um olhar comunicacional para a cena do aparecimento público de pixadores em debates sobre o contexto da pixação, em Belo Horizonte.

3. O “ARRANJO DISPOSICIONAL DISSENSUAL” COMO UM MÉTODO DA IGUALDADE

Em junho de 2018, durante o 27º Encontro Anual da Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, em Belo Horizonte, estive presente como ouvinte no GT de Epistemologias da Comunicação, onde José Luiz Braga apresentou o trabalho *Interagindo com Foucault: os arranjos disposicionais e a Comunicação*. Embora tenha lido Braga ao longo de toda a minha trajetória acadêmica, eu nunca tinha tido a oportunidade de ouvi-lo falar pessoalmente. Era essa uma das minhas principais expectativas naquele momento, já que, até então, não trabalhava com seus textos, nem com o conceito de dispositivo em minha pesquisa, que já havia, inclusive, passado pelo processo de qualificação. Ouvi-lo e ter um contato específico com aquele trabalho, contudo, configurou a abertura de um novo horizonte de possibilidades para a pesquisa.

Neste capítulo, procuro apresentar o percurso teórico e metodológico que foi aberto por aquela ocasião. Mostro como o primeiro contato com a apropriação de Braga do conceito de dispositivo e o subsequente aprofundamento em seu trabalho me reconectaram com a questão comunicacional de minha pesquisa e me despertaram uma intuição sobre a possível relação entre o conceito de dispositivo e o pensamento político de Rancière, sobretudo em torno das interações intersubjetivas que configuram uma cena de dissenso. Busco apresentar alguns pontos de aproximação e de distanciamento entre esses dois conceitos, pensados como operadores metodológicos. Apresento, também, os aparentes empecilhos a essa articulação e, por outro lado, algumas abordagens que me ajudam a assumir e desenvolver essa aposta, resultando na proposição metodológica de um “arranjo disposicional dissensual”, que parte de uma descrição minuciosa de um dispositivo interacional com o objetivo de identificar nele as singularidades que serão exploradas na montagem de uma cena de dissenso – um processo de montagem, desmontagem e remontagem.

Em um primeiro momento, eu propunha essa articulação entre o dispositivo e a cena de dissenso de forma conjunta à do método da igualdade, como um capítulo metodológico que apresentasse e justificasse o percurso da tese. Contudo, as questões que foram se abrindo a partir do trabalho de escrita mostraram a necessidade de um espaço específico para o desenvolvimento desta discussão. Reconheço que a formatação deste capítulo resulta um tanto estranha numa tese que, desde o início, se propõe porosa à realidade pesquisada, e assumo minha dificuldade em repetir aqui a interlocução teoria-campo que busquei construir no capítulo

anterior e que desejava estabelecer em toda a tese. Contudo, abro aqui esse (talvez, longo) parêntese, demasiadamente próximo do formato tradicional da escrita acadêmica que eu afirmei evitar, considerando que ele se justifica dentro de minha tentativa de fazer deste um texto-processo, que expõe as construções e os percalços que atravessaram seu desenvolvimento, tal como minhas dúvidas ao traçar este caminho, ao invés de sublimá-los na apresentação de resultados.

3.1. (Re)conhecendo o dispositivo e o comunicacional na pesquisa

Volto, então, ao trabalho apresentado por Braga na Compós de 2018. Na apresentação, como no texto (BRAGA, 2018), o autor parte do conceito de dispositivo, conforme definição dada por Foucault (1994) em uma entrevista concedida em 1977²⁴. Perguntado sobre o significado e a função metodológica do termo, Foucault responde que pretendia identificar como dispositivo os elementos discursivos e não discursivos que o constituem, as relações que eles estabelecem e o modo como tais elementos e relações se configuram como uma estratégia para responder a uma dada emergência. Braga, contudo, afirma se preocupar mais com o que Foucault faz com o conceito do que com o que ele diz sobre o mesmo.

Destacando que a ênfase foucaultiana se dá sobre a gênese do dispositivo, sobre como ele se constitui historicamente, Braga (2018) salienta a amplitude e a diversidade de usos da noção de dispositivo, referenciados ou não em Foucault, e chama a atenção para o fato de que o termo vem sendo acionado para o estudo de “dispositivos prontos”, muito ligados aos aparatos técnicos, às regras e às instituições estabelecidas. Nessa crítica parece haver dois eixos: primeiro, que essa apropriação contradiz o modelo foucaultiano, que diz do processo estratégico contínuo de produção de dispositivos em que as soluções buscadas para um primeiro problema (aquele que desperta a urgência) acabam por fazer emergir outros problemas. Sendo assim, um dispositivo nunca estaria pronto. Segundo – e em consequência do primeiro –, porque haveria algo de confortável (e equivocado) em abordar aquilo que há de estável em um dispositivo ao invés de buscar compreender os processos que o produzem. Para Braga, o próprio uso do

²⁴A entrevista intitulada *Le jeu de Michel Foucault* foi realizada após o lançamento do primeiro volume de *A história da sexualidade*, em que o termo “dispositivo” aparece como central, mas carece de uma definição. Foi publicada pela primeira vez em 1977, na revista *Ornicar?*, e, posteriormente, reproduzida no livro *Dits et Écrits, Tome III* (FOUCAULT, 1994). Foram os entrevistadores: D. Colas, A. Grosrichard, G. Le Gaufey, J. Livi, G. Miller, J. Miller, J.-A. Miller, C. Millot, G. Wajeman. Uma tradução para o inglês, sob o título *The confession of the flesh*, foi publicada no livro *Power/ Knowledge: Selected interviews and other writings – 1972-1977* (FOUCAULT, 1980b). Até então, não há tradução para o português.

conceito como uma teoria pronta seria equivocado, sendo mais adequado e profícuo tomá-lo a partir de seu potencial heurístico como uma perspectiva epistemológica. O autor afirma, assim, a importância da compreensão do conceito de dispositivo para o estudo da Comunicação²⁵, entendendo-a também como um processo, e não como algo pronto e inteiro. Ele faz uma crítica a certa dedicação prioritária dos estudos da área em torno dos códigos, dando a entender que essa seria uma zona de conforto, já que o enfrentamento com o outro seria um trabalho de outra intensidade.

O texto e a apresentação de Braga me levaram a trabalhos anteriores do autor (2010a; 2010b; 2011; 2012; 2016) e a certa genealogia de sua apropriação do conceito de dispositivo, ancorada em sua perspectiva interacional da comunicação, entendendo-a como uma ação tentativa, de caráter episódico, nascida das trocas e articulações – sejam elas harmônicas, conflituosas, movidas por interesses de ordens diversas etc. – que retiram indivíduos, grupos ou setores sociais do isolamento. Para Braga (2010a; 2010b), a comunicação é performativa, pragmática, e sua sintonia é ajustada na prática, de modo tentativo e apenas aproximadamente previsível. Ele reflete, por exemplo, sobre como as diversas formas de interação comunicativa humana – informação, persuasão, debate, ficção, narração etc. – foram historicamente desenvolvidas como táticas para buscar solucionar problemas específicos e para os quais essas ações se apresentavam como pertinentes. Ele destaca os arranjos que essas táticas vão formando de acordo com o encontro e o atravessamento articulado ou tenso com outras táticas, segundo a necessidade de cada contexto. O autor reflete:

Mas é isso, creio, que precisamos entender como funciona, quais as margens de *aperfeiçoamento possível*; e quais os espaços em que é da própria imprecisão que se espera a flexibilidade para o humano e para o social. Pois é essa imprecisão mesma que, em algumas situações, equilibra a opressão comunicacional e se põe como barreira última para o *pensamento único*. (BRAGA, 2010b, p. 70 – itálicos do autor)

Dentro dessa perspectiva, o autor argumenta que tanto uma comunicação perfeita quanto a inexistência da comunicação²⁶ aparecem como polos opostos e abstratos que compreendem,

²⁵Braga (2018) observa que a comunicação não foi um objeto de estudo para Foucault. Portanto, esse desentranhamento já é um movimento que articula e tensiona a noção foucaultiana de dispositivo com as preocupações de Braga sobre os processos comunicacionais. Aí, ele realiza a distinção abordada em sua apresentação sobre fazer uma leitura e uma interpretação responsáveis dos autores e seus conceitos, deixando claros os limites entre o que o autor diz e o que o pesquisador faz com o que o autor diz.

²⁶No texto *Nem rara, nem ausente – tentativa*, de 2010 (2010b), Braga apresenta as cinco teses de Ciro Marcondes Filho (em *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?*, 2004), em que este apresenta um pensamento sobre a comunicação em “espaços extralinguísticos”, para além do que ele chama de “língua estruturada”, (BRAGA, 2010b, p. 67). Marcondes Filho considera tal “língua estruturada” – instituída, institucionalizada – como um entrave para a comunicação na medida em que ela a ritualizaria e mascararia. A comunicação se daria, então, de

entre eles, uma série de possibilidades variáveis em grau, nível, direção etc. Braga (2011) constrói, então, um entendimento sobre os episódios ou fenômenos comunicacionais que consiste em analisá-los tanto contextualmente como particularmente. Para ele, a abordagem de um episódio comunicacional particular, embora possa auxiliar na compreensão daquela interação comunicativa específica, não seria capaz de dar origem a um conhecimento generalizável. Por outro lado, embora uma abordagem que articule a interação comunicacional particular ao âmbito mais amplo em que ela se desenvolve tenha potencial para produzir um conhecimento igualmente mais amplo, há, para Braga, uma tendência de que esse conhecimento diga respeito a esses outros âmbitos – seja político, econômico, social etc. – tornando secundários os aspectos propriamente comunicacionais²⁷. Então, a partir desse desequilíbrio entre uma particularização absoluta e uma generalização demasiada, o autor desenvolve como uma chave adequada para a observação qualificada dos fenômenos comunicacionais a noção dos “dispositivos interacionais”, que se constituem social e historicamente, configurando matrizes ou padrões de interação que são acionados contextualmente. Esse acionamento se dá de forma articulada a processos específicos daquela interação e contexto, o que faz com que os dispositivos interacionais sejam dinâmicos e estejam sempre em processo de transformação.

Braga deixa clara a dimensão pragmática do dispositivo interacional e a sua contraposição à noção de estrutura, já que sua organização e seu funcionamento, embora construídos historicamente, são contextuais. Os dispositivos interacionais são, assim, “modos de fazer socialmente produzidos e tornados disponíveis” (BRAGA, 2011, p. 10), e, portanto, seriam menos “lugares” instituídos que “ambientes de experiência” e aprendizagem sobre as relações consigo, com os outros e com o mundo, tornadas possíveis não apenas nos dispositivos, mas por seus próprios processos de constituição. Nesse contexto, Yamamoto (2013) afirma que, para Braga, os dispositivos interacionais têm potência para provocar transformações nas instituições²⁸ às quais estão relacionados. Ele destaca como o autor entende que o

fato, na possibilidade de driblar essas imposições; por isso, seria rara. Braga não refuta as teses de Marcondes Filho, mas considera que elas não abrangem todo o fenômeno comunicacional, dizendo respeito apenas a um “modo interacional específico”, que ele identifica como “comunicação-comunhão”, uma comunicação “bem-sucedida, que articula, integra, vincula, e cria reconhecimento mútuo” (BRAGA, 2010b, p. 69). Esse tipo de comunicação, para Braga, seria, sim, rara, mas haveria inúmeros outros graus de interação comunicacional.

²⁷Para Braga (2016), um desafio para as pesquisas em Comunicação consiste em que a formulação do problema a partir de teorias e conceitos originais de outras áreas acabam por sublimar o potencial comunicacional da pesquisa. Ele propõe, assim, que a formulação de questões a serem feitas para a realidade observada extravase aquilo que é “permitido” pela fundamentação teórica para que seja possível desentranhar o que há no objeto de comunicacional.

²⁸Para Braga (2010a), as “instituições sociais” englobariam desde as grandes instituições historicamente constituídas até aquelas que se formam em âmbitos menores e a partir das vivências cotidianas.

comunicacional estaria mais evidente em transformações que vão se construindo de maneira lenta, complexa e até difusa que em rupturas bruscas. Na verdade, ao que parece, no seu entendimento, mesmo as rupturas bruscas só seriam possibilitadas por processos mais amplos que as antecedem.

No trabalho de 2018, Braga, então, para retomar e evidenciar essa dimensão processual e tentativa do dispositivo interacional, propõe a noção de “arranjos disposicionais”, colocando no centro da questão as lógicas comunicacionais do dispositivo.

Se consideramos que os arranjos, as lógicas do jogo (com seus objetivos, suas regras de funcionamento e suas táticas de ajuste) são a dinâmica central do dispositivo – e aqui, de qualquer dispositivo social assumido na lógica do modelo foucaultiano – então devemos perceber a centralidade da comunicação em todo e qualquer processo social. Arranjos disposicionais são, *em si mesmos*, exercícios práticos da potencialidade comunicacional do ser humano. (BRAGA, 2018, p. 19 – itálicos do autor)

O autor defende que esse modelo “permite esquadrihar os elementos efetivamente presentes, as experiências e as estratégias em que se elaboram as lógicas internas de cada arranjo disposicional” (BRAGA, 2018, p. 20). Do modo como eu a compreendo, essa noção organiza a percepção da particularidade de um arranjo, com foco nas relações entre os elementos que o configuram, sem perder de vista o espectro mais amplo no qual ele se inscreve. Além disso, o arranjo disposicional destaca o papel do pesquisador no trabalho com o dispositivo, no contato e manejo com a realidade pesquisada para identificar e compreender suas lógicas. Como afirmou o autor, “a pesquisa é um trabalho braçal. A gente arregança as mangas e vai para a pesquisa” (informação verbal²⁹). Para ele, esse método, ao qual designa como “inferencial” (BRAGA, 2016), se apresenta como caminho produtivo para a observação desses processos e para o desentranhamento daquilo que neles há de comunicacional.

Desse modo, a articulação entre uma perspectiva interacional da comunicação e uma abordagem comunicacional do dispositivo, entendendo-o como processo de experiência, aprendizado e relação com o outro, que tem potencial para transformar os contextos nos quais se desenvolve, consolidou o que primeiro apareceu para mim como uma intuição, durante a Compós: a possibilidade de articular a ideia de arranjos disposicionais apresentada por Braga com a cena de dissenso em Rancière. Nesse sentido, destaco também o modo como ambas as noções, tomadas como operadores metodológicos, destacam o papel do pesquisador não apenas

²⁹Fala de José Luiz Braga durante sua apresentação no GT de Epistemologias da Comunicação, no 27º Encontro anual da Compós, em 06 de junho de 2018, em Belo Horizonte.

como um intérprete ou analista, mas como atuante na própria produção da realidade pesquisada, o que será retomado mais a frente. Até então, eu já trabalhava com a poética do conhecimento e a cena de dissenso como núcleo da proposta metodológica da pesquisa, como apresentado no capítulo anterior. Foucault entrava nesta tese fundamentando a abordagem do poder e da resistência (a partir do conceito de “contraconduta”) na descrição do histórico da relação entre a pixação e o poder público, em Belo Horizonte³⁰. Embora já tivesse tido algum contato com o conceito de dispositivo no meu percurso acadêmico, eu não o conhecia profundamente – e não o compreendia, é verdade – e nunca o havia cogitado como aporte teórico ou ferramenta metodológica. No entanto, o modo como Braga o apresentou me apontou para a possível articulação com a abordagem metodológica que eu propunha até então para o trabalho com o aparecimento público e a participação de pixadores em eventos de debate sobre o cenário da pixação em Belo Horizonte.

Com essa construção metodológica, busco responder a duas preocupações que têm se apresentado de modo cada vez mais determinante para mim. Primeiro, aquela relacionada à especificidade comunicacional do meu trabalho, algo com o que fui confrontada em diferentes momentos da minha trajetória na pesquisa em torno de práticas de intervenção gráfica urbana e de seu potencial político. Braga (2010a; 2010b; 2011), embora observe que os processos midiáticos vêm conformando historicamente as interações comunicacionais e destaque as mídias como lugares privilegiados para a observação dos processos de constituição de instituições e linguagens, chama a atenção para que não haja uma compreensão direta da mídia como dispositivo (embora ela possa fazer parte de um) ou mesmo como central na abordagem dos dispositivos interacionais. Yamamoto (2013), ao destacar que a concepção de Braga sobre a comunicação supera o entendimento de um estudo limitado à mídia, afirma:

Se os dispositivos técnicos de comunicação se fazem presentes na pesquisa, isso não significa que esses constituam o cerne do problema ou o objeto da investigação comunicacional, como, aliás, tem sido a justificativa mais frequente para uma pesquisa na área. Significa, tão somente, que neles o comunicacional é gestado ou que, a partir deles, o fenômeno pode sofrer alguma variação. É precisamente o entendimento de um comunicacional coexistente no vasto conjunto de questões

³⁰No processo de qualificação da pesquisa, em dezembro de 2017, a tese seguia uma organização bem distinta da que é apresentada agora e eu ainda tateava na construção de uma abordagem metodológica dos dados resultantes de dois anos de uma pesquisa de campo pouco controlada, como foi apresentado na Introdução e será retomado ao fim deste capítulo. Naquele momento, o primeiro capítulo era dedicado ao conceito de poder e à apresentação do histórico das ações do poder público belo-horizontino no combate à pixação. O capítulo 2 se organizava em torno da história da pixação em Belo Horizonte, apresentada a partir de um entrelaçamento entre os conceitos de resistência e vulnerabilidade. Embora a estrutura do texto tenha se modificado na busca por um maior alinhamento à proposta metodológica, o trabalho anterior mantém sua relevância e parte dele será apresentado, com edições e de forma articulada à empiria, no Capítulo 5.

humanas e sociais (embora nem sempre bem explicitado na diversidade das pesquisas em Comunicação) que permite a Braga a sua proposição metodológica denominada indiciária e inferencial. (YAMAMOTO, 2013, p. 105)

Braga rejeita, portanto, uma premissa de que a mídia deva impor-se como único objeto empírico da Comunicação e considera que as matrizes interacionais podem ser consideradas não só nos macrodispositivos midiáticos, mas, também, em microdispositivos interacionais, como conversas cotidianas e face a face, mesmo entre duas ou poucas pessoas. Sua compreensão se volta, assim, para “dispositivos que se organizam social e praticamente como base para comunicação entre participantes (em qualquer abrangência, número, dimensão ou processualidade)” (BRAGA, 2011, p. 12). Segundo o autor, não há, assim, nada que possa ser identificado *a priori* como “propriamente comunicacional”; é na observação sistemática e comunicacionalmente qualificada desses processos que se pode extrair tal propriedade.

[...] não há processos sociais que sejam, em si, comunicacionais, como distintos e separáveis de processos políticos, educacionais, informativos ou afetivos. Ao observar um processo interacional, em sua complexidade e associado a tais outros objetivos sociais, podemos, entretanto, perceber aí imbricados aspectos e características que mostram a comunicação em ação. Essa inseparabilidade prévia ou abstrata entre o fenômeno e seu contexto implica a necessidade de incluir no espaço descritivo da situação observada as perspectivas dos participantes, os sentidos propostos, compostos ou mutuamente tensionados e os resultados nos episódios interacionais estudados. (BRAGA, 2016, p. 87)

Para o autor, “episódios comunicacionais se desenvolvem sempre no âmbito de dispositivos interacionais” (BRAGA, 2011, p. 12) e ambos – episódios e dispositivos – são objetos possíveis para as investigações em Comunicação. Não se trata de objetos propriamente comunicacionais ou intrínsecos ao campo, mas de uma perspectiva adotada no olhar para processos sociais diversos, realizando uma “investigação empírica de situações sociais em perspectiva comunicacional” (BRAGA, 2018, p. 16). Assim, defendendo que a dimensão comunicacional da montagem de uma cena de dissenso a partir do aparecimento público de pixadores em eventos sobre o tratamento conferido a eles e à pixação pelo poder público de Belo Horizonte pode ser traçada a partir do momento em que a observação se dá sobre os episódios interacionais que atravessam a presença e a participação desses sujeitos naqueles contextos e a sua interlocução com outros indivíduos e grupos.

Minha segunda preocupação se relaciona ao que Braga (2018) denomina como “potencial heurístico” da proposição, que diz do modo como uma pesquisa, embora se direcione à investigação de um fenômeno empírico específico e singular, pode levantar aspectos e

perguntas que perpassam, de modo mais amplo e transversal, o comunicacional³¹. Portanto, ainda que meu olhar se volte para o problema específico do aparecimento público de pixadores nos eventos citados, acredito que a metodologia construída a partir da articulação dos conceitos de arranjos disposicionais e cenas de dissenso, baseada na compreensão da Comunicação como processo *tentativo* e na perspectiva de um método da igualdade, tem potencial para apresentar caminhos para outras pesquisas da área. É partindo dessa aposta que as seções seguintes se desenvolvem.

3.2. Dispositivo e cena de dissenso: uma aposta

Articular as noções de cena de dissenso e dispositivo não significa compará-las, entrelaçá-las ou reduzi-las uma à outra. Assim, é importante reconhecer e demarcar as distinções e mesmo divergências que aparecem nesse contexto a fim de que as aproximações sejam feitas de modo responsável.

Para Foucault (1994), conforme já foi apresentado, o dispositivo surge para responder a um problema que, identificado, demanda por soluções. Trata-se de um processo instável e contínuo, no qual é por meio dos acertos atingidos pelas tentativas e erros que os dispositivos vão se consolidando e formando discursos, até, eventualmente, estabilizarem-se como verdade ou como “critério da distinção entre verdade e falsidade, entre o que pode ou não pode ser dito” (BRAGA, 2018, p. 5). Por outro lado, o dano que dá origem à cena de dissenso não pode ser identificado a um problema a ser resolvido, já que se trata de um erro fundamental na contagem hierárquica das partes de uma sociedade, para o qual não há solução possível, apenas seu tratamento pela ação política (RANCIÈRE, 1996). Da mesma forma, a reconfiguração de uma dada partilha do sensível pela instauração de uma cena de dissenso, caso se estabilize e se consolide, deixa de se caracterizar como tal para se tornar seu oposto, uma nova ordem policial. O dispositivo e a cena de dissenso se distinguem, assim, tanto em sua origem como nos processos que os configuram.

Em outro ponto de distinção, Braga (2018), entendendo que os dispositivos variam conforme suas urgências, objetivos, abrangência, complexidade etc. e que o que é aceito como

³¹Yamamoto (2013) oferece, em uma nota de rodapé, uma definição complementar sobre o que são as proposições ou hipóteses heurísticas a que Braga frequentemente se refere: “Trata-se de proposições, axiomas ou sentenças resultantes de investigações anteriores (generalizações) que servem de pressupostos para novas investigações. As hipóteses heurísticas são provisórias e direcionam a observação dos fatos empíricos” (YAMAMOTO, 2013, p. 101).

verdade em determinado contexto é produzido na prática e buscando soluções para problemas específicos, considera que “estudar dispositivos corresponde a examinar esse processo tentativo – descobrir as *lógicas internas e históricas* do arranjo elaborado” (BRAGA, 2018, p. 7 – itálicos meus). Para ele, é aí que residiria o potencial heurístico do conceito: sua aptidão para a generalização a partir do desentranhamento do comunicacional. Rancière (2009b), por outro lado, como visto no capítulo anterior, expressa que seu método visa ser capaz de olhar para o singular e relacioná-lo a um contexto mais amplo do qual faz parte, mas jamais generalizá-lo. No trabalho com a cena de dissenso, ela mesma se constitui como realidade, e não se deve, portanto, recorrer a um fora de cena que a conformaria e tornaria possível (RANCIÈRE, 2014; 2018). No entanto, entendo que pode-se seguir pistas que a cena abre, identificar elementos que se insinuam, seja pelos sujeitos que a produzem ou por mim ao descrevê-la (o que do meu repertório é evocado por aquilo que acontece na cena?), afinal, sou eu que a produzo: “a cena só existe no caso em que eu lhe dou vida através da escrita” (RANCIÈRE, 2014, p. 99). Não se trata, assim, de buscar compreender causas ou de projetar uma capacidade de generalização, mas de ampliar a cena e inscrevê-la em uma historicidade (LELO; OLIVEIRA; MARQUES, 2014).

Rancière indicou pessoalmente esse afastamento entre os conceitos – o que poderia ter podado em uma de suas raízes a linha de trabalho que assumo aqui. Em *La méthode de la scène* (2018), o autor é instado, por meio de uma entrevista, a esclarecer em que a noção de cena de dissenso, enquanto observação da distribuição das relações em um dado contexto, seria distinta do conceito foucaultiano de dispositivo. Ele, então, rejeita uma pretensa equivalência entre os dois conceitos, considerando que, em Foucault, o dispositivo é concebido como aquilo que estabelece os lugares e os modos de visibilidade e enunciação possíveis. A cena de dissenso, ao contrário, se configuraria como “o lugar de um encontro” (RANCIÈRE, 2018, p. 30 – em francês no original) em que o que é tornado visível e enunciável desafia, justamente, essas determinações. Ele afirma: “a noção de dispositivo diz: eis o que produz aquilo que você percebe e o que você pensa. A cena é mais o que expõe as diferentes formas como uma mesma coisa pode ser percebida: ela é sempre para mim o momento no qual as coisas podem vacilar, ser sacudidas” (RANCIÈRE, 2018, p. 30 – em francês no original). Na mesma ocasião, Rancière também rejeita uma aproximação do seu conceito com o de agenciamento, em Deleuze, afirmando que sua formulação não abre a possibilidade para a decupagem de cenas artísticas e políticas a fim de compreender como as relações ali estabelecidas podem ser reconfiguradas.

Contudo, me restringindo à relação com o dispositivo e fazendo uso daquilo que Braga (2018) abordou em sua apresentação no Congresso da Compós e em seu texto, há uma distinção (que deve ser responsável) entre aquilo que o autor diz, o que ele faz com o que diz e o que eu, como pesquisadora, faço a partir do ele diz. Não desconsidero (e nem poderia) as ressalvas feitas por Rancière, mas acredito que há interfaces possíveis entre esses dois conceitos que podem ser vislumbradas a partir das poéticas que acionam, movimentam e reconfiguram os dispositivos e a cena. Por poética entendo uma certa racionalidade sensível e comunicacional que organiza forças, linhas de ação, saberes e experiências na produção tanto de dispositivos quanto de cenas de dissenso. É por esse viés que invisto na aposta de relacionar as abordagens do dispositivo e da cena de dissenso: não pelo estabelecimento de uma pretensa equivalência, mas a partir das poéticas específicas que os tornam possíveis, explorando as possibilidades que elas me abrem para o desenvolvimento de um método da igualdade.

De certo modo, não faço essa aposta sozinha. Davide Panagia, em seu livro *Rancière Sentiments*³² (2018), aborda a influência do conceito foucaultiano de dispositivo no pensamento de Jacques Rancière, contextualizando-a na crítica que este faz a Althusser, já mencionada no capítulo anterior. Panagia atenta que, no pensamento de Althusser, a compreensão das classes sociais como uma estrutura distorcida e mimética, que reproduz automaticamente a ideologia dominante, estaria relacionada ao termo “aparato”, “que descreve uma arquitetura para a imposição de formas de representação através do tempo” (PANAGIA, 2018, p. 27). Nesse contexto, apenas um especialista – um intelectual – seria capaz de analisar tal estrutura para encontrar o ponto de produção da mimese e alterá-lo, produzindo representações mais adequadas. Para Rancière, segundo Panagia, esse processo, que parte de uma concepção transmissiva do conhecimento (daqueles que compreendem as relações ideológicas de exploração para aqueles que não a compreendem, libertando-os), não reconfigura as relações, apenas interrompe a reprodução automática da ideologia, pois, para Althusser, algumas das linhas que dividem e traçam relações entre determinados sujeitos seriam naturais. Rancière, assim, segundo Panagia, se desfaz daquele entendimento sobre o aparato e substitui o termo por “dispositivo”, desenvolvendo uma compreensão mais afinada com a de Foucault sobre o conceito, ou seja, observando como são produzidos os elementos de uma determinada partilha social e as relações que eles estabelecem, não as compreendendo como naturais.

³²O livro foi lançado em 2018, mesmo ano da publicação de *La méthode de la scène*, o que significa que, talvez, Panagia tenha feito essas aproximações antes da recusa expressa de Rancière. Eu as faço depois, mas assumo e procuro justificar esse risco. Ao final desta seção, demonstrarei que, na verdade, não discordo de Rancière, mas tensiono sua apreensão do dispositivo.

Panagia (2018) observa, a partir de dois pontos, a dificuldade de verificação dessa mudança terminológica de “aparato” para “dispositivo” na obra de Rancière. Primeiro, porque o termo em francês *dispositif* é frequentemente traduzido para o inglês como *apparatus*, o que causaria uma indistinção entre os termos que deveriam, justamente, marcar uma diferença. Segundo, porque Rancière só utiliza literalmente o termo “dispositivo” de forma muito ocasional em seus escritos. Contudo, para Panagia, é possível perceber no trabalho do autor, sobretudo em *Aisthesis* (2013), um pensamento sobre o dispositivo, mas que recusa uma centralização nos aparatos técnicos pensados sob a chave da dominação. Para ele, “essa é a especificidade do dispositivo: é um meio cujo arranjo das partes é indeterminado, mas que, ainda assim, é eficaz em transformar a natureza da classificação e, portanto, as relações de poder que organizam distribuições divisivas” (PANAGIA, 2018, p. 38-39 – em inglês no original). Nesse sentido, reflete: “Eu leio a ideia de uma rede construída em torno de um evento artístico que inscreve uma constelação móvel de percepções, afetos, formas interpretativas e paradigmas artísticos como um dispositivo” (PANAGIA, 2018, p. 28 – em inglês no original).

O modo como Panagia percebe a presença (ainda que etérea) do dispositivo no trabalho de Rancière parece se alinhar à compreensão deleuziana do conceito. Em Deleuze ([1989] 2001), o dispositivo é apresentado como um conjunto de linhas de naturezas distintas e diversas, que não operam como delimitações, mas como atravessamentos ou fluxos que ora se juntam, ora se cortam, ora se afastam. O autor afirma, assim, que os três eixos do pensamento foucaultiano – Saber, Poder, Subjetividade – não são formações fixas e delimitadas, mas variam no contato (muitas vezes conflituoso) umas com as outras. Nesse contexto, há, sim, linhas de força que compõem uma “dimensão do poder” e atravessam todo o dispositivo e as diversas linhas que o constituem, *definindo seus trajetos e suas relações com as outras linhas*. Mas há, também, linhas de subjetivação, que se constituem como “linhas de fuga” que “indicam as fissuras e as fraturas” (DELEUZE, [1989] 2001, p. 7), permitindo que o dispositivo não seja determinado de forma irrevogável pelas linhas de força. Trata-se de um “processo de individuação” em relação às outras linhas, um processo capaz de romper com relações de servidão às linhas de força e de dar origem à formação de novos poderes e saberes. Assim, essa ruptura pode ser, também, um ponto de passagem de um dispositivo a outro³³: “as produções de subjetividade escapam dos poderes e dos saberes de um dispositivo para se reinvestirem nos

³³Deleuze ([1989], 2001) apresenta a classificação das linhas formadoras de um dispositivo em dois tipos: de estratificação ou sedimentação e de atualização ou criatividade. Ele considera que Foucault, em sua obra, apresentou o primeiro momento – o arquivo, a história, a sedimentação dos dispositivos –, mas foi em suas entrevistas que ele refletiu sobre as atualidades.

poderes e saberes de um outro dispositivo, sob outras formas ainda por nascer” (DELEUZE, [1989] 2001, p. 3).

Contudo, mais que da compreensão deleuziana, é do entendimento de Agamben sobre o dispositivo que Rancière parece se aproximar, sobretudo em sua definição da polícia. Agamben (2005), ao sistematizar em alguns pontos as definições que Foucault oferece na já referida entrevista de 1977, afirma que o dispositivo sempre está inscrito em uma relação de poder. Para ele, os dispositivos capturam os indivíduos, que ele nomeia como “seres vivos”, dando origem a processos de subjetivação que os transformam em sujeitos governáveis. Nas palavras do autor: “[...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2005, p. 13). Chignola (2014) critica tal perspectiva e evidencia o seu afastamento em relação ao pensamento de Foucault. Para ele, Agamben possui uma visão radical sobre a fase atual do capitalismo, em que não haveria possibilidade ou mesmo desejo de resistência. Chignola (2014, p. 15) considera que, “na perspectiva de Agamben, o dispositivo é uma máquina de dessubjetivação radical, considerando um complemento da estrutura de soberania que funciona como uma máquina biopolítica absoluta”.

A aproximação com Rancière é feita aqui com cuidado e ressalvas. Em Agamben (2005), o dispositivo é entendido como exercício de um poder autoritário, muito ligado ao modo pessimista como o autor se apropria da noção de biopolítica em Foucault, entendendo-a como uma total submissão da vida ao poder, que retira dela qualquer qualidade de singularidade, reduzindo-a ao seu fato biológico, a uma “vida nua” (AGAMBEN, 2015; PELBART, 2008; 2009). Em Rancière, como já foi visto, a ordem policial não adquire, necessariamente, esse caráter de uma dominação implacável. No entanto, mesmo que sua perspectiva não possa ser reduzida à de Agamben, ele parece tangenciá-la de alguma forma ao entender que o dispositivo só pode produzir “um sujeito assujeitado” (RANCIÈRE, 2018, p. 30 – em francês no original), não permitindo a observação das possibilidades de subjetivação política a partir da reconfiguração das relações estabelecidas por uma ordem policial, processo que configura o núcleo de seu interesse.

Essas perspectivas, no entanto, parecem tomar o dispositivo como algo estabelecido ou pronto, perdendo de vista aquilo que Foucault (1994) apresenta como o núcleo de sua preocupação em relação ao conceito: as dinâmicas que caracterizam a produção das relações entre os elementos que o constituem. Como já foi brevemente mencionado, o autor identifica

uma natureza emergencial e estratégica dos dispositivos, que teriam sua constituição iniciada a partir da percepção de um problema e da urgência em encontrar soluções para ele, que encaminhariam estratégias de ação. Os efeitos dessa estratégia – “positivo e negativo, desejado ou indesejado” (FOUCAULT, 1994, p. 299) – são avaliados, ajustados, e vão se consolidando. Nesse sentido, de acordo com Panagia (2018), o conceito se relaciona à ideia de disposição, de arranjo, que não reproduz relações (como na noção althusseriana de aparato), mas as produz, propriamente. Braga oferece um complemento a essa compreensão ao destacar que essas relações têm um caráter potencial, tentativo, dinâmico e sujeito a transformações: “o que pode (ou não) se estabelecer se caracteriza como um tipo de jogo, um arranjo que vai se organizando entre os componentes” (BRAGA, 2018, p. 4). Não há, assim, nada *a priori* em um dispositivo. Mesmo as relações de poder e saber que o configuram devem ser observadas não como pontos de partida, mas como parte das forças e dos elementos heterogêneos que o constituem e que se estabelecem, eles mesmos, de forma dinâmica e tentativa.

Ângela Marques e Marco Aurélio Prado (2018), que também exploram a possibilidade de articulação do conceito foucaultiano com o de cena de dissenso em Rancière, partem de uma perspectiva processual e relacional do dispositivo para caracterizá-lo como “uma forma de experimentação que requer novos arranjos entre corpos, fazeres, dizeres e gestos” (MARQUES; PRADO, 2018, p. 140) e que produz determinados regimes sensíveis. A autora e o autor argumentam que os arranjos disposicionais e relacionais que configuram os dispositivos se assemelham aos arranjos que produzem cenas de dissenso: “[...] o dispositivo atua como mecanismo de produção de arranjos relacionais que, por sua vez, dão origem a cenas de dissenso nas quais os sujeitos políticos jogam com a não naturalidade das relações que os dispõem no espaço, no tempo e no discurso” (MARQUES; PRADO, 2018, p. 143).

Nesse sentido, eles se aproximam do entendimento deleuziano sobre o dispositivo quando este o toma a partir de duas dimensões poéticas principais, as “curvas de visibilidade” e as “curvas de enunciação”, e o caracteriza, assim, como uma máquina “de fazer ver e de fazer falar” (DELEUZE, [1989] 2001, p. 1). Portanto, aquilo que é visível e enunciável em um dispositivo só o é de determinada forma dentro e em função daquele dispositivo e do modo como as linhas que o compõem se atravessam e formam regimes de visibilidade e enunciação, em uma configuração que não é, para Deleuze, natural, mas contingente, circunstancial³⁴.

³⁴Para Deleuze ([1989] 2001), a análise de como esses processos ocorrem é sempre casuística, variando de acordo com o dispositivo, o que se alinha à recusa foucaultiana às verdades universais.

Tal compreensão remete à acepção de Rancière sobre o dispositivo como o “aparelho que impõe a maneira como vamos nos posicionar, como vamos ser identificados e devemos olhar e sermos vistos” (RANCIÈRE, 2018, p. 30 – em francês no original). Nessa lógica, o dispositivo seria correlato não à cena de dissenso, mas, de modo oposto, ao que o autor denomina como “partilha policial do sensível”, uma instância conformadora de relações entre nomes, coisas, lugares, funções e modos de fazer, daquilo que é visível e enunciável em seu âmbito. Mas, poderíamos nos indagar: se há arranjos disposicionais que produzem a partilha policial do sensível, não haveria de também haver aqueles que produzem a partilha política do sensível? Uma vez que não se podem pensá-los separadamente, não estariam eles intimamente imbricados? Tensionando essa concepção, Panagia (2018) adverte que o conceito de partilha do sensível não deve ser entendido meramente como uma disposição de elementos heterogêneos em que suas formas e funções são definidas – o que se aproximaria, para ele, da noção de aparato trabalhada por Althusser. A partilha de Rancière incluiria nessa compreensão a possibilidade de reconfiguração dessas relações, apreendidas e compreendidas a partir da chave do sensível.

Segundo Panagia, isso permite considerar que é a inspiração no conceito de dispositivo que leva Rancière a observar a produção das relações entre nomes, lugares e funções, não as entendendo como naturais e atentando para as brechas e excessos que abrem espaço para sua reconfiguração. Ele considera que “Rancière, assim, se distancia da ortodoxia transcendental de Althusser ao introduzir a sensibilidade e a poética do dispositivo como uma *techne* cenográfica que está sempre se ajustando e alterando, sempre jogando com a artificialidade das relações” (PANAGIA, 2018, p. 28 – em inglês no original). Nesse sentido, se a indeterminação e o caráter potencial e poético das relações que se estabelecem em um dispositivo são aquilo que o caracteriza, como afirma Foucault (1994) e destacam Deleuze ([1989] 2001), Panagia (2018) e Braga (2018), é isso, também, que abre o conceito para a possibilidade do dissenso, ou de uma poética do rearranjo dissensual.

Para ampliar esse argumento, retomo as abordagens de Agamben e Deleuze sobre as possibilidades de escape ou resistência às relações que se estabelecem em um dispositivo. Agamben (2015) afirma que, contra o movimento de dominação totalizante empreendido pelos dispositivos que assujeitam os indivíduos, a “estratégia” deve ser a de “liberar o que foi capturado e separado pelos dispositivos para restituí-lo a um possível uso comum” (AGAMBEN, 2005, p. 14). O autor introduz, aí, seu conceito de “profanação”, que é a restituição de algo que foi sacralizado, separado da esfera comum, à experiência cotidiana. Para

ele, “a profanação é o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício havia separado e dividido” (AGAMBEN, 2005, p. 14). Já em Deleuze ([1989], 2001), a ruptura com as linhas de força de um dispositivo não pode permanecer como tal, desgarrada, autônoma, havendo uma tendência de que forme outro dispositivo, o que torna possível que aquilo que é linha de subjetivação e ruptura em um contexto constitua-se como linha de força na formação de outro. Na primeira acepção, se insinua a busca por um lugar fora do poder, entendido como máquina de governo. Na segunda, parece haver um entendimento – mais próximo do de Foucault – do poder como exercício (contextual) e como relações de poder, não havendo, assim, um lugar fora dele. Contudo, para Deleuze, há possibilidades, no dispositivo, de fazer ver as fissuras e, inclusive, de rompimento, individuação e constituição de novos dispositivos.

Assumindo, então, com Foucault, Deleuze e, claro, com Rancière que não há um lugar fora do poder e retomando a centralidade da observação da produção das relações entre os diferentes elementos que compõem um dispositivo, acredito que essas relações possam ser observadas a partir da medida em que convergem ou divergem rumo à função que lhes foi estabelecida e do modo como atuam, assim, para a confirmação, atualização ou contestação daquele poder ali exercido. Além disso, como destaca Chignola (2014), dentro do dispositivo, os sujeitos *agem*, e onde há liberdade de ação há a possibilidade de rompimento com a ordem vigente. Abre-se aí a possibilidade de uma compreensão do dispositivo como dialético, considerando que os processos ou linhas de subjetivação que não lhe confirmam e atualizam podem causar desestabilizações, curtos-circuitos, podendo ou não provocar rearranjos daquele dispositivo, entendendo que as contestações e desafios fazem parte de sua constituição e só podem ocorrer em sua esfera. Parece ser por essa via – aberta por Deleuze – que a aposta de uma aproximação entre o pensamento político de Rancière e o conceito de dispositivo se torna possível, não de forma direta pela chave da cena de dissenso, mas compreendendo o dispositivo como uma forma de organização social – uma partilha do sensível. Nesse caminho, chego não a uma discordância com Rancière, pois entendo que a cena de dissenso, de fato, não pode se configurar como um dispositivo, mas concluo que um dispositivo pode ser dissensualmente disposto em uma cena (o que origina uma *poiésis*) em que os regimes de visibilidade e enunciação são embaralhados, desestabilizados. É o que proponho na seção que se segue.

3.3. Arranjo disposicional dissensual: uma proposta

A partir das possibilidades e limites para o trabalho com os conceitos de cena de dissenso e dispositivo que procurei abordar até aqui, proponho algumas aproximações tentativas, que não têm por objetivo esgotar as possibilidades de articulação entre as duas matrizes, mas explorar alguns dos caminhos que abri a partir dessa aposta e que considero importantes para este trabalho (e, potencialmente, para outros).

Primeiramente, ambas as noções apontam não para uma análise de sentidos estáveis, formais e institucionalizados, mas para uma observação dos próprios processos de produção de sentidos, com atenção à potência que eles possuem para provocar transformações nos âmbitos nos quais ocorrem. A impossibilidade de analisar um dispositivo em sua inteireza, posto que ele nunca pode ser tomado como pronto, faz com que a atenção deva ser dirigida à sua composição, suas tentativas, falhas, acertos, estabilizações e instabilidades – enfim, seus processos de produção. A inexistência de um *a priori* e a ideia do jogo de arranjo e rearranjo entre os componentes e relações de um dispositivo interacional se alinham, assim, ao modo como, na cena de dissenso, também não há relações de causa e efeito ou projetos racionais que se voltem a um objetivo específico. Não se trata, também, do surgimento de novos elementos que antes não existiam, mas de um modo distinto de contá-los e de fazê-los vistos. Talvez seja possível identificar, assim, as cenas de dissenso também como processos tentativos, tomando-as não como algo que está inteiro e montado em um determinado evento, mas buscando pelas diversas relações e sentidos que podem ser estabelecidos naquele contexto.

Ainda que em Rancière não haja necessariamente um interesse pelos processos que subjazem historicamente, espacialmente e socialmente a formação de uma cena de dissenso, como há em Foucault (1994) em relação ao dispositivo, os dois conceitos perguntam pelas relações que se estabelecem em determinado contexto. Além disso, ambos propõem fazê-lo a partir de processos que podem ser aproximados: a escolha de um elemento ou singularidade a partir do qual essas relações serão observadas.

No trabalho de Braga (2011), esse processo aparece a partir da seleção dos aspectos que, no dispositivo a ser analisado, se sobressaem como relevantes para a investigação. Essa seleção não deve ser feita com base em categorias pré-determinadas e fechadas, nem considerar que tais aspectos sejam determinantes ou sobreponham-se aos demais elementos com os quais eles se relacionam no contexto observado. O primeiro ponto ressaltado pelo autor na noção de dispositivos interacionais é, justamente, a heterogeneidade de elementos (técnicos, práticos, culturais, comunicacionais, etc.) e dos modos em que eles se articulam em um dado processo social. A força e a relevância de determinados elementos são relativas, portanto, à pergunta

específica que se lança àquele arranjo, no contexto particular da investigação que se realiza, e não de forma determinante e apriorística.

Em Deleuze ([1989] 2001), há uma noção semelhante. Para o autor, a análise de um dispositivo exige separar as linhas que o constituem (que podem ser, como já mencionado, de “sedimentação” ou de “ruptura”) e explorar seu percurso, em um trabalho de cartografia no qual “é necessário instalar-se sobre as próprias linhas, que não se limitam a compor um dispositivo, mas que o atravessam e o arrastam, do norte ao sul, do leste ao oeste ou em diagonal” (DELEUZE, [1989] 2001, p. 1). Essa seleção de “elementos fortes” ou cartografia das linhas de um dispositivo pode ser relacionada ao método de trabalho com a cena de dissenso, que, segundo Rancière (2014), se fundamenta na seleção de uma singularidade (indicada pelo próprio objeto) e na exploração de todas as redes de significação que se estabelecem a partir e em torno dela.

Acredito que a ideia de seleção de uma singularidade e exploração das relações que ela estabelece com outros elementos é um dos principais aspectos que permitem articular metodologicamente a cena de dissenso e o dispositivo. Entendo, a partir de Braga (2011), que episódios comunicacionais sempre recorrem a dispositivos interacionais, tidos como matrizes ou padrões construídos historicamente e acionados contextualmente. A partir daí, defendo que é possível dispor dissensualmente tais dispositivos: eleger como “elemento forte”, “singularidade” ou “linha” aquilo que, em uma abordagem hierárquica, não seria considerado como importante na sua formação; explorar essa singularidade, seguir seu trajeto, observar que relações ela estabelece com outros elementos, ignorando deliberadamente as determinações hierárquicas que possam estar ali dispostas. Reitero que esse processo não tem como objetivo resgatar causas ou projetar consequências, mas deseja ser capaz de identificar que elementos e relações formam uma cena e são dados a ver nela. Reafirmo, também, que não se trata de considerar a cena de dissenso como um dispositivo, mas de acionar a noção de dispositivo para construir uma poética capaz de montar e observar uma cena de dissenso.

Essa observação se dá a partir de nove eventos, realizados em locais e períodos diferentes, com distintos formatos, organizações e propostas. De acordo com Braga (2010b; 2012), embora cada contexto tenha aspectos particulares, há a possibilidade de que se faça uma mesma ordem de perguntas a esses diferentes dispositivos. Para o autor, essas perguntas com propósito heurístico devem ser feitas para cada evento e demais fontes de dados da pesquisa, de modo que suas particularidades possam ser evidenciadas ao mesmo tempo em que um terreno comum de observação e análise é construído. Com esse processo, o autor parece se

voltar a duas direções: 1) o dispositivo, com suas regras, códigos, graus de previsibilidade, flexibilidade e imprecisão, os requisitos e exigências colocados aos participantes etc.; 2) as interações dos participantes, suas performances e os modos a partir dos quais eles acionam as matrizes de interação do dispositivo em questão.

Nessa observação, segundo Braga (2010a; 2010b), importa perceber, ainda, que a linguagem enquanto código preestabelecido não é, muitas vezes, suficiente para aquilo que as interações demandam. É dessa insuficiência que surgiria, contudo, a potência para transformação dos códigos existentes e para a produção de novos. Desse modo, como destaca Yamamoto (2013), seria necessário superar certo enfoque no código, comum às pesquisas em Comunicação, para realizar uma abordagem dos usos da linguagem em situações concretas, com atenção à importância de processos extralinguísticos para a constituição do dispositivo interacional e para, nele, acionar as transformações demandadas pelo contexto da interação.

A consideração de aspectos extralinguísticos torna a observação sensível a outros aspectos estéticos que, ainda que não passem pelo discurso, atuam no modo como cada evento se configura e, principalmente, na inscrição dos pixadores em cada um deles. Os nove eventos analisados apresentam propostas e configurações distintas e são realizados em espaços bastante diversos. Nesse sentido, a presença dos pixadores na Real da Rua, um espaço que faz parte do seu cotidiano, onde se sentem à vontade, não é equivalente à sua presença no Espaço UFMG do Conhecimento, que também não é igual à presença na Assembleia Legislativa. Eles são, muitas vezes, os mesmos, mas os contextos são distintos, o que faz com que as interações ocorram de modos distintos. Para Rancière, esses aspectos também dão forma à política ao exporem um dissenso. Conforme aponta Marques:

Rancière revela uma dimensão estética da política quando trata não só da ordem do dito, mas sobretudo daquilo que é pressuposto, dos elementos extradiscursivos que apontam para diferentes níveis de divisões entre aqueles que podem fazer parte da ordem do discurso e aqueles que permanecem fora de um espaço previamente definido como “comum”. (MARQUES, 2011, p. 26)

Para a compreensão desses aspectos extralinguísticos, Braga (2010b) propõe um método inferencial, que se apoia no que o autor denomina como “paradigma indiciário”. As inferências permitem, para ele, a partir de indícios e pistas, considerar o que está implícito além da decodificação semântica de uma mensagem, quais as intenções implicadas na interação observada, o que do contexto configura o sentido do enunciado etc. Não se trata, contudo, de um modelo livre de problemas ou que represente um sinônimo de total flexibilidade e liberdade. De acordo com Yamamoto (2013, p. 105), “quanto mais abrangentes e quanto mais consistentes

forem essas inferências, maior sua envergadura, influência e durabilidade. Contudo, são provisórias. Como as teses e as hipóteses, podem ser refutadas a qualquer momento”. As inferências também são, assim, tentativas.

Ainda em relação ao método inferencial, Braga (2016) aponta para a importância de uma “descrição reconstrutiva” como método (tentativo) que permite gerar inferências sobre a realidade observada a partir de seus indícios.

Ao observarmos uma situação qualquer, podemos sempre descrevê-la em seus muitos detalhes e aspectos. Duas questões se colocam para o pesquisador que observa: a de assegurar que não está omitindo aspectos relevantes, que podem lhe passar despercebidos; e a de evitar um viés subjetivo, que o faria perceber apenas os detalhes que de algum modo lhe interessam. Como não temos regras gerais apriorísticas, é preciso derivar critérios *ad-hoc* e portanto tentativos, para levantar indícios e para distinguir os essenciais dos acidentais, em função das lógicas interacionais internas da situação e de suas relações com o contexto. Os indícios articulados e as inferências assim viabilizadas sobre o fenômeno podem então ser expressos na forma de um “modelo compreensivo” do objeto. Essa modelização corresponde a uma *descrição reconstrutiva* do objeto ou situação, baseada não na soma superficial do maior número de detalhes, mas sim, em perspectiva oposta a esta, em um número reduzido de indícios relevantes (pistas, sintomas) que, articulados pelo pesquisador, aproximam o olhar sobre as lógicas processuais básicas que fazem o objeto “funcionar”; tanto em sua organização interna (articulação entre as partes); como nas relações com contextos e outras situações com que este entra relevantemente em relação. (BRAGA, 2016, p. 94 – itálicos do autor)

Aqui, é interessante notar como Braga – assim como Rancièrè – atribui à escrita uma função metodológica, salientando que ela não apenas relata o que se observa, mas produz propriamente o lugar de observação: “as palavras fazem coisas” (BRAGA, 2016, p. 96). Nesse sentido, o autor também afirma que o processo descritivo não deve buscar esgotar os sentidos possíveis sobre aquilo que observa, deixando algo do trabalho a ser feito para o leitor. Tal consideração se alinha, assim, às reflexões feitas no capítulo anterior, a partir de Rancièrè (2010a) e Moriceau (2017) sobre a poética do conhecimento, a função metodológica da escrita e o papel fabulador do pesquisador.

A “descrição reconstrutiva” abordada por Braga (2016), que busca compreender tanto o funcionamento interno de uma dada situação quanto as relações que ela estabelece com seu contexto mais amplo, se aproxima de um método que já tenho utilizado e que venho identificando como uma *reconstituição descritiva das cenas*. Contudo, a partir dos conceitos de dispositivo e arranjos posicionais, da atualização das leituras de Rancièrè a partir de algumas de suas obras mais recentes (2013; 2014; 2018) e das discussões sobre o papel do pesquisador na própria construção da realidade pesquisada, busco aprimorar, aqui, esse procedimento. E é

pelo próprio processo de produção da pesquisa que apresento como essas questões representaram, para mim, uma virada metodológica.

Como já foi mencionado, o trabalho de produção desta tese não segue um roteiro considerado comum, já que aquilo que costuma ser chamado de “pesquisa de campo” se antecipou a qualquer outra etapa. Minha presença nos dois eventos ocorridos em 2014 – *Café Controverso: O que é pixo?* e *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito* – não foi anteriormente planejada. Não houve, assim, uma preparação para que minha observação se desse com o objetivo de coletar dados a serem analisados e não havia categorias previamente construídas que pudessem guiar o que, dentro daqueles contextos tão amplos, me interessaria em especial. Talvez fosse mais adequado tomar tais eventos como um momento de pré-observação, como aponta Braga (2016): um processo exploratório que tem o potencial para deixar ver os melhores caminhos para a pesquisa. Acredito que é o que eles foram para mim no momento de desenvolvimento e proposta do projeto de pesquisa. No entanto, a operação contra os *Pixadores de Elite*, no início de 2015, e a prisão de Marú e Goma após o primeiro ter pixado a Igreja da Pampulha, em 2016, me mostraram que aquele era um processo em andamento. Tive a oportunidade e o desafio, assim, de acompanhar aqueles acontecimentos nos momentos de suas irrupções.

Desse modo, durante os dois primeiros anos da pesquisa, me dediquei a acompanhar esses eventos e as repercussões que se articulavam em seu entorno, ainda sem definir o que especificamente se constituiria como meu objeto. Ainda, também, sem uma construção teórica fechada ou um desenho metodológico preciso, segui o modelo de observação daqueles dois primeiros eventos: comparecer, observar, ouvir e fazer anotações, sem fazer intervenções que pudessem direcionar os debates para aspectos de meu interesse, tomando-os, tanto quanto possível (porque sempre se tratava do meu lugar e repertório de observação), do modo como eles ocorriam espontaneamente.

Entendo que esse modo de exposição e contato com o objeto de forma não controlada, além de ter me colocado um grande desafio no acesso e trabalho com os dados, pode ser alvo de críticas e questionamentos. Braga (2016), por exemplo, critica uma postura metodológica clássica nas ciências humanas, com origem em Durkheim, que separa radicalmente o sujeito observador do objeto observado com a pretensão de resguardar a produção de conhecimento de possíveis pré-noções. Para ele, essa concepção se aproxima das ciências naturais e não se interessa pelas perspectivas dos sujeitos observados, entendendo-os apenas como objetos de uma observação distante, imparcial e livre de interferências.

É o que afirma o pixador W. na citação que abre o capítulo anterior e que retomo aqui: “Vamos falar de pixo, vamos discutir isso tudo, mas eu acho que entre discurso e prática existe um abismo” (W., no *Café Controverso: Patrimônio e arte de rua*, 2016). Da fala de W., derivo aquela que Rancière (2010a) faz a respeito do modo como as narrativas acadêmicas sobre determinados processos históricos tendem a categorizar e substituir os próprios processos que elas narram, constituindo-se como a verdade sobre eles. Nesse sentido, retomo Moriceau (2017), que afirma que o desejo por construir representações distanciadas e objetivas produz não mais que ilusões ideológicas, sempre moldadas a partir de um lugar de poder e sendo sempre atravessadas por constrangimentos de diversas ordens.

[...] a autoridade daquele que concebe a representação é cada vez mais discutida. Ele aparece em um lugar muito autoritário, com uma escrita muito segura e uma voz monocórdica. É ele que escreve, que toma a palavra e sua descrição se fecha sobre a representação sem que ela seja atravessada pela voz dos outros, sem permitir o mínimo de polifonia, de dialogismo e de heteroglossia (para retomar os termos de Bakhtin) que tornariam a representação mais credível. A autoridade do sujeito criador da representação é posta em questão. (MORICEAU, 2017, p. 208)

Não é, contudo, de uma busca por essa separação autoritária que se trata meu método de observação. Reconheço-me, desde o princípio, como profundamente afetada pela realidade que escolhi como objeto de pesquisa. No entanto, me interesso em perceber como aqueles eventos poderiam se desenvolver e funcionar independentemente do que eu gostaria de saber sobre eles. A princípio, trabalhei com a perspectiva de fazer entrevistas posteriores com alguns dos sujeitos que participaram daqueles debates para, aí sim, buscar saber mais sobre meus pontos de interesse. Contudo, ao longo do trabalho de definição do escopo da pesquisa, decidi pelo foco nos eventos, observando, sobretudo, como os pixadores apareceram nesses espaços³⁵. A partir daí, as entrevistas não mais me pareceram pertinentes, mas, sim, apreender as participações desses sujeitos a partir do modo como eles estiveram presentes ali, trabalhando a partir de suas falas espontâneas. Esse desenho de pesquisa em que a empiria precede o desenho teórico-metodológico tem afinidade com aquilo que reflito a partir da poética do conhecimento de Rancière e que diz da construção de uma pesquisa que não visa a analisar um objeto a partir de uma teoria, mas reconhecer e considerar também como teoria o conhecimento que os sujeitos que compõem a realidade observada produzem sobre si mesmos e suas relações com os outros

³⁵Agradeço à professora Rita de Cássia Veloso e ao professor Ricardo Fabrino Mendonça por suas observações sobre esse aspecto da pesquisa durante a banca de qualificação da tese, em dezembro de 2017, que tiveram um papel determinante nesse ajuste do escopo.

e com o mundo. Nesse processo, dialogo ao mesmo tempo em que marco certa distância do que Braga propõe em relação a uma observação empírica. Para ele:

A problematização elaborada, os objetivos da pesquisa, as hipóteses norteadoras sobre os ângulos preferenciais dos objetos e sobre os contextos pertinentes é que dirigem a decisão sobre o que observar no observável. Pensar sobre as perguntas que faremos ao objeto – estas dependem das perguntas de pesquisa, mas não se confundem com elas. Não vamos ao objeto apenas para alinhar e descrever fatos que apareçam, objetivamente. Perguntar ao objeto – decidir como organizar e sistematizar a observação – corresponde a decidir que fatos, pistas, indicadores, dados, queremos fazer sobressair, com a expectativa de que estes respondam às perguntas da pesquisa. (BRAGA, 2016, p. 85)

Concordo com o autor quando ele afirma que a observação empírica deve ser capaz de fazer mais do que apenas descrever o que aparece objetivamente na realidade observada. Contudo, suas considerações parecem não apontar para como se constrói um parâmetro de observação quando as próprias perguntas e o desenho da pesquisa vão se desenvolvendo no contato não controlado com o objeto. Minha proposta é de que se trata de uma observação em duas (ou mais) etapas: primeiro, a exposição ao objeto. Depois, o trabalho com ele a partir das perguntas que a primeira etapa despertou.

Assim, ao final de 2016, quando dei por encerrado o acompanhamento desses debates (processo que será detalhadamente apresentado no próximo capítulo), dei início à organização dos dados coletados, entendendo cada um dos nove eventos como cenas dissensuais, que formavam, juntas, uma cena mais ampla em torno do debate sobre o combate à pixação em Belo Horizonte. Eu mantinha, então, algo do que realizei na pesquisa de mestrado (OLIVEIRA, 2015), observando cada ocorrência da presença dos pixadores paulistas em eventos e espaços institucionais da arte como uma cena de dissenso e sua soma formando uma grande cena sobre a relação entre pixação e arte. Até então, portanto, eu trabalhava com a ideia de analisar cenas de dissenso produzidas a partir da inscrição polêmica de sujeitos em âmbitos em que eles não eram antes contados como seres falantes e nos quais abriam espaço para se fazerem vistos e ouvidos. É neste ponto que ocorre a referida virada metodológica.

A partir das questões que vêm sendo abordadas nesses primeiros capítulos e que me foram abertas, sobretudo, a partir do trabalho com a poética do conhecimento e com os arranjos disposicionais³⁶, passei a compreender que há pelo menos dois modos (complementares, mas

³⁶Destaco aqui, também, a importância que dois cursos ministrados pela professora Ângela Marques e pelo professor Marco Aurélio Prado tiveram nessa mudança de perspectiva. Foram eles: *Diálogos e dissidências: Michel Foucault e Jacques Rancière*, em novembro e dezembro de 2017, e *Diálogos entre os pensamentos de*

acredito que não interdependentes) pelos quais uma ordem policial pode ser perturbada pela produção de uma cena de dissenso: 1) pela ação dos sujeitos que questionam em ato a contagem policial das partes e desafiam os lugares e funções atribuídos a determinados nomes; 2) pelo trabalho intelectual ou artístico de relatar dissensualmente, a partir de uma descrição fabuladora, essa ação. Nesse sentido, entendi que o que vinha fazendo até então não só se detinha no primeiro modo como culminava em uma categorização do dissenso a partir de uma análise consensual daqueles acontecimentos³⁷. Assim, reorganizei meu trabalho a fim de assumir meu lugar na montagem dissensual da cena do debate sobre o cenário da pixação em Belo Horizonte, não para produzir representações distanciadas e pretensamente assépticas dessa realidade, como advertem Braga (2016) e Moriceau (2017), mas para buscar produzir um relato dissensual, poroso e fabulador a partir do contato com ela.

É também nesse lugar que me aproprio do conceito foucaultiano de dispositivo, especificamente por meio da noção de arranjos disposicionais, em Braga (2018), e sigo aquilo que o autor propõe: que o conceito não seja nem tomado como uma teoria pronta, nem para a análise de dispositivos prontos, mas a partir de seu potencial heurístico como uma perspectiva epistemológica. Minha proposição, assim, é considerar que, metodologicamente, um arranjo disposicional não faz referência apenas ao modo como determinados elementos se relacionam tentativamente na constituição de um dispositivo, mas também ao trabalho do pesquisador, à sua poética, que é quem produz, de certa forma, esse arranjo a partir da seleção dos “elementos fortes” ou das “singularidades” que serão exploradas. Ainda que não se proponha que esse arranjo seja considerado como único, final ou superior, a escolha de uma determinada singularidade, qualquer que seja, vai possibilitar o estabelecimento de determinadas relações e a produção de determinados entendimentos, que não são fechados, mas que são tornados possíveis a partir dessa escolha. Desse modo, na articulação com o conceito de cena de dissenso, também tomado em sua dimensão metodológica, proponho a adição do termo “dissensual” à formulação de Braga: “arranjo disposicional dissensual”.

Com essa formulação, proponho abarcar duas etapas de trabalho com a realidade pesquisada. Primeiro, no Capítulo 4, a abordagem de cada evento como um dispositivo interacional, com base na proposição de Braga, apresentado a partir de uma reconstituição

Jacques Rancière e Judith Butler, no segundo semestre de 2018. Agradeço a ambos e aos colegas pelas ricas e provocadoras discussões que ali foram produzidas.

³⁷Foi só a partir dessa virada que compreendi a fala do professor Fernando Gonçalves do Nascimento, durante sua arguição na banca de defesa da minha dissertação, em março de 2015, ao apontar que eu deveria ter sido “mais dissensual” em minha análise e ter assumido a cena de dissenso como método ao invés de buscar analisá-la a partir de categorias pré-determinadas. Registro aqui meu agradecimento por tal provocação.

descritiva que articula minha experiência nesses eventos com dados coletados naqueles contextos – organização, proposta, formato, convidados, local e estrutura, falas etc. – e outros dados e materiais que busquei a partir de informações neles mencionadas. Nessa etapa, procuro, então, compreender as lógicas daqueles dispositivos interacionais, observando as relações possíveis entre os elementos que o constituem e tendo em vista seus modos internos de organização; as possibilidades de interação que a matriz oferece; as ações tentativas que configuram aquele processo; as ações externas que atravessam o acionamento do dispositivo. Esse modelo, fundamentado em Braga, não visa categorizar ou nivelar a realidade observada, mas permitir que as particularidades de cada evento sejam evidenciadas e, ao mesmo tempo, formar um terreno comum entre eles.

Tenho também como base, nessa etapa, alguns dos procedimentos que, para Moriceau (2017), podem configurar um modo performativo e dinâmico de produzir representações, que recusa o modo autoritário visto anteriormente. Um desses movimentos seria a produção de uma aproximação com o real a partir de uma descrição mais literal e bruta da realidade observada – fotos, depoimentos, descrições do contato com o campo e do modo como ele me afetou – procurando recriar algo daquela experiência. É, mais que a descrição de uma realidade, a descrição do *meu contato com aquela realidade* e dos *afetos* por ela despertados. Outro movimento é produzir uma representação que se refira não apenas à realidade estudada, mas que se abra para diversas outras referências e representações, mantendo o texto aberto a produções de sentido diversas, “tornando-se fonte de futuras e diferentes reflexões e por vezes mais capaz de refletir a complexidade, o equívoco e a riqueza dos terrenos e campos pesquisados” (MORICEAU, 2017, p. 217). Nesse processo, eu, como pesquisadora, assumo minha presença e minha ação sobre aquela realidade, me retirando de um lugar de autoridade máxima e buscando abrir espaço para que os sujeitos pesquisados também participem da produção do relato da realidade da qual fazem parte, tal como para que os leitores possam participar do processo de construção dessa representação a partir das possibilidades abertas, mas não encerradas, pelo texto.

Na segunda etapa, desenvolvida a partir do Capítulo 5, desmonto esses dispositivos para remontá-los na forma de uma cena de dissenso, em que seleciono como singularidade o aparecimento público e a participação de pixadores em cada um dos eventos. A partir dessa singularidade, observo que temas aparecem como recorrentes nas falas dos próprios pixadores e busco perceber as relações que essas falas e temas estabelecem entre os próprios pixadores e

deles com os demais participantes dos eventos, com o contexto no qual se inserem e com outras questões que atravessam os eventos, mas os extrapolam.

Considero importante ressaltar que a cena de dissenso não significa a abolição das relações de poder, mas que ela ignora, contesta e subverte o modo como elas atuam, tal como as hierarquias que elas estabelecem. Um método da cena de dissenso vai partir de outros lugares que não aqueles dispostos hierarquicamente, vai eleger singularidades que uma ordem policial consideraria insignificantes. Mas é claro que ali, mesmo entre os incontados que se fazem ver e ouvir a partir de sua inscrição política e dissensual em cenas que não os consideravam seres falantes, há relações de poder. Se eu buscasse realizar uma análise consensual dos eventos de debate sobre a pixação, poderia buscar justamente por essas relações: quem são esses pixadores que aparecem e falam nesses eventos; quais são as vias que os levaram a ocupar aqueles lugares; por que são aqueles e não outros pixadores (percebendo que há uma recorrência entre aqueles que comparecem e participam dos eventos); qual o papel dos outros sujeitos – pesquisadores, advogados, militantes – na configuração dessas cenas; como se dá a dinâmica das falas e dos temas, quem pauta as discussões etc.? Não é nisso, contudo, que estou interessada neste momento. Meu trabalho é menos o de investigar como e por que aqueles eventos acontecem e por que alguns pixadores participam deles e mais o de tomar a cena desse aparecimento como uma realidade, dispô-la de forma dissensual e observar o que essa disposição permite ver.

Nesse processo, produzo um relato dissensual sobre a cena de debate sobre a pixação em Belo Horizonte, recusando um modo de narrar a prática a partir do desejo recorrente e insistente em identificar suas causas e motivações, de decifrá-la e interpretá-la. Busco tornar possível, no espaço da tese, a criação de uma cena em que os pixadores aparecem como seres dotados de fala e capacidade política, e não apenas como sujeitos de um objeto de pesquisa. Isso não significa dar voz, mas, como pesquisadora, dispor a cena de forma que essas vozes apareçam de modo não hierárquico em relação às outras vozes que constituem a pesquisa, como as de autores, especialistas e a minha própria. É, assim, uma questão centralmente metodológica, em que o real problema de pesquisa parece ser o de como fazer isso a que me proponho.

O desejo, ao produzir uma metodologia capaz de produzir reflexões em torno dessas cenas, se alinha àquele expresso por Braga:

Queremos perceber características e encaminhamentos que nos pareçam direcionados para o processo interacional – para sua manutenção ou ruptura; para negociação ou enfrentamento; para viabilização de resultados; e, basicamente, para o encontro entre as diferenças presentes, em qualquer modalidade, de harmonização, tensionamento ou

opressão. A busca de tais aspectos se volta para um entendimento crescente do fenômeno comunicacional partindo das lógicas internas dos episódios observados para alcançar processos historicamente transversais. [...] Por isso mesmo, um componente central de uma metodologia para o conhecimento comunicacional é estudar os processos práticos de *invenção social* acionados para enfrentar os desafios da vida em comum; assim como os acordos pelos quais as diferenças podem ser exacerbadas, modificadas, esquecidas ou tornadas socialmente produtivas. (BRAGA, 2016, p. 89-90)

Nesse processo, como já mencionei, não são apenas os eventos que se configuram como cenas de dissenso, mas também a própria tese, a partir do trabalho de desmontagem e remontagem dissensual desses dispositivos interacionais e da própria organização textual, que busca romper (nem sempre com sucesso) com esquemas tradicionais que reforçam o lugar do pesquisador como uma autoridade. Assumo esse processo como tentativo, como Braga (2012) considera o próprio processo de pesquisa no campo da Comunicação. A partir de Popper, ele afirma que se trata de buscar entender, em primeiro lugar, o problema diante do qual a pesquisa se coloca, para, então, buscar resolvê-lo e, possivelmente, falhar. Essa falha permitiria, contudo, compreender melhor o problema e apresentá-lo de outro modo, a partir do qual se desenha uma nova e mais complexa tentativa. Nesse sentido, Yamamoto (2013) relaciona a perspectiva de Braga ao protagonismo da pesquisa empírica em Popper, para quem não importa que uma pesquisa se faça a partir de um sistema considerado de validade definitiva e irrefutável. Ao contrário, só pode ser considerado empírico e mesmo científico um sistema possível de ser refutado pela experiência empírica.

As páginas que se seguem resultam, portanto, desse esforço.

4. MONTAGEM, DESCRIÇÃO, RECONSTITUIÇÃO: EVENTOS DE DEBATE SOBRE A PIXAÇÃO COMO DISPOSITIVOS INTERACIONAIS.

Entre 2014 e 2016, diversos eventos foram realizados em Belo Horizonte com o objetivo de colocar em cena o debate sobre o tratamento que o poder público confere à pixação e aos pixadores da cidade. Esses eventos foram realizados em diferentes locais e formatos, organizados por diferentes instituições e grupos, mas tiveram como ponto comum a presença e a participação de pixadores que falavam sobre a realidade da pixação e as suas experiências particulares, contestavam e questionavam representantes do poder público, manifestavam, enfim, um conhecimento não apenas sobre a pixação, mas sobre a cidade, o Estado, o Direito, a sociedade.

Neste capítulo, apresento nove desses eventos, dos quais em sete eu estive presente pessoalmente³⁸. Para tanto, recorro aos meus diários de campo e a materiais que variam de acordo com o evento, como transcrições de registros em vídeo ou áudio, notas taquigráficas, materiais de divulgação, fotografias, matérias em sites etc., conforme descrito na tabela abaixo. Ainda não parto da singularidade do aparecimento e participação dos pixadores, mas procuro evidenciar, aqui, os contextos em que esse processo ocorre.

Quadro 1 - Materiais de observação do *corpus*

Evento	Data	Local	Realização	Materiais
<i>Café Controverso: O que é pixo?</i>	12/04/2014	Espaço do Conhecimento UFMG	Espaço do Conhecimento UFMG	- Notas de campo - Registro integral em vídeo - Fotografias - Evento no <i>Facebook</i> - Material de divulgação
<i>Debate Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito</i>	16/05/2014	Faculdade de Direito da UFMG	Projeto Cidade e Alteridade	- Notas de campo - Registros parciais em vídeo - Registros parciais em áudio - Matéria do <i>Portal Uai</i> - Fotografias - Evento no <i>Facebook</i> - Material de divulgação

³⁸Ao longo do período abordado, estive presente também em nove eventos. Contudo, duas reuniões do grupo *Real da Rua*, realizadas em 11 de setembro de 2015 e 11 de março de 2016, foram excluídas do *corpus* por não terem se dedicado especificamente a questões da pixação ou de temas diretamente associados à prática. Essas reuniões, contudo, poderão ser evocadas como constituintes de um *corpus* auxiliar na medida em que me ajudem a abordar questões levantadas nos outros eventos.

				- Filme <i>Luz, câmera, pichação</i> (exibido no evento)
Reuniões da <i>Real da Rua</i>	30/08/2015; 16/10/2015	Baixio do Viaduto Santa Tereza	Real da Rua	- Notas de campo - Fotografias - Página do grupo no <i>Facebook</i>
<i>Oficina e Manifestação contra a prisão de Goma</i>	04 e 05/05/2016	Sesc Palladium e Praça Sete	Coletivo Pixo Livre	- Registros parciais em vídeo - Matéria do site <i>Vice</i> - Matéria do jornal <i>O Tempo</i> - Fotografias - Evento no <i>Facebook</i>
<i>Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua</i>	21/05/2016	Espaço do Conhecimento UFMG	Espaço do Conhecimento UFMG	- Notas de campo - Registro integral em áudio - Fotografias - Evento no <i>Facebook</i> - Material de divulgação
Festa “ <i>Quadrilha do Pixo</i> ”	04/06/2016	Funarte	Coletivo Pixo Livre	- Convocações em vídeo - Matéria do site <i>Vice</i> - Fotografias - Evento no <i>Facebook</i> - Material de divulgação
<i>Roda de Conversa Pixo e Patrimônio</i>	11/08/2016	Praça Carlos Drummond de Andrade	MM Gerdau - Museu das Minas e do Metal	- Notas de campo - Letras e videoclipe das músicas <i>Viva o Pixo</i> e <i>Essa é minha vida</i> , de MC Kroif (apresentadas no evento) - Fotografias - Evento no <i>Facebook</i> - Divulgação no site do Museu das Minas e do Metal
<i>Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos</i>	22/11/2016	Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)	Comissão de Participação Popular da ALMG	- Notas de campo - Notas taquigráficas - Registro parcial em vídeo - Fotografias - Evento no <i>Facebook</i>

Fonte: Elaboração própria.

Nesse processo, exploro os arranjos desses eventos, entendendo-os como dispositivos interacionais, conforme discutido no capítulo anterior, a partir de Braga. Na observação de eventos tão distintos e a partir de materiais de naturezas diversas, procuro guiar o trabalho de reconstituição descritiva a partir de algumas perguntas comuns a todos eles, observando quando, onde e por quem eles foram realizados, quais os formatos de interação propostos e que presenças se destacaram. Busco, assim, criar um terreno comum entre os eventos que vai me

permitir, posteriormente, observar a singularidade dos contextos de aparecimento e participação dos pixadores.

Essa reconstituição descritiva é feita a partir da minha experiência nesses eventos e eu procuro resgatar nela, junto com aquilo que observei e que busquei a partir daqueles episódios, algo do contexto em que se dava minha presença ali, tal como algumas das sensações que aqueles debates me despertaram. Minha intenção é fazer ver como o contato com essa realidade foi modificando meu jeito de olhá-la e configurando, assim, meu desenho de pesquisa. Além disso, ressalto que minha atenção não se volta apenas para aquilo que foi dito, mas, também, para os aspectos formais do evento (como a disposição espacial), a composição gráfica dos materiais de divulgação, as dinâmicas propostas etc., visando tornar possíveis as inferências (BRAGA, 2010b; 2016) sobre o modo como esses aspectos também atuam na configuração daquela realidade.

Sigo, então, para os eventos.

4.1. Café Controverso: O que é pixo? – Abril, 2014

Em abril de 2014, eu me encontrava no processo de produção do texto de qualificação da minha dissertação quando soube – não me recordo muito bem como, mas acredito que através do *Facebook* – da realização de um debate sobre pixação em Belo Horizonte. O evento *Café Controverso: O que é pixo?* seria realizado no dia 12 daquele mês, um sábado, no Espaço do Conhecimento UFMG, com a participação de Tiago Fantini, do Movimento Respeito por BH, e de Ludmilla Zago, do Projeto Cidade e Alteridade. Os nomes e as instituições ali apresentados ainda não significavam muito para mim, já que até então eu estava voltada para o contexto da pixação paulista, sobretudo a partir de sua relação com a arte. No entanto, no primeiro capítulo da dissertação eu me propunha a apresentar o histórico da pixação brasileira e a pergunta-tema do debate – “O que é pixo?” – me apontava uma promessa de auxílio nessa abordagem.

Imagem 3: Evento Café Controverso: O que é pixo? no Facebook.



Fonte: Espaço do Conhecimento UFMG/Facebook³⁹

O *Café Controverso* é um evento permanente na programação do Espaço do Conhecimento UFMG desde 2012. À época da edição sobre o pixo, os debates eram realizados semanalmente (posteriormente, o evento se tornou mensal), sempre nas manhãs de sábado, na cafeteria do Espaço, com entrada livre e gratuita. Conforme informação do site da instituição⁴⁰, o *Café Controverso* é o evento que mais atrai público para o museu. A proposta, de acordo com o site e com o mediador do debate em questão, é reunir universidade e comunidade em uma conversa sobre temas polêmicos de interesse público.

Imagem 4: Convite do Café Controverso: O que é pixo?



Fonte: Espaço UFMG do Conhecimento/Facebook⁴¹

³⁹Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/events/741990055831926/>>. Último acesso em 20 de jan. de 2019.

⁴⁰Disponível em: <<http://www.espacodoconhecimento.org.br/>>. Último acesso em 03 de dez. de 2018.

⁴¹Disponível em:

<<https://www.facebook.com/espacodoconhecimentoufm/photos/gm.741990165831915/928519253831252/?type=3&theater>>. Último acesso em 03 de dez. de 2018.

O modo como o evento é espacialmente organizado, no entanto, promove certa divisão entre debatedores e público: os convidados se sentam em duas poltronas posicionadas diante de uma parede e abaixo de um monitor de televisão, em que é reproduzida a imagem do convite do evento (Imagem 1). A imagem não traz qualquer referência estética ao tema do debate, seguindo uma mesma identidade visual em outras edições daquele mesmo ano.

Imagem 5: Convite de outra edição de 2014 do evento *Café Controverso*.



Fonte: Salve a Gandarela/WordPress⁴²

Na edição sobre o pixo, uma pequena mesa de centro posicionada à frente das poltronas, que apoiava uma bandeja com uma jarra de água e copos para os convidados, ajudava a cumprir a função de separação do espaço reservado ao público. Este, em sua maioria, ocupava as cadeiras comuns de plástico e metal junto às mesas do café, outros dividiam alguns poucos sofás ao fundo e alguns ficaram de pé, formando um semicírculo ao redor do espaço dos convidados, deixando-os ao centro. Eu me sentei ao fundo, em um dos sofás.

⁴²Disponível em: <<https://salveagandarela.wordpress.com/2014/11/21/reserva-para-quem-cafe-controverso-debate-polemicas-em-torno-da-criacao-do-parque-nacional-da-serra-do-gandarela/>>. Último acesso em 20 de dez. de 2018.

Imagens 6 e 7: Disposição espacial do *Café Controverso: o que é pixo?*



Crédito: Renata Andrade⁴³

Há, também, uma proposta bem delimitada para a condução dos debates, explicitada tanto no site quanto pelo mediador, no início do evento: sempre são convidados dois debatedores especialistas no tema em questão, que possuem um tempo determinado para fazer sua exposição. Após essas falas, o debate é aberto à participação do público presente, que pode fazer perguntas e comentários aos debatedores.

Na edição *O que é pixo?*, o primeiro a ter a palavra foi Tiago Fantini, então gerente do Movimento Respeito por BH (MRBH), órgão criado em 2009, primeiro ano da gestão de Márcio Lacerda (PSB) na Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), como um dos projetos sustentadores da área de resultado “Cidade Sustentável”, dentro do “Programa BH Metas e

⁴³Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/renatandradefotografias/albums/72157643863681595>>. Último acesso em 03 de dez. de 2018.

Resultados”⁴⁴, tendo como objetivo “garantir o ordenamento e a correta utilização do espaço urbano, através do cumprimento e efetiva aplicação da legislação vigente”⁴⁵. Tiago demonstrou conhecimento e interesse sobre diversos aspectos da pixação, algumas vezes reivindicando certa autoridade para falar sobre o tema a partir de sua “experiência no assunto”. Ele se apresentou como alguém disponível ao diálogo e disposto a empreendê-lo oficial e institucionalmente a partir do Movimento Respeito por BH. Sua fala teve duração de vinte minutos e, ao longo de toda sua participação, o convidado manteve um tom tranquilo, casual e, por vezes, até pessoal.

Eu convivo diariamente com minha filha, de dois anos e meio, assim na minha parede. “Filha, não é possível, filha, de novo?”. [Risos] Mas eu deixo, eu deixo, eu falo: “olha, esse aqui é o seu espaço, filhinha”. Aí ela pega e rabisca a casa toda, por que você vai segurar? Isso não existe, isso é humano, isso é do berço. A sociedade é que vem depois e vai dando o seu jeitinho de colocar a pessoa dentro do enquadramento. É a Olivinha. Olivinha é danada, é pichadora profissional. [Risos] (Tiago Fantini, *Café Controverso: o que é pixo?*⁴⁶, 2014)

A palavra foi, então, passada para Ludmilla Zago, coordenadora da frente Cultura de Rua, que integra o programa de pesquisa Cidade e Alteridade, da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), inaugurado em 2012 com a proposta de “investigar as cidades e o campo a partir de um enfoque plural que permita intensificar o diálogo entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e as percepções de diferentes grupos e pessoas que vivem e convivem nesses espaços⁴⁷”. Em sua participação, Ludmilla manteve um tom contestador, crítico e inquiridor, mas mostrando-se aberta ao diálogo. Em uma fala que durou pouco mais do que 15 minutos, a convidada se apresentou como alguém que desempenhava um trabalho muito próximo dos pixadores da cidade, chamando-os sempre de “meninos” – “eu chamo de menino porque a gente é muito chegado” –, afirmando que suas considerações sobre o pixo teriam origem em seu percurso, “que vem dele”, e deixando ver, também, uma atuação de militância junto a movimentos culturais e políticos da cidade.

⁴⁴Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2009/1368/13681/decreto-n-13681-2009-define-as-areas-de-resultados-e-os-projetos-sustentadores-do-programa-bh-metas-e-resultados>>. Último acesso em 04 de dez. de 2018.

⁴⁵Disponível em: <<http://portalpbh-hm.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=47907&chPlc=47907&&pIdPlc=&app=salanoticias>>. Último acesso em 05 de dez. de 2018.

⁴⁶*Cultura de Rua no Café Controverso (vídeo completo) - Espaço do Conhecimento UFMG (BH/MG)*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vT16nu062l4&t=1s>>. Último acesso em 03 de dez. de 2018.

⁴⁷Disponível em: <<http://www.cidadealteridade.com.br/o-programa/apresentacao/>>. Último acesso em 19 de dez. de 2018.

[...] eu já tentei uma autorização pra fazer uma revitalização de um muro lá no fundo do Viaduto e eu não consegui autorização. Eu tentei fazer, inclusive, um tutorial, a *Pacto*⁴⁸ tentou fazer, pra poder transmitir aos grafiteiros como que se faz pra ter autorização na cidade e a gente não conseguiu saber como é que isso acontece. (Ludmilla Zago, no *Café Controverso: o que é pixo?*, 2014)

Após as duas falas, o mediador anunciou a abertura do debate para o público presente. As participações foram organizadas em blocos de duas a três manifestações, com posterior tempo de resposta concedido a cada convidado. Enquanto os convidados mantinham pequenos microfones presos às suas roupas, os espectadores faziam suas perguntas e seus comentários em um microfone segurado pelo mediador. No dia do evento, esse aspecto, comum a eventos nesse formato, não me chamou a atenção ou me pareceu importante. Contudo, retomando o vídeo e a transcrição do debate, foi possível perceber como esse fator parece interferir na liberdade de movimentos, no tom de voz e mesmo na duração das falas.

F. (plateia): Bom dia, meu nome é Fidélis [fala abaixando-se, tentando alcançar o microfone, posicionado pelo mediador]. Você podia levantar um pouquinho pra mim [pegando na mão do mediador e a elevando]? Pra eu não ficar abaixando.

Mediador: Pode deixar que ele pega.

F.: Mas...

Mediador: Não, mas ele pega.

F.: Tá, tá bom. (Diálogo no *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

Assim, apesar de a participação estar aberta a todos os presentes, ela não se dá de forma livre, ficando limitada e, de certo modo, controlada pelo mediador que, embora não interrompa nenhuma fala, solicita e instrui, em diversos momentos, que as participações sejam breves. Já o tempo de resposta dos convidados não era limitado.

Imagens 8 e 9: O mediador controla o microfone.



⁴⁸A ONG *Pacto Desenvolvimento Social e Pesquisa* foi fundada em junho de 2006 e, segundo informação que constava em seu site, atualmente inativo, “se interessa pela convivência nas cidades, pelos conflitos e soluções inventados diante dos impasses daí decorrentes”. Disponível em: <<http://www.pactodsp.org/>>. Último acesso em 12/10/2015.



Crédito: Renata Andrade⁴⁹

Outro papel desempenhado pelo mediador ao longo do debate foi o de mencionar repetidas vezes que o evento estava sendo gravado para ser transformado em um programa da Rádio UFMG Educativa. Nesse sentido, ele continuamente solicitava que as pessoas que pediam a palavra não se esquecessem de se identificar. Em um debate sobre um tema tão polêmico quanto a pixação, dentro de uma instituição pública, em que estava presente um representante de um órgão da Prefeitura de Belo Horizonte, a solicitação de identificação, o registro em áudio e vídeo e a informação sobre o programa podem ter funcionado como aspectos desmotivadores para a participação de muitos presentes, principalmente os pixadores.

Imagem 10: Registro do evento em áudio e vídeo.



Crédito: Renata Andrade⁵⁰

Contudo, mesmo com todos esses aspectos potencialmente constrangedores, 11 pessoas pediram a palavra, sete homens e quatro mulheres. Dentre esses, três – duas mulheres e um

⁴⁹Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/renatandradefotografias/albums/72157643863681595>>. Último acesso em 03 de dez. de 2018.

⁵⁰Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/renatandradefotografias/albums/72157643863681595>>. Último acesso em 03 de dez. de 2018.

homem – se identificaram explicitamente como pixadores e um, embora não seja possível afirmar, já que ele não se apresentou como tal, demonstrou em sua fala alguns vestígios que permitem inferir que também poderia sê-lo (por exemplo, quando menciona, ao comentar um evento relatado por Tiago Fantini, em que setenta pessoas teriam pixado a fachada da Serraria Souza Pinto, em março daquele ano: “eu não *tava nessa* ocasião”).

Tiago respondeu individualmente a todos que se manifestaram, muitas vezes aproveitando o tema da pergunta para explorar tópicos que haviam ficado ausentes de sua primeira fala. Ludmilla fez comentários menores, muitas vezes respondendo ao próprio Tiago e reforçando alguns questionamentos. Somando os tempos de resposta de cada convidado, Tiago falou por mais 40 minutos, enquanto Ludmilla, apenas 16.

O debate, que seguia o modelo proposto pela organização, com perguntas e respostas, começou, aos poucos, a tomar a forma de uma conversa. Algumas das pessoas que já haviam pedido a palavra e elaborado perguntas e comentários voltaram a falar, contestando as respostas, narrando algo de suas experiências que servisse como exemplo para o que desejavam expor etc. Nesse momento, elas não mais falavam no microfone do mediador, tendo as vozes captadas apenas pelo microfone do operador de áudio, que captava o som para a gravação do evento – o operador, inclusive, é uma das pessoas que se manifesta. Nesse movimento, a dinâmica do evento se altera um pouco, com turnos de fala mais reduzidos e equânimes entre convidados e plateia. O tom da conversa também é modificado, tornando-se, ao mesmo tempo, mais descontraído, se assemelhando menos a um debate formal e mais a uma conversa, e mais direto, com falas mais brutas, cruas, menos refinadas.

Após duas horas e doze minutos de debate, o mediador pediu desculpas pela interrupção, alegando que o horário de encerramento já havia sido bastante ultrapassado, agradeceu pela presença dos convidados e do público, especialmente aos pixadores presentes, e encerrou o evento.

Era uma dúvida nossa, a gente ficava pensando: “será que os pixadores vêm? Será que eles, né, vão vir dar a cara, né?”. E aí, fica, inclusive, né, agradecer, além do público, a participação especial de todos os pixadores que se declararam pixadores aqui, e aos que não são declarados. (Mediador do *Café Controverso: o que é pixo?*, 2014)

Eu, que tinha ido àquele evento com o intuito de assistir a dois especialistas debaterem sobre meu tema de pesquisa e responderem à pergunta sobre o que é o pixo, saí profundamente provocada e com as perguntas multiplicadas em minha cabeça. Um novo horizonte sobre a pixação se abriu à minha frente e um aspecto se destacava: o modo como alguns pixadores

tinham comparecido, se identificado, tomado a palavra diante de um representante do poder público municipal, de microfones e câmeras que tudo registravam, e falado de modo desafiador, combativo, questionando dados, investigando processos e procedimentos, narrando suas experiências. Era só o começo.

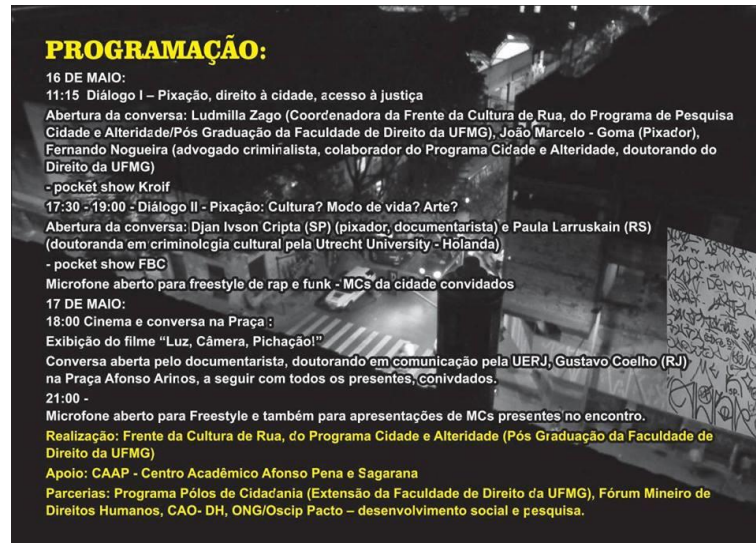
4.2. Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito – Maio, 2014

Pouco tempo depois daquele primeiro evento e ainda no processo de produção da dissertação, entrei em contato, pelo *Facebook*, com o pixador paulista Djan Ivson com o objetivo de marcar uma entrevista. Djan era uma figura central no cenário que eu então analisava, tendo participado de todos os eventos que compunham o *corpus* da minha pesquisa sobre a relação conflituosa entre pixação e arte. Ele me respondeu prontamente, não só se dispondo a conceder a entrevista como informando que estaria em Belo Horizonte na semana seguinte para participar de um evento sobre pixação e Direito. Eram duas boas notícias.

Busquei, então, informações sobre o evento mencionado por Djan. Tratava-se do debate *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, que seria realizado pela Frente de Cultura de Rua do Programa Cidade e Alteridade, nos dias 16 e 17 de maio de 2014, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

Imagens 11 e 12: Frente e verso do panfleto de divulgação do Debate *Pixo é Direito*.





Crédito: Divulgação/Cidade e Alteridade

Ao contrário do que é visto no Café Controverso, a estética da pixação é bastante explorada na peça de divulgação do evento. O título do evento é escrito em letras longas e pontiagudas que caracterizam o estilo *tag reto*, originário do pixo paulistano e muito adotado pelos pixadores belo-horizontinos. Na imagem de fundo, a vista noturna de uma esquina na qual se vê, além de carros e um ônibus, uma viatura da polícia parada na rua e à esquerda, na calçada, um grupo de policiais. À direita, na imagem, uma *agenda* – superfície tomada por assinaturas de diversos pixadores (que parece ter sido inserida digitalmente na imagem, uma montagem). A perspectiva é de cima para baixo e a parte escura que ocupa toda a parte de baixo da imagem, tal como a altura em relação às outras edificações enquadradas, permitem inferir que se trata do topo de um prédio. Possivelmente, uma foto tirada por um pixador em ação.

A programação é outro aspecto que distingue este evento em relação ao anterior, sendo mais extensa, diversa e contando com pixadores entre os convidados, com seus nomes enunciados de forma igualitária em relação aos demais, entre os quais se incluíam pesquisadores e advogados. As palavras utilizadas para enunciar cada parte da programação também denotam essa proposta horizontal e igualitária. Ao invés de termos como “debate”, “mesa”, “conferência” ou similares, muito frequentes em eventos acadêmicos, são utilizados “diálogo” e “conversa”, que não só trazem um sentido de horizontalidade como de certa informalidade. Os convidados, embora tenham sua formação ou alguns de seus papéis sociais indicados junto de seus nomes – advogado, pesquisador, doutorando, pixador – são apresentados como responsáveis por abrirem a conversa, e não por liderarem ou conduzirem o debate.

Imagem 13: Evento *Pixo é Direito* no *Facebook*.

Fonte: Cultura de Rua - Cidade e Alteridade/*Facebook*⁵¹

A realização do debate foi divulgada pelo *Facebook*, onde foi criado um evento em que 246 pessoas confirmaram presença e outras 38 manifestaram interesse⁵². Além disso, o portal *Uai* publicou uma matéria⁵³ divulgando o evento e conferindo destaque para as participações de Goma e Djan Ivson, apresentados como “pichadores” e, também, a partir de outras atividades. Sobre Goma, o texto informa que ele possui sua própria marca de roupas – a Real Grapixo, que não é nomeada na matéria – e que era seguido por cerca de 3 mil pessoas na rede social *Facebook*. Em relação a Djan, são ressaltadas suas participações na Bienal de São Paulo de 2010 e na exposição *Né dans la rue* (Nascido na rua), promovida em 2009 pela Fundação Cartier, em Paris.

Eu estive presente no primeiro turno do primeiro dia de evento, uma sexta-feira, quando entrevistaria Djan Ivson. Ao chegar, percebi que a organização espacial reforçava a ideia de informalidade presente no panfleto. Os diálogos realizados no dia 16 aconteceram no pátio externo do Centro Acadêmico Afonso Pena, no segundo andar da Faculdade de Direito da UFMG, onde uma espécie de sala de estar improvisada foi montada. Abaixo de uma tenda, dois sofás e algumas cadeiras acomodavam os convidados – no turno da manhã, estavam presentes não só os convidados anunciados para aquela conversa, mas todos os convidados do evento. O público se sentava em tapetes e esteiras espalhados pelo chão e até mesmo em um freezer localizado atrás de um dos sofás, muitos não abrigados pela tenda; muitos permaneceram de

⁵¹Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/515165445272458/>>. Último acesso em 03 de jan. de 2019.

⁵²Esses dados são apresentados aqui e em outros eventos apenas para fornecerem uma noção de circulação e alcance da divulgação de cada evento. Eles não servem como base para sabermos, de fato, quantas pessoas compareceram a cada um deles.

⁵³Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2014/05/16/noticia-e-mais,154708/pichacao-em-debate-na-faculdade-de-direito-da-ufmg.shtml>>. Último acesso em 03 de jan. de 2019.

pé. Apesar da distinção de lugares e abrigo, a disposição era circular e não colocava ninguém ao centro. Houve também certa rotatividade, com pessoas trocando de lugares, alternando entre ficar de pé ou sentados, cedendo lugares para outras pessoas etc.

Imagens 14 e 15: Organização espacial durante o primeiro diálogo do *Pixo é Direito*.



Fontes: Divulgação/Cidade e Alteridade; Lampejo/YouTube⁵⁴

Esse primeiro diálogo tinha como tema “Pixação, direito à cidade, acesso à justiça” e como convidados Ludmilla Zago, coordenadora da Frente de Cultura de Rua do Programa Cidade e Alteridade, João Marcelo, mais conhecido como Goma, famoso pixador de Belo Horizonte, e Fernando Nogueira, advogado criminalista e então doutorando em Direito pela UFMG. Encerrando essa primeira roda de conversa, foi anunciado um *pocket show* do rapper e pixador Kroif. Ludmilla Zago abriu a conversa com uma fala breve, logo passando a palavra para o advogado Fernando Nogueira. Ele, que talvez tenha sido quem por mais vezes e durante mais tempo tomou a palavra ao longo daquela manhã, apresentou a questão da pixação sob a ótica do Direito, mas fazendo críticas contundentes às intuições e procedimentos legais e defendendo a necessidade de uma auto-organização para a autodefesa: “o Direito não dá conta”.

[...] Direito, no final das contas, é política. Direito é uma espécie de política cristalizada, estabilizada através de certas normas pra fazer com que o coletivo compre

⁵⁴Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c0rI5QRq1kY>>. Último acesso em 27 de dez. de 2018.

a ideia de que existe algo que não deve ser violado. É política pura, é disputa, é conflito, Direito é isso. Só que como se coloca numa linha chancelada pelas grandes instituições, eles tentam fazer você acreditar que aquilo ali não é um campo de disputa, que aquilo é, e é, de alguma forma, sagrado em algumas situações. Você tem que respeitar e não tem como. Bom, o que o pixo faz, e que outras manifestações fazem, é recolocar a política no jogo. Falam assim: olha, isso é um campo de disputa, existem umas certas incongruências, o que você diz que é seu, [...] não é. Existe uma dimensão coletiva em todo e qualquer objeto, em qualquer manifestação física ou de qualquer natureza que surja no seio da cidade. É uma disputa. Se perguntar pro STF, ele vai ser contra o pixo. Se você perguntar pro Ministério Público, pra Polícia Civil, pra Polícia Militar, eles vão ser contra o pixo. Mas vai porque isso é político, é uma conveniência que atende a determinados interesses inconfessáveis de quem tem poder hoje. Cabe vir de baixo uma organização, e eu sempre toco nisso, uma organização de baixo pra cima fazer o levante e virar o jogo, entendeu? (Fernando Nogueira, no *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

Goma, o terceiro convidado da manhã, narrou suas experiências na pixação, sobretudo com a justiça. Ele, que foi um dos pixadores presos no caso dos Piores de Belô, em 2010, fez um relato sobre as investigações que sofreu, o tempo encarcerado, sua reação ao sair da cadeia, além de falar sobre o modo como interpreta a perspectiva legal sobre a pixação.

Tipo assim, eles estão pondo a pixação como crime ambiental. Não tá destruindo nada! É igual eu ouvi o Djan falando uma vez aqui: a gente vai lá e pixa um portão. E aí, destruiu alguma coisa? O portão tá apto à função dele de abrir, fechar, de proteger e tal, só que mudou só a estética, né, do local. Mas não pulamos dentro da casa da pessoa, não fizemos lá dentro, entendeu? Fizemos lá fora. (Goma, no *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

A dinâmica do evento não seguiu um roteiro pré-definido como no Café Controverso, com apresentações dos convidados e posterior abertura para o público fazer perguntas e comentários. Além dos convidados da manhã, os demais convidados do evento e outras pessoas presentes no público se alternaram narrando experiências, manifestando opiniões, formulando perguntas, fazendo rimas etc. Quem estava com a palavra segurava o microfone e o tempo de participação não foi, em momento algum, controlado.

Imagem 16 e 17: O público controla o microfone





Fonte: Lampejo/YouTube⁵⁵

Com exceção de alguns poucos pontos – como a sugestão de uma conflituosa equivalência entre a liberdade do pixador para manifestar-se na cidade e a liberdade de um indivíduo em manter o muro de sua propriedade livre de intervenções –, as manifestações mantiveram-se concordantes e contrárias ao modo como a pixação e os pixadores são tratados pelo poder público, sobretudo na esfera judiciária. Além de Goma, Kroif e Djan, convidados do evento, dois outros homens se identificaram como pixadores em suas falas – um deles, como “ex-pixador”, mas logo afirmando: “a gente nunca para, né, irmão?”. Um terceiro, aluno da Faculdade de Direito, declarou ser autor da inscrição “Black is back”, vista em uma das paredes do pátio, mas não se nomeou pixador. Uma mulher, que também estava presente e se manifestou no Café Controverso, afirmou pichar portas de banheiro e outros espaços. Kroif afirmou que havia no mínimo quatro pixadores atuantes presentes. No painel de madeira compensada reservado para pixações, contudo, são vistas oito assinaturas distintas, além das inscrições “BH pra quem?” e “Pixo é direito”, que podem ou não ter sido feitas pelas mesmas pessoas que assinaram. Assim, embora não seja possível dizer com precisão quantos pixadores estiveram presentes naquela manhã ou ao longo dos dois dias de evento, pode-se afirmar que muitos deles participaram, seja com suas falas, assinaturas ou apenas com sua presença.

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c0rI5QRq1kY>>. Último acesso em 27 de dez. de 2018.

Imagem 18: Pannel de assinaturas no Píxo é Direito.



Crédito: Divulgação/Cidade e Alteridade

Após mais de duas horas de conversa, Ludmilla Zago encerrou o primeiro turno da programação, convidando todos a participarem da segunda conversa, a ser realizada naquela tarde, e apontando para a importância daquele evento.

É, eu queria só acrescentar o seguinte, lembrando aquilo que o Kroif falou: isso aqui não é simplesmente um evento, uma festa. Isso aqui é um ato político dentro da universidade, considerando a pixação como um saber, né? Então, assim, a gente tá fazendo isso pra que a coisa caminhe. (Ludmilla Zago, no *Píxo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

Encerrada a conversa, permaneci no local para realizar a entrevista com Djan Ivson e me recordo que, enquanto conversávamos, alguns dos pixadores presentes também permaneceram por ali, circulando pela área externa no prédio. Retomando o áudio daquela entrevista, percebi o som das latas de spray sendo agitadas se faz presente ao fundo. Em determinado momento, Djan interrompeu a entrevista para alertar os colegas sobre a presença de policiais na rua: “ô galera, passando ali ó, os *vermão*”. Ao fim da entrevista, eu o acompanhei até o Edifício Maletta, onde almoçaria com o pessoal da organização do evento. Não retornei para acompanhar o restante da programação – relembro aqui que, àquela época, esse cenário específico ainda não se configurava como objeto de pesquisa para mim – mas tive

posterior acesso a registros parciais em áudio, vídeo e fotos que me ajudam a remontar algo daquelas cenas⁵⁶.

O segundo diálogo, realizado ao final da tarde do mesmo dia, teve como tema “Pixação: Cultura? Modo de vida? Arte?” e como debatedores o pixador e documentarista Djan Ivson e Paula Larruskain, então doutoranda em criminologia cultural pela Utrecht University, da Holanda. Encerrando a noite, haveria um *pocket show* do rapper belo-horizontino FBC e o microfone seria aberto para a participação de MCs convidados.

O segundo turno do evento contou com um público menor. No áudio, embora seja significativamente menor que o registro da programação da manhã (22 minutos, enquanto o registro da manhã conta com uma hora e 30 minutos de gravação), só são registradas falas dos convidados responsáveis pela abertura da conversa, além de Gustavo Coelho, convidado da programação do dia seguinte, e de Ludmilla Zago. O registro contém o final da conversa, mas há indícios de que ela não tenha se estendido por muito mais tempo. O início estava marcado para as 17 horas e 30 minutos. Em determinado momento, Ludmilla avisa que o som só poderia ser utilizado até as 19 horas, horário de início das aulas na faculdade, e informa que eles teriam apenas mais dez minutos para utilizar o microfone, tendo tempo, assim, para as apresentações dos MCs Kroif e FBC, “cada um com duas ou três músicas”. Desse modo, se a conversa teve início no horário previsto (o que não aconteceu no turno da manhã), suponho que teve duração máxima de cerca de uma hora.

Com um grupo menor, a dinâmica do diálogo, já percebida na primeira parte, ganhou ainda mais consistência, com cada interlocutor engatilhando sua fala na anterior, tomando um aspecto da fala do outro e o explorando a partir de sua experiência e área de conhecimento. Ao fundo, algumas pessoas testam o som e organizam as apresentações musicais; em vários momentos, Ludmilla confere se “tá tudo pronto”. A conversa é, então, encerrada por Gustavo Coelho, que interrompe uma fala sobre usos político-ideológicos da arte e sobre a desvalorização de expressões artísticas de grupos subordinados para anunciar: “agora, solta o som aí”. O *pocket show* de Kroif, que havia sido anunciado para o turno da manhã, mas não aconteceu, acontece à noite.

Ainda que o local de realização dos dos diálogos tenha sido o mesmo, o cenário se modifica com a ocupação peculiar dos pixadores.

⁵⁶Agradeço ao Programa Cidade e Alteridade, na pessoa de Felipe Bernardo Furtado Soares, pela disponibilização de registros parciais em áudio, vídeo e fotografias deste e de outros eventos relacionados ao cenário do embate entre pixadores e o poder público de Belo Horizonte.

Imagem 19: Detalhe da parede do pátio da Faculdade de Direito durante o primeiro diálogo.



Fonte: Laila Vieira de Oliveira Vieira de Oliveira/YouTube⁵⁷

Imagem 20: Detalhe da parede do pátio da Faculdade de Direito durante o segundo diálogo.



Crédito: Divulgação/Cidade e Alteridade

No segundo dia do evento, sábado, 17 de maio, foi exibido o documentário *Luz, câmera, pichação!* (2011), dirigido por Gustavo Coelho, Marcelo Guerra e Bruno Caetano e produzido pelo coletivo *Have a Nietzsche Day*. No canal de Gustavo Coelho no *Youtube*, onde o filme está integralmente disponível, ele é apresentado como:

[...] o primeiro documentário que conta com a presença apenas de pichadores (as), sem ninguém de fora da cultura, muito menos especialistas ou intelectuais, afinal de contas, é a fala do pichador, quase nunca ouvida, suas formas de socialização, suas histórias de vida, suas grafias, seus sucessos, seus riscos, suas perdas e seus ganhos que os compõem por inteiro. Desta maneira, fugindo de explicações vindas de fora, que cairiam no risco da redução, o filme, focado especialmente na cultura da PICHANÇA no Rio de Janeiro, conhecida como Xarpi Carioca, propõe uma convivência e uma simpatia direta com o que aparenta, à primeira vista, ser incompreensível e, justamente por isso, alvo de tanta violência. Família, emprego, amigos, amores, riscos, afetos, rua, cidade, madrugada, ou seja, um filme que trata, sobretudo, de aflições comuns a uma juventude urbana periférica contemporânea.⁵⁸

⁵⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6lHyC3uRY0Q&t=193s>>. Último acesso em 27 de dez. de 2018.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b_MB_CmhjUQ&t=208s>. Último acesso em 02 de jan. de 2019.

Imagem 21: Cartaz do filme *Luz, câmera, pichação!* (2011)



Fonte: spectaculo.org.br⁵⁹

No filme, os pixadores mostram seus rostos e são apresentados por sua alcunha: Anarkia, Dark, Hair, Nuno, Runk, Wrangler, entre outros. As cenas alternam entre ações de pichação, evidenciando os riscos com a polícia, os transeuntes, a altura etc., e depoimentos dos pixadores, que contam sua história e sua relação com o “xarpi”, com a cidade, com outros pixadores, com a família, com o risco a que se expõem.

Não falta nada lá em casa. *Pô*, o dinheiro, eu trabalho, estudo. Eu não sou revoltado. Tem gente que fala: “ah, eu sou revoltado”. Eu não sou revoltado. Às vezes, o filho do cara não é revoltado, o pai dá tudo, a mãe dá tudo, mas, assim como eu, eu pixo. “Ah, pixa por quê?” Porque eu gosto, não tem como. Tem emoções que, realmente, palavras não traduzem. Eu sinto prazer de sentir o cheiro da tinta, o barulho da lata, eu acho que é prazeroso, eu acho que me completa. Hoje, faz parte da minha vida. (FYT, em *Luz, câmera, pichação!*, 2011)

⁵⁹Disponível em: <<http://www.spectaculo.org.br/gustavo-coelho-luz-camera-pichacao/>>. Último acesso em 27 de dez. de 2018.

Imagens 22 e 23: Frames de *Luz, câmera, pichação!* (2011)

Fonte: *Luz, câmera, pichação!*/Youtube⁶⁰

Em texto publicado no site da revista Cult⁶¹, Márcia Tiburi destaca justamente o modo como o filme de Gustavo Coelho, Marcelo Guerra e Bruno Caetano abre espaço para que os pixadores tenham suas próprias vozes documentadas e para que falem daquilo em que são especialistas – “artistas e arteiros”. Para ela, a pichação tem despertado o interesse de pesquisadores, cineastas, artistas etc. e a produção gerada por esse interesse em decifrar e compreender a pichação acaba se tornando um esforço por traduzir para o senso comum essa prática, vista comumente como sujeira e vandalismo. No entanto, para ela, são os “pichadores que nos ensinam a olhar de outro jeito”: “são essas pessoas que fazem a ponte entre o mundo dos jovens pichadores e a sociedade contra a qual o seu gesto se insurge. Essas pessoas, no entanto, tiveram seus olhos abertos pelos pichadores que, sem saber, são seus mestres teóricos e práticos” (TIBURI, 2012).

⁶⁰Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b_MB_CmhjUQ&t=208s>. Último acesso em 02 de jan. de 2019.

⁶¹TIBURI, Márcia. *Luz, câmera, pichação*. Cult (online), São Paulo, 30 de abril de 2012. Colunistas. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/luz-camera-pichacao/>>. Último acesso em 02 de jan. de 2019.

O evento saiu das dependências da Faculdade de Direito para exibir o filme na Praça Afonso Arinos, onde está localizado o prédio. A projeção foi feita sobre um tecido branco, esticado e amarrado às grades do prédio da faculdade. As laterais do tecido foram cobertas por assinaturas de pixadores presentes, que deixaram o centro livre para a projeção. O público assistiu sentado nos bancos da praça ou de pé. Com a exibição realizada na rua, é provável que pessoas que passavam pela praça tenham se juntado ao público, ainda que momentaneamente.

Imagens 24 e 25: Exibição do filme *Luz, câmera, pichação!* (2011)



Crédito: Divulgação/Cidade e Alteridade

A sessão foi seguida por mais uma roda de conversa, aberta por Gustavo Coelho, um dos diretores do filme. O evento se encerra em clima de celebração e confraternização, com os pixadores completando com suas assinaturas o preenchimento do tecido onde o documentário foi projetado.

Imagem 26: Pixadores assinam tecido no Pixo é Direito.



Crédito: Divulgação/Cidade e Alteridade

O evento *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito* consolidou minha percepção, despertada no *Café Controverso: o que é pixo?*, sobre a distinção do cenário da pixação belo-horizontina em relação ao contexto da pixação paulistana e suas aproximações com o mundo da arte. O aparecimento público de pixadores já vinha se constituindo como um foco de atenção ao longo da pesquisa para a dissertação. As marcas pixadas nos muros, prédios e outros equipamentos urbanos aparecem, literalmente, da noite para o dia – é uma ação noturna e rápida, pois criminosa. Nos eventos que envolveram os pixadores de São Paulo, no entanto, essas marcas ganharam corpos, rostos e vozes, com as pixações feitas durante o dia, na presença de quem ali estivesse. Já em Belo Horizonte, o contexto do pixo não apresentava uma relação evidente com o sistema das artes, não havendo a reivindicação de um reconhecimento institucional da prática como arte ou mesmo na provocação dessas instituições a partir da exposição de suas brechas e limites. As discussões se pautavam muito mais em questionamentos das ações do poder público, sobretudo o municipal, no combate à pixação, em uma apresentação dos pixadores como sujeitos de direitos e em uma defesa da pixação como expressão cultural urbana.

No entanto, a presença de pixadores e o modo como tomaram a palavra naqueles dois eventos me indicaram que o movimento de aparecer e se assumir pixador também ocorria na cidade e de um modo bastante singular, com a assunção pública de uma identidade considerada criminosa não para reivindicar sua descriminalização, mas sim certo “direito à transgressão”, como interpretou o advogado Fernando Nogueira, no primeiro diálogo. Foi em torno desses

aspectos que propus o projeto de pesquisa para ingresso no doutorado, que iniciei no ano seguinte, em 2015.

4.3. Real da Rua – Setembro e Outubro, 2015

Já no doutorado e com um primeiro projeto de pesquisa em mãos (que sofreu incontáveis modificações desde então), iniciei um trabalho de mapear tanto as ações de combate à pixação empreendidas pelo poder público quanto eventos em Belo Horizonte que se dedicassem a debater o cenário do pixo na cidade. Nos dois eventos de 2014, conheci a Real da Rua, criada em 2012 a partir de uma parceria entre o coletivo Família de Rua⁶², responsável pela realização do Duelo de MCs, evento de hip-hop que ocorre desde 2007 no baixio do Viaduto Santa Tereza, e a já mencionada ONG Pacto com o objetivo de constituir um conselho formado por pessoas que ocupam e fazem uso do Viaduto, entre elas, adeptas do movimento hip-hop, do skate, do pixo, moradores de rua, estudantes, ambulantes, entre outros.

Imagem 27: Reunião da Real da Rua em 2014.



Fonte: Real da Rua/Facebook⁶³

Compareci a quatro reuniões – chamadas pelos participantes de “rodas de conversa” ou apenas “rodas” – da Real da Rua: em 04 e 11 de setembro e 16 de outubro de 2015, e em 11 de março de 2016, sempre às sextas-feiras, embaixo do Viaduto Santa Tereza. Nessas reuniões, parecia haver sempre algo de imponderável. No encontro realizado no dia 11 de março de 2016,

⁶²Disponível em: <<https://www.facebook.com/familiadrua>>. Último acesso em 03 de jan. de 2019.

⁶³Disponível em: <<https://www.facebook.com/RealdaRua/photos/a.972590586090392/972590909423693/?type=3&theater>>. Último acesso em 03 de jan. de 2019.

por exemplo, não havia luz na parte de baixo do Viaduto Santa Tereza e a reunião foi realizada em total escuridão. A eletricidade não era um problema incomum e o uso de microfone e caixa amplificadora dependia da não coincidência da reunião com a realização de eventos na Serraria Souza Pinto para que se pudesse utilizar uma tomada do local. O ambiente como um todo era precário para a realização de uma conversa coletiva: todos sentados no chão, odores fortes e incômodos (os banheiros recém-reformados e mantidos fechados foram pauta constante das reuniões em que estive presente), grande circulação de pessoas e diversas fontes de som (lembrando que se trata de uma região no hipercentro, de grande movimento).

As reuniões contavam com a presença de públicos diversos, como grafiteiros, pixadores, representantes de grupos culturais, de órgãos da Prefeitura, pesquisadores e outras pessoas interessadas no debate. Nelas, algumas pessoas se identificavam de forma completa, com nome, sobrenome e alguma identificação funcional ou de filiação a algum movimento, algumas forneciam apenas o primeiro nome ou mesmo um apelido, enquanto outras sequer se identificavam. Como parecia haver um grupo de base, que sempre estava presente nas reuniões, além de serem pessoas que frequentavam e utilizavam o Viaduto cotidianamente, acredito que a apresentação se tornasse frequentemente desnecessária, pois as pessoas se conheciam. Em alguns casos, consegui os nomes das pessoas que falavam não por meio de uma autoidentificação, mas através de outros participantes que chamavam aquela pessoa pelo nome ou apelido.

As condições e a infraestrutura do local; a falta de apoio aos coletivos que realizam suas práticas e eventos naquele espaço; o policiamento seletivo, arbitrário e truculento; o apagamento das expressões gráficas e a perseguição aos seus autores – todos esses assuntos eram pautas para as discussões. Em duas das reuniões, contudo, a pixação e assuntos a ela relacionados apareceram como pautas mais evidentes, assim como houve mais pixadores tomando a palavra ao longo das reuniões.

No dia 04 de setembro de 2015, a reunião foi convocada para discutir a detenção de sete pessoas no domingo anterior, 30 de agosto, quando era realizada uma “Sopa de Letras” em um muro da Rua Aarão Reis, após a edição comemorativa de oito anos do Duelo de MCs. “Sopa de Letras” é como se designa a reunião de pixadores e grafiteiros para a ocupação coletiva de um muro com grapixos de suas assinaturas.

Imagem 28: Sopa de Letras realizada pela Real Grapixo, em 2017, em Belo Horizonte.



Fonte: Real Grapixo/Youtube⁶⁴

Imagem 29: Post da edição de aniversário do Duelo de MCs. Destaque para o anúncio da Sopa de Letras.

Família de Rua
27 de agosto de 2015 · 🌐

DUELO DE MCS ESPECIAL DJS – EDIÇÃO DE 8 ANOS
DOMINGO, 30 DE AGOSTO, 14H, VIADUTO SANTA TEREZA

Salve salve Familiar! Parece que foi ontem, mas já são 8 anos de resistência e festa no espaço público de Belo Horizonte. Pra celebrar a data, neste domingo, 30 de agosto, o Viaduto Santa Tereza recebe uma edição especial do Duelo dedicada aos DJs, os pilares da cultura Hip Hop.

Vai rolar Duelo Temático sobre a **cultura dos DJs**, pocket show com o MC uruguaio Martín Turielli, cypher **Sopa de Letras**, sets e performances com DJs de várias gerações de BH e batalha show com DJs convidados. O encontro também faz parte dos registros para o doc O Som que vem das Ruas sobre a história dos DJs de Hip Hop em BH.

Não perde não porque vai ser foda. Chama geral e cola com Nós!

Confirme presença!
<https://www.facebook.com/events/515200305298498/>

*A programação vai começar pontualmente às 14H. Cheguem no horário.
#DuelodeMCs #DuelodeMCs8Anos #DuelodeMCs2015

Fonte: Família de Rua/Facebook⁶⁵

Como visto na imagem acima, a Sopa de Letras realizada naquela ocasião havia sido anunciada como uma das atrações da edição especial de aniversário do Duelo de MCs, que foi

⁶⁴Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pgzR--xH01Y>>. Último acesso em 03 de jan. de 2019.

⁶⁵Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/familiadrua/photos/duelo-de-mcs-especial-djs-edi%C3%A7%C3%A3o-de-8-anosdomingo-30-de-agosto-14h-viaduto-santa/708933159211215/>>. Último acesso em 03 de jan. de 2019.

amplamente divulgada pelas redes sociais, com 1800 pessoas tendo confirmado presença no evento criado no *Facebook*⁶⁶. Ainda assim, uma denúncia, que teria sido feita de dentro da Serraria Souza Pinto, segundo foi informado na reunião da Real da Rua, resultou na abordagem policial e na detenção de sete participantes.

Naquela reunião, Ludmilla Zago, que também esteve presente nos dois eventos de 2014, a advogada Fernanda Oliveira e o grafiteiro P. tiveram participações mais consistentes, mas diversas outras pessoas presentes, incluindo alguns pixadores, tomaram a palavra de modo mais pontual.

Na reunião de 16 de outubro de 2015, as pautas foram a autodeclaração do Viaduto Santa Tereza como Ponto de Cultura e o lançamento, pela Prefeitura de Belo Horizonte, do edital do projeto Telas Urbanas.

Criado pelo Programa Cultura Viva, do agora extinto Ministério da Cultura (MinC), o Ponto de Cultura consistia em uma chancela institucional a “grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades e em redes”. Tal chancela era conferida a partir de uma autodeclaração (avaliada por uma comissão formada por representantes do MinC e da sociedade civil) desses grupos como Pontos de Cultura e tinha como objetivo reconhecer ações culturais historicamente desenvolvidas, facilitando a formação de parcerias e de redes colaborativas, o recebimento de apoios e a participação em editais públicos de fomento à cultura.

Na semana que antecedeu a reunião, Ivana Bentes, então Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC, visitou o Viaduto Santa Tereza e conversou com alguns participantes da *Real da Rua*, propondo que o local, enquanto polo da cultura de rua de Belo Horizonte, fosse declarado como um Ponto de Cultura. Pelo *Facebook*, foi anunciada uma reunião para compartilhar os pontos da conversa com Ivana com os diversos públicos que fazem uso do espaço.

Sim! O viaduto de Santa Tereza já é um ponto de cultura da cidade. De cultura viva, de cultura de rua, de cultura marginalizada e criminalizada em BH. Cultura espontânea e pulsante que se gere e organiza a partir de sua essência. O ponto de cultura, dentro da rede cultura viva do Ministério da Cultura é algo a ser debatido e construído, e foi uma proposta de Ivana Bentes, em visita que fez ao viaduto, para conhecer um pouco da criminalização ostensiva da cultura de rua em BH. [...] Entendemos ser fundamental conhecer, conversar sobre o que foi proposto, contando com os que vivem e usam o viaduto Santa Tereza. Logo mais, e com essa finalidade, a Real da Rua vai ser aberta para conversarmos sobre essa via da formalização como Ponto de Cultura, do que ela trata, o que implica, que possibilidades oferece, quais

⁶⁶Disponível em <<https://pt-br.facebook.com/events/515200305298498/>>. Último acesso em 03 de dez. de 2019.

encaminhamentos podem ser interessantes, quais cabem, etc... Chega mais nessa próxima roda! deve ser na próxima sexta, dia 16 de outubro, a gente vai divulgar até lá... (Postagem na página *Real da Rua*, no *Facebook*⁶⁷, 2015)

Imagem 30: Reunião de membros da Real da Rua com Ivana Bentes, em outubro de 2016.



Fonte: Real da Rua/*Facebook*⁶⁸

Em seguida, foi discutido o edital do projeto Telas Urbanas, lançado no início de outubro de 2015 pela Associação Cultural dos Amigos do Museu de Arte da Pampulha - Amap em parceria com a Fundação Municipal de Cultura - FMC⁶⁹ e divulgado como uma iniciativa de fomento às artes e de transformação do espaço urbano.

Nessa reunião, havia mais pessoas presentes e houve mais participações. Cerca de dez pessoas se revezaram nas falas, além de manifestações mais pontuais, muitas vezes concomitantes com outras falas. Quatro homens se identificaram como pixadores (nenhum deles se apresentou pelo nome; um deles já era conhecido por mim) e um como grafiteiro. Além deles, estava presente o artista urbano C., que estava trabalhando no projeto Telas Urbanas e falava, de certo modo, como um representante.

⁶⁷Disponível em:

<<https://www.facebook.com/RealdaRua/photos/a.813580228658096/1241051702577611/?type=3&theater>>.

Último acesso em 03 de jan. de 2019.

⁶⁸Disponível em:

<<https://www.facebook.com/RealdaRua/photos/a.813580228658096/1241051702577611/?type=3&theater>>.

Último acesso em 03 de jan. de 2019.

⁶⁹Durante a gestão de Márcio Lacerda na Prefeitura de Belo Horizonte (2009-2012; 2013-2016), a Fundação Municipal de Cultura - FMC, criada em 2005, substituiu a Secretaria Municipal de Cultura - SMC. Em setembro de 2017, a SMC foi recriada como parte da reforma administrativa promovida pelo atual Prefeito Alexandre Kalil (PHS). A Fundação foi mantida, agora vinculada à Secretaria. Atualmente, Juca Ferreira é o Secretário de Cultura e Fabíola Moulin é a Presidente da Fundação.

De modo geral, os debates promovidos naquele espaço estiveram centrados na relação do poder público com o Viaduto Santa Tereza e com os diversos grupos e movimentos que o ocupam e dele fazem uso cotidianamente. Representantes de órgãos da Prefeitura eram sempre convidados para as conversas e, nas ocasiões em que estive presente, compareceram alguns representantes do Conselho Consultivo Zona Cultural da Praça da Estação e da Fundação Municipal de Cultura. Contudo, os representantes presentes eram diferentes a cada reunião, com exceção de uma representante da FMC, identificada como Carolina, presente em duas das reuniões às quais compareci. Nas duas reuniões destacadas, contudo, se houve a presença de representantes institucionais, eles não se manifestaram.

Desse modo, a Real da Rua buscava criar um espaço aberto, horizontal e acessível com o objetivo de promover a participação ativa dos públicos interessados nos debates e processos decisórios que envolvem o Viaduto e seu entorno – uma ideia traduzida na frase “Nenhuma palavra de nós sem nós”⁷⁰. Assim, mesmo nas reuniões em que o tema da pixação não apareceu de forma consistente, comparecer àqueles encontros atualizou minha perspectiva ao inserir as discussões sobre o pixo e os pixadores em um cenário mais amplo de embate com o poder público sobre questões de direito à cidade e de participação na vida pública.

4.4. Manifestação “Justiça só contra nós não é justiça, é ditadura” – Maio, 2016

Em 07 de abril de 2016, Marú, responsável pela pixação na Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, feita no 21 de março anterior, teve sua prisão preventiva decretada após ser acusado de associação criminosa⁷¹. No mesmo dia, a loja Real Grapixo, pertencente a Goma, foi alvo de um mandado de busca e apreensão que confiscou toda sua mercadoria. Dias depois, em 13 de abril, a Justiça condenou GG e Morrou, respectivamente líder e integrante dos Pixadores de Elite, por pixações realizadas na Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, em 2014. O primeiro, preso preventivamente desde maio de 2015, recebeu pena de oito anos, seis meses e 10 dias em regime inicialmente fechado, além de multa de 25 mil reais. Para o segundo, que cumpria prisão domiciliar com uso de tornolezeira eletrônica (que ele havia rompido, estando, então, foragido), a pena estabelecida foi de dois anos, sete meses e 15 dias em regime

⁷⁰Disponível em: <<https://www.facebook.com/RealdaRua/>>. Último acesso em 03 de jan. de 2019.

⁷¹VIEGAS, Fernanda; LACERDA, Nathália; EMERICH, Danilo. Pichador de igreja da Pampulha tem prisão preventiva decretada. O Tempo (online), Belo Horizonte, 07 de março de 2016. Cidades. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/pichador-de-igreja-da-pampulha-tem-pris%C3%A3o-preventiva-decretada-1.1274838>>. Último acesso em 05 de jan. de 2019.

inicialmente aberto e multa de 20 mil reais⁷². Em seguida, no dia 03 de maio, Goma foi preso preventivamente, denunciado por associação criminosa, pixação, apologia e incitação ao crime⁷³. O pixador Frek também teve pedido de prisão decretado, mas permaneceu foragido.

A sequência de ações repressivas contra pixadores resultou na convocação para a manifestação *Justiça só contra nós não é justiça, é ditadura* – frase extraída da música “Desce a ladeira”, do rapper Projota⁷⁴ –, que aconteceu na tarde do dia 5 de maio de 2016, uma quinta-feira, no Centro de Belo Horizonte. O nome do ato fazia menção à distinção de tratamentos entre dois crimes enquadrados pela Lei de Crimes Ambientais: as pixações na Biblioteca Pública Municipal, em 2014, e na Igreja da Pampulha, em 2016, que foram totalmente removidas sem causar danos permanentes às superfícies, resultaram nas prisões de quatro pixadores (que seriam cinco, caso Frek fosse encontrado). Enquanto isso, no rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana, em novembro de 2015, 40 milhões de metros cúbicos de lama soterraram o distrito de Bento Rodrigues, mataram 19 pessoas, causaram prejuízos a comunidades, à água, à fauna e à flora ao longo do Rio Doce até o Oceano Atlântico, atingindo cerca de 500 mil pessoas⁷⁵, e não houve pessoas responsabilizadas. A distinção entre os casos era evidenciada pelo fato de as denúncias contra Marú, Goma e Frek terem sido feitas pelo promotor Marcos Paulo de Souza Miranda, também responsável por apurar os danos causados pelo rompimento da barragem⁷⁶.

⁷²OLIVEIRA, Natália. *Justiça condena líder e um membro de grupo 'Pixadores de Elite'*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 13 de abril de 2014. Cidades. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/justi%C3%A7a-condena-l%C3%ADder-e-um-membro-de-grupo-pixadores-de-elite-1.1278496>>. Último acesso em 05 de jan. de 2019.

⁷³SOARES, Felipe B. F.; SABINO, Guilherme G.; SOARES, Lucas E. F. *Lawfare contra os pixadores em Belo Horizonte em três atos*. Justificando, São Paulo, 5 de dezembro de 2016. Artigos. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2016/12/05/lawfare-contra-os-pixadores-em-belo-horizonte-em-tres-atos/>>. Último acesso em 04 de jan. de 2019.

⁷⁴Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-BiQYAExtwA>>. Último acesso em 04 de jan. de 2019.

⁷⁵Dados sobre o desastre do rompimento da barragem de Fundão: PARREIRAS, Mateus. *Três anos depois do rompimento da barragem do Fundão, o pesadelo continua*. Estado de Minas (online), Belo Horizonte, 04 de novembro de 2018. Gerais. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/11/04/interna_gerais,1002816/3-anos-apos-rompimento-da-barragem-do-fundao-o-pesadelo-continua.shtml>. Último acesso em 04 de jan. de 2019.

⁷⁶Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/grupo-manifesta-contra-prisao-de-pixadores-em-bh-1.1292949>>. Último acesso em 04 de jan. de 2019.

Imagem 31: O distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, MG, destruído após o rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, em novembro de 2015.



Crédito: Ísis Medeiros/Jornalistas Livres⁷⁷

No evento criado no *Facebook* para divulgar a manifestação, a imagem utilizada para ilustrar a publicação foi a de uma frase pixada em um prédio do Centro de Belo Horizonte com os dizeres: “Prender pixador é fácil, quero ver prender o presidente da Samarco”. Mil pessoas confirmaram presença e outras duas mil manifestaram interesse no evento.

Imagem 32: Evento da manifestação no *Facebook*.



Fonte: Pixo Livre/*Facebook*⁷⁸

⁷⁷Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/seis-meses-depois-da-tragedia-de-mariana-as-respostas-ainda-nao-foram-dadas/>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

⁷⁸Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/587095278114882>>. Último acesso em 04 de jan. de 2019.

Além da contextualização acerca da motivação para o ato, os organizadores (a página Pixo Livre⁷⁹) convocavam os manifestantes a se expressarem por meio de gritos, faixas, vestimentas etc.

O QUE VALE MAIS? UMA PAREDE QUE PODE SER REPINTADA OU DIVERSAS VIDAS, UM RIO INTEIRO, MILHARES DE ANIMAIS MORTOS?
A manifestação pacífica é para cobrar PAZ, JUSTIÇA E LIBERDADE aos que intervêm no espaço urbano! Ação proporcional e justa do Ministério Público e do Judiciário de Minas Gerais! Não à criminalização da juventude e da cultura de periferia! Não à prisão de GOMA, MARU, GG, MORROU E FREK! [...] Levem faixas e instrumentos musicais! Criem gritos de protesto! Vistam camisetas de arte de rua! VAMOS JUNTOS PROTESTAR CONTRA O TRATAMENTO INJUSTO CONTRA OS ARTISTAS DE RUA EM MINAS GERAIS! AFINAL, JUSTIÇA SÓ CONTRA NÓS NÃO É JUSTIÇA, É DITADURA! (Trecho da descrição do evento *Justiça só contra nós não é justiça, é ditadura!*, criado pela página *Pixo Livre*, no *Facebook*⁸⁰, 2016)

Também na descrição do evento era informado que nas manhãs dos dias 4 e 5, haveria a possibilidade de produzir faixas e cartazes na Ocupação 4y25 Editora Piolho Nababo, que havia criado um espaço aberto, coletivo e colaborativo para produção artística na galeria GTO do Sesc Palladium, dentro da programação da Mostra Curto Circuito⁸¹.

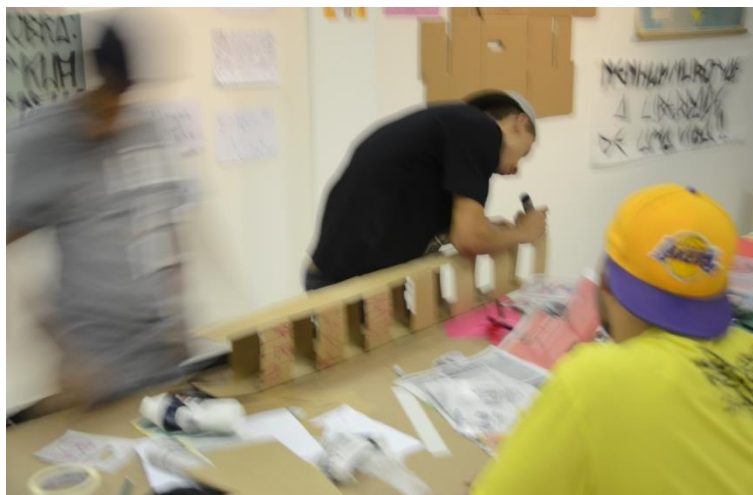
Imagem 33 e 34: Produção de materiais na Ocupação 4y25 Editora Piolho Nababo.



⁷⁹Disponível em: <https://www.facebook.com/pixolive/?__tn__=C>. Último acesso em 05 de jan. de 2019.

⁸⁰Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/587095278114882>>. Último acesso em 04 de jan. de 2019.

⁸¹Evento *Ocupação 4y25 Editora Piolho Nababo* no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/156132308121597/>>. Último acesso em 05 de jan. de 2019.



Crédito: coletivos 4y25, Editora, Piolho Nababo

No dia do ato, segundo matéria do site Vice⁸², havia cerca de cem pessoas presentes, entre pixadores e apoiadores. Eu, atrasada por um compromisso anterior, cheguei quando os manifestantes já se dispersavam. Meu relato se baseia, assim, em matérias jornalísticas, postagens em redes sociais, e registros em fotografias e vídeos⁸³.

A partir das 16 horas, os manifestantes começaram a se concentrar na Praça Raul Soares, centro geográfico de Belo Horizonte onde convergem as avenidas Amazonas, Augusto de Lima, Bias Fortes e Olegário Maciel. Munidos de cartazes, faixas e latas de spray – que eram constantemente agitadas, fazendo as vezes de instrumentos percussivos – as pessoas presentes ensaiaram gritos e cantos de protesto.

⁸²Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/d7ged7/a-prisao-do-goma-foi-um-golpe-duro-na-cultura-do-pixo-em-bh>. Último acesso em 04 de jan. de 2019.

⁸³Os vídeos e as fotografias atribuídas aos coletivos 4y25, Editora e Piolho Nababo me foram gentilmente cedidos por Felipe Bernardo Furtado Soares.

Imagem 35: Manifestantes concentrados na Praça Raul Soares.



Crédito: coletivos 4y25, Editora, Piolho Nababo

A manifestação recebeu atenção de parte da mídia belo-horizontina, como a Rádio Itatiaia e a TV Alterosa, e alguns repórteres e cinegrafistas puderam ser vistos durante a concentração, na praça.

Imagem 36: Repórter da Rádio Itatiaia e cinegrafista da TV Alterosa na concentração da manifestação.



Crédito: coletivos 4y25, Editora, Piolho Nababo

Da praça, os manifestantes seguiram a pé para o prédio da Associação Mineira do Ministério Público - AMMP, que fica na Rua dos Timbiras, no bairro Barro Preto, também na região central da cidade. De acordo com a descrição do evento no *Facebook*, lá seria entregue uma carta de intenções à Promotoria de Defesa do Patrimônio Histórico do Ministério Público. Já ao cair da tarde, horário de pico no Centro da cidade, quando o trânsito se torna ainda mais

movimentado e lento, os manifestantes com suas latas sonoras e suas faixas de protesto, escritas com caligrafias típicas do pixo, invadiram as ruas.

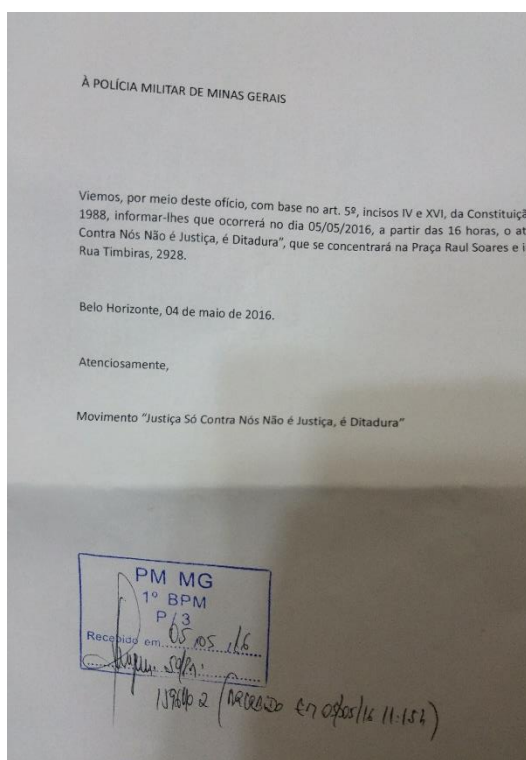
Imagem 37: Manifestantes em meio ao trânsito.



Crédito: coletivos 4y25, Editora, Piolho Nababo

A Polícia Militar havia sido notificada pelos organizadores da manifestação na manhã que antecedeu o ato, como comprova o ofício carimbado e assinado.

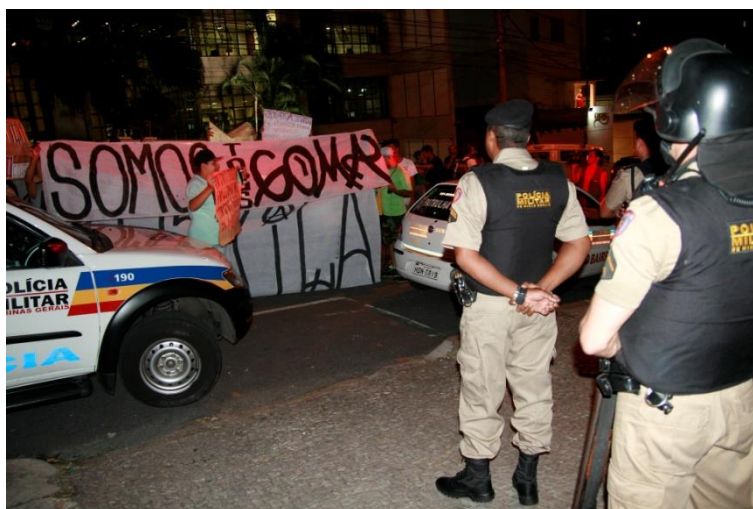
Imagem 38: Ofício encaminhado à PMMG informando a realização do ato, com horário e trajeto.



Crédito: coletivos 4y25, Editora, Piolho Nababo

Assim, a PMMG acompanhou o ato e fez a segurança do prédio da AMMP, onde os manifestantes ergueram seus cartazes e faixas diante das viaturas e dos policiais, cotidianamente responsáveis por reprimir a ação de muitos daqueles sujeitos pela cidade.

Imagem 39: Manifestantes de frente para policiais, em frente à Associação Mineira do Ministério Público.



Crédito: coletivos 4y25, Editora, Piolho Nababo

Imagem 40: Manifestantes fecham cruzamento na Praça Sete, acompanhados por um Guarda Municipal.



Crédito: Mídia Ninja/Facebook⁸⁴

⁸⁴Disponível em: <<https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/prender-pixador-%C3%A9-f%C3%A1cil-eu-queiro-ver-prender-%C3%A9-o-dono-da-samarcoativistas-e-jove/644050589086423/>>. Último acesso em 05 de jan. de 2019.

Além do ato *Justiça só contra nós não é justiça, é ditadura*, dois vídeos produzidos em 2016 reforçaram a proposição de uma reflexão em torno do tratamento conferido à pixação e aos pixadores pelo poder público de Belo Horizonte. O vídeo “Somos Todos Arte de Rua”⁸⁵ reuniu uma extensa e diversificada gama de depoimentos que expõem a distinção entre o tratamento conferido à pixação, apontada como crime ambiental e contra o patrimônio, e outros acontecimentos que poderiam ser enquadrados da mesma forma, mas que, apesar de terem maior expressão e resultarem em danos mais perenes, não recebem o mesmo tratamento por envolverem grandes empresas e investidores. Além do desastre da Samarco, o vídeo também evoca o anexo do Iate Tênis Clube, construído na década de 1980 em desacordo com o projeto original do Conjunto Arquitetônico da Pampulha e em terreno público ocupado ilegalmente⁸⁶. O vídeo expõe, assim, as incongruências do combate à pixação na cidade. De modo semelhante, o vídeo “Habeas corpus”⁸⁷ reúne diversos sujeitos que nomeiam como injusto o modo como os pixadores belo-horizontinos vinham sendo tratados em Belo Horizonte, com ênfase na então recente prisão de Goma.

Esse parece ter sido o estopim para que o movimento de aparecimento público dos pixadores e de suas vozes tenha tomado outra proporção. A partir dali, as discussões em torno do cenário da pixação belo-horizontina se tornaram mais frequentes e passaram a convergir todas, de alguma forma, para a intensificação do combate aos pixadores da cidade. Dos nove eventos aqui abordados, cinco ocorreram entre maio e novembro de 2016, enquanto Goma, Marú e GG permaneciam encarcerados.

4.5. Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua – Maio, 2016

No dia 21 de maio de 2016, mesmo mês em que ocorreu a manifestação contra as prisões dos pixadores, o Café Controverso, realizado pelo Espaço do Conhecimento UFMG, promoveu mais um debate em torno das expressões gráficas urbanas. Com o tema “Patrimônio e Arte de Rua”, a edição teve como convidadas Michele Arroyo, presidente do Instituto Estadual do

⁸⁵Disponível em: <<https://www.facebook.com/XsprayGraffiti/videos/1183110298401833/>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

⁸⁶À época da candidatura do Conjunto Arquitetônico da Pampulha ao reconhecimento, pela *Unesco*, como Patrimônio Cultural da Humanidade (título conquistado em Julho de 2016), as obras para readequação do edifício do clube ao projeto original de Oscar Niemeyer foram orçadas em R\$ 8 milhões. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/obras-para-o-iate-t%C3%A0nis-clube-se-adequar-ao-conjunto-arquitet%C3%B4nico-da-pampulha-s%C3%A3o-de-r-20-mi-1.355589>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

⁸⁷Disponível em: <<https://www.facebook.com/pixelivre/videos/1301269189936463/>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha/MG, e, novamente, a pesquisadora Ludmilla Zago. O debate integrou a programação especial do Espaço para a 14ª Semana Nacional de Museus, que naquele ano teve como tema “Museus e Paisagens Culturais”.

Imagem 41: Peça de divulgação do *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*.



Fonte: Espaço do Conhecimento UFMG/Facebook⁸⁸

Como na edição de 2014, a peça de divulgação do evento (Imagem 41) não traz qualquer referência estética ao tema do debate, seguindo a identidade visual daquele ano para as demais edições do Café Controverso e utilizando, novamente, a referência ao café. A peça foi utilizada também no evento criado no *Facebook* (Imagem 42), onde 126 pessoas confirmaram presença e outras 302 manifestaram interesse. A descrição do evento era iniciada com as seguintes questões: “O que é considerado patrimônio cultural e qual a importância de preservá-lo? Qual é a diferença entre pixo e graffiti? O que fazer quando a arte de rua se choca com o patrimônio histórico?”⁸⁹.

⁸⁸Disponível em:

<<https://www.facebook.com/espacodoconhecimentoufmg/photos/gm.967692010004517/1448191671864005/?type=3&theater>>. Último acesso em 08 de jan. de 2019.

⁸⁹Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/967688420004876/>>. Último acesso em 08 de jan. de 2019.

Imagem 42: Evento do *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua* no Facebook.

Fonte: Espaço UFMG do Conhecimento/Facebook⁹⁰

Eu já estava, então, no segundo ano do doutorado e o projeto definitivo da pesquisa já havia sido entregue. Nele, tendo sido profundamente afetada pelas reuniões da Real da Rua ao longo do ano de 2015, eu havia definido os encontros do grupo como fonte para a observação das discussões em torno do embate entre pixadores e poder público. Contudo, a pixação na Igreja da Pampulha, as condenações de GG e Morrou e as prisões de Marú e Goma me mostravam que o cenário que eu visava analisar se encontrava em plena ebulição. Mantendo, assim, as possibilidades do *corpus* da pesquisa em aberto, compareci ao evento.

Em sua organização espacial, aquele Café Controverso não se distinguiu significativamente da edição de 2014. Mais uma vez, as convidadas se sentaram em poltronas individuais, à frente e ao centro do público, que ocupava as cadeiras e sofás do café. Havia, contudo, uma proximidade maior entre debatedoras e plateia. A mesa de centro, antes posta à frente dos convidados, foi colocada entre as poltronas, o que permitiu que as cadeiras reservadas ao público fossem dispostas mais próximas daquela área. Isso talvez tenha se dado, também, pelo fato de que a estrutura de gravação do evento tenha sido menor que na edição *O que é pixo?*, não havendo uma área reservada para os profissionais e os equipamentos de captação de áudio e vídeo.

⁹⁰Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/967688420004876/>>. Último acesso em 08 de jan. de 2019.

Imagem 43: Disposição espacial do *Café controverso: Patrimônio e Arte de Rua*.



Crédito: Luiza Bragança/Espaço do Conhecimento UFMG⁹¹

Imagem 44: Disposição espacial do *Café controverso: Patrimônio e Arte de Rua*.



Crédito: Cristiano Dias/Cidade e Alteridade⁹²

A dinâmica do evento também seguiu o padrão de 2014 e cada convidada teve um tempo para explanação. A primeira a ter a palavra foi Ludmilla Zago. Em sua primeira fala, que teve menos de 15 minutos de duração, ela se apresentou, mais uma vez, como alguém que

⁹¹ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/espacodoconhecimentoufmg/photos/gm.972245096215875/1453891591294013/?type=3&theater>>. Último acesso em 08 de jan. de 2019.

⁹² Disponível em:

<https://www.facebook.com/pg/programacidadeealteridade/photos/?tab=album&album_id=104841816524794>. Último acesso em 08 de jan. de 2019.

desenvolve um trabalho muito próximo das pessoas que fazem uso cotidiano dos espaços da cidade, sobretudo os pixadores.

Certa vez, eu vi um pixador me dizer que o sonho dele era fazer um grapiço na pilastra do Viaduto de Santa Tereza, e eu confesso que, mesmo acompanhando toda aquela movimentação naquele espaço, foi o que me tocou mais fortemente como uma relação, assim, com o patrimônio, né, um pixador relacionado com aquilo ali. E, ao mesmo tempo, muito mais preocupado com aquele lugar do que a Prefeitura, por exemplo, que devolveu o viaduto pingando água, sem luz, com os banheiros fechados ao uso dos moradores de rua, sendo que a gente dizia que um dos motivos daquela sujeira toda que todo mundo reclamava era que não tinha banheiro ali. (Ludmilla Zago, no *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)⁹³

Em seguida, Michele Arroyo assumiu a palavra por quase 35 minutos e se apresentou como uma gestora aberta a diferentes visões e atribuições de significado sobre o patrimônio, ressaltando, contudo, a necessidade de um equilíbrio entre essas percepções e usos distintos.

Vou dar um exemplo aqui. Nós estamos na Praça da Liberdade. O edifício aqui, o Palácio da Liberdade, ele é um edifício eclético, que foi projetado e construído na época do projeto original de Belo Horizonte, final do século XIX. Então, ele tem lá todas suas características e tal. A gente teve, no Brasil, o movimento da arquitetura moderna, que teve como principal ícone, né, o arquiteto Oscar Niemeyer, mas outros grandes arquitetos brasileiros que, como grupo, expressavam a sua arte através de uma interlocução entre os valores da arquitetura moderna internacional e como esses valores eram desconstruídos e construídos novamente para uma reflexão de uma – e uma afirmação de uma – arquitetura moderna brasileira. E eles negavam, principalmente, o estilo eclético, porque, segundo eles, era uma arquitetura que vinha de fora, que não trazia elementos que relacionavam a história nacional e tal. E o Niemeyer fez uma proposta de demolição do Palácio da Liberdade e um projeto de um novo palácio, com essa nova linguagem, que era a arquitetura moderna brasileira. O Palácio não foi demolido, tá aí preservado, né, mas o que eu tô querendo mostrar pra vocês é que o olhar e o movimento de construção identitária de um movimento de arte e coletivos que expressam os seus anseios, as suas inquietações a partir da sua arte, pressupõem a negação, também, do outro, né? Esse é um movimento da história, um movimento da construção das próprias identidades e do próprio patrimônio cultural. Então, eu, pra terminar, só queria colocar pra vocês, assim, um pouco do desafio que é, então, como gestor do patrimônio cultural, tentar assegurar essa construção identitária, mas também procurar fazer uma articulação. Por quê? Se a gente não preservasse o patrimônio, essa história que eu acabei de falar pra vocês, né, que é ter um Palácio da Liberdade que tenha uma característica eclética e ter um projeto do Niemeyer que não foi construído não seria possível, porque o outro teria sido demolido e um outro edifício estaria no lugar. Então, a importância de preservar o patrimônio é exatamente a gente poder contar essas histórias, e essas histórias não são apenas contadas a partir do antigo pro novo, mas da forma que aquele patrimônio é ressignificado e o olhar sobre esse passado. (Michele Arroyo, no *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

⁹³O registro em áudio do evento me foi cedido pelo Espaço do Conhecimento UFMG, que agradeço na pessoa de Juliana Ferreira, com quem fiz o contato.

Imagem 45: O Palácio da Liberdade, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte.



Fonte: Revista *Viagem e Turismo* (online)⁹⁴

Imagem 46: Fachada do Espaço do Conhecimento UFMG, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. À direita, uma parte da fachada do Museu das Minas e do Metal Gerdau.



Crédito: Lucas Braga/UFMG⁹⁵

Ao final da fala de Michele, a mediadora do debate mencionou a abertura para a participação do público, especificando que as falas deveriam ser feitas ao microfone, pois o evento estava sendo gravado. No entanto, antes da abertura para perguntas e comentários, Ludmila pediu para retomar a palavra a fim de comentar a fala de Michele.

⁹⁴Disponível em: <<https://viagemeturismo.abril.com.br/atracao/palacio-da-liberdade/>>. Último acesso em 08 de jan. de 2019.

⁹⁵Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/eventos/diabetes-gestacional-e-o-tema-de-debate-no-projeto-cafe-controverso>>. Último acesso em 08 de jan. de 2019.

Eu queria só comentar algumas coisas a partir da sua fala, algumas coisas que, inclusive, me escaparam dizer. Falar sobre pixação, pra mim, é sempre difícil nessa medida em que eu sempre perco a medida, porque eu acho que é muita coisa que é preciso dizer e trazer à baila pras nossas conversas. (Ludmilla Zago, no *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

A partir daí, Michele e Ludmila travaram uma dinâmica mais direta de falas e respostas ao longo de quase 15 minutos, em que as convidadas confrontaram, de forma constestadora, mas cordial, os pontos de vista uma da outra.

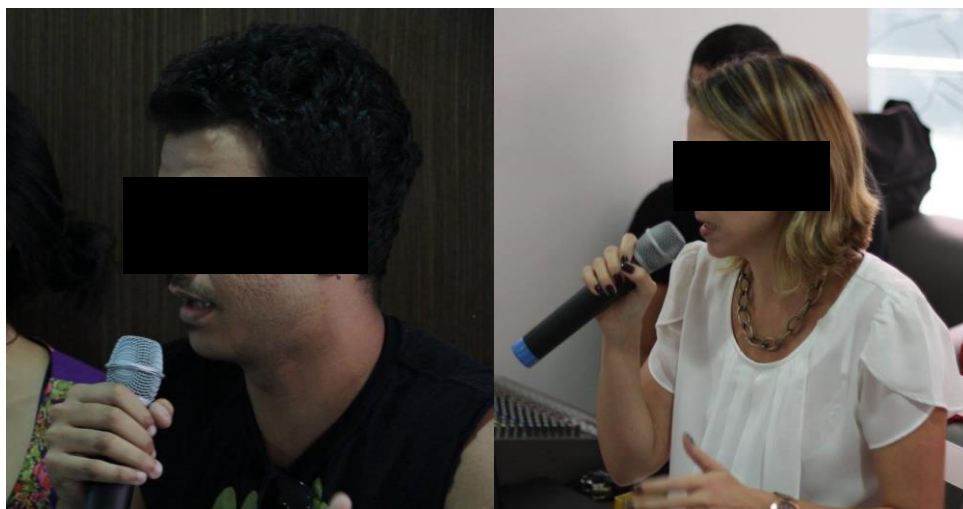
Michele Arroyo: Eu acho que tem uma desproporcionalidade, sim, mas eu gosto da gente sempre pensar que nós não estamos sozinhos no mundo. Se vocês observarem o que é a luta pelo direito à terra, eu volto a falar isso com vocês, se vocês pegarem o que é o movimento do MST, vocês vão ver que essas comunidades são sim massacradas, são, por uma interpretação também... Eu só tô querendo mostrar que o fato da pixação estar sendo tratada como a forma que tá não é porque apenas a pixação e não é porque só Belo Horizonte. Nós temos outros movimentos de cultura, nós temos outros movimentos sociais, que não são só de jovens, que também são massacrados dentro da sociedade brasileira. Massacrados de uma forma muito violenta, né? E não é só prisão, é morte, é expropriação de todos os direitos essenciais. [Ludmilla interrompe]

Ludmilla Zago: De onde o pixo vem, o pobre é morto toda hora, né, o jovem é assassinado toda hora.

Michele Arroyo: É, a gente sabe, né, o que são os movimentos que vem das favelas, né, das regiões... Então, assim, eu só quero colocar isso porque, senão, a gente tira o próprio movimento da pixação de um contexto como se fosse uma coisa separada. Não é. (Diálogo no *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

A mediadora do debate interrompeu a discussão para ressaltar que já havia várias inscrições da plateia para fazer perguntas e comentários. As falas foram organizadas em blocos de três. Diferente do que ocorreu na edição de 2014, a mediadora entregava o microfone a cada um que solicitava a palavra e fazia poucas intervenções. Em alguns momentos, de forma geral, solicitou que tanto o público quanto as convidadas fossem mais objetivos e breves em suas falas, lembrando que o evento era comumente encerrado às 13 horas. Ela também convidou o público a comparecer à oficina “Ocupação dos espaços públicos pela cultura”, que seria realizada na manhã do dia seguinte, domingo, e onde, segundo ela, aquele debate poderia ter continuidade.

Imagem 47 e 48: Pessoas do público falam ao microfone.



Crédito: Cristiano Dias/Cidade e Alteridade⁹⁶

Ao todo, foram três rodadas de falas do público, em que dez pessoas pediram a palavra – cinco mulheres e cinco homens. Dentre essas pessoas, dois rapazes se identificaram como pixadores e um como grafiteiro. Michele protagonizou o tempo dedicado às respostas ao público, com cerca de 16 minutos de fala ao todo. Já Ludmilla utilizou menos de 10 minutos. O evento foi encerrado com cerca de duas horas de duração.

Nas falas de um pixador e de um grafiteiro a pesquisa acadêmica em torno da pixação foi mencionada.

[...] eu pergunto o que que o Ipham pensa, o que que o Estado pensa, o que que o Iepha pensa sobre a atitudes de educação, porque se restringir a só seminários, quem vem em seminário é gente com faculdade, gente que... Tipo assim, não vem gente que precisa, fraga? A gente tá aqui, tipo assim, pra debater, de uma maneira, né, cada um expor. Mas eu acho que a gente tem que sair daqui e pensar “pô, se eu sou contra ou a favor da pixação, eu preciso professar isso, eu preciso educar”. Porque senão, a gente vai ficar eternamente fazendo mestrado que ninguém lê, publicações que ninguém vê, e não vai criar conhecimento, a coisa não vai andar. (P., no *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

E, também, eu questiono muito a própria questão dos avanços nessa discussão, assim. Eu observo que pra estudo, pra várias coisas, o pixo é superinteressante, mas a figura do pixador, não, ninguém quer saber do pixador. (W., no *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

⁹⁶Disponível em:

<https://www.facebook.com/pg/programacidadeealteridade/photos/?tab=album&album_id=104841816524794>.

Último acesso em 08 de jan. de 2019.

Essas duas falas me colocaram como questão o meu lugar como pesquisadora do cenário da pixação: eu, que nunca fui uma pixadora, que nunca me envolvi diretamente com movimentos e coletivos que militam pela causa, que tipo de conhecimento poderia produzir sobre essa realidade? Foi esse questionamento que me levou a olhar de forma diferente para toda a estrutura da pesquisa e a buscar por uma compreensão mais aprofundada do método da igualdade de Rancière, a “poética do conhecimento”. A partir daí, compreendi que não compartilhando a experiência da prática ou da militância, meu trabalho seria o de dispor diferentemente a cena, assumindo os pixadores e as pessoas que compartilham desse cenário como referências e não como objeto de estudo, com importância paritária à das autoras e dos autores que até ali fundamentavam meu trabalho teórico e metodológico.

4.6. Festa Quadrilha do Pixo – Junho, 2016

Dando prosseguimento às manifestações contra as prisões dos pixadores GG, Morrou, Marú e Goma, o coletivo Pixo Livre, que no mês anterior havia organizado a manifestação *Justiça só contra nós não é justiça, é ditadura*, promoveu o evento *Quadrilha do Pixo*. O nome fazia um trocadilho entre as festas típicas do mês de Junho e as acusações do crime de associação criminosa – popularmente conhecido como formação de quadrilha – feitas aos pixadores presos. O evento foi realizado no dia 04 de junho de 2016, dentro da programação da Funarte Ocupada⁹⁷.

O universo da pixação se fez presente desde as peças e ações de convocação para a *Quadrilha do Pixo*. No panfleto do evento, a imagem de fundo traz o desenho de um prédio de esquina, com varandas e janelas – suportes comuns para as inscrições dos pixadores. Algumas palavras do texto da peça são escritas com uma caligrafia típica da pixação, que se mistura a uma fonte convencional. A programação anunciada incluía shows com artistas envolvidos com a cultura do pixo, como Fabrício FBC e Kroif, que também participaram do evento *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, em 2014.

⁹⁷A ocupação da sede da Fundação Nacional das Artes - Funarte em Belo Horizonte reuniu artistas, produtores culturais e integrantes de movimentos sociais em protesto contra a extinção do Ministério da Cultura – MinC e a subordinação da pasta ao Ministério da Educação, anunciados por Michel Temer em maio de 2016, logo após assumir interinamente o cargo de Presidente da Pública em função do processo de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff. Mesmo após a extinção ser revogada, a ocupação permaneceu em protesto contra o governo de Temer. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/05/em-protesto-contratemer-e-fim-do-minc-grupo-ocupa-funarte-em-bh.html>> e <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/temer-decide-recriar-ministerio-da-cultura-anuncio-deve-ser-na-terca.html>>. Último acesso em 11 de jun. de 2019.

Imagem 49: Panfleto de divulgação da *Quadrilha do Pixo*.



Fonte: Pixo Livre/Facebook⁹⁸

A imagem do panfleto foi replicada como capa do evento criado no *Facebook*, em que 461 pessoas confirmaram presença e outras 698 manifestaram interesse. No texto do evento, o motivo e o objetivo da *Quadrilha do Pixo* são apresentados.

QUADRILHA DO PIXO!

Em Belo Horizonte, alguns pixadores foram injustamente presos por formação de quadrilha, como forma de punição exemplar para tentar exterminar o pixo na cidade. O mesmo Ministério Público que persegue e encarcera os pixadores não tomou nenhuma medida contra o maior crime ambiental da história do país cometido pela Samarco.

“PRENDER PIXADOR É FÁCIL, QUERO VER PRENDER O DONO DA SAMARCO”

Para mostrar que o pixo é cultura, é arte e é amizade, convidamos a todos para participar da QUADRILHA DO PIXO, no dia 04 de junho na Funarte Ocupada [...]. O evento visa arrecadar materiais a serem enviados aos pixadores presos (Maru, Goma, GG, Morrou). Serão vendidos adesivos e zines para arrecadação. (Trecho da descrição do evento *Quadrilha do Pixo*, criado pela página *Pixo Livre*, no *Facebook*⁹⁹, 2016)

⁹⁸Disponível em:

<<https://www.facebook.com/pixolive/photos/gm.272988493047953/1114250145305036/?type=3&theater>>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

⁹⁹Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/272988463047956>>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

Imagem 50: Evento *Quadrilha do Pixo* no Facebook.

Fonte: Pixo Livre/Facebook¹⁰⁰

Além do panfleto e do evento no *Facebook*, o coletivo Pixo Livre publicou, em seu canal no Youtube¹⁰¹, três vídeos em que pixadores convocam para a *Quadrilha*. Dos três pixadores (um protagonizando cada vídeo), um mostra o rosto e os demais os cobrem com camisas, deixando apenas os olhos visíveis. Em nenhum deles há qualquer identificação nominal.

Imagem 51: Frame do vídeo *Quadrilha do Pixo BH!* (2016)

Crédito: Pixo Livre/Youtube¹⁰²

Colé, rapaziada, firmeza total? Então, tá rolando a maior injustiça aí, certo? Sistema aí não prende presidente da Samarco, maior crime ambiental da história do país, mas prende os pixador, né mano? Isso aí é embaçado, certo? E contra isso nós vai fazer uma festa em forma de protesto. Aqui na Funarte, a partir das três horas da tarde [...]. Dia 04/06, aqui na Funarte. Dia 04/06, vai dar num sábado, certo? O nome do evento

¹⁰⁰Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/272988463047956>>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

¹⁰¹Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCiuxhy2vGik0KHsIX1RMOPg>>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

¹⁰²Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dn0kuQstsOQ>>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

é *Quadrilha do Pixo*. Vamo contar, aí, vai passar um filme, certo, pra galera se conscientizar da ideia, vai ter um debate sobre a causa da pixação, oficina de construção de cartazes, vai ter a rima aí da galera da Rapa do Papa, no dia aí vai ser Rapa do Pixo, certo? E aí, vamo ter várias atrações, vários shows também: rap, funk, tudo junto e misturado. Cola com nós. (Depoimento no vídeo *Quadrilha do Pixo! Sábado na Funarte*¹⁰³, 2016)

Uma das principais propostas *Quadrilha do Pixo* foi a arrecadação de verba para a compra de produtos de higiene e outros artigos para serem levados aos pixadores presos. A entrada era gratuita, mas a venda de bebidas, comidas, zines e adesivos durante o evento teve verba revertida para a causa.

Imagem 52: Adesivos vendidos durante a *Quadrilha do Pixo*



Crédito: Felipe Bernardo Furtado Soares

No dia, também foram recebidas doações de produtos listados no evento do *Facebook*: prestobarba simples (cabo vazado), creme dental líquido (embalagem transparente), detergente (transparente, líquido), biscoito 200g (cream cracker, maisena, água e sal), sabão em barra neutro, caneta azul Bic (tubo transparente), envelopes para cartas, selos, maços de cigarro, achocolatado, shampoo (cor clara), papel higiênico, pilha, sabão em pó¹⁰⁴.

A programação da *Quadrilha do Pixo* se dividiu entre o galpão 4 e o pátio da Funarte. Na primeira parte da programação foi realizada uma oficina de cartazes e faixas e exibido o documentário *PixoAção 2*¹⁰⁵ (2014), então inédito em Belo Horizonte. A exibição, feita na parede do galpão, com o público sentado ao chão – foi seguida de roda de conversa, com o microfone aberto para quem desejasse se manifestar.

¹⁰³Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ru4X2R1w5dE>>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

¹⁰⁴Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/272988463047956>>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

¹⁰⁵Uma versão reduzida do filme está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9Mh9IMd5z14>>. Último acesso em 18 de jan. de 2019.

Imagem 53: Exibição do documentário *PixoAção 2* (2014) durante a *Quadrilha do Pixo*.



Crédito: Felipe Bernardo Furtado Soares

O documentário, dirigido por Bruno de Jesus Rodrigues¹⁰⁶, apresenta uma mistura de depoimentos de pixadores paulistas (alguns identificados, outros não), trechos de reportagens sobre pixação, imagens da cidade de São Paulo pixada e de pixadores em ação. Uma voz feminina em *off* anuncia, no início do filme, enquanto é produzido um *lettering* com o nome do documentário:

Se na estrutura jurídica e nas pautas dos telejornais o pixo é imposto como atividade criminosa, seria prudente um esclarecimento vindo da fala e da postura dos donos dos traços, cores e tintas negando a imagem de figuras do crime, arruaceiras, marginais e assumindo a postura de revolucionários munidos de sua quase indecifrável estética do caos. (Extraído de *PixoAção 2*, 2014)

No filme, destacam-se as participações de pixadores famosos por terem iniciado a cultura da pixação em São Paulo, como Junecca e Tchentcho, e de pixadoras que afirmam a existência de um lugar para as mulheres dentro do pixo.

No pátio o evento ganhou contornos de festa. DJs e MCs fizeram apresentações musicais. Um “correio elegante” – brincadeira típica de festas juninas em que as pessoas enviam bilhetes umas às outras, geralmente com conteúdo romântico – foi promovido para reunir mensagens do público presente para os pixadores presos.

¹⁰⁶Na descrição do *teaser* do documentário, no *YouTube*, a autoria é atribuída ao cientista social Eduardo Zambetti. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LiFvfNzPr3A>>. Último acesso em 19 de jan. de 2019.

Imagem 54: Cada pixador possuía uma caixa para depósito do “correio elegante”.



Crédito: Sô Fotocoletivo¹⁰⁷

Duas faixas de TNT amarelo foram esticadas para receberem as intervenções dos pixadores presentes. Além disso, houve intensa troca de “folhinhas” com assinaturas. Segundo Gustavo Ferreira, em matéria publicada no site *Vice*, “ninguém ali estava para jogar tinta nas paredes da Funarte. As faixas e cadernos foram suficientes para a classe do pixo apresentar-se à ocupação, permanecer e realizar o evento [...]”¹⁰⁸.

Imagem 55: Pixador assina faixa na *Quadrilha do Pixo*.



Crédito: Sô Fotocoletivo¹⁰⁹

¹⁰⁷Disponível em:

<<https://www.flickr.com/photos/sofotocoletivo/albums/72157667455507063/with/27267105073/>>. Último acesso em 10 de jan. de 2019.

¹⁰⁸FERREIRA, Gustavo. *A festa da Quadrilha do Pixo*. *Vice*, Belo Horizonte, 17 de junho de 2016. Notícias. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/xyqp5z/quadrilha-do-pixo-belo-horizonte>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

¹⁰⁹Disponível em:

<<https://www.flickr.com/photos/sofotocoletivo/albums/72157667455507063/with/27267105073/>>. Último acesso em 10 de jan. de 2019.

Àquela altura já foi possível perceber que as pessoas envolvidas nas organizações e também as presentes nos eventos eram frequentemente as mesmas. Como nos demais eventos organizados por grupos que atuam em relação próxima com os pixadores (como foram os casos do debate *Pixo é Direito*, das reuniões da *Real da Rua* e da manifestação *Justiça só contra nós não é justiça, é ditadura*), parecia haver um esforço para que a *Quadrilha do Pixo* se realizasse de forma horizontal, aberta e paritária, mas com espaço para o protagonismo dos pixadores, algo percebido desde a divulgação até o modo como o evento se organizava espacialmente. Parecia haver sempre algo de precário, de um arranjo feito a partir de muito pouco, mas que traduzia também um sentido de coletividade, de esforço comum.

Imagem 56: Roda de conversa na *Quadrilha do Pixo*.



Crédito: Felipe Bernardo Furtado Soares

Naquele evento específico, a articulação entre ações culturais, festivas e de protesto foi o que mais chamou minha atenção, me fazendo perceber retroativamente que, embora não tenham sido denominados como festas, essa era uma combinação comum também aos eventos anteriores organizados por aqueles grupos.

4.7. Roda de conversa Pixo e Patrimônio – Agosto, 2016

Durante o *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, a gestora do Museu das Minas e do Metal Gerda, que se apresentou como Márcia, esteve presente e pediu a palavra.

Bom, minha opinião, eu acho assim, coisas arbitrárias estão sendo feitas com relação ao Goma, a outros tipos de situação que a gente vem enfrentando. Eu acho muito importante que – foi uma das primeiras perguntas – a gente definir o que é permitido, o que é patrimônio, né? Que eu respondo por esse patrimônio, né, aqui do lado, e ele constantemente sofre esse tipo de intervenção. Essa madrugada mesmo nós ganhamos

três presentes, né? E... Só que eu tenho que responder por ele de uma maneira que eu tenho que restaurá-lo, né? Outra intervenção que já teve algum tempo foi nas pinturas parietais. É uma coisa que não é uma água e sabão, eu tenho que chamar um restaurador, que é na parte da frente do prédio, né? Então, eu acho um exagero o tipo de medida, de sentença, que está sendo dada pra esse grupo e a gente tem algumas ideias pra provocar essa discussão, pra trazer essas pessoas pra tomar conhecimento do que é patrimônio, abrir espaço pra eles aqui nesse pedaço da cidade e... Então eu queria trazer um pouco – chama Café Controverso, né? – trazer um pouco da realidade aqui do Circuito [da Praça da Liberdade], aqui do nosso pedaço, né? A gente tem um muro aqui com uma grande intervenção, aqui do lado, né, que acaba que agrega uma situação de marginalidade, de outros tipos de situação. Não que o pixo tenha a ver com isso, mas, é, acaba sendo um lugar desprezado, de medo das pessoas, e essa situação tem sido cada vez mais agravada. Então, a gente quer realmente fazer um... Abrir um espaço, propor ações pra que a gente tente mudar um pouco esse cenário, pra que esse tipo de exagero de sentença, de penalidade, não seja tomada, tá bom? Era isso. (Márcia, no *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

A fala de Márcia suscitou respostas das convidadas e de pessoas presentes no público.

[...] como a gente equilibra os valores do patrimônio cultural e agrega, também, como valor a própria pixação? Esse é um desafio, a Márcia colocou aqui muito bem, ou seja, é um edifício, o edifício é protegido, tem os valores que foram colocados ali. Como articular políticas voltadas pra juventude, pra apropriação desses espaços, né, aqui por exemplo, no Circuito, mas mantendo a possibilidade de leituras diversas desse patrimônio cultural, né. É um desafio. (Michele Arroyo, no *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

Em relação à última pergunta, ao último comentário, né, sobre o patrimônio tombado aqui da Praça, que alguém que... Você que é gestora dele, você se responsabiliza por isso, eu acho que essa é mais uma agressão que a cultura de rua sofre, que a pixação sofre, que essas subjetividades que estão aí se expressando na rua, elas sofrem. Por quê? Eu não conheço ninguém mais autônomo, por exemplo, que um pixador. [...] Então, eu fico pensando assim, né, por que preservar, por que apagar e por que violentar uma coisa que é a raiz dessa expressão, que é a responsabilidade de quem faz? Então, tá errado, sim, que você tenha que responder por tudo isso. [...] Então, assim, eu acho que são essas coisas que realmente a sua pergunta me faz pensar, assim, que é muito complicado e que é um apagamento dessa essência, dessa ética de lidar com a cidade, sabe? Se responsabilizar pelo que, se você não fez, né? E quem disse que a coisa, por exemplo, como que a gente tem medo do lugar rabiscado, né? Como que a gente tem um pouco essa cultura da janela quebrada, assim, né? Que disseram pra gente assim: “aonde estiver sujo, onde estiver pixado, o crime está”. Onde que o crime não tá, não é? (Ludmilla Zago, no *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

Eu tive conversando com Márcia, semana passada, sobre essa questão e que eu falei: olha, eu acho que não tem que apagar isso, eu acho que de algum momento tem que começar a peitar a discussão. “Não, eu estou fazendo uma outra proposta de relação aqui. Eu to fazendo uma outra proposta, vamos deixar, vamos esperar que as pessoas cheguem, entendem que esse é um espaço de diálogo. Vamos construir juntos? Vamos ver por onde vai dar?”. Porque se a gente ficar querendo partir de um lugar que já tá consolidado, de diálogo, a gente não vai conseguir. É junto, esse diálogo tem que ser, de fato, diálogo, né? (Alan, no *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

Esse diálogo parece não ter se perdido com o final daquele evento e quase três meses após, no dia 11 de agosto de 2016, foi realizada a roda de conversa *Pixo e Patrimônio*. O evento, promovido no mês em que é celebrado o Dia Nacional do Patrimônio Histórico (17 de agosto), teve como proposta reunir diversos atores envolvidos de diferentes formas com o cenário da pixação belo-horizontina.

Imagem 57: Divulgação do evento no site do Museu das Minas e do Metal Gerdau¹¹⁰.



Fonte: Pixo Livre/Facebook¹¹¹

Imagem 58: Evento *Pixo e Patrimônio* no Facebook.



Fonte: Pixo Livre/Facebook¹¹²

¹¹⁰Disponível em: <<http://www.mmgerdau.org.br/programe-se/mm-gerdau-promove-roda-de-conversa-pixo-e-patrimonio/>>. Último acesso em 18 de jan. de 2019.

¹¹¹Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1581374758831917/>>. Último acesso em 18 de jan. de 2019.

¹¹²Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1581374758831917/>>. Último acesso em 18 de jan. de 2019.

O Museu das Minas e do Metal Gerdau divulgou o evento como uma realização da instituição. Já no *Facebook*, o evento foi criado pelo coletivo Pixo Livre, sem menção à responsabilidade pela organização. Neste último, 227 pessoas confirmaram presença e outras 456 manifestaram interesse.

Salve Salve!!!! Mais um evento pra gente conversar e conhecer um pouco mais dessa cultura popular urbana chamada PIXO!!! Dessa vez, a pauta é as relações entre pixo e patrimônio: pixo é patrimônio da nossa juventude? Patrimônio e pixos podem conviver? É justo que pixar patrimônio leve alguém à prisão? (Trecho da descrição do evento *Pixo e Patrimônio*, criado pela página Pixo Livre, no *Facebook*¹¹³, 2016)

Imagem 59: Capa do evento *Pixo e Patrimônio* no *Facebook*.



Fonte: Pixo Livre/*Facebook*¹¹⁴

Na imagem de divulgação utilizada pelo coletivo Pixo Livre, o modo como o nome do evento é colocado parece querer evidenciar um contraste entre as duas esferas ali apresentadas: a palavra “pixo” é grafada em uma fonte de linhas retas e pontiagudas, aludindo à caligrafia da pixação, enquanto a palavra “patrimônio” traz uma fonte clássica e cursiva. Na metade esquerda da imagem é utilizada uma fotografia da fachada do Museu das Minas e do Metal, em que as pilastras frontais estão preenchidas (digitalmente) com os nomes dos MCs Xot, 5P e Kroif, que se apresentariam no evento, em letras de pixação. Fotografias dos MCs aparecem sobrepostas à foto do prédio, ao lado dos respectivos nomes. Na calçada em frente ao museu, há uma placa pixada com a frase “O maior patrimônio é a liberdade. PJL [sigla de Paz, Justiça, Liberdade] Pixo”. A placa é replicada e ampliada na porção direita da imagem, como pano de fundo para as informações sobre o evento.

¹¹³Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1581374758831917/>>. Último acesso em 18 de jan. de 2019.

¹¹⁴Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1581374758831917/>>. Último acesso em 18 de jan. de 2019.

A roda de conversa foi realizada na Praça Carlos Drummond de Andrade, situada entre o Museu das Minas e do Metal Gerdau (antiga sede da Secretaria da Educação de Minas Gerais) e o Memorial Minas Gerais Vale (antiga sede da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais), ambos espaços que compõem o Circuito Liberdade, complexo cultural implementado no antigo centro administrativo do estado de Minas Gerais, na Praça da Liberdade.

Imagem 60: Praça da Liberdade antes da reforma de 1920. Ao fundo, da esquerda para a direita, os prédios da Secretaria da Educação e da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais.



Crédito: Acervo Iepha-MG/Circuito Liberdade¹¹⁵

Imagem 61: Da esquerda para a direita, o Museu das Minas e do Metal Gerdau e o Memorial Minas Gerais Vale.



Fonte: Culturaliza BH¹¹⁶

¹¹⁵Disponível em: <<http://www.circuitoliberalidade.mg.gov.br/pt-br/circuito-liberdade-br/historia>>. Último acesso em 18 de jan. de 2019.

¹¹⁶Disponível em: <<https://culturalizabh.com.br/index.php/2018/12/04/memorial-minas-gerais-vale-abre-edital-para-exposicoes-de-novos-artistas/>>. Último acesso em 18 de jan. de 2019.

Entre os convidados para o debate foram anunciados Michele Arroyo (presidente do Iepha-MG), Felipe Bernardo Furtado Soares (advogado e pesquisador), Fernanda Fernandes Monteiro (servidora do Ministério Público), Maria Tereza (presidente do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade), Thaís Lora (funcionária pública e pixadora) e Joanna Ladeira (Real da Rua; ONG Borda Convivência, Cidade e Pesquisa).

O evento foi aberto por Márcia Guimarães, gestora do Museu das Minas e do Metal que estava presente no *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, três meses antes. Ela informou que a intenção era deixar o microfone aberto a todos que desejassem se manifestar e que a mediação seria feita pelo pesquisador Álan Pires. De acordo com ela, a promoção da conversa tinha como objetivo ressignificar aquele espaço. Em seguida, foi exibido o videoclipe “Viva o Pixo”, de MC Kroif com a participação de Sabre.

Imagem 62: Frame do videoclipe “Viva o Pixo”, de MC Kroif feat. Sabre.



Fonte: pdrão vídeo clipes/YouTube¹¹⁷

Após a exibição, o mediador Álan convidou os presentes a se manifestarem, ressaltando a importância de uma conversa sobre o pixo que fosse capaz de ultrapassar sua dimensão estética. A partir daí, várias pessoas pediram a palavra, sem uma ordem ou um tempo estabelecidos para as participações e com poucas intervenções do mediador.

A organização espacial correspondia ao fluxo do evento. Havia algumas cadeiras dispostas de modo a formar um círculo com os longos bancos de alvenaria da praça. O telão onde o videoclipe de Kroif foi exibido marcava, inicialmente, um ponto central e à frente, com pedestais de microfones também colocados ali. Ao longo do evento e com o aumento do público, contudo, o círculo foi se tornando completo. Algumas pessoas se sentaram no chão, outras se mantiveram de pé, de modo que se formou uma roda em que convidados e público se misturaram.

¹¹⁷Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4a8wR_UtElo>. Último acesso em 19 de jan. de 2019.

Imagens 63 e 64: Disposição espacial da roda de conversa *Pixo e Patrimônio*.



Crédito: Leonardo Miranda/MM Gerdau

Dentro daquela proposta de microfone aberto, pediram a palavra: o MC e pixador Kroif, a pesquisadora Ludmilla Zago, a pixadora T., a presidente do Iepha-MG Michele Arroyo, a psicóloga Joanna Ladeira, a pesquisadora Débora Pennachin, o pixador S., a advogada Fernanda Oliveira, a promotora de justiça Cláudia Amaral, o grafiteiro Binho, entre outros participantes que não se identificaram. Em muitos momentos, as falas eram expositivas de um lugar ou ponto de vista, mas houve ocasiões em que um diálogo foi estabelecido, com perguntas, respostas e contestações.

Ao longo da conversa, o mediador intervinha para abrir o espaço para as apresentações musicais dos MCs convidados. Além do universo da pixação, as músicas falavam sobre a vida na periferia e sobre a experiência como presidiários. Naquele momentos, GG, Goma, Marú e Morrou permaneciam presos e essa foi uma das principais pautas da conversa.

Imagem 65: Um dos MCs convidados se apresenta na roda de conversa *Pixo e Patrimônio*.



Crédito: Leonardo Miranda/MM Gerdau

Quando eu me lembro do passado embaçado
 Desnortado eu fico
 Acabo me sentindo abaixo de um lixo
 E quando eu penso
 “Não, tá tudo bem, tô feliz, vou esquecer”
 Na porta do meu quarto os finado vem bater
 E eu pergunto por que
 Vocês vêm me importunar logo aqui
 Não precisa responder, já entendi
 É porque vocês sabem que pro travesseiro e pra si mesmo
 Ninguém sabe mentir
 Mas não vou fugir
 Pode apostar
 Vou bater de frente, vou encarar
 (Trecho de “Essa é minha vida”, de MC Kroif, 2012¹¹⁸)

Imagem 66: A pixadora T. fala durante a roda de conversa *Pixo e Patrimônio*.



Crédito: Leonardo Miranda/MM Gerdau

¹¹⁸Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5FCX0B2L9gc>>. Último acesso em 19 de jan. de 2019.

Naquela noite, as falas dos pixadores me pareceram ainda mais combativas e tive a sensação de que, desde o primeiro evento do qual eu tinha participado, então há dois anos, a participação daqueles sujeitos vinha ganhando corpo e importância naqueles debates. Muitos estiveram presentes e, ainda que não tenham tomado a palavra – apenas três o fizeram identificando-se como pixadores –, eles fizeram número, fizeram seus corpos e algo do seus modos de vestir, de falar, de agir e de se relacionar visíveis coletiva e publicamente.

4.8. Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos – Novembro, 2016

Ainda em 2016, no dia 22 de novembro, a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) sobre o modo como os grafismos urbanos vinham sendo tratados pelo poder público em Belo Horizonte me fez acreditar que eu tinha a sorte de presenciar a chegada daquele debate ao âmbito formal de discussões públicas.

No *Facebook*, o evento para divulgação da audiência foi criado pela frente de Cultura de Rua do grupo Cidade e Alteridade. Lá, 135 pessoas confirmaram presença e outras 550 manifestaram seu interesse. Alguns números – prisões, detenções, multas, penas – foram apresentados como evidenciadores da relevância da realização daquele debate.

Imagem 67: Evento da Audiência Pública no Facebook



Fonte: Cultura de Rua - Cidade e Alteridade/Facebook¹¹⁹

Belo Horizonte é a cidade no Brasil que mais reprime inscrições feitas à tinta nos muros da cidade.

3 pessoas presas.

17 pessoas impedidas de saírem de casa durante a noite com tornozeleiras eletrônicas.

8 anos e 6 meses de condenação em regime fechado.

10 milhões de reais de multa para 19 pessoas.

¹¹⁹Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/217131422046133/>>. Último acesso em 19 de jan. de 2019.

15 mil reais de multa para uma pessoa.

Essas são algumas penas impostas a pessoas que colocaram tinta em paredes na cidade de Belo Horizonte, por acusações de terem cometido delitos ambientais.

Por que penas tão altas? Por que tanta repressão? Apenas em Belo Horizonte...

Na tentativa de discutir e compreender o contexto da repressão aos grafismos urbanos em Belo Horizonte, convidamos a todos para a audiência pública a se realizar no dia 22/11/2016, às 15:30, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Participarão da mesa da Audiência Pública representantes da sociedade civil ligados ao tema e membros de órgãos do poder público relacionados ao combate aos grafismos urbanos na cidade de Belo Horizonte.

A presença de todos é muito importante para pressionarmos o poder público municipal e estadual a mudar o tratamento dispensado a pessoas que fazem grafismos urbanos em Belo Horizonte.

Mais diálogo, menos repressão!

(Trecho da descrição do evento *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, criado pela página Cultura de Rua – Cidade e Alteridade, no Facebook, 2016)

Cheguei à ALMG como uma pessoa que entrava pela primeira vez naquele espaço: não sabia muito bem por onde eu deveria entrar, como deveria proceder e em que lugares poderia circular. A formalidade era evidenciada em cada ambiente e procedimento. A entrada no prédio, por exemplo, requeria a identificação, com apresentação de documento de identidade. Meu comportamento me mostrava o quanto ambientes muito formais podem causar estranhamento e mesmo incômodo a pessoas pouco acostumadas a circular por eles cotidianamente. Pensei em como seria aquela experiência para os pixadores que comparecessem à audiência.

Imagem 68: Fachada da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.



Crédito: Cláudio Costa¹²⁰

A audiência aconteceria em um dos chamados “plenarinhos”, onde ocorrem as reuniões das diversas comissões da casa. No corredor, várias pessoas aguardavam e pareciam, como eu,

¹²⁰Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/clcosta/939982477/in/photostream/>>. Último acesso em 20 de jan. de 2019.

um pouco desorientadas em relação a onde esperar. O Plenarinho 1, onde a audiência teve lugar, era dividido entre um balcão frontal superior, onde estavam os convidados, uma bancada à frente com várias cadeiras, em nível mais baixo, e uma área lateral para o público, separada do restante da sala por um vidro. O público presente, maior que a lotação prevista para a área reservada, foi convidado a ocupar também a bancada em frente ao balcão superior. A audiência seria transmitida ao vivo pela TV Assembleia.

Imagem 69: Disposição espacial da *Audiência Pública*.



Crédito: Daniel Protzner/ALMG¹²¹

Imagem 70: Disposição espacial da *Audiência Pública*.



Crédito: Daniel Protzner/ALMG

A *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos* foi a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular da ALMG e foi presidida pela

¹²¹Disponível em: <https://www.almg.gov.br/sala_imprensa/fotos/index.html?idAlb=11586&albPos=1>. Último acesso em 14 de nov. de 2018

Deputada Estadual Marília Campos (PT). Dos 12 convidados listados nas Notas Taquigráficas da audiência, oito estiveram presentes. Cinco deles compuseram a mesa: Fernanda Oliveira, advogada criminalista; Fernando Nogueira, advogado criminalista e professor da Universidade Federal de Lavras - UFLA; Ludmila Zago, pesquisadora; Negro F., coordenador nacional do Movimento Nação Hip Hop Brasil; e Roberto Andrés, professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Os outros três convidados presentes – os advogados e pesquisadores da frente de Cultura de Rua do grupo Cidade e Alteridade Felipe Soares e Mariana Gontijo e o pixador H. – fizeram suas falas durante o tempo aberto para a participação do público.

Marília Campos abriu a sessão ressaltando que aquele tema nunca havia sido discutido na Assembleia e afirmando considerar o debate importante para a elaboração de políticas públicas. Ela passou a palavra para Ludmilla Zago, estipulando 12 minutos para sua exposição. Após fazer uma retrospectiva do combate à pixação em Belo Horizonte, Ludmilla comparou o cenário da cidade com o de outras que conheceu.

Talvez seja interessante pensarmos que, nos lugares mais civilizados, essas pessoas não são presas dessa forma e não sofrem tortura policial, como vemos em Belo Horizonte. Em Barcelona, tive a oportunidade de perguntar o que acontece com as pessoas que fazem tantos grafites naquela cidade. Disseram-me que, para que algum deles seja preso, é preciso que seja pego em flagrante, fazendo os grafites por mais de 20 vezes. Quando eu contava sobre as multas que aqui são cobradas e a situação econômica e social das pessoas que as recebem, todos ficavam espantados. (Ludmilla Zago, na *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016¹²²)

Em seguida, Marília Campos passou a palavra para Negro F., que se apresentou como um morador de periferia e como um ex-pixador, embora tenha reivindicado uma denominação distinta para a prática.

Em meados de 1995, fui um escritor de rua, fiz o que as pessoas chamam em Belo Horizonte e no Brasil de pichação. Mas eu, particularmente, digo que é uma escrita de rua, uma identidade. Foi assim que conheci a cidade. Não é diferente de como vários jovens começam a conhecê-la e a interagir com ela de alguma forma– aliás, cidade que não nos convida a interagir com ela. (Negro F., na *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

¹²²Os depoimentos foram extraídos das Notas Taquigráficas da audiência. Agradeço a Frederico Vieira, funcionário da ALMG, pela gentileza em me encaminhar as mesmas.

A fala de Negro F. suscitou diversas perguntas por parte da deputada e um diálogo entre os dois foi mantido por alguns minutos. Em seguida, a palavra foi passada ao advogado Fernando Nogueira, que havia participado do debate *Pixo é Direito*, em 2014.

É uma honra e um privilégio estar aqui para discutir isso. É algo que participou da minha vida durante muito tempo. Agora nesses interiores das Alterosas não estou tão em contato, mas meu coração está aqui com todo o mundo. [...] Agradeço o convite. Meu lugar de fala é não só como advogado em direitos humanos, mas também como mestre doutor em direito penal. Sou pesquisador na área e acompanho isso muito atentamente. (Fernando Nogueira, na *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

Depois de Fernando, foi a vez do professor Roberto Andrés, que inseriu na discussão uma perspectiva do urbanismo, da relação do pixo com os espaços da cidade. Ele abriu sua fala mencionando a coincidência de, naquele mesmo dia, ser inaugurada a exposição “Estado de Sítio¹²³”, do artista Eder Santos. Eder havia convidado o pixador e grafiteiro Napo para pintar tapumes colocados na fachada do Palácio das Artes, local da exposição. Ali, Napo pintou, além do nome da exposição, frases de solidariedade e identificação com os casos dos pixadores presos.

Imagem 71: Tapume pintado por *Napo* na abertura da exposição *Estado de Sítio*, de Éder Santos.



Crédito: Rafael Campos/Revista Encontro¹²⁴

A última convidada chamada a fazer sua contribuição foi a advogada Fernanda Oliveira (que esteve presente também na reunião da *Real da Rua* em que foi debatida a detenção dos

¹²³Informações sobre a exposição disponíveis em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/artes-e-livros/2016/11/22/noticias-artes-e-livros,197764/eder-santos-abre-exposicao-que-e-um-comentario-ao-brasil-atual.shtml>>. 03 de mai. de 2019.

¹²⁴Disponível em: <<http://blogs.revistaencontro.com.br/retratosdacidade/2016/12/20/exposicoes-para-curtir-antes-e-depois-do-natal-volpi-eder-santos-e-ataide-miranda/>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

pixadores após a Sopa de Letras realizada na edição comemorativa de oito anos do Duelo de MCs, em 2015, e na roda de conversa *Pixo e Patrimônio*, três meses antes da audiência). A fala da advogada, como a de Fernando Nogueira, esteve centrada na dimensão jurídica, especificamente no Direito Penal. Ela informou que atuava junto com Fernando e com o também advogado Felipe Soares (membro do grupo Cidade e Alteridade e presente em quase – se não todos – os demais eventos, tendo participado da organização de vários deles) nos processos de pixadores, em Belo Horizonte. Fernanda fez uma das falas mais contestadoras e agressivas da tarde, adquirindo algumas vezes um tom de militância.

É crime o que está sendo feito, é abuso de poder. Acho importante usarmos este espaço para denunciar isso, acho importante que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais entenda o que o Ministério Público de Minas Gerais está fazendo. Isso não é só na Promotoria de Defesa do Patrimônio Cultural. Estamos trazendo um caso específico, mas isso ocorre em várias promotorias, a violência que essa instituição tem cometido contra o povo belo-horizontino pobre, preto e favelado. Isso já chegou, já deu, tem que parar. Eles não são superiores à lei, eles não estão acima da lei, e muito menos podem desqualificar a profissão da advocacia, como vêm desqualificando, porque nós somos os chatos, sim, que atrapalham que os objetivos mesquinhos deles sejam alcançados. E vamos atrapalhar muito mais. Eu terei muito mais tempo no ano que vem, vou atrapalhar bem mais. (Fernanda Oliveira, na *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

Antes de passar a palavra a Fernanda, Marília Campos já havia informado que estavam abertas cinco inscrições para pessoas do público que desejassem participar do debate. O primeiro a falar foi H., que se identificou como pixador e pediu que seu rosto não fosse filmado – “acho que, primeiramente, o pichador é sem rosto” – algo que não foi imediatamente atendido, requerendo que a deputada reforçasse a solicitação.

Depois da fala de H., três perguntas feitas por escrito por pessoas do público foram lidas pela presidente da sessão. Antes das respostas, a advogada Mariana Gontijo e o advogado Felipe Soares fizeram participações ao microfone e foram perguntados por Marília Campos se seus rostos poderiam ser filmados.

A presidente: Pode mostrar o rosto, Felipe?

O Sr. Felipe Soares: Pode. A gente pode pôr a cara, não é, Fernanda? Tem de pôr, não é?

O Sr. ... [não identificado nas Notas Taquigráficas]: Do jeito que as coisas estão andando, daqui a pouco não vai poder não, cara. (- Intervenção fora do microfone.) Exatamente. Escritório de advocacia vai ser formação de quadrilha. (Diálogo na *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

Felipe fez um requerimento de que as notas taquigráficas da audiência fossem enviadas aos representantes de instituições que não estiveram presentes naquela tarde: Ministério

Público, Delegacia de Crimes Ambientais, Tribunal de Justiça, Prefeitura de Belo Horizonte, Movimento Respeito por BH. Marília sugeriu que o envio fosse feito também à Secretaria de Educação do Estado.

A presidente da sessão retornou, então, a palavra para os convidados da mesa para que pudessem responder às perguntas e fazer suas considerações finais. Embora eu tenha reconhecido, no público presente, vários pixadores que haviam participado dos eventos anteriores, apenas H. se pronunciou. Naquele que foi o debate mais formal que acompanhei, realizado no espaço onde as leis estaduais são criadas, o protagonismo dos pixadores foi mínimo. Ao fim da sessão, houve a proposta de que um debate mais amplo fosse realizado naquele espaço em 2017, convocando mais deputados e representantes de outros órgãos.

[...] estamos iniciando este debate e acho importante envolver mais atores nele. A minha proposta é de aprovar um requerimento, mas não hoje, porque não temos quórum. Eu assumo esse compromisso, caso vocês concordem, de a gente abrir, no ano que vem, com um debate mais robusto, envolvendo prefeituras, fazendo um esforço para trazer o Ministério Público, a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria de Educação do Estado e também essa organização dos grafiteiros e pichadores. [...] Portanto, sugiro isso e gostaria que vocês se manifestassem sobre a gente abrir, no ano que vem, um debate dessa forma, e obviamente eu contaria com a ajuda de vocês para organizá-lo. Ok? (Marília Campos, na *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

Essa nova reunião, contudo, não chegou a acontecer. Decidi, então, que daria por encerradas minhas participações nesses eventos, ao menos como fontes de dados para a pesquisa. As pessoas, falas e dados começavam a se repetir e eu entendi que aquele momento representava um bom limite para o período observado.

A reconstituição descritiva desses eventos cumpre o objetivo de permitir uma organização dos dados da pesquisa de campo que, como já foi mencionado, foi feita de forma pouco controlada. A partir desse procedimento, torna-se possível observar com mais clareza como cada evento se organiza particularmente e como se assemelha ou se distingue dos demais, assim como observar quais são os elementos que compõem cada um desses episódios e os modos como eles se relacionam. Tratou-se, assim, de um procedimento de montagem dos eventos, evidenciando sua poética e seus dispositivos interacionais.

No próximo capítulo, faço um trabalho de desmontagem desses dispositivos para remontá-los em uma cena de dissenso. Para tanto, tomo como singularidade o aparecimento público e a participação de pixadores nesses eventos, retomando, assim, o aspecto que primeiro me moveu em direção a essa pesquisa. Apreendendo falas, pixos, músicas, cartazes, faixas, gritos de protesto, videoclipes etc. como fontes de saber sobre aquela realidade, realizo uma

cartografia dos temas recorrentes em suas participações, não mais separadas por evento. Esses temas serão abordados com o auxílio de falas dos demais sujeitos envolvidos nos eventos, tal como nos filmes e músicas neles apresentados ou referidos; de matérias jornalísticas que ajudem a compreender os fatos narrados; de leis e documentos oficiais etc. Essa disposição dissensual da cena de debate sobre a pixação em Belo Horizonte será, ainda, perpassada por reflexões teóricas de autoras e autores, como Rancière, Foucault, Scott, Butler, Arendt, entre outros que me ajudam a compreender esse contexto como uma cena política.

5. DESMONTAGEM, REMONTAGEM: PROCEDIMENTOS

“A cena, sou eu que a constituo”.

(Jaques Rancière, em *La méthode de la scène*, 2018)

A reconstituição descritiva dos nove eventos observados, entendidos como dispositivos interacionais, buscou identificar os elementos que os compõem (convidados, público, local, organização, formato, proposta etc.) e as relações que ali se estabelecem (dinâmicas, interações, diálogos e rupturas). Agora, efetuo a desmontagem desses dispositivos para remontá-los em uma cena dissensual capaz de oferecer um outro relato acerca do debate sobre o combate à pixação em Belo Horizonte – um que o faça de modo a ignorar e subverter as determinações hierárquicas sobre quem tem competência para falar. A fim de manter a proposta que venho apresentando desde o princípio de que esta seja uma tese sobre o processo da pesquisa que lhe dá origem, e não apenas uma apresentação de resultados, demonstro, neste capítulo, as etapas do trabalho da cena de dissenso. Meu objetivo é que a apresentação detalhada dos procedimentos não apenas sirva à consolidação e validação da metodologia que construí, mas que possa constituir certa referência (sempre aberta àquilo que possam demandar outras singularidades) para possíveis pesquisas que encontrem nos arranjos disposicionais dissensuais um método adequado à observação de outros contextos e objetos de estudo.

Antes, contudo, contextualizo e discuto conceitualmente o aparecimento público dos pixadores nos eventos, que configura a singularidade a partir da qual a cena será montada.

5.1. “Será que os pixadores vêm?”: a singularidade dissensual do aparecimento público de pixadores

Convivemos diariamente com a pixação pelas ruas. Nos grandes centros urbanos, como Belo Horizonte, parece não haver superfície que não possa ser transformada em suporte para as assinaturas a tinta. No entanto, são marcas que nos aparecem como anônimas, um índice da presença de um corpo que, comumente, não se dá a ver. Para Mittmann (2012, p. 47), os pixadores se constituem como “corpos que configuram uma escrita-fantasma”, definição que vai ao encontro da de H. (*Audiência pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016), que afirma que “o pixador é sem rosto”. Na criação de uma palavra que encarna uma presença, que aparece no lugar do corpo que a produziu, os pixadores dialogam com o

entendimento de Rancière sobre a capacidade política, pois arrancam seus corpos das relações diretas impostas entre um nome, um lugar, uma função e um modo de fazer. É através de suas marcas que esses sujeitos circulam e se fazem visíveis na cidade.

Contudo, nos eventos observados, alguns pixadores não só se fizeram presentes como tomaram a palavra, se apresentando como pixadores para narrarem suas experiências e contestarem as medidas de combate à pixação.

Meu nome é T. Sou pixadora, sou mãe, estudo e trabalho. (T., *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

Meu nome é R., eu sou pixador também. (R., *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

Oi, meu nome é L., eu acho que eu sou pixadora desde os quatro, cinco anos de idade, assim, na parede lá de casa. (L., *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

Na minha concepção como pixador [...] (K., *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

É, meu nome é A., e to aí no movimento, na pixação. (A., *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

[...] nós, os pixadores. (G., *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

Meu nome é J., sou educador social, hoje ex-pixador – a gente nunca para, né, irmão? (J., *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

[...] eu, como pixador, [...] (Djan Ivson, *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

Meu nome é W. e eu sou pixador [...]. (W., *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

Então, eu pixo S. (S., *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

Em meados de 1995, fui um escritor de rua, fiz o que as pessoas chamam em Belo Horizonte e no Brasil de pixação. (Negro F., *Audiência pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

Meu nome é H., sou pixador desde os 10 anos, criado na rua. (H., *Audiência pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

Esse aparecimento público dos pixadores remete à potência da “aparência”, tal como definida por Hannah Arendt (2000; 2007). A autora aborda a aparência a partir de seu caráter sensível: tudo que existe no mundo – seres vivos e inanimados – *aparece*, ou seja, se dá à visão, ao toque, ao olfato, ao paladar, à audição. Nesse sentido, ser coincide com aparecer, pois tudo o que é aparece, e aparece para alguém, o que faz com que a aparência seja essencialmente relacional. O modo como o aparecimento de um ser é apreendido pelo ponto de vista subjetivo de outro a autora designa como “parecer”: o mundo aparece para todos, mas parece a cada um

de modo singular. A subjetividade do parecer é remediada pelo fato de que o mesmo objeto também aparece para os outros, ainda que o seu modo de parecer seja diferente.

Arendt relaciona a aparência diretamente à união das dimensões do discurso e da ação. Para ela, o discurso e a ação se tornam necessários tanto para a expressão da singularidade quanto para a promoção do entendimento, dadas as diferenças inerentes à pluralidade e à subjetividade humanas. Se todos fossem iguais, para além da igualdade colocada pela espécie, as necessidades seriam idênticas e poderiam ser expressas de formas pré-discursivas, a partir de gestos e emissões sonoras, como entre os animais não humanos. A ação e o discurso, por outro lado, ultrapassam essa função utilitarista e possuem uma capacidade reveladora que pode mostrar quem – e não apenas o que – os sujeitos são. Para a autora, portanto, é pela ação e pelo discurso – intersubjetivos, inseparáveis e irredutíveis um ao outro – que se caracteriza uma vida como humana.

A partir daí, Arendt (2007) caracteriza a esfera política como o espaço criado pela coexistência e coparticipação entre as pessoas por meio de suas ações e palavras. Não se trata do espaço físico da *polis*, embora seus muros e suas leis atuem como seu suporte, mas sim do espaço criado pelas relações intersubjetivas, pelo agir e falar coletivamente. Nesse contexto, ela menciona pela primeira vez o “espaço da aparência [...] no qual eu apareço aos outros e os outros a mim; onde os homens assumem uma aparência explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas” (ARENDR, 2007, p. 211). Esse espaço seria anterior a qualquer forma organizada ou formal da esfera pública, assim como a toda e qualquer forma de governo. Ele só existe no contexto da copresença entre indivíduos que falam e agem conjuntamente, se dissipando quando essa coletividade se dispersa e se mantendo como potência. No entanto, é o espaço da aparência que fundamenta a realidade do mundo, pois é nele se efetua a inscrição dos indivíduos em uma comunidade de aparecimento mútuo. Assim, aqueles que se privam ou são privados do espaço da aparência estariam privados, também, da própria realidade do mundo.

Assim, segundo Arendt (2000), há uma universalidade da aparência (tudo o que é aparece), uma relacionalidade (tudo aparece para alguém, um ser capaz de notar sensivelmente essa aparência) e uma distinção subjetiva do parecer (as coisas do mundo *aparecem* a todos, mas *parecem* a cada um de modo singular). No contexto da universalidade da aparência, a autora remete a um “impulso de auto-exposição”, noção desenvolvida por Portmann para dizer que não só há uma atividade espontânea de aparecimento de tudo o que é externo, mas que também haveria um “um *impulso para aparecer*, para adequar-se a um mundo de aparências,

apresentando e exibindo não seu ‘eu interno’, mas a si próprio como indivíduo” (ARENDR, 2000, p. 24 – itálicos da autora). Além desse impulso universal, haveria a distinção especificamente humana da autoapresentação, em que se pode decidir sobre o que de si mesmo será exposto e o que deve permanecer oculto. A autora problematiza esse processo por considerar que esse ímpeto por se fazer visto, ouvido etc. poderia produzir uma “aparência inautêntica”, em que o indivíduo faz aparecer algo de si que de outro modo não apareceria. Contudo, arriscando uma articulação (polêmica) com Rancière, talvez seja possível dizer que nesse processo de autoexposição há um trabalho fabulador do sujeito sobre si mesmo, em que a decisão sobre o que dar a ver de si representa um afastamento e uma recusa de regimes de visibilidade hierárquicos e a substituição de um aparecer que se configura a partir da partilha policial do sensível por um processo no qual o aparecer seja definido por uma forma de partilha emancipada. Não se trata de uma luta identitária, mas de uma disputa pela ampliação das possibilidades de subjetivação e de uma transformação de um dado regime normativo de (in)visibilidade.

Assim, embora “espaço da aparência” e “partilha do sensível” não possam ser tomados como sinônimos, Arendt e Rancière se aproximam na reflexão de que apreendemos o mundo a partir daquilo que nos é dado aos sentidos – o que, em uma sociedade, não está estabelecido *a priori* (sendo justamente esse processo o que está em jogo no conceito de partilha do sensível). A aparência (apreendida socialmente, e não apenas individualmente, no modo do “parecer”) é configurada por essa divisão, que não é natural e define quem tem e quem não tem aptidão para participar da política. Arendt (2000; 2007), embora explicita que o espaço da aparência não inclui todos os indivíduos de uma comunidade, apenas aqueles considerados aptos ao exercício da política (na *polis*, homens brancos, livres e *com tempo*, ou seja, que não precisam dedicar seu dia ao trabalho produtivo), mas toma, de certa forma, essa aptidão como dada. Já em Rancière, a produção da cena de dissenso é, também, a produção do sujeito político enquanto interlocutor. Em entrevista a Panagia (2000, p. 116), Rancière afirma que “para entrar em uma troca política, torna-se necessário inventar a cena na qual as palavras ditas se tornam audíveis, na qual os objetos podem se fazer visíveis e os indivíduos podem ser reconhecidos. É nesse sentido que podemos falar de uma ‘poética da política’”. Portanto, a cena do aparecimento de um sujeito não está dada, assim como sua consideração como ser falante. Nesse sentido, Marques (2011, p. 26) complementa: “a formação de um mundo comum deve promover menos formas de “ser em comum” (que tendem a apagar ou a incorporar diferenças, suprimindo singularidades) e mais formas de ‘aparecer em comum’”.

Rancière não se refere especificamente a demandas políticas objetivas, mas creio que seu entendimento em torno da disputa sobre o que se configura como um interesse e sobre quem pode falar sobre isso permite articular seu pensamento político ao de Butler (2018), que argumenta sobre o modo como a própria situação de reivindicação de um direito também se constitui como um objeto de reivindicação. A autora tece críticas diretas a Arendt, pois considera que é justamente esse lugar na esfera pública que pode ser questionado e é sua reivindicação que se torna a motivação para a ação política. Nesse sentido, enquanto Arendt parece considerar que a esfera pública é formada por indivíduos prontos para a participação política, Rancière e Butler, por vias distintas, trabalham com o modo como os sujeitos considerados “inaptos para a vida pública” se tornam sujeitos da política. Entendo, assim, que ambos podem ajudar a compreender a situação do aparecimento público dos pixadores como a criação de uma cena em que o próprio direito ao aparecimento e à participação estão em jogo.

Durante a roda de conversa *Pixo e Patrimônio*, em 2016, T. expressou seu orgulho ao ver vários pixadores presentes, mesmo com o medo que eles vivenciavam naquele momento, em que o combate à pixação na cidade parecia ter encontrado seu auge com as prisões de Marú, Morrou, Goma e GG, tendo este último sido condenado a mais de oito anos de reclusão e aos pagamento de um multa de R\$ 25 mil por ter pixado a Biblioteca Pública Estadual¹²⁵. O “orgulho” manifestado por T. remete ao modo como Butler (2018) considera que a primeira dimensão política de manifestações coletivas públicas está, justamente, na demanda performativa que esses corpos fazem, em ato, por seu direito de se reunirem e aparecerem em público.

Butler primeiro desenvolve o conceito de “performatividade” a partir das questões de gênero e, mesmo ao ampliá-lo, em suas obras mais recentes, para a observação de outros contextos de luta política, sua abordagem continuamente remete àquela primeira acepção. Contudo, principalmente em *Corpos em aliança* (2018), é possível derivar uma compreensão da performatividade como uma representação que, no próprio processo de reprodução das normas que visam impor determinados modos de existência e aparecimento em uma sociedade, abre espaço para negociar com elas, desmontá-las e reconstituí-las em novas possibilidades (sem, contudo, deixar de ser atravessada por elas). Nesse sentido, para a autora, nem só a linguagem é performativa, também o são os “atos corporais” (BUTLER, 2018, p. 36), que podem prescindir da elaboração de demandas a serem apresentadas em uma linguagem falada

¹²⁵Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/justi%C3%A7a-condena-1%C3%ADder-e-um-membro-de-grupo-pixadores-de-elite-1.1278496>>. Último acesso em 27 de abr. de 2019.

ou escrita. A questão do “em ato” da performatividade dos corpos importa muito para Butler. Ela parece considerar que o aparecimento coletivo público em oposição à sujeição a determinadas condições de precariedade desigualmente distribuídas é, em si, uma demanda por justiça. Havendo ou não reivindicações explícitas, as demandas daqueles corpos reunidos ultrapassam qualquer sentido nelas expressos.

[...] quando as pessoas se reúnem nas ruas, uma implicação parece clara: elas ainda estão aqui e lá; elas persistem; elas se reúnem em assembleia e manifestam, assim, o entendimento de que a sua situação é compartilhada, ou o começo desse entendimento. E mesmo quando não estão falando ou não apresentam um conjunto de reivindicações negociáveis, o apelo por justiça está sendo representado: os corpos em assembleia “dizem”: “nós não somos descartáveis”, não importando que estejam ou não usando palavras no momento; o que eles dizem, por assim dizer, é “ainda estamos aqui, persistindo, reivindicando mais justiça, uma libertação da precariedade, a possibilidade de uma vida que possa ser vivida”. (BUTLER, 2018, p. 32)

Nesse ponto, Butler (2018) marca, mais uma vez, um afastamento do entendimento de Arendt sobre o espaço da aparência e a esfera política. Há, no pensamento Arendt (2007), uma desconsideração da importância do ato em si e uma primazia do discurso, que em si é tido como uma ação, enquanto a ação não pode prescindir de um discurso que a acompanhe e a torne inteligível. A autora considera, assim, que uma ação sem discurso não possui sujeito e, portanto, se torna mecânica e perde seu caráter revelador da especificidade humana. A relação entre o ato de enunciação e o conteúdo do enunciado remete ao modo como Deleuze e Guattari (2014) consideram um primado do primeiro sobre o segundo, da expressão sobre o conteúdo. Para eles, a enunciação é anterior e se anuncia antes de qualquer conteúdo, constituindo-se como um gesto que cumpre uma função de conexão, que adianta o enunciado, que pode tanto corresponder às regras que dão formato a ele como escapar por uma linha de fuga. Butler, contudo, vai além ao considerar que o ato de enunciação importa não apenas como uma preparação para o enunciado, mas naquilo que ele é: estar presente e se fazer visto onde não se era contado importa pois coloca em questão as próprias condições de possibilidade de reconhecimento de determinados sujeitos não só como interlocutores, mas como vidas.

Também articulando-se a essa discussão, Rancière (1996) observa que há uma lógica da política que diz, ao mesmo tempo, da palavra e da contagem da palavra. Falar não significa ser ouvido, ser contado. Não basta que o enunciado seja compreendido, mas que haja uma intercompreensão sobre o mundo colocado em comum. Há a questão sobre quem “merece” ser ouvido, sobre a legitimidade de quem fala – que deve ser construída politicamente, e não conferida hierarquicamente. Assim, de acordo com Chambers (2013), para que uma fala possa

ser ouvida é preciso que haja uma mudança no discurso, que significa não apenas uma mudança na linguagem, mas na partilha social.

Nesse ponto, considero que a noção de condição de reconhecimento, em Butler (2015), insere nessa questão a preocupação sobre a construção social, política e histórica das formas como sujeitos e grupos são lidos socialmente. A autora propõe pensar como as normas do reconhecimento produzem sujeitos mais ou menos “aptos” ao reconhecimento.

O problema não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada. Que novas normas são possíveis e como são forjadas? O que poderia ser feito para produzir um conjunto de condições mais igualitário da condição de ser reconhecido? Em outras palavras, o que poderia ser feito para mudar os próprios termos da condição de ser reconhecido a fim de produzir resultados mais radicalmente democráticos? (BUTLER, 2015, p. 20)

Para a autora, para que um sujeito possa ser “potencialmente reconhecível”, é preciso que os enquadramentos e esquemas de inteligibilidade o apresentem “como uma vida”, e não apenas como algo que “está vivo”. De acordo com ela, é no “romper consigo mesmo” de um enquadramento, na necessidade que ele tem de circular e se atualizar para se reproduzir, que reside a potência para sua ruptura, pois esse movimento o torna passível de crítica, apropriação e subversão. Assim, para Butler (2015), além de produzir novos enquadramentos, que ampliem e tornem mais justamente distribuídas as condições de reconhecimento, é preciso estar atento à estrutura, ao funcionamento e à dinâmica dos enquadramentos já existentes a fim de explorar suas brechas e expor sua falibilidade a partir deles mesmos.

Buscar mudar as condições de ser reconhecido é, assim, inventar uma cena em que o reconhecimento passa a ser possível, repensar os parâmetros, questionar a própria operação de enquadramento a partir de “uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais vivíveis” (BUTLER, 2018, p. 31). Muitas vezes, o caminho está na ressignificação dos discursos que já circulam, promovendo uma mudança na visão do grupo e permitindo que sua fala seja considerada discurso, e não ruído; torcer os modos de apreensão em circulação, questionar a operação de enquadramento e as condições de ser reconhecido. É nessa ação de reconfiguração de uma dada ordem do sensível a partir do desentendimento sobre quem pode participar, de que forma, qual linguagem é legítima etc. que consiste a poética da política, segundo Rancière (em entrevista a Panagia (2000)). Nessa cena, sujeitos que não são contados pela ordem policial como participantes legítimos se fazem aparecer, falar, e tornar sua fala ouvida como discurso.

É, portanto, a partir dessa concepção ampla do aparecimento público que constitui um dissenso ao colocar em questão, a partir dos corpos, a própria contagem desses sujeitos como

sujeitos políticos que elejo o aparecimento e a participação de pixadores nos eventos observados como uma singularidade. Quando o mediador do *Café Controverso: O que é pixo?* (2014), ao encerrar o evento, manifesta que a organização tinha dúvidas se os pixadores compareceriam, se “dariam as caras”, ele não se refere apenas a uma questão de disponibilidade ou interesse para atender a um convite, mas a uma disposição para aparecer em uma cena pública que nunca os contou como seres falantes. Nesse contexto, embora as expressões discursivas dos pixadores sejam tomadas como material privilegiado para a observação desse processo, elas não encerram sua compreensão. Há algo de extraordinário quando esses sujeitos aparecem junto a seus pares e frente a representantes daquele poder que os submete e pretende dominá-los; quando eles se identificam como pixadores, apesar do risco que correm ao assumir tal nome e tal lugar.

Tal processo poderia ser observado como um movimento em direção a uma luta por reconhecimento, como conceitua Axel Honneth (2003). No entanto, não há, nas falas dos pixadores ou dos indivíduos que se colocam a seu lado nesse processo, uma reivindicação pela legalização da pixação – o que, como analisei em estudo anterior (OLIVEIRA, 2016), configuraria um aspecto importante para a coletivização da demanda por reconhecimento. Ao contrário, para eles, a proibição parece ser uma das dimensões configuradoras do pixo (embora a prática seja anterior à lei que a proíbe, como mostrarei mais a frente). Não é disso que se trata sua movimentação em torno do tema, mas da discordância em relação ao modo como o poder público o tem tratado – o que, como é possível afirmar a partir de Butler (2018), não deixa de implicar em um atravessamento pela norma e na reivindicação performativa de sua revisão. Em resposta a esforços cada vez mais intensos para a erradicação da pixação na cidade, os pixadores resistem e continuam a deixar suas marcas. E, além disso, mostram-se como sujeitos, com rostos, corpos e direitos. Fazem circular outras narrativas sobre o pixo que dizem de suas histórias, grupos, comunidades e que diferem daquelas que circulam oficialmente. É desse lugar da transgressão, que, no entanto, não reivindica pela legalização, que esses indivíduos esperam ser ouvidos e levados em conta. E é a partir daquilo que expressam em seu gesto de aparecimento, enunciação e interlocução que essa cena é disposta.

5.2. Desmontar o dispositivo para (re)montar a cena: procedimentos

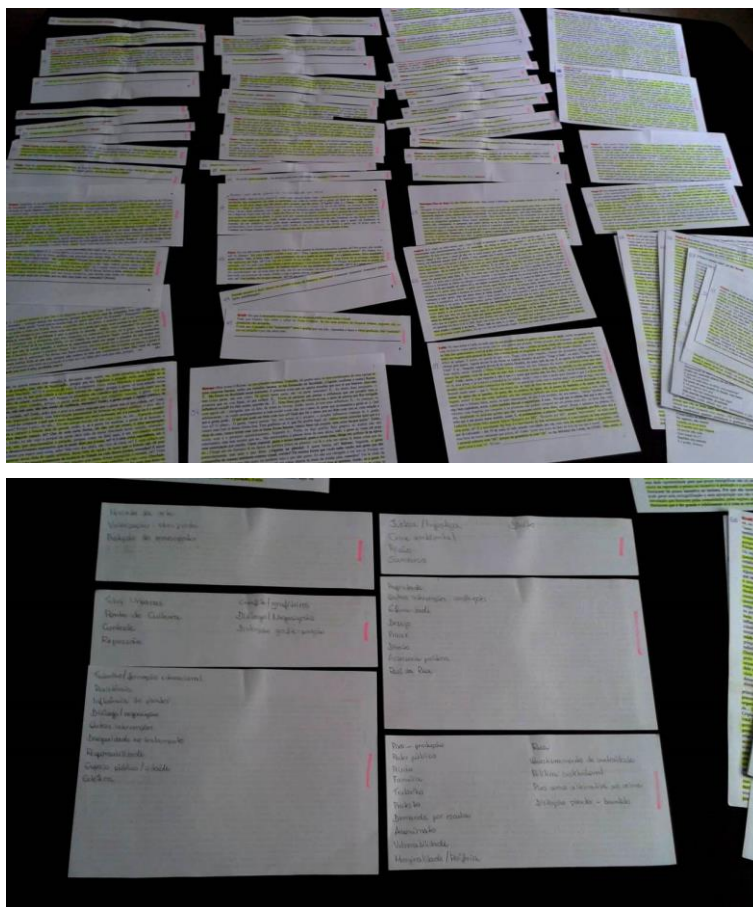
Partindo da singularidade do aparecimento público e do engajamento de pixadores nos eventos, meu primeiro passo foi retornar aos materiais do *corpus* de pesquisa em busca das expressões desses sujeitos, seja a partir de suas falas, rimas, músicas, cartazes, faixas ou pixos,

desde que produzidos dentro dos eventos. No momento de trabalho com o *corpus*, me deparei com sua amplitude e diversidade, o que me colocou o problema de *como* lidar com esses materiais. Como ponto de partida e inspiração, tomei o trabalho realizado por Laura Guimarães (2018) na pesquisa com escritas urbanas e sua relação com o discurso oficial na cidade. Embora a autora tenha trabalhado com imagens das intervenções, ela também tem como uma de suas bases teóricas o conceito de partilha do sensível, de Rancière. O relato metodológico que Guimarães faz do seu trabalho me inspirou por também partir de um *corpus* extenso e diverso e por propor uma observação que articula texto e contexto a partir não de temas pré-determinados, mas daqueles levantados pelo contato direto com os materiais da pesquisa, lançando-se à escuta do objeto. A autora descreve, então, um processo de separação e impressão das imagens para observá-las em conjunto e buscar nelas “regularidades, convergências, singularidades e diferenças” (GUIMARÃES, 2018, p. 326).

Como meu *corpus* possui um caráter majoritariamente textual, o trabalho seguiu caminhos diferentes do de Guimarães, mas guardando semelhança com alguns de seus processos¹²⁶. Comecei separando as expressões dos pixadores dos contextos em que elas ocorreram, as imprimi e desmembrei em fichas individuais, misturando-as para afastá-las da ordem e da dinâmica originais nas quais se deram nos eventos, considerando cada uma como uma totalidade. A partir daí, tomei cada uma dessas expressões individualmente (71, no total; algumas longas, ocupando mais de uma página; outras, com não mais que uma linha; algumas, ainda, com uma única palavra) e listei, nos versos das “fichas”, os temas que ia identificando em cada caso.

¹²⁶Embora tenham chegado a mim posteriormente à construção deste método, identifico algumas semelhanças com os trabalhos realizados por Mariana Souto (2016) e Leandro Abreu (2011), que utilizam o procedimento que designam “mesa de montagem” na organização de inventários ou coleções. No caso de Souto, o inventário das obras do cinema brasileiro contemporâneo que abordam relações de classe. Em Abreu, que inspira o trabalho de Souto, o inventário de fotografias artísticas como produção de partilha pelo “artista inventariante”. Em ambos os trabalhos destacam-se a evidenciação do papel do pesquisador no arranjo do *corpus* da pesquisa e a exposição do processo de montagem, que não é subsumido ao resultado, movimento que também busco realizar aqui.

Imagem 72 e 73: As “fichas” com as expressões de pixadores e o processo de identificação de temas.



Crédito: Fotos da autora.

Apesar do objetivo de analisar cada expressão singularmente, foi inevitável, ao longo do processo de identificação dos temas, o reconhecimento de algumas semelhanças e regularidades, que tornaram constantes os ajustes e as adequações. A identificação de um determinado tema em uma expressão me remetia a uma ficha anterior, em que havia algo semelhante, mas na qual eu não havia listado tal tema. No meio do processo, a partir de uma fala ou rima específica, eu encontrava um termo mais adequado para designar um tema já identificado e retomava as expressões anteriores a fim de revisá-las. Em outras vezes, considerava relevante unir dois temas semelhantes ou separar temas a princípio listados conjuntamente.

Ao fim desse primeiro procedimento, listei todos os temas identificados (fazendo mais alguns ajustes), que somaram 135. A partir de uma nova revisão buscando por semelhanças e possibilidades de agrupamento, reduzi para 69 e os organizei a partir de suas frequências a fim de perceber quais eram os mais recorrentes. A Tabela 2, abaixo, apresenta esse consolidado dos temas por frequência.

Quadro 2 - Temas consolidados pela frequência¹²⁷.

TEMA	FREQUÊNCIA
Lei/Direito/Justiça	24
Periferia/Vulnerabilidade/Marginalidade	19
Cidade e espaço público; Controle e repressão	17
Prisão	14
Demanda por escuta/ participação/ reconhecimento	12
Crime ambiental; Polícia	11
Questionamento de autoridade	10
Arte/cultura; Família; Juventude e oportunidade; Pixo – produção; Prefeitura/Poder Público; Relação pixo-grafite	9
Capital e propriedade; Pixadores; Viaduto Santa Tereza	8
Desigualdade	7
Diálogo/negociação; Investimento; Liberdade jurídica/PJL; Socialização e amizade; Trabalho/Formação educacional	6
Crime; Distinção pixador-bandido; Grupos de pixação; Mercado e consumo da arte; Protesto; Transgressão	5
Assunção da responsabilidade; Patrimônio; Patrimônio x Vida; Pulsão/satisfação; Questão racial; Resistência; Riscos; Rua	4
Alternativa ao crime; Aprendizado/Talento; Assessoria jurídica; Autonomia/Liberdade de ação; Debate/Conscientização; Maternidade; Movimento Respeito por BH; Multa; Organização dos pixadores; Outras intervenções	3
Apoio pixação; Autorização; Convocação/convite; Efemeridade; Formação de quadrilha; Grapixo/Sopa de Letras; Telas Urbanas; Uso da mídia	2
Anonimato; Caligrafia; Cidade e Alteridade; Conteúdo/legibilidade; Descriminalização x legalização; Direitos humanos; Grafia com x; Guernica; Maioridade penal; Proteção do movimento; Real da Rua; Teoria x Prática; Tipos de pixação	1

Fonte: Elaboração própria

Como é possível perceber a partir da tabela, ainda há, mesmo com a redução pela metade em relação à primeira lista, uma considerável dispersão dos temas. A fim de reduzi-los ainda mais, eu poderia utilizar a organização das frequências como um *ranking*, em que os assuntos mais recorrentes fossem entendidos como os mais relevantes e, portanto, guiassem a minha observação. No entanto, pelo menos dois fatores se interpõem a essa linha de trabalho. Primeiro, o fato de que tal identificação foi feita “à mão”, em um trabalho artesanal e subjetivo de

¹²⁷Os temas se encontram separados por ponto e vírgula [;]. Quando há separação de termos por barra [/], elas indicam variações que constituem um mesmo tema (como Lei/Direito/Justiça).

reconhecimento de alguns aspectos daquele universo¹²⁸ – alguns dos temas reproduzem palavras dos pixadores; outros foram designados por mim (como “questionamento de autoridade”, que identifica os momentos em que os pixadores contestaram falas, posturas ou dados apresentados por representantes do poder público). Essas frequências, assim, servem à minha organização, mas não têm caráter generalizável (e nem pretendem tê-lo) e não podem ser tomadas como definitivas. Um segundo fator se refere ao fato de que entender os temas mais abordados como os mais relevantes resultaria na criação de uma nova classificação hierárquica, que relegaria à insignificância uma diversidade de aspectos instigantes desse contexto em função de terem sido pouco mencionados. É justamente o tipo de classificação que procuro evitar.

Desse modo, optei por não ignorar nenhum dos temas, mas buscar afinidades e conexões que me permitissem agrupá-los. Imprimi, então, a lista com todos os assuntos, sem o acompanhamento das falas, e os separei em unidades individuais. Com essas palavras e termos dispostos diante de mim, busquei estabelecer essas relações, em um trabalho que, mais uma vez, demandou ajustes e revisões constantes diante das dúvidas sobre a adequação de determinados temas a um ou outro grupo (por exemplo, se o tema “crime ambiental” deveria pertencer ao agrupamento “Direito e Justiça” ou constituir um novo agrupamento).

Imagem 74: O processo de agrupamento dos temas.



Crédito: Fotos da autora.

¹²⁸A utilização de um *software* como o *N-Vivo*, que codifica e analisa documentos de texto, áudio e imagem a fim de categorizar e classificar dados, talvez fosse capaz de fornecer dados mais precisos. É algo que pretendo considerar para trabalhos futuros com esse método, desde que não resultem em um distanciamento do *corpus*. Acredito que o contato direto com esses materiais é fundamental para a montagem dissensual de uma cena.

Cheguei, então, a 12 agrupamentos, compostos e designados conforme exposto na Tabela 3. A apresentação tanto dos agrupamentos quanto dos temas que eles englobam segue uma ordem alfabética, já ignorando a classificação por frequência como critério de relevância.

Quadro 3 - Agrupamentos dos temas

SUBGRUPO TEMÁTICO	TEMA
Capitalismo	Capital e propriedade; Mercado e consumo da arte
Cidade e espaço público	Cidade e espaço público; Patrimônio; Viaduto Santa Tereza
Demandas	Autonomia/Liberdade de ação; Demanda por escuta/participação/ reconhecimento; Direitos humanos; Liberdade jurídica/PJL
Direito e justiça	Assunção da responsabilidade; Crime; Crime ambiental; Descriminalização x legalização; Distinção pixador-bandido; Formação de quadrilha; Lei, Direito, Justiça; Maioridade penal; Multa; Patrimônio x Vida; Prisão
Organização dos pixadores	Assessoria jurídica; Cidade e Alteridade; Convocação/convite; Debate/Conscientização; Organização dos pixadores; Real da Rua; Teoria x Prática
Outros nomes e lugares	Família; Maternidade; Trabalho/Formação educacional
Periferia e marginalidade	Desigualdade; Juventude e oportunidade; Periferia/Vulnerabilidade/Marginalidade; Questão racial
Poder público	Controle e repressão; Diálogo/negociação; Investimento; Movimento Respeito por BH; Polícia; Prefeitura/Poder Público; Questionamento autoridade; Uso da mídia
Práticas do pixo	Anonimato; Aprendizado/Talento; Caligrafia; Conteúdo/legibilidade; Efemeridade; Grafia com x; Grapixo/Sopa de Letras; Pixo – produção; Riscos; Tipos de pixação
Relação com outras intervenções	Autorização; Guernica; Outras intervenções; Relação pixo-grafite; Telas Urbanas
Sentidos da pixação	Alternativa ao crime; Arte/cultura; Protesto; Pulsão/satisfação; Resistência; Transgressão
Socialização dos pixadores	Apoio pixação; Grupos de pixação; Pixadores; Proteção do movimento; Rua; Socialização e amizade

Fonte: Elaboração própria

Ao observar os 12 agrupamentos, percebi que muitos deles, embora mantenham particularidades que justificam sua formação, guardam, também, possibilidades para aproximações e articulações com outros grupos. Fazendo, então, um novo exercício de disposição desses materiais diante de mim – agora, os agrupamentos – cheguei a dois grandes grupos temáticos: “Dimensões e aspectos da pixação”, que abarca questões *internas* ao universo da pixação e dos pixadores, desde aspectos formais do pixo até as formas de socialização e

organização; e “Poder, cidade, justiça”, que reúne os agrupamentos (que passo a identificar como “subgrupos temáticos”) que dizem respeito às relações *externas*, ou seja, ao modo como os pixadores se referem e se relacionam com outras esferas, como a cidade, o Direito etc. A Tabela 4 apresenta o consolidado dos subgrupos por cada grupo temático.

Quadro 4 - Grupos e subgrupos temáticos

GRUPO TEMÁTICO	SUBGRUPOS TEMÁTICOS
Dimensões e aspectos da pixação	Demandas; Organização dos pixadores; Outros nomes e lugares; Práticas do pixo; Relação com outras intervenções; Sentidos da pixação; Socialização dos pixadores
Poder, cidade, justiça	Capitalismo; Cidade e espaço público; Direito e justiça; Periferia e marginalidade; Poder público

Fonte: Elaboração própria

Creio que essa formação compõe um quadro interessante para dispor a cena do debate sobre o combate à pixação em Belo Horizonte, pois se organiza, de certo modo, em um bloco sobre as dimensões do poder e outro sobre a constituição da pixação enquanto uma prática de resistência. Trabalho aqui com a noção de que poder e resistência não são polos opostos (ainda que atuem em oposição), mas o avesso um do outro, entendendo que o que os separa, assim como o que os une, é um mesmo tecido de construções sociais e políticas. Isso se relaciona com a concepção de polícia e política de Rancière: duas formas de partilhar o sensível que se opõem sem se excluir. Conforme Marques (2013) destaca, a política em Rancière não possui terreno próprio e, assim, não existe fora da polícia. Trata-se da coexistência de duas lógicas em que cada uma opera de determinada maneira em relação às coisas do mundo e ao modo como estão dispostas e se fazem ver: “duas formas de partilha do sensível que são opostas em seus princípios e constantemente entrelaçadas em seu funcionamento” (MARQUES, 2013, p. 128). A política transforma a ordem policial, mas não a destrói. Mas só há potência de resistência onde há relações e exercício de poder.

Na perspectiva trabalhada por Pelbart (2015), há, na verdade, uma primazia da potência da vida sobre o poder. Para o autor, a potência criativa da vida não surge como resistência ao controle, mas está lá o tempo todo, é uma primeira. A força segunda é o poder, que tenta constantemente dominar, cercar, controlar essa força imanente da vida para torná-la favorável à sua manutenção. Nessa perspectiva, portanto, a resistência não luta contra um poder que lhe foi imposto, mas contra formas de enquadramento e exploração de sua vida, de sua experiência no mundo, de sua criatividade, ou seja, contra uma aparência que lhes é conferida, para propor

um diálogo com Butler. Da mesma forma, é a partir da apreensão, do tratamento, da organização e do controle dessas práticas que o poder se constrói enquanto tal.

Assim, a partir dos grupos temáticos, e guiada pelos subgrupos, retornei aos materiais de cada evento a fim de retomar as expressões dos demais participantes, além de outros aspectos daqueles contextos, que se relacionassem e ajudassem a construir essa abordagem. Ao contrário do primeiro procedimento, em que as expressões de pixadores guiaram a identificação dos temas, neste momento foram os temas que guiaram a identificação das expressões e aspectos. Com esse gesto, busquei preservar os sentidos construídos pelos pixadores em torno desse contexto como guias para a construção da abordagem, reconhecendo seu protagonismo na disputa pela construção de significados sobre a pixação e sua relação com outros sujeitos e esferas.

A ideia inicial era constituir a cena em dois momentos: primeiro, a abordagem mais ampla dos modos como esses sujeitos percebem e se relacionam com o mundo em que vivem, sobretudo a partir do contexto de combate à pixação; segundo, os modos como os pixadores identificam a pixação e produzem sentidos sobre si mesmos, seus pares e sua prática de uma forma que contraria os enquadramentos impostos pelo poder que a combate. No entanto, ao longo do trabalho de montagem a divisão dos temas em grupos e subgrupos se mostrou bastante inexata, já que, na relação com os acontecimentos e com as discussões teóricas, esses temas se atravessam constantemente. Optei, então, por seguir os fluxos que esses diálogos me apontavam, deixando que a cena avance e retroceda sobre os textos das leis, sobre os acontecimentos e sobre as teorias sempre que isso se mostrasse como um caminho profícuo.

Contudo, o trabalho de divisão dos temas e grupos não foi, de modo algum, em vão. Pelo contrário, ele foi essencial para a organização do material e para uma primeira compreensão dos possíveis diálogos e atravessamentos da cena. Além disso, o modo como eu organizei materialmente as expressões a partir de tal divisão se mostrou de extrema utilidade ao longo da montagem, me permitindo acessar de forma rápida, objetiva e articulada esses materiais¹²⁹.

¹²⁹Registrei todas as expressões de pixadores em uma planilha de *Excel*, organizando-as da seguinte forma: Número de identificação; Trecho/fala; Autor(a) da fala; Evento; Tema; Grupo temático; Subgrupo temático. Cada fala foi replicada em tantas linhas quantos fossem os temas a ela relacionados. Assim, era possível aplicar filtros e fazer cruzamentos simples que me mostrassem, por exemplo, todas as expressões de determinado tema; todas as expressões de um mesmo pixador sobre determinado tema; todas as expressões sobre determinado tema em um mesmo evento, etc. Utilizando os filtros, organizei arquivos de *Word* para cada subgrupo temático, dividindo as expressões dos pixadores pelos temas. Dentro dessas seções, inseri as expressões dos outros sujeitos presentes nos eventos, já divididas a partir dos temas, facilitando o estabelecimento dos possíveis diálogos.

Sigo, então, para a construção dissensual da cena de debate sobre o combate à pixação em Belo Horizonte, montada a partir do aparecimento público de pixadores e dos diálogos/negociações que eles estabelecem com outros sujeitos nesses contextos, com atenção aos modos de sua inscrição e participação nessa cena e à disputa de sentidos e saberes sobre a pixação e sua relação com a cidade.

6. CENA DISSENSUAL DO DEBATE SOBRE O COMBATE À PIXAÇÃO EM BELO HORIZONTE

A pergunta que quero deixar no ar é a seguinte: por que o pichador é marginalizado por escrever na parede e não acontece nada com políticos e grandes mineradoras? Um político, com uma caneta, desvia uma verba aqui, e ninguém sabe. E a gente que taca o nome na parede é tacado dentro de uma cadeia com traficante, bandido e assassino. Imaginem a nossa mente! A gente é protestante. Sei o que é ficar numa cela fria e sentir saudade de casa. A gente não merece isso, não. A gente vive na rua e, se quisesse ser traficante, bandido, era o que mais tinha para nós. Só que a gente resolveu seguir outro caminho, entende? De protestar. Às vezes, temos o nosso trabalho, a nossa família, as nossas coisas e queremos protestar, falar o que as pessoas não conseguem entender. É esta a pergunta que quero deixar no ar: vocês acham certo essa maneira de marginalizar a gente? (H., *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

Um pixador questiona as ações do poder dentro da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Ele não se refere apenas às ações em torno da pixação, mas à corrupção na política, inclusive por membros daquela instituição (quando H. diz que um político “desvia uma verba aqui”, não se trata de uma abstração ou generalização: é justamente àquele lugar que ele refere) e à impunidade de mineradoras causadoras de tragédias ambientais¹³⁰. Em sua fala há, ainda, um entendimento sobre direito e justiça que questiona a marginalização e a criminalização da pixação, que seria, para ele, uma forma de protesto e uma alternativa a um caminho de criminalidade oferecido por uma vida “na rua”. Nesse sentido, H. sintetiza alguns dos principais aspectos dessa cena de debate em torno do combate à pixação em Belo Horizonte: os pixadores assumem a responsabilidade sobre a prática do pixo, mas contestam o que consideram uma desproporcionalidade das ações do poder público em seu combate, questionando o entendimento vigente sobre direito e justiça. Além disso, esses sujeitos discutem o modelo de cidade que é imposto por esse poder público, considerando que ele se baseia em uma obediência ao capital, e não aos cidadãos, e observam como esse funcionamento da sociedade acaba por intensificar cada vez mais os processos de sua marginalização, tornando-os vulneráveis. É o que apresenta Negro F.:

¹³⁰A *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos* aconteceu em novembro de 2016, mês em que o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana, completou um ano. Até maio de 2019, quando esta tese foi finalizada, não houve nenhuma responsabilização penal sobre a tragédia que matou 19 pessoas. Em janeiro de 2019, houve nova tragédia com o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em Brumadinho. Até 26 de maio de 2019, o número de vítimas fatais identificadas era de 243; 27 pessoas ainda eram tidas como desaparecidas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/25/ha-3-anos-rompimento-de-barragem-de-mariana-causou-maior-desastre-ambiental-do-pais-e-matou-19-pessoas.ghtml>>; <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/05/26/numero-de-vitimas-identificadas-na-tragedia-da-vale-sobe-para-243.ghtml>>. Último acesso em 28 de mai. de 2019.

Costumo dizer que, muitas vezes, se as pessoas degradam esta cidade por pichação, por briga, por conflitos que existem ou por patrimônio social e tudo mais, é porque acham que ela não é delas. O poder público pouco trabalha esse entendimento de que a cidade também é nossa. Na verdade, trabalha muito mais numa lógica de discutir o patrimônio cartão-postal que dizer que esta cidade é nossa, que podemos participar e estar juntos. (Negro F., *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

Na ideia de um “patrimônio cartão-postal”, Negro F. faz remeter àquilo que Scott (1990) caracteriza como o âmbito do código público (*public transcript*), que teria o papel de criar uma aparência de unanimidade entre os grupos dominantes e de consentimento entre os subordinados. Tal aparência é construída arduamente, pois, ao mesmo tempo em que busca fortalecer a imagem de uma sociedade forte, tradicional e integrada, tem que lutar para gerir e minimizar – e, se possível, tornar invisíveis – os desacordos e conflitos internos, que, do contrário, podem minar a crença compartilhada nesse poder forte e coeso. Nesse caso, os subordinados podem questionar a elite dominante, explorando as brechas que podem surgir para “renegociar os termos de subordinação” (SCOTT, 1990, p. 56). Assim, para Scott, a encenação do poder não se volta tanto ao convencimento dos subordinados, mas à manutenção das aparências de coesão, por um lado, e da obediência, por outro. Nessa lógica, G. reflete sobre como a pichação expõe o falseamento dessa imagem de uma pretensa cidade ideal:

[...] você falou de sujeira, imagina os gringo chegando aí pra BH, na Copa¹³¹, aí, e vê os muro tudo limpo? Os bicho ia pensar: “pô, a cidade aqui é mil grau, a saúde corre direitinho, tudo aqui é legal”. E eu acho que a sujeira, assim, das pichação passa esse sinal aí, que a cidade tá insatisfeita, entendeu? (G. *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pichação e direito*, 2014)

A fala de Roberto Andrés, um dos convidados da *Audiência Pública sobre o tratamento dos grafismo urbanos*, vai ao encontro da reflexão de G. e de Scott quando ele considera que a criminalização da pichação estaria ligada a um discurso de defesa da salubridade dos espaços públicos. Contudo, para ele, “uma cidade saudável não é aquela que esconde seus conflitos”.

[...] precisamos começar a ver essa paisagem cultural e o espaço público como o lugar do conflito. O espaço público nunca foi o lugar pacificado com a total concordância entre os sujeitos. Isso é um espaço público doente. O espaço público vivo é o lugar do conflito, em que sujeitos, classes sociais diferentes podem expor suas diferenças. É claro que há o direito privado ao muro branco, mas ele é o interstício entre o espaço

¹³¹O evento *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pichação e direito* foi realizado em maio de 2014, quando o Brasil se preparava para receber a Copa do Mundo Masculina de Futebol, evento do qual Belo Horizonte foi uma das cidades sede.

privado e o espaço público. Esse é o lugar da exposição do conflito. (Roberto Andrés, *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

No entanto, como afirma Scott (1990), a encenação pública e a produção de uma aparência de conformidade e unidade como bases do exercício do poder não envolvem apenas rituais de celebração e o fomento daquilo que concorda e contribui para a confirmação desse ideal. Essa construção contempla, também, procedimentos de julgamento e punição do que aparece como divergência ou contestação a tal projeto, em um exercício constante de reforçar ou reajustar as relações de dominação.

É nesse sentido que as ações do poder público para combater a pixação em Belo Horizonte formam, desde o princípio, um dos principais pilares do objeto deste estudo. No entanto, a partir do cenário mais amplo que se deixa ver pelas reflexões dos pixadores, percebo que a observação do histórico dessas medidas que visam à erradicação da pixação na cidade exige mais que um olhar sobre as leis, os órgãos e as medidas que sustentam essas ações; é preciso investigar que tipo de compreensão sobre sociedade e sobre as relações sociais está na base da criação desses mecanismos e dos modos pelos quais eles são colocados em operação. Dialogo, assim, com Foucault (1995), que afirma que além de perguntar sobre o *quê* e o *porquê* do poder, é preciso perguntar *como* ele se exerce, a partir de quais relações. Para tanto, seria preciso questionar “[...] quais são as regras de direito de que lançam mão as relações de poder para produzir discursos de verdade? Ou ainda: qual é esse tipo de poder capaz de produzir discursos de verdade que são, numa sociedade como a nossa, dotados de efeitos tão potentes?” (FOUCAULT, 2005, p. 28).

Esse “como” do poder, as relações, procedimentos e processos que o configuram, é o que pretendo tornar visível a partir desta cena, procurando sempre remontar ao modo como os pixadores percebem e relatam esse cenário. Começo por uma breve contextualização histórica do combate ao pixo.

6.1. O combate às escritas urbanas na história

Um dos significados da pixação é interferir no padrão estético visual. Quem que definiu o padrão? Qual que é o padrão? Padrão meu, padrão seu, cada um tem um padrão. Então, fica essa, né? Qual que é o padrão? Pra mim, meu padrão é preto fosco. (R. *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

O questionamento sobre a imposição de uma determinada configuração do espaço visual comum é uma constante nas falas de R. Ele considera que, apesar desse espaço ser comum, não

só sua produção não é compartilhada como não há clareza sobre os critérios que fazem com que algumas expressões sejam permitidas e outras não. Ele ironiza, afirmando que “a Tássia da Bahia¹³² tá com mais *ibope*¹³³ que nós”, para dizer que enquanto a pixação é perseguida, outras formas de intervenção no espaço urbano continuam a proliferar sem o mesmo controle ou as mesmas sanções.

*Porra, eu faço grafite, faço grapixo aí, muitos não são autorizados, mas têm muitos que são autorizados, a pessoa dona da casa deixa, tudo, a gente às vezes até pega uma autorização por escrito. Gasta material, gasta o nosso material, gasta a nossa tinta, chega um político, um ser humano lá na época da política, vai lá e cola um cartaz lá dum coisa que eu, particularmente, tem nem o que dizer. Seguinte, a gente compartilha do mesmo ambiente externo visual, correto? Da mesma forma que vocês estão vendo, tem gente que não gosta, que tá vendo o que não quer, eu também vejo o que não quero. Eu não sou obrigado a ver isso aí. [...] Pra sociedade, o quê que ele contribuiu nisso aí? Poluição visual isso aí também. (R. *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)*

A distinção em relação à aceitação e ao controle de diferentes formas de intervenção sobre o espaço urbano não é recente. Mittmann (2012) relata que já em Pompéia, cidade que pertenceu ao Império Romano e que foi destruída pela erupção do vulcão Vesúvio em 76 d.C., a aceitação pública de escritas feitas sobre os muros era determinada por seu conteúdo. Segundo ele, todas as inscrições seriam feitas com o mesmo instrumento, o *graphium* (que seria semelhante ao estilete), mas apenas aquelas com conteúdos considerados indesejados ou inadequados eram apagadas pelos *dealbatores*, indivíduos cuja função específica era a realização desse trabalho. Mas é no século XIX, na França, que o autor identifica, a partir de Philippe Artières, o que teria sido o primeiro registro policial a considerar uma escrita urbana como um ato ilícito. A ocorrência, datada de 29 de dezembro de 1884, em Paris, seria cuidadosamente detalhada no que diz respeito às características formais da escrita registrada (cor, forma, tamanho) e ao local em que ela havia sido produzida.

Mais tarde, já no contexto do surgimento do grafite nova-iorquino, nos anos 1970, Baudrillard (1979) relata que muito rápido foram empreendidos esforços para combater a prática: identificar e prender os autores, proibir a venda dos materiais por eles utilizados, apagar

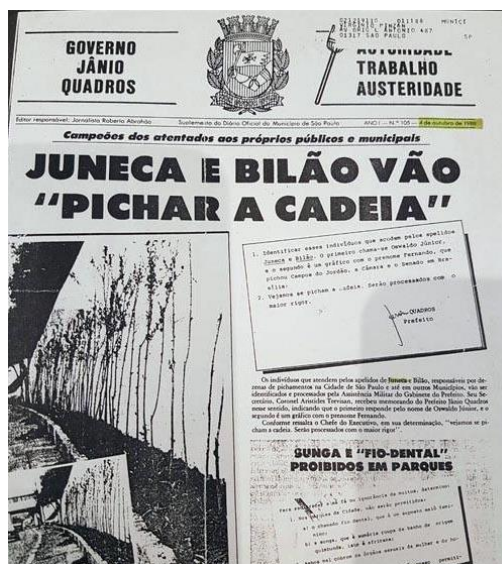
¹³²Tássia da Bahia tem o nome reconhecido em Belo Horizonte e região justamente pela quantidade de pinturas e cartazes espalhados pela cidade, nos quais anuncia serviços e produtos esotéricos.

¹³³Trata-se de uma apropriação da sigla do Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística que, por aferir e divulgar os índices de audiência de emissoras e programas televisivos, se tornou sinônimo popular para audiência e sucesso. No contexto da pixação, *ibope* se refere, assim, ao reconhecimento e ao prestígio obtidos pelos pixadores entre seus pares a partir de sua atuação. Quanto maior o número de pixações e quanto mais difícil o acesso aos lugares onde elas foram feitas, pela altura ou pela vigilância, por exemplo, maior o *ibope*.

as inscrições. Contudo, como o autor afirma, nada parecia suficiente para frear aquele movimento e, na noite seguinte, tudo se repetia, com os recursos disponíveis.

No contexto brasileiro, Mittmann (2012) destaca como, nos anos 1980, figuras importantes nos primórdios da pixação chamaram a atenção do então Prefeito de São Paulo Jânio Quadros (PTB). A edição de 4 de outubro de 1988 do Diário Oficial do Município de São Paulo trouxe em sua capa a chamada “Juneca e Bilão vão ‘pichar a cadeia’”, precedida pelo chapéu “Campeões dos atentados aos próprios públicos e municipais”. Ali, a descoberta das identidades dos referidos pixadores é apresentada como uma vitória da Polícia Militar e da Prefeitura, que anunciam: “Vejam os pichadores a cadeia. Serão processados com o maior rigor”.

Imagem 75: Capa da edição de 4 de outubro de 1988 do Diário Oficial do Município de São Paulo.



Fonte: Folha de S. Paulo [online](http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1852304-estamos-voltando-a-epoca-do-janio-diz-grafiteiro-sobre-medidas-de-doria.shtml)¹³⁴.

Para Viegas e Saraiva (2015), a dificuldade encontrada pelas gestões públicas para lidar com – e, mais objetivamente, erradicar – a pixação se deveria ao fato de que “há uma linha tênue entre os direitos e deveres dos diversos agentes, bem como entre o significado de suas percepções sobre a urbe e suas práticas de organização do espaço público” (VIEGAS; SARAIVA, 2015, p. 71). Ou seja: há concepções diferentes e divergentes sobre a cidade, sobre o lugar que cada um deve ocupar e sobre o papel que se deve desempenhar em sua constituição e funcionamento. Contudo, através de um amparo legal cada vez mais robusto, a perspectiva do poder público torna-se a única forma de organização considerada legítima e as tentativas de

¹³⁴Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1852304-estamos-voltando-a-epoca-do-janio-diz-grafiteiro-sobre-medidas-de-doria.shtml>>. Acesso em 30 de mai. de 2017.

controlar os corpos coletivos explicitam-se no esforço por restringir ao máximo as possibilidades de habitar as cidades. É também o que reflete Ludmilla Zago ao falar sobre o modo como o poder público insiste em lidar com o pixo a partir de sua classificação e controle:

Há pouco tempo me perguntaram assim: “como que você pode achar que é bacana ou legítima alguma coisa que é feita de madrugada?”. Isso me mostra, assim, que a lei nos coloca uma limitação pra pixação que não tem só a ver com o patrimônio, que não tem só a ver com a beleza e com uma cidade onde a gente quer viver, né, mas com outras coisas que estão em jogo, né? Quer dizer, tem uma questão moral, que na fala do prefeito aparece extremamente criminalizatória, né? [...] Quer dizer que se o cara gostar do pixo na fachada dele, mesmo assim eu tenho que ir lá e limpar? (Ludmilla Zago, *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

A partir da fala de Ludmilla, pode-se compreender que a lei funciona como instrumento de legitimação de um entendimento muito específico sobre a cidade, que interdita, inclusive, o direito individual de gostar da estética da pixação. Para Fernando Nogueira, trata-se da “criminalização do gosto estético”:

Se algo é feio, em vez de lidar com isso dessa forma, transformo isso em crime e coloco o sistema penal todo para reprimir aquela conduta. Pensar que algo por ser “feio” - vamos falar entre aspas, porque certas pessoas acham o pixo feio e outras acham bonito, como todo gosto – tem de ser criminalizado é uma violação das mais profundas de qualquer concepção de um Estado democrático de direito, de um direito penal democrático. (Fernando Nogueira, *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

Na compreensão desse entrelaçamento entre um modo de produção e compreensão da cidade e os aparatos legais e institucionais que o tornam possível e que continuamente o legitimam, essas reflexões remetem à já mencionada concepção foucaultiana do poder. O poder não é uma força transcendental que se impõe sobre os sujeitos, ele é produzido nas relações entre indivíduos e/ou grupos e, assim, só existe em ato, ainda que inscrito sobre uma estrutura que o torne perene. Nesse sentido, interessa observar como Foucault (1995; 2005; 2008) identifica os momentos históricos do poder a determinados modos de pensar a cidade a partir de sua configuração espacial, tal como a formas de lidar com a transgressão e o escape ao planejamento, visando sua manutenção.

De acordo com o autor, até o século XVI, período caracterizado pelo poder soberano, ocorre um lento processo de capitalização das cidades, que aponta a necessidade de uma disposição circular e sem muros, de modo que seja possível ligar o centro do poder com o campo e com outras cidades. Nesse contexto, surge o “mecanismo legal ou jurídico”, que consiste na criação de uma lei e na determinação das punições aplicáveis no caso de sua

transgressão. A partir do século XVII, com o poder disciplinar, são criadas cidades “artificiais” onde antes não havia nada e nas quais são criados setores pensados a partir de sua funcionalidade, como zonas de moradia, de trabalho etc. O “mecanismo disciplinar” desenvolvido nesse período configura-se pelos procedimentos que, por um lado, tentam impedir ou antecipar o cometimento de um crime através da vigilância e do controle, e, por outro, buscam qualificar a punição (que não é mais localizada e “espetacular”, mas estendida e complexa) com vistas à recuperação do transgressor. A partir do século XVIII, o biopoder surge da necessidade de urbanizar as cidades já existentes, agora maiores, sem muros e com livre circulação de pessoas advindas de qualquer lugar. Desenvolve-se aí o “dispositivo de segurança”, que trabalha com as questões estatísticas, demográficas e econômicas que visam a manter a criminalidade “dentro de limites que sejam social e economicamente aceitáveis” (FOUCAULT, 2008, p. 8) para a manutenção do funcionamento social esperado. Entre essas questões, estariam: a taxa média do crime, as condições que atuam no crescimento ou decréscimo dessa taxa, a relação entre o custo da recuperação do prejuízo causado pelo delito e o de sua repressão etc. Nesse contexto, assume-se a impossibilidade de uma cidade perfeita e passa-se a incluir suas mazelas nos cálculos do planejamento: gestão das séries de possibilidades.

Nos três casos, há uma preocupação central comum em relação à circulação – de pessoas, de mercadorias, dentro da cidade e entre cidades etc. Contudo, Foucault chama a atenção para o fato de que essa divisão histórica rígida entre os modos de operação do poder, especialmente no que se refere ao modo de lidar com atos de transgressão, não pode ser exata ou mesmo adequada.

[...] basta ver o conjunto legislativo, as obrigações disciplinares que os mecanismos de segurança modernos incluem, para ver que não há uma sucessão: lei, depois disciplina, depois segurança. A segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina. (FOUCAULT, 2008, p. 14)

Essas três modulações podem ser identificadas quando se observa o longo histórico de medidas que dão forma ao combate à pixação em Belo Horizonte. Contudo, a dimensão legal assume um lugar central nesse cenário, seja como ponto de partida ou como instrumento de legitimação das demais ações desenvolvidas nesse contexto. A Tabela 5¹³⁵ contém as leis que

¹³⁵A tabela foi desenvolvida com a finalidade de sistematizar as leis e suas disposições, facilitando sua visualização a partir de uma organização cronológica. Uma primeira versão dessa tabela foi publicada no artigo *Pixo e cenas*

dispõem sobre o combate à pixação nos âmbitos federal e municipal. Ao todo, são oito leis para um crime.

Quadro 5 - Leis que dispõem sobre o combate à pixação (Brasil e Belo Horizonte).

LEIS QUE DISPÕEM SOBRE O COMBATE À PIXAÇÃO (BRASIL E BELO HORIZONTE)			
ÂMBITO	LEI/ANO	PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES	PENA PREVISTA
Municipal	Lei 5998/1991	- Proíbe a pixação de muros urbanos, salvo sob autorização do proprietário do imóvel.	(Para o pixador) Advertência e multa
Municipal	Lei 6387/1993	- Regula a venda de tintas em spray apenas mediante cadastro da identidade e endereço do comprador, mantido em relatório.	(Para o comerciante) Multa e cassação do Alvará de Localização e Funcionamento
Municipal	Lei 6995/1995	- Revoga a Lei 5998 e reforça a Lei 6387; - Mantém a proibição à pixação, salvo sob autorização do proprietário do imóvel. - Caracteriza a pixação como “o ato de inserir desenhos obscenos ou escritas ininteligíveis nos bens móveis ou imóveis [...], sem autorização do proprietário, com o objetivo de sujar, destruir ou ofender a moral e os bons costumes”;	(Para o pixador) Advertência e multa
Federal	Lei 9.605/1998	- Lei de Crimes Ambientais - Caracteriza como crime pixação e grafite	(Para o pixador e o grafiteiro) Multa e detenção de três meses a um ano.
Municipal	Lei 10.059/2010	- Cria a “Política Municipal Antipixação”; - Propõe a divulgação e a intensificação da fiscalização do cumprimento das leis já existentes; - Propõe promover o envolvimento dos cidadãos e do setor privado na recuperação dos espaços pixados; - Visa “inserir socialmente” os pixadores, estimulando outras formas de relação com o espaço urbano municipal.	Não dispõe sobre penas.
Federal	Lei 12.408/2011	- Altera a Lei 9.605 - Descriminaliza o grafite (feito com autorização), mantendo a pixação como crime ambiental. - Regula a venda de tintas em <i>spray</i> apenas a maiores de 18 anos, mediante apresentação de RG e identificação na nota fiscal.	(Para o pixador) Multa e detenção de três meses a um ano.
Municipal	Portaria 088/2015	- Segue recomendação do MPMG, solicitando à PBH a adoção de medidas mais eficazes para o combate ao pixo ¹³⁶ ; - Prevê intensificação da fiscalização das leis de combate à pixação; - Prevê medidas contra proprietários ou responsáveis por imóveis que não mantenham suas fachadas limpas das pixações;	(Para proprietários de imóveis) Auto de Notificação aos que não limpem pixações em suas fachadas.

dissensuais em Belo Horizonte: antagonismos entre a força da lei e a emergência dos pixadores como sujeitos políticos (MARQUES; OLIVEIRA, 2016). Agradeço à colega Janine Bargas, que foi quem primeiro me sugeriu esse modo de apresentação das leis, ainda em 2015, durante a disciplina Seminários Avançados II.

¹³⁶Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/mp-expede-recomenda%C3%A7%C3%A3o-para-pbh-adotar-medidas-de-combate-%C3%A0-picha%C3%A7%C3%A3o-1.1130939>>. Último acesso em 29 de mai. de 2019.

		<ul style="list-style-type: none"> - Define os órgãos municipais responsáveis por cada uma das medidas que compõem a “Política Municipal Antipichação”; - Oficializa a cooperação entre a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e órgãos a ela vinculados com o Ministério Público Estadual, a Secretaria de Estado de Defesa Social, e as polícias Civil e Militar de Minas Gerais. 	
Municipal	Lei 10.931/2016	<ul style="list-style-type: none"> - Determina a adoção de sistema de identificação dos compradores de tintas em <i>spray</i> pelos estabelecimentos que as comercializem; - Proíbe a venda desse produto sem a apresentação de documento de identidade do comprador; - Estabelece o registro dos dados do comprador na nota fiscal. - Determina a manutenção, pelo estabelecimento, de um banco de dados dos compradores, tal como sua apresentação à fiscalização sempre que necessário. 	Não dispõe sobre penas.

Fonte: Elaboração própria.

Historicamente, pode-se dizer que a lei é uma das principais formas assumidas por aquilo que Foucault (1999) nomeia como uma “vontade de verdade”, ou seja, aquilo que estabelece a oposição entre verdadeiro e falso em uma sociedade, apoiando-se tanto em um suporte institucional, que a reforça e a conduz, como socialmente, a partir dos modos de aplicação do saber. O modo como a lei atua em cada sociedade, no entanto, se transforma. De acordo com Foucault (1980), no poder soberano, ela trabalhava tendo a morte como a ameaça final àqueles que a desobedeciam, separando súditos entre obedientes e inimigos. Não se tratava de um direito direto de matar o outro (exceto diante de uma ofensa passível de castigo), mas de expor sua vida ao perigo da morte a fim de defender a vida do soberano: “causar a morte ou deixar viver” (FOUCAULT, 1980, p. 130). Já no biopoder, trata-se, muito mais, de organizar os corpos a partir de seus valores e utilidades a fim de regulá-los e de fazer operar a norma. O poder passa a ser exercido muito mais através de ações de vigilância, controle e organização para a produtividade: “um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (FOUCAULT, 1980, p. 128).

Assim, a observação das leis que criminalizam a pixação não prescinde da observação do histórico, dos processos e das discussões que subjazem a sua criação e a inserem em um contexto mais amplo que configura não só um entendimento sobre lei e crime, mas sobre determinada forma de organização urbana e social, os lugares que nela são distribuídos e as condutas que neles são esperados. Nesse sentido, a lei pode ser entendida como materialização do modo como, segundo Foucault (1995), o poder opera nas sociedades contemporâneas: como

um governo das condutas, atuando na estruturação e sistematização das possibilidades de ação dos outros.

Uma mirada sobre as metrópoles, no entanto, permite perceber que esse controle não se efetiva no cotidiano: as superfícies urbanas continuam a ser marcadas pelas assinaturas. E não é só em sua ação noturna que os pixadores desafiam a lei. Ao longo dos eventos, suas expressões questionavam frequentemente o entendimento jurídico sobre a pixação e a cidade. Nesse contexto, primeiro destaco o modo como eles tensionam o enquadramento da pixação como crime ambiental.

6.2. “Crime ambiental é seu desastre acidental”: uma lei e duas medidas

É assim que a pixação é classificada na legislação federal: crime ambiental, estabelecido pela lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998¹³⁷, sancionada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (PSDB). No Artigo 65º, Seção IV – Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural, fica proibido “pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano”. A pena prevista é de três meses a um ano de detenção e pagamento de multa; caso o crime seja realizado contra monumento tombado por seu valor “artístico, arqueológico ou histórico”, a detenção é de seis meses a um ano. G. é um dos que contestam essa visão:

Seguinte, é, eu participei de um documentário aí sobre grafite e pixação, que foi de uma galera lá de Viçosa, da faculdade. No entanto, o Michel Testa, grafiteiro, até participou também, eu vi a ideia que ele deu que, eu tava ouvindo aí vocês falarem negócio de crime ambiental... Você comentou, L., negócio das construções, o homem vem e constrói tudo, e ele comentou um negócio que eu achei, tipo, interessante: o homem vem, tipo, destrói árvores, destrói tudo só porque ele tem dinheiro pra montar a empresa dele ali, ou o prédio dele, ou a casa dele, ele vem e destrói a natureza, tipo assim, quebra as árvores, acimenta o chão, tampa a respiração da terra, constrói muros, faz aquele trem todo lá e a gente vai lá e pixa o muro, que eles fizeram essa matança toda, e é nós que é o crime ambiental. Tipo assim, eles estão pondo a pixação como crime ambiental. Não tá destruindo nada! (G., *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

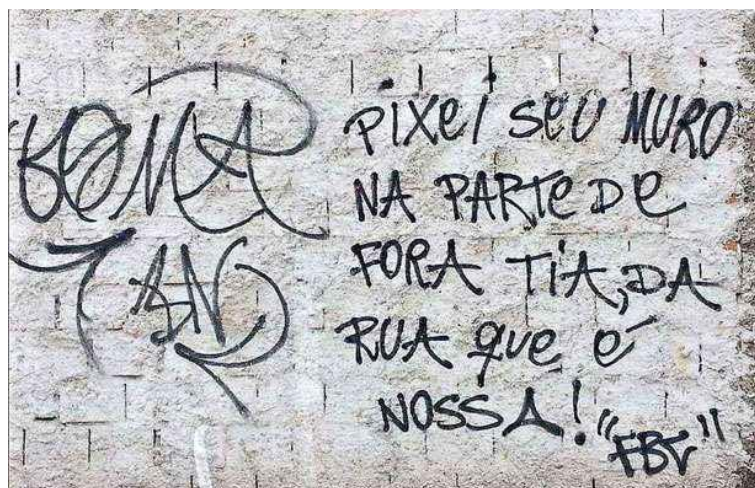
Nesse sentido, G. discute a própria definição da pixação como vandalismo, considerando que ela não depreda os bens sobre os quais é feita, mas apenas reconfigura seu aspecto visual, como também reflete Djan Ivson:

¹³⁷Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9.605.htm#art65>. Último acesso em 29 de mai. de 2019.

Todo esse crescimento, essa imposição estética, essa intervenção permanente do homem no espaço público, o pixo não é nada perto disso. Se você for comparar o que é mais degradante pro meio ambiente, né: é a pixação ou é o prédio? É a pixação ou é o muro? Porque o pixo, ele não entope bueiro, ele não suja o rio. A parede pixada, ela vai continuar apta a cumprir a função dela de parede, então, é, se a gente for analisar, a gente só tá fazendo a reivindicação simbólica daquele espaço, né? Que de uma certa forma, ele não vai ser nosso, é uma apropriação simbólica e efêmera. (Djan Ivson., *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

Retomando a consideração de R. apresentada anteriormente, e feita em outro evento, há um entendimento de que aquilo que se configura como uma “parte de fora”, por compor um espaço compartilhado visualmente, deveria ser, também, produzido de forma compartilhada (e livre). Isso também é exposto no pixo de Goma, já apresentado no capítulo 2, mas que considero relevante retomar:

Imagem 76: Pixação de Goma, com trecho de música do rapper FBC.



Fonte: Portal Uai¹³⁸

Essa perspectiva de que o pretenso dano causado pela pixação ao meio ambiente, por sua efemeridade e pelo fato de que não implica na destruição do bem pixado, não poderia caracterizá-la como crime ambiental é ampliada e intensificada a partir do final de 2016. Nesse período, os pixadores passam a evidenciar o contraste entre o tratamento conferido pelo poder público a eles, por um lado, com a atribuição de penas graves, e, por outro, aos responsáveis pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, em que ninguém havia sido responsabilizado criminalmente.

¹³⁸Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2014/05/16/noticia-e-mais,154708/pichacao-em-debate-na-faculdade-de-direito-da-ufmg.shtml>>. Último acesso em 15 de fev. de 2019.

Imagens 77 e 78: Cartazes expostos durante a manifestação “Justiça só contra nós não é justiça, é ditadura”.



Crédito: coletivos 4y25, Editora, Piolho Nababo

As controvérsias em torno das prisões de pixadores em Belo Horizonte e das penas impostas a eles será abordada mais à frente. Aqui, quero apenas destacar essa dimensão do debate sobre o que seria um crime ambiental, que coloca a questão da proporcionalidade, da perenidade e do teor ofensivo daquilo que, em cada caso, é considerado um dano ao meio ambiente. Uma matéria publicada pelo site *Jornalistas Livres* apresentou da seguinte forma esse cenário:

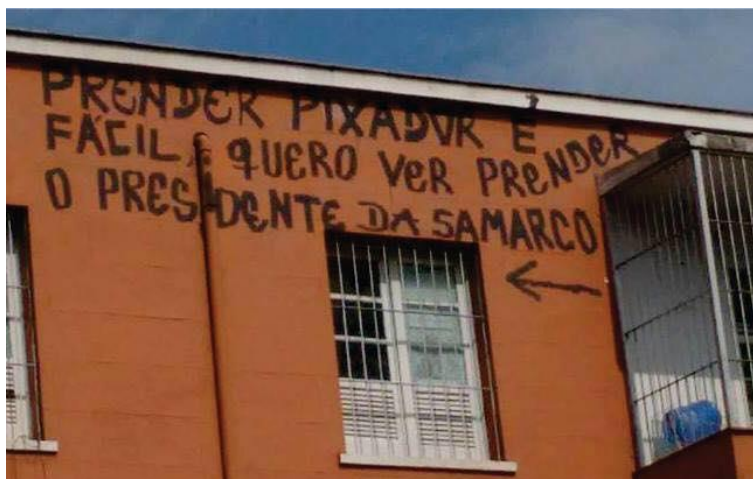
Cinco pessoas foram presas em Belo Horizonte. O que elas fizeram? Mataram 18 pessoas, vítimas do rompimento de uma barragem de rejeitos de minério em Mariana em novembro do ano passado? Destruíram um subdistrito inteiro? Mataram o Rio Doce, a maior bacia hidrográfica da região Sudeste? Deixaram os indígenas Krenak sem o rio deles, que além de prover água e alimento, é considerado sagrado para esses povos? Deixaram milhares de pessoas com água contaminada para consumo? Tiraram o sustento de comunidades ribeirinhas que dependiam do rio para viver? Nenhuma das opções. Os cinco presos, Goma, Maru, GG, Morrou e Frek, fizeram pichações em

locais pela cidade, dentre eles a Igrejinha da Pampulha, que depois de poucos dias foi totalmente limpa.¹³⁹

Destaco que, segundo a mesma lei 9.065, pelo menos quatro artigos (em uma leitura leiga) parecem contemplar aspectos do desastre provocado pela Samarco. Na Seção I - Dos Crimes contra a Fauna, o Artigo 33 estabelece que é crime “provocar, pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas jurisdicionais brasileiras”, com pena de detenção de um a três anos ou multa, ou ambas. Na Seção II - Dos Crimes contra a Flora, o Artigo 50 define como crime “destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas”, entre outras formações vegetais, com pena de detenção de três meses a um ano e multa. Ainda nesse artigo, o Parágrafo 2º postula que “se a área explorada for superior a 1.000 ha (mil hectares), a pena será aumentada de 1 (um) ano por milhar de hectare”. Na mesma seção, o Artigo 53 ainda prevê o aumento de um sexto a um terço das penas previstas se o crime resultar em “diminuição de águas naturais, a erosão do solo ou a modificação do regime climático”. Já o Artigo 54 da Seção III – Da Poluição e outros Crimes Ambientais prevê que é crime “causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora”, com pena de reclusão de um a quatro anos e multa. O Parágrafo desse artigo ainda define o aumento da pena para um a cinco anos de reclusão caso o crime provoque danos específicos, tais como “tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana”; “causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade”, entre outras. E, por fim, o parágrafo 3º estabelece que a pena é a mesma para “quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível”.

¹³⁹Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/ato-em-bh-critica-criminalizacao-da-pichacao-e-impunidade-da-samarco/>>. Último acesso em 05 de jan. de 2019.

Imagem 79: Pixação em Belo Horizonte: “Prender pixador é fácil, quero ver prender o presidente da Samarco”.



Fonte: Pixo Livre/ Facebook¹⁴⁰

“Desproporcionalidade” e “desmedida” são, assim, termos constantes nas falas sobre o tema. Para Negro F. (*Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016), a distinção feita pela Justiça revelaria um poder que se exerce tendo como base interesses econômicos: “quando se juntam três ou quatro jovens para um ato na rua, isso é um vandalismo, mas, quando se tem um CNPJ por trás, em que se paga imposto, pode-se fazer talvez a mesma coisa, ou até pior”.

6.3. O grafite como antídoto e forma de controle

Retomando as disposições legais sobre a pixação, em 25 de maio de 2011, a então Presidenta da República Dilma Rousseff (PT) sancionou a lei 12.408¹⁴¹, que alterou parcialmente o texto da lei 9.065, excluindo o “grafitar” da lista de práticas proibidas. Desde então, o grafite, quando consentido pelo proprietário do imóvel e observando as posturas municipais e normas dos órgãos responsáveis pela conservação patrimonial, é descriminalizado e passa a ser considerado como manifestação artística. Além disso, a lei de 2011 regula a venda de tintas em *spray* apenas para maiores de 18 anos, mediante apresentação do documento de identidade e com a identificação do comprador na nota fiscal. Os dizeres “PICHANÇA É CRIME (ART. 65 DA LEI Nº 9.605/98). PROIBIDA A VENDA A MENORES DE 18 ANOS”

¹⁴⁰Disponível em:

<<https://www.facebook.com/pixolivres/photos/gm.587095288114881/1098489426881108/?type=3&theater>>.

Último acesso em 30 de mar. de 2019.

¹⁴¹Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112408.htm>. Último acesso em 29 de mai. de 2019.

passam a ser obrigatórios nas embalagens desses produtos. O descumprimento de tais medidas sujeita os infratores às punições previstas no Artigo 72º da lei 9.605, que prevê desde advertência até restritiva de direitos¹⁴².

A mudança na lei foi tardia e apenas tornou oficial uma distinção já comum no cotidiano das cidades, na opinião pública, no reconhecimento artístico formal e mesmo em leis locais. Por exemplo, o Dia do Grafite, celebrado em 27 de março, é regulamentado legalmente em alguns municípios¹⁴³. Trata-se de uma homenagem a Alex Vallauri, que faleceu na mesma data, em 1987, e é considerado o grande pioneiro do grafite no Brasil¹⁴⁴.

Na interpretação que Mittmann (2012) faz da lei federal, a autorização prévia é o que configuraria uma intervenção como grafite ou como pixação. No entanto, no texto da mesma, a pixação é crime, sem ressalvas. Portanto, ainda que conte com a autorização do proprietário do imóvel, ela é ilegal (como pontuado a partir de Ludmilla Zago e Fernando Nogueira, acima). Já o grafite, ainda que seja considerado uma manifestação artística, requer autorização para ser realizado. É importante observar, contudo, que a lei não descreve os critérios que diferenciariam esteticamente as duas expressões. Por um lado, abre-se aí uma brecha para estilos intermediários, como o *grapixo* ou *bomb*, em que a assinatura do autor continua como elemento principal da intervenção, mas é feita com mais cores e mais recursos gráficos, como ilustrações, texturas etc. Por outro, há a brecha, também, para que o julgamento seja feito pela própria polícia, na rua, como relata W.:

Eu gostaria de perguntar a respeito de qual é o critério pra se determinar o que é pixação ou não, se é cor... Qual é o critério? Quando eu fui parado, nas vezes, tinha muito isso, assim, de questionarem, dizerem “ah, isso é pixação”, e eu mostrar que também eu sabia fazer grafite, também sabia desenhar, mas é aquilo, a pixação é o

¹⁴²De acordo com o Artigo 7º da mesma lei, a pena restritiva de direitos substitui a pena privativa de liberdade quando esta for inferior a quatro anos ou quando “a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias do crime indicarem que a substituição seja suficiente para efeitos de reprovação e prevenção do crime”. No artigo 8º, são apresentadas como penas restritivas de direitos a prestação de serviços à comunidade, a interdição temporária de direitos, o recolhimento domiciliar, entre outras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9.605.htm>. Último acesso em 30 de mai. de 2019.

¹⁴³Em São Paulo, o Dia do Grafite foi instituído pela Lei nº 13.903/ 2004, sendo posteriormente substituída pela Lei nº 14485/ 2007. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2004/13903/lei-ordinaria-n-13903-2004-inclui-no-calendario-oficial-do-municipio-de-sao-paulo-o-dia-do-grafite>>. Último acesso em 31 de mar. de 2019. Em Belo Horizonte, o Projeto de Lei nº 1595/2011, de autoria do então Vereador Joel Moreira Filho, visava a instituição da data no calendário oficial da cidade. Embora tenha tido parecer favorável na Câmara, não encontrei informações sobre sua sanção. Disponível em <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1057217>>. Último acesso em 31 de mar. de 2019.

¹⁴⁴Alex Vallauri nasceu em 1949, na Etiópia, e mudou-se para o Brasil em 1965. Em minha dissertação, falei sobre o papel do artista no surgimento e desenvolvimento do grafite no Brasil e sobre o modo como esse processo se deu, desde o início, mediado pela arte institucionalizada. (OLIVEIRA, 2015)

que você faz de preto fosco, por exemplo. (W., *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

Não são raras as vezes em que o grafite é acionado como uma espécie de antídoto ou preventivo contra a pixação, desde iniciativas particulares – como por moradores, comerciantes ou empresas¹⁴⁵ – até projetos e políticas públicas que incentivam e fomentam a prática, considerada como manifestação artística. Em todos os casos, parece haver uma crença (e seu uso estratégico) de que haveria um código de respeito entre pixadores e grafiteiros que faria com que aqueles não pixassem sobre o trabalho destes. No entanto, essa relação é mais fluida, complexa e menos dicotômica do que tais ações podem fazer crer, como procurarei demonstrar posteriormente. Agora, me detenho nos projetos e políticas públicas que, em Belo Horizonte, se voltaram à promoção e ao fomento do grafite. Durante o período estabelecido para a observação, duas iniciativas podem ser destacadas: Projeto Guernica, de 2000, e Telas Urbanas, de 2015.

Primeira – e talvez principal – dessas iniciativas, o Projeto Guernica é apresentado por Negro F. como “um grande projeto”, um exemplo de que seria possível ao poder público trabalhar de forma a ampliar e tornar mais igualitário o sentimento de pertencimento à cidade:

Particularmente fui educador desse projeto, que, na época, ressignificava o olhar desses jovens. A sociedade entendia que eles estavam fazendo alguma degradação urbana e social, aí ele fazia uma formação e recebia uma significação não para dizer que tinha de se tornar um grafiteiro ou um artista visual, mas sim que a cidade também é deles: “A cidade também é sua. Vamos circular”. Havia momentos em que não só circulávamos pela cidade e mostrávamos aos meninos o que era patrimônio, mas também rodávamos por outras comunidades. (Negro F., *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

O Guernica foi lançado em 2000, pelo então Prefeito de Belo Horizonte Célio de Castro (PT), e tinha como objetivo inibir a ação não-autorizada dos pixadores e grafiteiros na cidade, encontrando alternativas para sua atuação no espaço urbano. Em seu projeto inicial¹⁴⁶, o projeto

¹⁴⁵Carvalho (2013a) chama a atenção para outras medidas particulares que envolvem certa negociação com os pixadores, como placas ou faixas com pedidos para que eles não intervenham em determinado espaço (algumas vezes, oferecendo contrapartidas caso a superfície continue limpa, como cestas básicas para uma instituição da comunidade), ou a criação de espaços reservados para as intervenções. No compilado das notícias sobre pixação nos sites dos jornais *Estado de Minas*, *Hoje em Dia* e *O Tempo*, há dois exemplos desses apelos, registrados em Belo Horizonte: <<http://www.otempo.com.br/cidades/construtora-faz-apelo-e-deixa-recado-para-pichador-1.360176>> e <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/12/27/interna_gerais,339580/moradores-fazem-apelo-sentimental-para-deter-pichador.shtml>. Acessos em 31 de maio de 2019.

¹⁴⁶Informações constam no projeto original, encontrado no site do Partido dos Trabalhadores, em 11 de out. de 2015. O link não se encontra mais disponível para acesso. Informações antes disponíveis no site da Prefeitura de Belo Horizonte também não são mais encontradas, desde a mudança do portal. O Projeto Guernica parece ter sido encerrado, embora eu não tenha encontrado informações seguras.

previa uma ampliação do debate com os próprios pixadores e grafiteiros, junto a profissionais das mais diversas áreas, a fim de que suas motivações pudessem ser explicitadas e que eles pudessem refletir sobre elas, em um trabalho que se propunha sistemático e contínuo. Além disso, era proposta a realização de mesas-redondas e seminários periódicos para a formação de coordenadores e de oficinas de cultura, arte e história para o público-alvo. Previa, também, a formação de parcerias com diversos órgãos públicos e privados (como a CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas, a FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, entre outros), inclusive os clubes de futebol da cidade (como será visto mais à frente, a pixação belo-horizontina teve estreita relação com as torcidas organizadas de futebol, especialmente nos anos 1990). Havia, ainda, o estudo de possibilidades acerca de uma legislação que restringisse a venda de tintas em *spray*¹⁴⁷ e a proposta de um diálogo com fabricantes para o desenvolvimento de produtos que possibilitassem sua limpeza. Viana e Bagnariol (2004¹⁴⁸) trazem uma fala do então Prefeito Célio de Castro, no contexto do lançamento do projeto: “A pichação é uma escrita aparentemente sem memória e conteúdo. Temos que aprender a ler esta escrita. Estes jovens estão querendo dizer alguma coisa”.

Apesar desse primeiro movimento em direção ao que se propunha como um diálogo, para Michele Arroyo, presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha-MG, em fala no *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, em 2016, o trabalho realizado no âmbito do projeto Guernica, ao promover a valorização da arte de rua “legítima” representada pelo grafite, se tornou um modo de prevenção e de eliminação da pixação.

Quando a gente [Iepha-MG] foi convidado pra trabalhar junto com o Projeto Guernica e com a Secretaria Municipal de Educação, a gente tava diante de uma situação que era o reconhecimento da arte rua, focada no grafite, e a *linchação* [sic] da pixação como uma não arte. E a busca desse conceito da arte de rua através do grafite veio de movimentos internacionais, do próprio fazer artístico, da própria composição, né, vamos dizer assim, do grafite como expressão artística. E os meninos do Projeto Guernica, eles estavam sendo chamados pelas escolas municipais, por proprietários de imóveis, pra grafitar espaços, exatamente pra evitar a pixação, né? Então chegou uma hora que falou assim: “Não, vamos encher isso tudo aqui de grafite, porque aí não vão pixar por cima e tal”. (Michelle Arroyo, *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

¹⁴⁷A cidade já contava, então, com uma legislação nesse sentido. A lei municipal nº6387, de 1993, regula a venda de tintas em *spray* apenas mediante cadastro da identidade e endereço do comprador, que deve ser mantido em relatório. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1993/639/6387/lei-ordinaria-n-6387-1993-estabelece-normas-para-a-comercializacao-de-tintas-em-recipientes-de-spray?q=6387>>. Último acesso em 30 de mai. de 2019.

¹⁴⁸Documento digital sem paginação.

Nas falas de outras pessoas presentes nos eventos, o Projeto Guernica também é apresentado dessa maneira ambígua, como um projeto que se propôs ao diálogo e a um trabalho que buscava envolver os pixadores em sua construção, mas que culminou na intensificação da distinção entre pixação e grafite e na criação de uma conseqüente rivalidade entre os autores de cada prática (embora, muitas vezes, eles coincidam em ambas). A complexidade dessa distinção se faz ver na fala de Ludmilla Zago:

[...] o grafite, eu não sei se a maioria dele é autorizada. Eu acho, talvez, que a maioria do que a gente quer é que o grafite seja autorizado, mas muitos grafiteiros vão dizer assim: “quê isso, eu sou pixador também, eu não to fazendo nada” – eu já ouvi isso: “eu não faço nada pra embelezar a cidade, eu não faço nada pra restaurar o patrimônio”. Aí eu falo assim: “nossa, mas o seu negócio é tão bonito, todo mundo acha isso”. Aí a pessoa fala assim: “uai, mas isso aí é o meu pixo, a hora que eu quero pixar com o preto fosco e fazer o meu nome, eu faço; a hora que eu quero pixar colorido é isso aí”. Então, assim... Então tá, a gente só tem a conversar a partir do grafite, mas o grafite, muito dele foi destruído, destituído da sua essência, da sua ética, do seu dizer, porque ele foi incorporado pela prefeitura, pelo Estado. [...] De repente, um dos grandes grafiteiros, que era meu ídolo, virou pra mim e falou assim: “olha, to cansado do meu grafite, to cansado do grafite em Belo Horizonte, eu quero fazer grafite pra quem não vai ver”. “Aí eu falei assim: “mas o quê que é isso?”. Ele falou “não, mas tá banalizado e tá vendido; tá estrutura pública e tá curando as pessoas que eu respeito”. Aí ele me diz assim: “o que não vai morrer nunca é o pixo”. Por quê? Então, se a gente fizer o pixo ficar palatável igual ao grafite, a gente vai matar ele [Tiago Fantini concorda: “É.”], vai ser mais uma cultura de rua que a gente vai emudecer, né? [Tiago Fantini: “Uhum.”] (Ludmilla Zago, *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

Nesse sentido, Negro F. avalia que o reconhecimento do grafite como manifestação artística e o seu uso comercial, embora tenham gerado a possibilidade de “viver de grafite”, acabam afastando a expressão de uma origem “marginal”, que ele crê que deva ser mantida:

Hoje reflito sobre isso. Vivo de grafite, trabalho com grafite, mas há uma grande questão na qual eu penso, nas produções, é que ela tem de falar de algo que às vezes não é uma verdade do artista, não é algo que o artista quer expressar. Às vezes querem, de novo, que a gente faça uma logomarca ou o desenho de uma cidade linda, bela, com paisagem da natureza, e não sei quê. E é essa a cidade mesmo onde a gente vive? Então, fico pensando muito nisso. Acho que os grafiteiros, no geral, temos sobrevivido dessa arte urbana e muito se tem mostrado. Mas muitos, talvez, têm mostrado que existe uma outra arte aí. As pessoas às vezes querem aquela intervenção que está na rua, mas querem só o pasteurizado. Defendo que o grafite tem de se manter na sua via marginal mesmo. Assim ele nasceu e assim, de alguma forma, a vida contemporânea da cidade nos leva, talvez, a remodelar, mas o que se faz da origem tem de se manter. A gente tem de manter mesmo uma marginalidade. Acho que essa intervenção, muito da cultura *hip-hop*, quando se deu no Brooklyn, foi muito na contramão de uma sociedade que não nos aceitava, e que não nos aceita até hoje. Apesar de hoje escutar *rap*, *break*, ver grafite em vários lugares, a sociedade ainda não nos aceita. E isso está numa cidade – vou dizer novamente – que foi feita para

viver dentro de uma Contorno¹⁴⁹, ela não foi feita para os pobres, para os pretos e favelados, porque a gente incomoda e vai continuar incomodando das várias formas. (Negro F., *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

Esse contexto tornou-se ainda mais complexo a partir de 2015, com o lançamento de um novo projeto, intitulado Telas Urbanas. O projeto foi uma iniciativa da Associação Cultural dos Amigos do Museu de Arte da Pampulha – Amap, em parceria com a Fundação Municipal de Cultura – FMC, durante a gestão do então Prefeito Márcio Lacerda (PSB). O Telas Urbanas não foi divulgado oficialmente como uma alternativa à pixação, mas como uma ação de fomento às artes e de transformação do espaço urbano. De acordo com Leônidas Oliveira, então Presidente da FMC, o projeto teria nascido “dessa vontade de criar uma política pública para as artes visuais relacionadas com a arte urbana e a arte de rua¹⁵⁰”.

O lançamento do edital do projeto foi uma das pautas da reunião da *Real da Rua* realizada no dia 16 de outubro de 2015. Nela, esteve presente C., artista urbano que compôs a equipe responsável pela organização do projeto. Questionado pelo pixador K. se o projeto seria mais uma política de limpeza urbana, C. afirmou que o projeto não tinha como objetivo apagar pixações, a imprensa é que teria divulgado dessa forma¹⁵¹. C., contudo, refletiu que o apagamento faz parte da própria dinâmica urbana. Contra essa visão, K. afirmou que, caso se tratasse de um projeto de limpeza, os pixadores não respeitariam os grafites feitos e os *atropelariam*¹⁵². Ele relatou que aprendeu a fazer grafite após ser “empurrado” para uma oficina para cumprir uma medida legal, mas que teria sido excluído por outros grafiteiros por não abrir mão da pixação. Para ele, haveria uma diferença entre os grafiteiros que “colam” com o pixo e os que o rejeitam. C. declarou considerar que seria preciso reconhecer que programas da Prefeitura, como o Arena da Cultura¹⁵³, já foram responsáveis pela formação de grafiteiros que

¹⁴⁹Uma Contorno, em referência à Avenida do Contorno, a partir da qual a cidade de Belo Horizonte foi planejada.

¹⁵⁰Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/telas-urbanas-prev%C3%AA-interven%C3%A7%C3%B5es-art%C3%ADsticas-na-regi%C3%A3o-da-pampulha-1.1068979>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁵¹Foi o caso da reportagem feita pelo *Bom dia Minas*, telejornal matutino da Globo Minas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/07/projeto-telas-urbanas-quer-diminuir-pichacoes-em-bh-atraves-da-arte.html>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁵²*Atropelo* é como os pixadores nomeiam o ato de pixar sobre uma pixação ou um grafite já feito. A ação manifesta uma ausência de reconhecimento e respeito pela intervenção *atropelada*.

¹⁵³O Programa Arena da Cultura foi criado em 1998 com o objetivo de descentralizar o acesso à cultura em Belo Horizonte. Em 2014, o programa foi ampliado e passou a se chamar Escola Livre de Artes Arena da Cultura. São oferecidos cursos e oficinas nas áreas de Artes Visuais, Circo, Dança, Música, Teatro, Patrimônio Cultural e Design Popular, entre outras. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=16707&lang=pt_BR&pg=5520&taxp=0&>. Último acesso em 15 de set. de 2017.

se tornaram renomados. No entanto, outro pixador presente (que não se identificou) afirmou que o projeto Telas Urbanas reforçava a distinção no tratamento dado pelo “sistema” às duas práticas, questionando por que a Prefeitura oferece muros para alguns e cadeia para outros. C., então, refletiu que não há algo rígido que possa ser chamado de “sistema”, mas uma diversidade de órgãos, cada um com uma postura. Nesse sentido, ele afirmou que o edital tinha importância para a arte urbana, embora, em sua primeira versão, apresentasse um texto muito ruim – que foi melhorado, segundo ele, justamente a partir das reivindicações e diálogos com os grafiteiros¹⁵⁴. Para C., isso mostraria a importância de manter um diálogo constante entre a rua e o poder público – algo que ele estaria tentando promover.

O projeto Telas Urbanas foi realizado em duas fases, em 2015 e 2016. Ao todo, participaram 83 artistas¹⁵⁵, com trabalhos divididos em duas categorias: Jovem Artista, com projetos para pintura de áreas de 12m², e Artista Individual, para áreas de 24m². Os critérios de seleção previstos no edital¹⁵⁶ foram: “a) relevância conceitual e temática, entendida como concepção e argumentação que evidenciem importâncias sociais, históricas, culturais e artísticas; b) caráter público; c) criatividade, originalidade e ineditismo do projeto; d) viabilidade técnica, entendida como demonstração de capacidade de realização do projeto; e) basear-se no tema ‘Cidade que Vibra’”. Cada projeto selecionado na primeira categoria recebeu o recurso de R\$ 1.000,00 (mil reais), e os da segunda categoria, R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Segundo o edital, a aquisição dos materiais necessários à realização das pinturas seria de responsabilidade dos artistas.

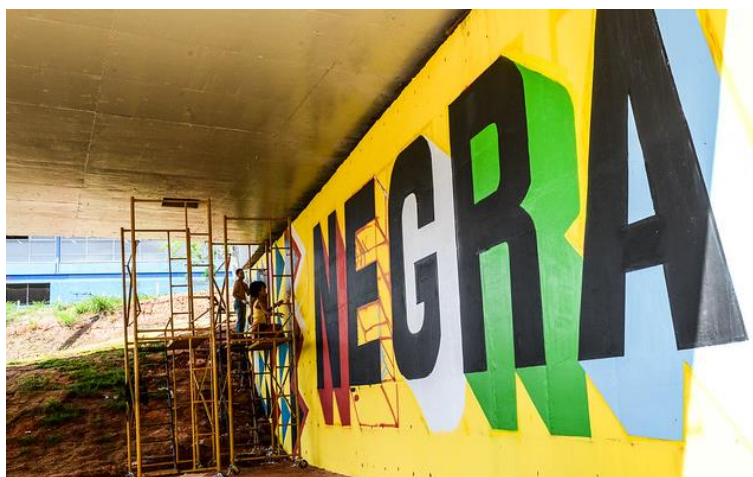
Todas as pinturas foram produzidas em muros e viadutos de grandes corredores da região da Pampulha, posto que o projeto foi uma iniciativa da associação de moradores do bairro. Além disso, em 2016, 30 dos artistas participantes foram convidados pela FMC e pela Amap para realizarem novas obras em painéis dentro do Museu de Arte da Pampulha, formando uma mostra coletiva e aberta ao público.

¹⁵⁴Uma primeira versão do edital estabelecia recursos de R\$ 500,00 para a primeira categoria e de R\$ 1.500,00 para a segunda, como aponta matéria publicada pelo site do jornal *O Tempo*. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/telas-urbanas-prev%C3%AA-interven%C3%A7%C3%B5es-art%C3%ADsticas-na-regi%C3%A3o-da-pampulha-1.1068979>>. Último acesso em 21 de mai. de 2015.

¹⁵⁵Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2016/04/11/noticia-e-mais,178939/segunda-fase-do-projeto-telas-urbanas-espalha-paineis-e-pinturas-em.shtml>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁵⁶O edital do projeto se encontrava disponível e foi baixado no antigo site da prefeitura, acessado em 15 de set. de 2017. A chamada para as inscrições, publicada no Diário Oficial do Município em 10 de out. de 2015, ainda pode ser acessada. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1151101>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

Imagens 80 e 81: Grafites realizados na primeira fase do projeto Telas Urbanas.



Crédito: Thainá Nogueira / Fundação Municipal de Cultura¹⁵⁷

Essa concentração das obras em uma única região da cidade foi criticada por Negro F., que participou do projeto.

[...] que paisagem cultural da cidade a gente está construindo? Porque de novo é uma paisagem só cartão-postal, pois vai ser lindo, vai ser belo, e vai ter de novo só a Pampulha como vitrine de Belo Horizonte. Ou os outros espaços, a outra cidade que está sendo de uma forma expressada, tatuada, inscrita e vivida, isso vai ser mostrado também? Acho que o tempo inteiro vem se trabalhando políticas e ações, em Belo Horizonte especificamente, para mostrar uma cidade que, na verdade, não existe. (Negro F., *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

¹⁵⁷Disponíveis em:

<<https://www.flickr.com/photos/128765497@N07/albums/72157661040280380/with/22653283463/>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

Observando os dois projetos citados, é possível perceber um modo de operação que T. aponta como próprio da Prefeitura de Belo Horizonte. Diante de Tiago Fantini, então gerente do Movimento Respeito por BH, que expressava continuamente a abertura a um diálogo com os pixadores para encontrar soluções conjuntas, ela declarou:

Tá sendo proposto, né, cogitado um pacto [sinal de aspas com as mãos], mas de vocês pra nós. E se fosse de nós pra vocês? Aqui, agora, você pode falar que seria aceito, mas nunca foi, nunca foi, entendeu? Nunca foi. Pode sim, há uma possibilidade de pacto? Há, mas desde que sejam bem discutidas as condições, desde que nós propomos também, entendeu? Nós possamos propor, mas eu acho difícil, eu acho difícil¹⁵⁸. (T., *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

A partir do apontamento feito por T., pode-se perceber que, embora o projeto Guernica tenha apresentado como objetivo configurar uma posição de interlocução (supostamente) paritária para os pixadores e o discurso de sua inserção social, os termos dessa interação já estavam estabelecidos pela Prefeitura. Do mesmo modo, a pretensa abertura para que a cidade seja palco da arte urbana, no projeto Telas Urbanas, é mediada por uma série de pré-determinações, como relata Negro F., que considera o projeto como mais uma tentativa de cooptação e padronização do grafite, e não de diálogo com seus autores e com a cidade:

[...] será que o poder público quer, de verdade, discutir que a arte urbana, de alguma forma, faça parte da cidade? Muitas vezes não se querem esses projetos e programas que se vêm discutindo na cidade, de oxigenização e limpeza, mas sim um grafite padronizado, que fale de alguma coisa. Recentemente tive a oportunidade de participar do projeto Telas Urbanas, da prefeitura municipal. “Será nesse lugar, ponto e acabou”. É uma plástica, algo que é moldado: “Tem um tema e não se pode fugir dele. Só pode ser neste quadrado”. Não, queremos grafite em toda a cidade, colori-la [...]. De alguma forma, esta cidade e este estado precisam repensar como tratar essa juventude e as suas políticas públicas; se, de fato, não é só um discurso para padronizar tudo numa arte urbana bonita. Não queremos isso, mas sim estarmos livres para intervirmos, assim como um diálogo franco não só com os atendidos de um projeto X ou Y, mas também com essa juventude. É o que cada vez mais queremos promover. (Negro F., *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

Além da determinação dos termos de participação, parece haver nos dois projetos – principalmente no Guernica – um entendimento de que eles deveriam atuar como guias daqueles sujeitos em direção a formas mais adequadas e nobres de interação e participação nos espaços da cidade. Por associação, pode-se perceber aí uma compreensão da atuação dos

¹⁵⁸Dois anos depois, na *Roda de Conversa Pixo e Patrimônio*, T. retomou aquela ocasião para expor publicamente que o Movimento Respeito por BH nunca havia dado um retorno em relação à disposição demonstrada pelos pixadores para dialogar com a Prefeitura.

pixadores como resultado da ignorância sobre a história e o patrimônio da cidade. Contudo, enquanto no Guernica o grafite aparece como produto de um processo de diálogo, educação patrimonial e formação para um redirecionamento a modos mais produtivos de interação com o espaço urbano, no projeto Telas Urbanas ele é promovido como manifestação artística, adequada e aceita, que já chega pronta e é utilizada como uma ferramenta de embelezamento da cidade, de promoção das artes e de fruição estética.

Para Scott (1990), uma das principais formas de encenação do exercício de poder para manutenção da hierarquia seria a avaliação ou a atribuição de valor aos subordinados – e sua publicização – a partir do seu nível de contribuição para o sistema de produção. Tal classificação buscaria extinguir qualquer outra forma de relação capaz de levar a outros critérios de avaliação – uma ação sobre o campo de possibilidades das ações do outro. Percebo, aqui, uma articulação possível com Foucault (1995), que considera haver, no processo de governo das condutas, uma busca pelo encaixe cada vez mais ajustado entre o lugar que o sujeito ocupa, o lugar que lhe foi designado e a função que ele cumpre, em um processo que o autor chama de “disciplinarização das sociedades”. Em Foucault, essa relação tem menos a ver com obediência que em Scott (1990), mas também diz de uma submissão a determinada ordem, já que o processo de “administração dos corpos e gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 1980, p. 131) responderia a uma demanda do capitalismo por ajuste, organização e inserção desses corpos nas lógicas econômicas de trabalho e produção. Assim, as considerações dos dois autores sobre o modo como o poder busca pelo controle dos corpos, pelo estabelecimento de relações diretas entre nomes, lugares e funções que visam a resultar numa ausência de vazios ou rachaduras, apresentam diálogos possíveis com o pensamento político de Jacques Rancière.

Rancière (1996) explica que, historicamente, a noção do que é útil ou nocivo aos indivíduos levou ao entendimento do que seria justo para uma comunidade. Nesse entendimento, a otimização das utilidades e a redução das nocividades particulares levariam à dedução da utilidade comum e, assim, da justiça. Essa é, segundo o autor, uma concepção utilitarista, pois, em sua origem, os termos “útil” (que designa a vantagem que um indivíduo ou comunidade obtém de uma ação) e “nocivo” (que significa um dano causado a um indivíduo por outro) não formam uma oposição real, já que a vantagem obtida em uma ação não faz, necessariamente, nascer um dano para outrem. Contudo, a partir de tal compreensão, a contagem e a distribuição das partes de uma sociedade passa a ser feita a partir da consideração do que é trazido ao bem comum por cada parcela e que, por sua vez, vai conferir o direito a uma parte do comum. Esse modo de contar os corpos a partir de suas propriedades e capacidades

é o que Rancière (1996) denomina como “ordem policial”, uma forma de “partilha do sensível” que faz com que determinados corpos, lugares, atividades e discursos sejam visíveis e outros não. É aí que, para o autor, se encontra um erro fundamental e o dano constitutivo da política, pois é essa contagem utilitarista que faz com que alguns sejam considerados como parte de uma comunidade e outros não.

Essa percepção da utilidade do que cada parte traz ao comum de uma sociedade parece fornecer uma das bases para compreender alguns dos aspectos que configuram o repúdio ao pixo e, conseqüentemente (e principalmente), aos pixadores. Ao contrário do grafite, a pixação não foi, ainda, capitalizada, transformada em bem de consumo ou objeto de uma admiração estética consensual ou legitimada (e é importante ressaltar que isso não é pautado como desejo ou reivindicação pelos pixadores nos eventos)¹⁵⁹. Assim, se a pixação não gera desejo ou lucro, se não tem seus traços incluídos em determinado padrão estético urbano e não contribui para uma cidade considerada mais bonita, aqueles que a produzem não são vistos como colaboradores na produção do comum. Desse modo, se aquilo que não é útil é entendido como nocivo e injusto para uma comunidade, a pixação e os pixadores não podem gozar de uma parte na partilha do comum. E àqueles que insistem, o lugar concedido é o do crime, pois, mais que não colaborar com determinado projeto, eles se interpõem em seu caminho, o contradizem, o confrontam e o transgridem.

Seguindo essa lógica, e diante de uma aparente insuficiência das leis vigentes para conter a ação dos pixadores, o surgimento de novas leis e medidas parece irrefreável. Ainda no âmbito federal, desde 2015, o projeto de lei 985, de autoria do Deputado Federal Domingos Neto (à época, filiado ao PROS; atualmente, no PSD/CE) propõe a alteração das penas previstas pela lei 9.605 para o crime de pixação, tornando-as ainda mais rígidas e rigorosas. De acordo com a justificção do projeto original¹⁶⁰, “cada vez mais jovens brasileiros têm se tornado adeptos à conduta de pichar, sem refletir nos malefícios por ela ocasionados, sem mencionar os perigos que tal prática representa como verdadeira porta de entrada para delitos mais graves e o envolvimento em rixas e drogas”. Recomenda-se, então, o aumento das penas para seis meses a dois anos de detenção, e para um a dois anos em caso de pixação em monumento ou edificação tombados pelo patrimônio. Há, também, a proposta de que o condenado a tais penas perca o

¹⁵⁹Em trabalho publicado em 2015, analisamos exemplos em que a estética da pixação foi artificialmente apropriada por algumas marcas, como *Nike* e *Chilli Beans*, sendo relacionada a um estilo de vida urbano, jovem e rebelde (OLIVEIRA; MARQUES, 2015). São, contudo, casos específicos que não resultam em uma mudança na opinião pública sobre o pixo.

¹⁶⁰Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1195560>>. Último acesso em 29 de mai. de 2019.

direito de ser beneficiado por vários programas do Governo, como Bolsa Família, Bolsa Escola, Programa Auxílio-Gás, entre outros, pois “não se coaduna com os fins almejados pelo Governo que pessoas contempladas por seus programas sociais utilizem a verba percebida para praticar crimes contra o patrimônio das cidades e contra o meio ambiente”. Em uma emenda apresentada ao projeto pelo então Deputado Ronaldo Fonseca (então filiado ao PROS/DF; atualmente, sem mandato e sem partido)¹⁶¹, propõe-se que o condenado pela referida lei também não possa ser contemplado por outros programas, como Programas do Fundo de Amparo ao Trabalhador, Seguro Desemprego, Jovem Aprendiz, PRONATEC, Fies, PROUNI, entre outros. Contudo, uma segunda emenda, apresentada pelo Deputado Alessandro Molon (então filiado ao PT; agora no PSB/RJ)¹⁶², modifica o teor do projeto ao propor que as penas previstas na lei 9.605 sejam substituídas pela prestação de serviços à comunidade, “preferencialmente em ações de conservação de edificações, patrimônio ou vias públicas”, por até cinco meses e, em caso de reincidência, até dez meses, e reparação de dano à vítima. Na justificativa, o Deputado reconhece a necessidade de uma atuação repressiva do Estado, mas considera inadequada e desproporcional a proposta de que as penas de detenção sejam aumentadas, considerando que “não é razoável empregar a criminalização de novas condutas e com penas excessivas como sendo a única solução para combater a criminalidade, pois isso apenas enfraquece o estado de direito social, na medida em que o último dos direitos, o de punir, passa a ser a única possibilidade de agir do Estado contra a violência e a criminalidade”. Tal emenda substituiu o texto original e se tornou a redação final do projeto, aprovado em plenário em abril de 2015 e encaminhado ao Senado Federal, onde aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desde 07 de maio de 2015¹⁶³.

A criminalização cada vez mais intensa da pixação e a promoção do grafite cumprem, assim, uma função dupla: estabelecer ou devolver a lugares designados a pixação e os pixadores (seja sob um discurso de inserção social, como no Projeto Guernica, ou na constante legitimação do grafite como expressão artística, adequada e mesmo desejada) e manter o espaço urbano limpo, organizado e bonito (de acordo com o padrão do poder público municipal), ou seja, sob controle. O que escapa a esse controle – construído tanto por um robusto amparo legal como pela promoção de discursos de fomento às artes, inserção social, beleza, bem-estar e segurança – se torna, então, desvio, anormalidade, algo a ser combatido. É nas expressões, argumentos e

¹⁶¹Idem.

¹⁶²Ibidem.

¹⁶³Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121052>>. Último acesso em 30 de mai. de 2019.

reflexões dos próprios sujeitos que fazem parte desse contexto que se torna possível perceber o quanto essas fronteiras são mais borradas do que o poder público deseja fazer parecer.

Meu nome é J., sou educador social, hoje ex-pixador – a gente nunca para, né, irmão? Chega uma folha¹⁶⁴ lá perto da gente, a gente treme. Ex-pixador, eu sou grafiteiro, e sou rapper. [...] Aí, nesse meio tempo que eu me tornei educador social, fui referência pros jovens, hoje sou, dentro do gueto, eu reparei que eu consegui atrair jovens pra dentro das oficinas e fazer o papel do poder público, que é não deixar nossas crianças morrer, cê tá ligado? (J., *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pichação e direito*, 2014)

Em meados de 1995, fui um escritor de rua, fiz o que as pessoas chamam em Belo Horizonte e no Brasil de pichação. Mas eu, particularmente, digo que é uma escrita de rua, uma identidade. Foi assim que conheci a cidade. [...] Tenho coordenado alguns projetos, assim como algumas iniciativas até incentivadas pelo poder público em nível municipal e estadual e outras até com referências nacionais pelas quais ensino jovens a fazer escrita urbana, como chamamos, no Brasil, grafite. E aí também perpassa o que chamamos de pichação. [...] Outro dia, conversando com os amigos, eu estava refletindo sobre isso. Daqui a alguns dias devo ser criminalizado por formação de quadrilha, porque vira e mexe estou formando menino para fazer grafite na cidade. Acabei de dar um curso no qual formei 25 alunos no Alta Vera Cruz, em Santa Luzia e vou começar outro projeto agora pela prefeitura municipal, pelo qual faremos uma série de produções. Portanto a minha ideia é praticamente proliferar e difundir esse grafite por onde for, para que todos os jovens tenham a oportunidade de conhecer ou, pelo menos, aprender técnicas de grafite e, de alguma forma, dialogar com essa cidade. (Negro F., *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

É interessante perceber como esses dois relatos definem um lugar social que revela como a experiência é central para a compreensão da autonomia e da autodefinição. Quando J. e Negro F. elaboram uma resposta à interpelação social que quer definir para eles um lugar e modo de legibilidade subalternos, eles demandam uma escuta capaz de fazer frente ao racismo e à rejeição. Esse gesto político é fundamental para transformar quadros simbólicos e valorativos que oprimem e silenciam os pixadores e a episteme produzida através de seu conhecimento, de seus saberes e de sua própria sintaxe. Há um aprendizado, a produção de um saber associado aos afetos e à sociabilidade do pixo que remete à existência de uma pedagogia na elaboração das técnicas de si e da experiência, conforme Foucault: há um investimento em técnicas, saberes, transmissão de conhecimento e reinvenção de si na própria atualização e montagem dessa episteme. Há um certo educar a si mesmo nessas práticas resistentes, como se fosse preciso aprender novos códigos, inventar uma nova linguagem e construir uma conversação, uma forma de circulação da palavra e do quadro de valores que define a produção

¹⁶⁴Quando se encontram, os pixadores têm o costume de trocar assinaturas em folhas de papel, chamadas *folhinhas*. Para Carvalho (2013a), além de fazerem parte da socialização desses sujeitos, as *folhinhas* teriam a função de registrar uma memória do pixo.

de pensamentos e lugares de fala. Nesse trabalho da experiência, o sujeito estabelece seu padrão de valores e realiza o trabalho paciente de mover-se entre esse padrão e as representações existentes no mundo em que vive. Essa experiência vem da criação de relações consigo e com os outros que forneçam um contexto imediato de reconhecimento desses valores em uma comunidade, e em atrito com representações estigmatizantes.

Segundo Abramovay et al. (2002), em contextos de juventudes socialmente vulneráveis, o grafite, assim como o *rap*, seria uma ferramenta para incentivar experiências que valorizem a expressão e a participação daqueles jovens, permitindo que eles sejam reconhecidos “como capazes de contribuir e construir soluções pacíficas para os conflitos sociais” (ABRAMOVAY et al., 2002, p. 14-15). Para os autores, “captar e disseminar a expressão dos jovens, concretizando suas potencialidades juvenis e permitindo que eles contribuam para a problematização de seu cotidiano é a pedra angular do sucesso desses programas” (ABRAMOVAY et al., 2002, p. 14). Os autores defendem que, em cenários como esse, Estado, mercado e sociedade devem estar em interação nos esforços pela redução da vulnerabilidade social dos jovens.

Contudo, pode-se pensar, também, que esses são modos de fazer com que esses jovens elaborem suas tensões e anseios de maneira organizada e controlada, o que permite que elas sejam consideradas legítimas em um processo de participação na vida pública, de cidadania. Considero relevante questionar, a partir das discussões desenvolvidas nos eventos observados: a “solução pacífica” resolve o conflito ou o torna administrável, em um exemplo da gestão das possibilidades, conforme apontado por Foucault em relação ao biopoder? Observando o histórico das leis e projetos apresentado, o objetivo da erradicação do pixo vem, cada vez mais, acompanhado de uma promoção do grafite como uma forma considerada mais adequada e mais bonita de intervenção no espaço urbano. Sendo assim, tal expressão pode ser considerada como útil à comunidade, cumpridora de uma função, ao contrário da pixação, que é silenciada por uma sintaxe já assimilada e tornada socialmente inteligível. Mas, embora o grafite seja reconhecido como manifestação artística, tal reconhecimento não parece alcançar, de fato, os sujeitos que o produzem. O modo como, por exemplo, o edital de participação no projeto Telas Urbanas é desenvolvido, com a determinação de um tema e sem garantir as condições materiais para que os trabalhos sejam realizados, demonstra que há menos uma disponibilidade para a escuta e para o diálogo que um interesse em controlar as possibilidades de ação desses sujeitos e em fazê-los trabalhar em seu benefício. Assim, como discute Negro F. sobre como o reconhecimento do potencial artístico e comercial do grafite o afasta de sua origem marginal,

expressões que surgiram como formas de resistência em contextos de vulnerabilidade acabam por ser instrumentalizadas na sublimação do protagonismo político de seus autores, minando a potência de seu papel na construção da autonomia política desses sujeitos.

Em suas falas, Negro F. e J. talvez assintam e confirmem os lugares conferidos hierarquicamente pelo poder público, ou talvez se apropriem deles e os reconfigurem a partir da experiência cotidiana. De todo modo, quando se apresentam como “ex-pixadores” e assumem o lugar de multiplicadores do grafite como via de inclusão e participação na vida da cidade, mas não tomam esse lugar como pacificado, esses sujeitos permitem ver que uma contagem social que se pretende fixa e totalizante pode não ser suficiente para definir os nomes e lugares que os sujeitos assumem socialmente. Os esforços por ajustá-la, no entanto, não cessam de ser empreendidos.

6.4. A “cidade consorciada” e sua gestão como organização

Ao longo dos eventos, por diversas vezes, foi destacada uma relação entre a intensificação do combate à pixação e a gestão de Márcio Lacerda (PSB), que cumpriu dois mandatos no cargo, de 2009 a 2012 e de 2013 a 2016. Ludmilla Zago, por exemplo, ressaltou esse processo por mais de uma vez, como no *Café Controverso: O que é pixo?* (2014), em que mencionou que o então Prefeito teria classificado a pixação como “porta de entrada pra outros crimes” e “origem da violência que atinge a sociedade em vários aspectos”. As observações, embora não possam ser tomadas literalmente como ditas por Márcio Lacerda, não são feitas em vão. Em diversas ocasiões, Lacerda declarou que não “resolver” a questão da pixação foi uma frustração de seu governo, o que deixa perceber que o combate à prática configurou, de fato, uma meta específica de sua gestão. Em uma entrevista concedida ao jornal *O Tempo*¹⁶⁵, em 2015, ele disse que se sentia triste ao saber que há “correntes de pensamento” que compreendem a pixação como um direito à cidade. Na ocasião, argumentou que se as pessoas que defendem tal perspectiva tivessem os muros de suas casas pixados, talvez percebessem a prática de outro modo – dando, assim, uma dimensão privada a uma questão de interesse público. Em 2016, último ano de seu mandato, o ex-prefeito chegou a classificar a pixação como “uma praga social”¹⁶⁶ e afirmou defender uma “política de repressão”.

¹⁶⁵Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/politica/bh-está-sendo-prejudicada-por-algo-um-tanto-mesquinho-diz-lacerda-1.1190347>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁶⁶Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/primeiro-plano/politica/plano-de-lacerda-norteia-politicas-publicas-para-bh-até-2030-1.390163>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

Como foi visto na Tabela 5, Belo Horizonte, sozinha, soma seis leis e portarias municipais que dispõem sobre a criminalização e o combate à pichação, publicadas ao longo de 14 anos – três delas, apenas da gestão de Lacerda. É interessante observar que tanto na lei 5998¹⁶⁷, de 1991, quanto na lei 6995¹⁶⁸, de 1995 (que revoga e substitui a primeira), ao contrário do que ocorre na lei federal, criada posteriormente, são salvos os casos em que a pichação é realizada com autorização do proprietário do imóvel. Além disso, a descrição do que a lei de 1995 determina como pichação (escritas ininteligíveis e desenhos obscenos) deixa inúmeras brechas para outras formas que a intervenção pode assumir.

Em 2010, já sob a gestão de Márcio Lacerda (PSB), é publicada a lei 10.059¹⁶⁹, que dispõe sobre a “Política Municipal Antipichação”. São duas as diretrizes da lei: “I - recuperar e promover a qualidade visual do ambiente urbano no Município por meio do combate à pichação; II - conscientizar os cidadãos dos malefícios que a prática da pichação traz à coletividade”. O texto ainda propõe a divulgação e a intensificação da fiscalização do cumprimento das leis municipais citadas e a promoção de campanhas culturais que visem a estimular outras formas de relação com o espaço urbano municipal, destinando-se a: “I - promover conscientização quanto aos prejuízos relacionados à pichação”; “II - promover, junto a empresas e cidadãos, a divulgação da legislação municipal”; “III - estimular e divulgar as boas iniciativas relacionadas com a promoção da qualidade visual do ambiente urbano no Município”; “IV - promover práticas artísticas que, como o grafite ou a pintura mural, possam contribuir para a qualidade visual do ambiente urbano e desestimular a prática da pichação; V - inserir socialmente as pessoas envolvidas com pichação”.

Ainda sob a gestão de Lacerda, em outubro de 2015, foi publicada a Portaria 088/2015 da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, que dispõe, mais uma vez, sobre a intensificação da fiscalização das leis de combate à pichação e descreve as medidas a serem tomadas em caso de primeiro flagrante, de flagrante de reincidência, de infratores menores etc. Além das ações direcionadas aos pixadores, o texto prevê medidas contra comerciantes de tintas em *spray* que não mantenham cadastro atualizado das tintas vendidas (conforme estabelecido pela lei de

¹⁶⁷Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1991/599/5998/lei-ordinaria-n-5998-1991-proibe-a-pichacao-de-muros-urbanos-em-belo-horizonte-e-preve-multa-por-seu-descumprimento-1991-11-14.html>>. Último acesso em 30 de mai. de 2019.

¹⁶⁸Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1995/699/6995/lei-ordinaria-n-6995-1995-proibe-a-pichacao-no-ambito-do-municipio-1995-11-22.html>>. Último acesso em 30 de mai. de 2019.

¹⁶⁹Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1049831>>. Último acesso em 30 de mai. de 2019.

1993), e também contra proprietários ou responsáveis por imóveis que não mantenham suas fachadas limpas das pichações. A Portaria ainda define os órgãos municipais responsáveis por cada uma das medidas que compõem a Política Municipal Antipichação, além de oficializar a cooperação entre a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e órgãos a ela vinculados com o Ministério Público estadual, a Secretaria de Estado de Defesa Social, e as polícias Civil e Militar de Minas Gerais¹⁷⁰. A publicação da Portaria seguiu uma recomendação do Ministério Público de Minas Gerais, enviada à Prefeitura de Belo Horizonte em 1º de outubro de 2015, solicitando a adoção de medidas mais eficazes para o combate ao pixo na cidade¹⁷¹.

Em 2016, ainda é sancionada a lei nº 10.931¹⁷², que dispõe (novamente) sobre o controle da venda de tintas em *spray*, estabelecendo um prazo de três anos para a manutenção dos registros dos cadastros dos compradores, que devem ser mantidos em um banco de dados a ser disponibilizado para órgãos de fiscalização sempre que requerido. Essa lei teve origem em um projeto de autoria do então Vereador Ronaldo Gontijo (PPS), que em 2014 foi assunto das discussões durante o *Café Controverso: O que é pixo?*. Para Ludmilla Zago, tratava-se de mais um elemento do bem arquitetado projeto de combate à pichação na cidade, “pra acrescentar à criminalização, que já existe, um pouco mais de controle e, simbolicamente, de criminalização”. Para ela, o projeto tinha caráter mais simbólico que efetivo – “Mas o simbólico nos preocupa”, observou.

Observando o histórico da legislação municipal contra a pichação, o que muda desde a primeira publicação são as formas com que se tenta fazer com que a lei seja conhecida, respeitada e cumprida, seja por meio de novas leis que alteram textos anteriores, pela criação de órgãos específicos para o combate à prática, ou pela associação entre instituições e poderes a fim de fechar o cerco e fazer cumprir as determinações. Nesse processo, o poder público atualiza constantemente a sua posição em relação à prática da pichação, criando novas oportunidades para reencenar seu papel e reafirmar seu lugar como regulador e normatizador da sociedade, seguindo a lógica do que já foi apontado a partir de Scott (1990). Afinal, a lei trata exatamente de estabelecer o que não pode ser feito (e, em consequência, o que pode), por

¹⁷⁰Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1151064>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁷¹Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/mp-expede-recomenda%C3%A7%C3%A3o-para-pbh-adotar-medidas-de-combate-%C3%A0-picha%C3%A7%C3%A3o-1.1130939>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁷²Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2016/1094/10931/lei-ordinaria-n-10931-2016-institui-politica-contr-a-pratica-de-pichacao?q=10.931>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

quem e quais são as medidas cabíveis quando de sua infração. Ela estabelece, assim, uma relação desigual, pois embora se dirija e seja aplicável, em tese, a todos, são poucos os que podem tomar parte no processo de desenvolvê-la ou fazê-la valer – dialogando novamente com a partilha do sensível, em Rancière (2009a).

Além disso, é interessante perceber como os textos das leis vão se modificando ao longo do tempo, não só estabelecendo restrições, mas buscando criar medidas que envolvam e deem um retorno à comunidade, transformando as determinações legais em enunciados de promoção da limpeza e beleza da cidade, tratadas como geradoras do bem-estar e da segurança da população. Nesse processo, temos algo do que Foucault (1980) identifica como os mecanismos típicos do biopoder, voltados à produção e ao fomento das condições de manutenção da vida de forma a atender às lógicas socioeconômicas vigentes. O apagamento da episteme produzida pelos pixadores também pode ser entendido como uma forma de controle biopolítico, uma vez que a deslegitimação da experiência e da produção dos pixadores é uma forma de silenciar e invisibilizar sua existência como cidadãos.

Assim, se a lei pode ser entendida como um dos grandes amparos daquilo que se considera verdadeiro em uma sociedade, a apresentação legal do pixo não só como infração, mas como entrave à produção de uma cidade mais limpa, segura e apta a possibilitar o desenvolvimento das vidas de seus cidadãos convoca essa população a tomar parte no enfrentamento à prática. Também nesse movimento, várias das estratégias colocadas em prática pela Prefeitura de Belo Horizonte se pautam em políticas de cooperação interinstitucional e parcerias com instituições privadas – modelo de gestão que também se tornou mais evidente durante a gestão Lacerda.

Nesse sentido, K. analisa que o modo como o poder público conduz a cidade tem como base muito mais o atendimento a interesses advindos dessas parcerias do que a consideração sobre a garantia de uma vida de qualidade para os cidadãos.

[...] eu tava nesse Fórum Mundial em Brasília e vi muito se falar sobre o lance da cidade consorciada, que é o estado de exceção. Ou seja, a cidade se abre pro capital, ela muda as regras, muda as leis pra agradar o capital. Que ela é subjetiva, que quando rola um grande, um megaevento, por exemplo, são criadas leis de exceções, tipo, não pode beber dentro do estádio, mas pode vender Heineken na Copa, né? Tipo isso. Então, um estado totalmente de exceção, onde que eles querem vender a ideia de sociedade limpa pro gringo que vai vir aqui. [...] Foi uma cidade planejada, olha que porcaria. Já basta ser planejada pra não prestar, pra não dar nem concepção, né? Então, ela vai ser vendida, é, os moradores da cidade, quem que deveria importar mais, a estética da cidade, ou o direito de ir e vir, ou a garantia de saúde e educação plena? Tão pouco se *fodendo* pra nós e quê que a gente pensa e querem agradar o capital, os gringos que vão vir de fora e tal. (K., *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

Tanto para K. quanto para W., por trás das ações de criminalização, contenção e apagamento da pixação em Belo Horizonte, tal como dos pixadores, de suas experiências e saberes, num processo que tem como expressão máxima as prisões desses sujeitos, há essa dimensão econômica que visa atender a interesses específicos. O pixo, que, segundo K., “não é vendido, ele não é comprado, ele é livre”, não corresponderia, portanto, a esse projeto de cidade.

Sobre a própria questão de que o pixo, ele tem todo esse problema aqui na cidade não é simplesmente pelo fato dele ser feio ou não, isso é peculiar a cada pessoa, mas pelo fato de que os rendimentos de um aluguel, quando ele é pixado, reduz drasticamente. Então, o excelentíssimo senhor Lacerda, ele quer que as coisas continuem da forma que ele espera. (W., *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

Relacionado ao que é apontado por W., Mittmann (2012) também menciona a especulação imobiliária como uma motivação para a criminalização e o combate ao pixo. Entendendo a pixação como uma marca da falha dos aparatos de vigilância e segurança, segundo ele, segue-se o raciocínio de que lugares pixados são abandonados pelo poder público e, portanto, inseguros, o que impacta diretamente em sua valorização comercial. O autor observa a relação do combate à pixação com processos de revitalização dos centros urbanos, que embora se dêem sob discursos de beleza, mobilidade, segurança e cidadania, passam por estratégias higienistas e de gentrificação. Em Belo Horizonte, a colocação de pedras pontiagudas sob viadutos¹⁷³ e o recolhimento de pertences de moradores de rua para impossibilitar sua presença e permanência no Centro fornecem um exemplo, entre vários possíveis, de como um projeto de recuperação se direciona, cada vez mais, aos espaços e aos sujeitos. Em relação à pixação não é diferente. Se antes os programas de combate ao pixo (como o Guernica, em sua origem) guardavam uma dimensão de “recuperação” do pixador, buscando compreender suas motivações para redirecioná-las a projetos considerados mais adequados, cada vez mais essas políticas se voltam ao combate, ao reforço da dimensão criminal e, como tal, da punição. É possível observar, então, que não se trata meramente de não haver interferências na paisagem, mas de não haver nomes, de não haver disputas pelo lugar mais alto, de não haver a marca da periferia no centro – não autorizada, ilegal, furtiva, incontrolável. Não se trata apenas de deixar a cidade “mais limpa”, “mais bonita”, mas de controlar seus

¹⁷³De acordo com o site do Deputado Estadual Rogério Correia (PT), Márcio Lacerda teria classificado a colocação das pedras, em 2012, como uma política pública. Disponível em: <<http://www.rogeriocorreia.com.br/noticia/pedras-na-cidadania/>>. Último acesso em 02 de junho de 2019.

fluxos, de restituir sujeitos a seus lugares dentro da ordem vigente. Mais que não haver pixação, trata-se de não haver pixadores. Esse contexto expõe o avesso do discurso institucional, que deseja sempre apresentar seus esforços de erradicação da pixação como meios para o bem comum.

Em um estudo desenvolvido no campo da Administração, Viegas e Saraiva (2015) analisam a abordagem e a gestão da cidade como uma organização, em uma perspectiva que se aproxima das reflexões dos pixadores, sobretudo da noção de “cidade consorciada” mencionada por K.. Além de levar em conta os aspectos sociais e subjetivos, a fragmentação e a instabilidade das dinâmicas da cidade e seus respectivos esforços pelo reajuste do equilíbrio, a perspectiva do estudo evidencia os processos de gestão e a “lógica instrumental” urbana, destacando a “configuração de novos formatos organizacionais”, como alianças entre instituições governamentais, parcerias público-privadas, entre outras.

Se a cidade é uma organização, tem-se uma perspectiva de gestão que, assim, prevê controle e ordenamento, geralmente instrumentalizados por modelos de planejamento e gestão urbana, orientados por diretrizes políticas de uma administração pública que outrora se fez patrimonialista e burocrática, e, por ora, faz-se gerencialista nas principais capitais do Brasil. (VIEGAS e SARAIVA, 2015, p. 72)

Os autores destacam, nesse cenário, as noções de “gerencialismo privado” e “governança pública”, que servem como referências para esses novos modelos de gestão e que se baseiam na participação de diversos atores sociais e em redes de cooperação, sem, contudo, conseguirem alcançar ou servir à diversidade de indivíduos e coletivos que fazem parte da cidade. Assim, esse modelo de gestão, apesar do discurso da valorização da participação popular, tenderia, por meio de estratégias que submetem as ações sociais à sua viabilidade financeira e ao equilíbrio dos interesses em jogo, a intensificar os “contornos espaciais de segregação, pobreza, desigualdade e violência” (VIEGAS e SARAIVA, 2015, p. 74).

Paula Larruscahim, uma das convidadas do debate *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito* (2014), também aponta, em diálogo com G., para o modo como o planejamento e a produção da cidade, quando voltados a objetivos estratégicos, culminam na geração de desigualdades.

Primeiro, quando se fala em direito à cidade, pensar de quem é a cidade, antes de tudo, e quem está, nessa era de capitalismo tardio, gerenciando a cidade e tomando conta da cidade, e que papel o Direito e as instituições têm nisso. Então, é muito difícil, lógico, falar num Estado que vai proteger o cidadão, que vai cuidar do cidadão, por quê? Porque esse Estado, ele tá completamente ligado, hoje, nessa fase que a gente vive, de capitalismo tardio, a serviço das grandes companhias. [...] E aí, o G. falou:

pô, o cara vai lá, e aí ele destrói não só as árvores e o ambiente que tá ali, mas até uma memória que existia antes. E aí, eu sei que aqui em BH é bem forte esse processo que aqui se chama de gentrificação. As pessoas começam a ser expulsas dos seus bairros pra dar lugar, né, pra novas construções. Então, não só aquela natureza, mas aquela memória das pessoas que viviam naquela cidade. Então é muito difícil pra falar se o Direito vai regular ou vai abrir o espaço pra cidade privada ou não. Por quê? Porque a gente observa o Estado hoje privatizando tudo. Nós já temos, começamos com a privatização das prisões, já. Então, tudo pode ser negociado. E a pixação, ela não tá nessa lógica de negociação, né? Ela não dialoga com isso. (Paula Larruscahim, *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

É justamente a desigualdade que configura, para a pixadora T., uma das principais razões para a existência da pixação:

A gente é contra alguma coisa, igual você falou, que incomoda. A sociedade... Eu não vou falar que a sociedade nos incomoda, a desigualdade existente nessa sociedade nos incomoda. Enquanto houver desigualdade, vai haver pixo, porque é o contra isso. E pra mim, pela visão que eu tenho – talvez a minha filha veja, mas eu duvido muito – eu não vejo que a desigualdade vai acabar ou vai mudar, entendeu? Muito pelo contrário, tá só piorando [...]. (T. *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

Desse modo, parece perverso que o modo de gerir a cidade e de combater a pixação se faça por meios que acabam por produzir e/ou intensificar as desigualdades que, na verdade, dão origem à prática. Talvez seja possível inferir, assim, que ao tentar erradicar o pixo, o poder público tem, de certa forma, o fomentado.

Entre as diversas medidas tomadas pelo poder público de Belo Horizonte nesse processo, talvez a que mais represente a noção de uma gestão da cidade como organização seja o Movimento Respeito por BH (MRBH), já mencionado algumas vezes até aqui e brevemente apresentado no Capítulo 4. O órgão foi criado em 2009, como um dos projetos sustentadores da área de resultado “Cidade Sustentável”, dentro do Programa BH Metas e Resultados¹⁷⁴, tendo como objetivo “garantir o ordenamento e a correta utilização do espaço urbano, através do cumprimento e efetiva aplicação da legislação vigente”. Sua criação se baseou na Teoria das Janelas Quebradas, desenvolvida na Universidade de Stanford, em 1969, e que afirma que uma região tem tanto mais ocorrências de delitos quanto maior for a sua aparência de descuido e desordem. O Movimento se inspirou, também, na política de “tolerância zero” empreendida em 1994, na cidade de Nova York, que trabalhou com as frentes de manutenção de comunidades

¹⁷⁴O Programa BH Metas e Resultados foi composto por 40 projetos sustentadores, divididos em 12 áreas de resultado, estabelecidos pelo Decreto nº 13.681, de 26 de agosto de 2009. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2009/1368/13681/decreto-n-13681-2009-define-as-areas-de-resultados-e-os-projetos-sustentadores-do-programa-bh-metas-e-resultados>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

limpas e organizadas e de intolerância a qualquer desrespeito às leis e às normas de convivência urbana, o que teria resultado em significativa redução de todos os índices de criminalidade¹⁷⁵.

Tiago Fantini, um dos convidados do *Café Controverso: O que é pixo?* (2014), afirmou que o MRBH teria uma atuação mais ampla, em várias frentes de trabalho que teriam como objetivo “tentar dar a Belo Horizonte um ar de convivência. Algo que possa dar prazer pra todos nós que fazemos parte dessa comunidade”. A frente de combate à pixação representaria, assim, apenas uma das diretrizes do trabalho do órgão, sobre a qual Tiago expressou sua opinião.

Eu tenho muita dificuldade, e vou falar isso com muita sinceridade, com o nome do tema, em relação à pixação. Eu não gosto da nomenclatura que foi dada à ação que tá dentro do projeto. A ação é “combate à pixação”, entendeu? Eu não gosto do termo, não gosto do nome. Eu to trabalhando há algum tempo pra mudar essa nomenclatura, porque nós não estamos combatendo. Aliás, se é um combate, esse combate tá perdido. Eu acho que ele tem que ser visto de uma outra forma. Nós temos que entender que... É por isso que eu já propus mais de uma vez uma mudança para o diálogo com as manifestações públicas e... Como eu poderia dizer? Visíveis. Não estou aqui para reprimi-las, estou aqui para entendê-las, estou aqui para dizer: como é possível conviver? (Tiago Fantini, *Café Controverso: o que é pixo?*, 2014)

Não é isso, no entanto, que era encontrado sobre o *Movimento Respeito por BH* no site da Prefeitura de Belo Horizonte, que identificava três frentes de ação do órgão, todas relacionadas ao combate à pixação: 1) “Repressão qualificada”, que prevê a utilização das redes de videomonitoramento do Olho Vivo¹⁷⁶ a fim de inibir e flagrar a ação dos pixadores; a manutenção de um catálogo da pixação em Belo Horizonte, contendo as marcas e seus respectivos autores; e a identificação da autoria de pixações, seguida de busca e apreensão, realizada a partir do monitoramento de meios eletrônicos; 2) “Sensibilização”, que tem como objetivo traçar o perfil do pixador para que seja possível redirecionar suas motivações a outras formas de atuação na cidade; e 3) Ações de “despiche” para limpeza da paisagem urbana. Para tanto, o Movimento estabelecia uma cooperação interinstitucional com diversos órgãos, como as polícias Militar e Civil, a Guarda Municipal de Belo Horizonte, o Ministério Público de Minas Gerais, o Poder Judiciário, a Secretaria Municipal de Educação, a Empresa Municipal de Turismo - Belotur, a Superintendência de Limpeza Urbana - SLU, o já citado Projeto Guernica, entre outros.

¹⁷⁵As informações sobre o Movimento Respeito por BH foram extraídas do site da Prefeitura, com último acesso em 05 de dez. de 2018. Após a mudança do site, as informações não se encontram mais disponíveis.

¹⁷⁶Sistema de videomonitoramento da violência pela Polícia Militar de Minas Gerais, inaugurado em 2004, pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte - CDL/BH, em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.cdldbh.com.br/portal/353/Nossas_Conquistas/Olho_Vivo>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

O MRBH parece surgir, assim, como resultado de uma força-tarefa para enfrentar a pichação na capital mineira, como deixa ver as fotos divulgadas pelo site *Vice*, e reproduzidas abaixo (Imagem 82), do que seria a ata de uma reunião realizada na PBH, em 23 de abril de 2009, com a pauta “Combate às pichações”. O documento reúne pareceres do Ministério Público, do Projeto Guernica, da Polícia Militar e da Polícia Civil sobre as providências relacionadas a cada órgão e finaliza com a indicação de encaminhamentos para a continuidade da cooperação.

Imagem 82: Fotos da ata de reunião da PBH em 23/04/2009, com a pauta do combate à pichação.

PREFEITURA BELO HORIZONTE		
REUNIÃO		
DATA: 23/04/2009 – 10h00min		
PARTICIPANTES: Pref. Márcio Lacerda, Dra. Vanessa, Cel. Bicalho, Régis, Rogério, José Marcius, Arlei, Cel. Praxedes, João Batista, Alexandre, Lutz Felipe, Dr. Wellington.		
PAUTA: Combate às pichações.		
NOTAS DA REUNIÃO		
DECISÕES/ PROVIDÊNCIAS	RESPONSÁVEL	ÓRGÃO
Histórico de estudo realizado com questões que envolvem crimes cibernéticos. Identificação de adolescentes pichadores através de álbum de fotos do Orkut. Público alvo formado de adolescentes de classe economicamente alta. Estudo demonstrou a desatenção dos pais, quanto ao movimento de seus filhos. Avaliar a pichação ligada a outros crimes. Criar uma cartilha que aborde o assunto, de forma preventiva. Preparar trabalho nas escolas públicas municipais e estaduais para o combate a pichação e delitos que vem ligadas a ele. A internação só ocorre para casos de atos infracionais graves: roubo, homicídio. Compartilhar as informações com vários órgãos para se combater a ação dos pichadores.	Dra. Vanessa	MP
Retrospectiva histórica do Projeto Guernica no município de Belo Horizonte. Análise do equívoco histórico, de transformar o pichador em grafiteiro. O Projeto Guernica tem um trabalho preparado para a educação, que não foi adiante. Há existência de um material já elaborado de campanha sobre o fenômeno da pichação. Não deixar monumentos pichados por mais de 15/20, como por exemplo o monumento do “Pinúto”, o que acaba por motivar os pichadores. Ativar a SUDECAP/SLU para limpeza de monumentos pichados. Não incentivar o grafite pelo grafite. No P. Fica-Vivo atentar o incentivo a pichação ao incentivar o grafite. Não aceitar a demanda nas oficinas somente pelo grafite.	José Marcius	P. Guernica
incentivar outras possibilidades. Refazer a campanha e a publicação da não pichação. A limpeza da cidade deve ocorrer com as pichações e também os outdoors. Propor um debate com todas as áreas envolvidas.	Dr. Wellington	Polícia Civil
Mobilizar além das escolas municipais, também as escolas estaduais. Definir como irá se atuar na prevenção e nas ações efetivas. Faz-se necessário a atuação de cada órgão de forma integrada, estruturada e planejada. Criar uma comissão para implantar e executar a proposta. Atribuição que cabe a Polícia Civil é de efetuar investigação, o MP para legitimar as ações que são feitas pelos militares da PC, fiscalizando a aplicação da lei. Utilizar também a mídia, de forma educativa.		
Realizar ações focadas para as práticas da pichação, criando estratégias de combate. Identificar a pichação como um problema multifacetado. Unificar a visão de cada órgão de atuação, para as ações executadas. Atacar as causas da pichação e atuar com equipe multidisciplinar.	Cel. Praxedes	PMMG
Encaminhamentos: Compartilhar informações entre os órgãos. Compartilhar informações com o MP e a PC. Convocar a Sec. de Educação Municipal e Estadual para ações preventivas que deem sustentabilidade. Marcar reunião com a área da Defesa Social. Chamar prefeitos da Rede 10, para tomarem-se parceiros nessas ações. Regionalizar a questão da repressão. Planejar ações voltadas à prevenção e repressão das pichações juntamente com a área da educação. Realizar limpeza primeiramente dos locais com maior visibilidade no município. Cel. Bicalho fará um levantamento e em 10 dias, marcará uma nova reunião, em posse de todos os registros realizados por uma equipe. Coordenação e supervisão das ações de pichação ficarão a cargo do Sec. da Defesa Civil.	Todos Gab. Prefeito/Cel. Bicalho Gab. Prefeito/Cel. Bicalho Gab. Prefeito/Cel. Bicalho	
	Todos Cel. Bicalho/Demais órgãos PBH Cel. Bicalho	

Fonte: *Vice*¹⁷⁷

Algumas notas da ata chamam especialmente a atenção. Relacionadas ao Ministério Público, a realização de um estudo que buscou identificar pixadores a partir de fotos publicadas na rede social *Orkut* e a sugestão de uma relação entre pixo e outros crimes (confirmando, mais uma vez, a fala de Ludmilla Zago apresentada anteriormente). Em relação ao Projeto Guernica, a consideração dos esforços de transformação de pixadores em grafiteiros como um “equívoco histórico” e o entendimento de que “o grafite pelo grafite” seria insuficiente como solução para

¹⁷⁷Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/nzjkqd/a-guerra-contra-o-pixo-continua-firme-e-forte-em-belo-horizonte>. Último acesso em 04 de dez. de 2018.

a pichação. Já em relação às polícias Civil e Militar, percebem-se indicações muito amplas e quase abstratas dos procedimentos que seriam de sua responsabilidade, como “identificar a pichação como um problema multifacetado”, “criar uma comissão para implantar e executar a proposta” e “atacar as causas da pichação e atuar com equipe multidisciplinar”. Em diversos momentos, são indicados a necessidade da realização de ações educativas e preventivas, especialmente junto a escolas, e o compartilhamento de informações e perspectivas entre diferentes órgãos a fim de consolidar o combate à prática. Entre os encaminhamentos apontados no documento, chama a atenção o que menciona “regionalizar a questão da repressão”, que talvez esteja relacionado a outro encaminhamento, o de formar parcerias com prefeitos da Rede 10, rede de governança colaborativa da Região Metropolitana de Belo Horizonte formada por dez municípios: Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Contagem, Ibirité, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano¹⁷⁸.

Embora tenha reconhecido que a criminalização era uma das frentes de atuação do poder público em relação à pichação, Tiago Fantini afirmou, repetidamente, que acreditava que os esforços deveriam se dar na forma de um diálogo que buscasse a compreensão mútua e a identificação de alternativas capazes de propiciar uma convivência pacífica, destacando a importância da tolerância e afirmando que o diferente não pode ser visto como o inimigo. Contudo, de acordo com ele, para os pixadores “não há alternativa para o pixo”, eles não querem fazer de outro modo, o que dificultaria o estabelecimento desse diálogo. Dessa forma, o MRPBH trabalharia no sentido de buscar cultivar o pertencimento, especialmente com crianças, nas escolas, para que elas cresçam com outras motivações e possam se expressar na cidade de outras formas. A noção de que os pixadores só pixam porque não conhecem ou não se sentem pertencentes à cidade volta a aparecer.

[...] a Prefeitura tem um projeto muito interessante, que é um projeto de pertencimento, que nós estamos iniciando esse projeto agora, esse semestre. Nós estamos trabalhando lá com as crianças de quatro, cinco, seis anos, e essa ideia é um pertencimento – olha, não é que eu quero que no futuro essas pessoas, essas crianças, esses adultos no futuro não estejam pixando, não é isso. Eu quero é trabalhar uma motivação diferenciada com essas crianças para que elas possam se sentir pertencentes a esses espaços, que é um espaço plural, que é um espaço comum. (Tiago Fantini, *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

¹⁷⁸A Rede 10 também teve suas informações retiradas do novo portal da Prefeitura de Belo Horizonte, onde as acessei pela última vez em 05 de dez. de 2018. Algumas das informações são trazidas pelo Estudo Comparativo em Governança Metropolitana, realizado pela *Metropolis - Asociación Mundial de las Grandes Metrópolis* (2014).

No debate, Tiago Fantini ainda afirmou: “estou dentro de um sistema que criminaliza, sim. Mas acredito em uma visão alternativa”. Diante da postura assumida por Tiago, Ludmilla Zago perguntou:

Ludmilla Zago: [...] o Márcio Lacerda sabe que você pensa sobre o pixo dessa forma? Porque o seu discurso, ele é muito... Ele é muito bom, ele é ótimo, acho que é bacana. [Interrupção da plateia. Alguém fala ao mesmo tempo que Ludmilla]: [inaudível] você tem um discurso pra cá [...]

Tiago: O discurso que eu tenho lá é o mesmo, ele só não é tão receptivo, mas eu acho que é questão de tempo, né, é uma questão de tentar... (Diálogo no *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

Sobre a dificuldade em articular o discurso institucional com os discursos do cotidiano da prática ou da militância, Michelle Arroyo fez a seguinte afirmação, voltando-se para a questão do patrimônio, sua área de atuação:

Então, hoje, o patrimônio tá diante, sim, de um dilema, que é pensar políticas públicas de patrimônio cultural considerando todas as perspectivas de direitos coletivos e, ao mesmo tempo, a diversidade, né, de relações que se estabelecem e que se constituem ao longo do tempo como patrimônio cultural da cidade. Quando a gente trabalha na cidade, é mais fácil lidar com isso. Quando a gente tá, né, no âmbito do Governo Federal ou do Governo do Estado é mais difícil, porque essa materialidade, ela se torna mais dispersa, em função do próprio território, e, ao mesmo tempo, ela se torna pouco próxima desses agentes. Então, é um desafio muito grande a gente também construir essa interlocução o tempo todo. (Michelle Arroyo, *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

Assim, se na fala de Tiago Fantini parece haver o entendimento da pixação como forma de comunicação e participação política e uma disposição e abertura para o diálogo, não é isso que é visto na prática das ações do MRBH. Viegas e Saraiva (2015) chamam a atenção para o modo como as ações de combate à pixação empreendidas pela PBH e pelo MRBH são desenvolvidas de modo a separar quem faz e quem não faz parte do projeto de cidade que se pretende realizar, voltando-se de forma estratégica aos públicos que se deseja incluir em tal projeto. Entre essas medidas, podem ser destacados os eventos de despiche.

Entre as notícias coletadas para esta pesquisa, foram identificados cinco desses eventos, todos em 2010, ano da criação do órgão: em maio, no Complexo da Lagoinha¹⁷⁹, que contou com a participação da Associação dos Comerciantes de Belo Horizonte e do Centro

¹⁷⁹Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/mutirão-limpa-pichações-no-complexo-da-lagoinha-1.491578>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

Universitário UNI-BH; em junho, no Instituto de Educação¹⁸⁰, com a participação dos alunos da escola, e no Centro de Saúde Venda Nova¹⁸¹, com escoteiros, agentes de saúde e moradores da região; em agosto, no Conselho Tutelar do bairro Cachoeirinha¹⁸², com crianças, adolescentes e policiais, e na Escola Estadual Bernado Monteiro, no bairro Calafate¹⁸³, em que alunos, pais e moradores do bairro participaram. São citadas, ainda, ações nos mirantes da Lagoa da Pampulha e na praça do Cristo do Barreiro.

Os eventos de despiche promovidos pelo MRBH são apontados por Viegas e Saraiva (2015) como celebrações de um entendimento consensual acerca do pixo e da necessidade do seu apagamento, de uma participação pública engajada que se dá a partir de uma total convergência de interesses entre as instituições participantes. Esse contexto parece confirmar a fala da pixadora T. sobre a possibilidade de diálogo ser encerrada pelas condições impostas pelo poder. Naqueles espaços, parece não haver lugar para debates, questionamentos e dissensos. Como na transcrição pública (*public transcript*) tratada por Scott (1990), os eventos do MRBH parecem funcionar como um ritual de celebração em que a coesão do poder dominante deve sobressair, apagando (literalmente) as expressões contrárias dos grupos subordinados.

No *Café Controverso*, contudo, Tiago se deparou com algumas contestações sobre a existência e a atuação do MRBH. Destaco as falas de duas pixadoras.

E, só problematizar, a palavra “Movimento” Respeito por BH, acho que a Ludmilla foi muito feliz quando falava “Respeito por BH”, “Respeito por BH”, porque “movimento” eu acho que é uma coisa, né? É o movimento hip hop, é o movimento da luta antimanicomial, é o movimento da luta antiprisional [...]. (L., *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

A questão do Respeito por BH. Eu acho assim, antes de vocês procurarem fazer, ser e ter respeito por BH, vocês deveriam ter respeito pelo ser humano. O pixador é um ser humano, entendeu? (T., *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

¹⁸⁰Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/cerco-se-fecha-aos-pichadores-1.236930>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁸¹Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/moradores-se-unem-por-uma-cidade-mais-limpa-1.236350>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁸²Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/moradores-se-unem-para-limpar-muros-pichados-no-cachoeirinha-1.231760>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁸³Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/alunos-pais-e-moradores-promovem-mais-uma-ação-de-despiche-em-bh-1.482354>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

Em notícia veiculada pelo jornal *O Tempo*, em março de 2015¹⁸⁴, o MRBH foi apresentado como ineficaz em seu objetivo de combater a pixação na cidade. De acordo com o texto, a média de ocorrências teria permanecido a mesma, tal como os gastos públicos com a recuperação do patrimônio. Essa ineficiência dos mecanismos criados para a erradicação do pixo pode ser entendida como a base das operações que, desde 2010, levaram esses processos a outro nível por meio da prisão de grupo de pixadores por outros crimes que não a pixação.

6.5. Não há pixação se não houver pixador: da violência policial à inflação legal

A minha pergunta é a seguinte: vocês, do Movimento Respeito por BH, têm um levantamento, vocês têm números ou, pelo menos, uma noção de quantas torturas, assédios, prisões indevidas, abusos e mortes – mortes, no plural, porque foram mais de uma – aconteceu a nós, pixadores? Eu falo “a nós” porque eu to enquadrada dentro disso aqui, entendeu? Vocês têm noção disso? (T., *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

Enquanto T. fazia essa pergunta diretamente a Tiago Fantini, uma pessoa da plateia puxa aplausos, é seguida aos poucos por outros, até que as palmas ganham densidade e tomam o café onde era realizado o evento. T. mantém uma postura firme, fala com segurança e olha direto para Tiago, com feição de indignação.

Tiago Fantini, que buscou responder a todas as perguntas e comentários que lhe foram dirigidos pelo público, afirmou que só recentemente teria tomado conhecimento, a partir de Ludmilla Zago, da ação violenta de policiais com pixadores. Diante disso, teria tomado providências.

Eu levei essa sua informação à Secretaria de Segurança. Falei: “olha, a informação é verdadeira”. Num primeiro momento, reagiram: “não, não é não”. “É, trata de colocar isso na sua pauta, porque é verdadeira, porque eu recebi essa informação de uma fonte muito segura, de uma fonte que tá trabalhando com seriedade, entendeu? Então não dá pra poder ignorar essa informação”. Isso criou um rebuliço lá dentro, isso criou uma alteração até de comportamento. Estão fazendo até um trabalho de retomada, de reeducação, pra ver se isso vai funcionar ou não. Tenho cá minhas dúvidas, né? Mas eu tenho cá minhas dúvidas. Bom, de fato, quando se fala em tortura, mortes, prisões... Bom, as prisões, dentro do sistema, é o que poderia se esperar, se o sistema entende que isso é um crime. Agora, tortura e morte é inadmissível. (Tiago Fantini, *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

¹⁸⁴Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/apesar-de-programa-crimes-continuam-1.1006246>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

No mesmo evento, Ludmilla Zaggo, relatou que, em um evento recente da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, no qual tinha estado presente e que tinha como proposta discutir a questão da pixação na cidade, representantes da Polícia Militar, do poder público e lojistas teriam apresentado a lei como um entrave. Ela questiona: “e por que a lei é um entrave pra polícia? Porque ela impede que o pixador seja preso, não é? Então, como que convive com essa fala, né, que tem a ver com o poder público, que tem a ver com a Prefeitura, como que isso convive com essa tentativa de diálogo, né?” (Ludmilla Zago, *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014). Fernando Nogueira, em outro evento, fala sobre esse contexto:

[...] a polícia, em especial a Polícia Militar, sabe que o pixo não dá tranca, que não dá prisão, porque ele é muito pequeno e gera uma lesão minúscula, se é que gera lesão. [...] O que eles fazem, sabendo que o pichador não vai ficar preso? Utilizam de tortura para punir. Fazem beber tinta, pintam o corpo do cidadão, espancam-no e chegam ao ponto de executar o pichador quando está fazendo a sua pichação. Vejam que absurdo. Isso é totalmente contrário a qualquer tipo de referência de direito penal orientado constitucionalmente. São os poderes públicos agindo contra a Constituição, contra os tratados de convenções internacionais de direitos humanos e contra as próprias leis vigentes. (Fernando Nogueira, *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

O que faz com que os policiais saibam que o pixador, se levado para a delegacia, não permanecerá preso é o fato de que a pixação constitui um “crime de menor potencial ofensivo”¹⁸⁵ e, assim, pode ter a pena convertida em penas restritivas de direitos, já explicadas anteriormente.

A polícia assume, assim, um papel central no contexto do combate à pixação em Belo Horizonte. De acordo com Foucault (2005; 2008), a polícia é, desde sua primeira concepção, ao fim da Idade Média, um elemento central tanto para a ordem interna do Estado quanto para seu crescimento. Posteriormente, ela se torna um instrumento da tecnologia da política e atua na regulação dos comportamentos e dos corpos, em uma combinação entre poder disciplinar e biopoder, disciplina dos corpos individuais e regulamentação dos modos de existência coletiva. De acordo com o autor, sempre que se fala sobre cidade, fala-se sobre regulação e regulamentação – portanto, sobre a polícia.

Entre as várias ocupações que Foucault (2008) atribui à polícia, conforme sua configuração até o século XVIII, duas chamam especial atenção: a manutenção de condições

¹⁸⁵De acordo com o Artigo 61 da Lei Federal 9.099/1995, “consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo [...] as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa” (como é o caso da pixação, de acordo com a Lei 9.065/1998). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm#art61>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

salubres na cidade, pois uma população precisa ser mantida sadia para que possa permanecer em atividade; os ofícios, ou seja, garantir que todos os indivíduos válidos estejam em atividade e, mais importante, em uma atividade que beneficie o Estado. Percebo, nos dois aspectos, uma possibilidade de aproximação dessa noção de polícia com a da “partilha policial do sensível”, como concebida por Jacques Rancière (1996).

Ainda que seja possível relacionar os pensamentos de Rancière e Foucault, é importante demarcar, também, suas distinções. Embora Rancière assuma sua inspiração no pensamento foucaultiano, especialmente no que tange à ordem policial, ele afirma que teve “[...] o cuidado de apartar esta noção da associação habitual polícia/aparelho repressivo e também da problemática foucaultiana de disciplinarização dos corpos – ou da “sociedade de vigilância” (RANCIÈRE, 2010b, p. 78). O autor não trata, assim, das instituições e do modo muitas vezes violento com o qual elas visam a controlar as sociedades, como faz Foucault. A ordem policial não se refere ao aparato da polícia (embora ele possa integrar tal ordem), mas a um modo de estar junto em sociedade de acordo com os lugares e funções que foram dados aos corpos em sua divisão na sociedade a partir de suas propriedades e capacidades. Talvez haja, aí, uma atualização e complexificação da função policial de “contar cabeças”, que também é descrita por Foucault (2008) – contudo, em Rancière, essa contagem não é de ordem quantitativa, mas sensível e relacionada à pretensa correspondência entre lugares, modos de fazer, dizer e ser visto. Aqui, onde tanto interessam os processos institucionais que visam a controlar o modo como os sujeitos se expressam no espaço urbano quanto a dimensão sensível que, relacionada a esses processos, diz daquilo que pode ser dito e visto e por quem, os pensamentos de cada um dos autores, tal como seu diálogo, deixando claro o reconhecimento de suas distinções, são fundamentais.

Nesse sentido, considero relevante destacar que a polícia abordada por Foucault também não é, ao menos primordialmente, a da repressão, mas a da ordem, das regras, do controle dos fluxos. Isso não significa, contudo, que ela não subjuga e submete cotidianamente. Podemos pensar, por exemplo, no efeito da presença da polícia, em como o policiamento (de ruas, bairros, eventos etc.) é dado como sinônimo de segurança, o que se dá tanto pela vigilância quanto pela prontidão no caso de que algo saia do previsto e provoque a desordem. Mais uma vez, como Foucault observa, trata-se da previsão das possibilidades e da contenção da contingência.

A repressão, para Foucault, estaria reservada àquele que se coloca contra a lei, que escapa à submissão regulamentadora, que desestabiliza o escopo das possibilidades previstas. No Brasil, contudo, a questão se torna mais complexa. Em 2015, o Relatório Mundial de

Direitos Humanos da *Human Rights Watch*¹⁸⁶ apontou a polícia brasileira como uma das mais violentas e abusivas do mundo. Essa realidade é tanto mais grave quanto mais se observa esse quadro a partir de recortes de classe e raça. Conforme dados do Atlas da Violência 2018 (IPEA, 2018), desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com dados de 2006 a 2016, jovens negros têm uma chance 2,7 vezes maior de serem assassinados que jovens brancos. Especificamente sobre as mortes provocadas pela violência policial, embora o documento advirta sobre a imprecisão dos números devido à subnotificação, o relatório identificou que 76,2% das vítimas eram negras. O Atlas de 2017 (IPEA, 2017) reconhece que a polícia brasileira falha nas mais diversas dimensões de sua atuação, não só não garantindo a segurança como promovendo a violência. Em 2015, segundo o documento, o número de “mortes decorrentes de intervenção policial” no país foi maior que o de latrocínios.

Nas periferias, particularmente, a polícia regula, muitas vezes, pela violência. De acordo com Cláudia Amaral, Promotora de Justiça da 18ª Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos, Igualdade Racial, Apoio Comunitário e Fiscalização da Atividade Policial do Ministério Público de Minas Gerais, em fala na *Roda de Conversa Pixo e Patrimônio* (2016), para a polícia, um homem, negro, jovem, de boné etc., constitui um “suspeito padrão”. É esse tipo de regulação que frequentemente acaba por ser aplicada à pixação, uma atividade e um produto periféricos, como mostrado por W.:

[...] a dinâmica da própria cidade, é, essas coisas, fazem com que o pixo flua dessa forma, assim. Eu não conheço nenhum pixador que mora no Centro-Sul, não conheço nenhum pixador que mora na Savassi, no Funcionários. A maioria que eu conheço são pessoas que, pra vir pro Centro, demora de uma a duas horas e que, frequentemente, elas não podem estar aqui. E são pessoas que precisam de infraestrutura básica nos lugares que elas moram, mas se elas forem pedir pro prefeito, pra vereador, pra deputado, eles não querem ouvir. Então, a pessoa precisa, de alguma forma, estar presente, e é partir daí que o pixo se enquadra. [...] E que, se você observar, existem duas cidades: onde os ricos possuem e desfrutam das melhores coisas e os pobres, não. E é por isso que essas coisas acontecem assim. (W., *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

Para Abramovay et al. (2002), as modalidades de violência tanto sofridas quanto praticadas por jovens estão, particularmente na América Latina, intimamente ligadas à situação de vulnerabilidade social em que vivem. Embora os autores não considerem a violência como uma consequência direta da pobreza, eles salientam, como W., que condições socioeconômicas

¹⁸⁶Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/relatorio-de-ong-condena-violencia-policial-prisoedumanas-no-brasil-15181088>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

precárias e a desigualdade de acesso a oportunidades, bens e equipamentos voltados à cultura, ao lazer e à educação tendem a intensificar o quadro de vulnerabilidade social e a gerar condições favoráveis tanto para comportamentos considerados violentos como para o sofrimento de violências. É também o que expressa Kroif na música *Essa é minha vida*, apresentada durante a Roda de Conversa Pixo e Patrimônio (2016), e na qual narra aspectos da vida na periferia, sobretudo em relação à proximidade com o crime e aos esforços para se manter fora dele. Destaco alguns trechos:

*Tudo que você ostenta é carro, mulher e dinheiro
 Eu sou mais um guerreiro
 Lutando por um pouco de paz, justiça, amor e respeito
 Aqui no gueto desde cedo os moleque se ilude
 Conhece primeiro a coca, não quer saber de Yakult
 Eles curte tudo mais cedo
 Não sente medo
 Ele pressente que sua vida vai ser diferente
 Regada a drogas, vagabundas e várias balas no pente
 Mas isso não depende do que ele quer ser quando crescer
 É um meio que ele encontra pra tentar sobreviver [...]
 Quando meu camarada caiu
 Quê que cês queria que eu fizesse?
 Tirar quem toma frente, botar terror na Oeste
 Mas quem sou eu, eu não tenho essa febre
 Camarada igual [Danete] nunca mais que aparece
 Então esquece
 Botar terror na Oeste não é fácil não
 Aqui o movimento é quente
 Nego armado até os dente, cheio de disposição
 Quantos eu já vi brotar
 E nem um ano durar na função
 E pro Max, meu irmão, só posso dar conselho
 Atina pra vida, ladrão, acorda desse pesadelo
 Levanta a cabeça, guerreiro
 Há mili anos minha mãe tá sofrendo
 Mais vale o pouco com Deus
 Que o muito com o diabo mordendo
 Esses mole eu não vou dar de entrar pro movimento
 E viver no mó tormento, cheio de neurose
 Cair igual o [?] com o bolso cheio de dinheiro e morto de overdose
 Vê se pode, um mano sangue A
 Que sabia chegar, tinha mó presença
 Agora tá num bom lugar
 Aí, Fagner, que Deus o tenha
 A família lamenta mais uma perca
 Mas os cara parece burro
 Não desiste dessa porra nem vendo os parente com o corpo cheio de furo
 Atrás de dinheiro sujo
 Mais uma alma boa se perdeu
 Com uma bala na nuca
 Meu primo Fabiano, esteja com Deus
 Aí, dona Maria, sua vida foi sofrida e turbulenta
 Mas enterrar quatro netos em tão pouco tempo
 Nenhum coração aguenta [...]
 Essa é minha vida, é meu modo de viver*

*Foda-se você
Cabeça fraca que não consegue entender
Vou sempre sobreviver
Esse é o meu lema
Longe de tiro, treta, caixão e algema¹⁸⁷*

Assim, no contexto de marginalidade e vulnerabilidade da periferia, em que o pixo é relatado como alternativa ao crime, como na fala de H., citada no início deste capítulo, não faltam relatos de pixadores que são submetidos a humilhações e agressões físicas pelos policiais.

Quando eu fui pintada, o policial falou assim: “não, não pinta eles mais não que eu to precisando de uma tinta preta lá em casa”. Entendeu? Ele pintou só a minha perna e a perna de, na época era o meu namorado, virou, eu tinha roupas de bebê na minha mochila, que eu tinha ganhado um presente pra minha filha, é... E a camisa de um amigo nosso que morreu. Aí ele virou e falou assim: “ah, você é ladra? Porque isso aqui você roubou, você não tem dinheiro pra comprar isso aqui não, isso aqui é importado”. Aí ele pintou a gente e ele “não, vamos pintar mais e tal, essa menina aqui, ela é branquinha, dá até pra fazer um palhaço na cara dela”. Aí o outro virou e falou assim: “não, não vamos pintar não que eu to precisando de uma tinta preta lá em casa”. Tá? E levou, levou a tinta, pintou as roupas que tava na minha mochila, rasgou minha mochila, que era nova, inclusive, que minha mãe tinha me dado, ainda levou meu chicletes, que é a parte que mais me revolta, que eu falo isso toda vez, entendeu? (T., *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

Meu nome é W. e eu sou pixador, mas to ultimamente parado por ter cansado de apanhar um pouco da polícia e também por precisar arranjar um emprego formal e ter tanto boletim de ocorrência. (W., *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

Agora, tipo assim, o quê que é pior, tipo assim, você morar na quebrada, que um amigo seu, nasceu com você, tipo assim, ele não tem oportunidade de um emprego, aí ele vende uma droga, aí um polícia pega ele e faz ele comer, ingerir cem pinos de cocaína, ele ficar internado no UPA lá tantos dias, entendeu? O quê que é pior? Isso aí eu vou reclamar com quem? Entendeu? E, tipo assim, se eu parar de pixar eu vou parar de ser oprimido? Eu vou parar de tomar “pulo” [?] aí na rua aí, ser forjado, colocar a droga no meu bolso, entendeu? (S., *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

A gente que toma borrachada aí na madrugada, assina processo, tapa na cara... (Djan Ivson, *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

Eu tenho sorte de nunca ser pintado não, mas numa dessas ocasião aí já me espancaram já, me pegaram sem nada, só pelo motivo dele ter me visto na Padre Eustáquio, um horário, aí eles passaram, nem pararam eu e o meu amigo, aí nós fomos lá pra Pedro II, aí eu lembro que eu já tinha jogado até o spray pra cima da marquise pra falar “não, eu tenho que subir agora, né? Já jogou”. Aí, nós esperando pra subir... [Alguém faz um comentário – inaudível] É, seria de incentivo, chegar e jogar sua mochila logo, aí ou sobe ou perde tudo. Aí, a gente esperando pra subir, a polícia passou de novo e parou a gente, já veio com a ideia de “ei, neguim” – que o amigo meu que tava comigo era *escurinho* – “e aí, neguim, cadê o revólver?”. Nó, eu nunca

¹⁸⁷Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5FCX0B2L9gc>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

apanhei tanto na minha vida. Tipo assim, já me pegaram pixando, altas vezes aí, nunca apanhei não, mas essa vez aí me pegaram... Nu! Mas espancaram, parecia que o policial tava drogado, meio alterado, assim, demais. Já veio, tipo, viajando mesmo: “cadê o revólver?”, já veio espancando mesmo. Aí depois ficou... Pegou nada, liberou a gente e ficou por isso aí mesmo. (G., *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

Butler (2018) considera que, idealmente, o mundo deveria resguardar as condições de uma vida vivível para aqueles que não correspondem ou que rompem com as normas e que se tornam, assim, socialmente ininteligíveis e, portanto, mais vulneráveis. No entanto, a autora identifica formas de criminalização para além da esfera jurídica (mas também nela) que se baseiam nos modos em que determinados grupos aparecem publicamente. Para a autora, o reconhecimento de alguns sujeitos e grupos em detrimento de outros implica em reconhecer alguns como humanos e outros não, o que abre portas, por exemplo, para o racismo e para representações ofensivas e mesmo bestiais de determinados grupos, além de outras formas de exclusão – como a violência. Butler afirma, então, que é necessário questionar o próprio processo de produção e estabelecimento das normas que resultam nesse reconhecimento diferencial – o que pode ser identificado àquilo que, em *Quadros de Guerra* (2015), a autora identifica como “enquadrar o enquadramento”. Nesse processo, ela considera que é justamente onde os sujeitos são apagados que eles precisam criar brechas para seu aparecimento. Essa seria uma luta na esfera do corpo:

Perguntar como essas normas são instaladas e normalizadas é o começo do processo de não tomar a norma como algo certo, de não deixar de perguntar como ela foi instalada e representada, e à custa de quem. Para aqueles apagados ou rebaixados pela norma que se espera que incorporem, a luta se torna uma batalha corpórea por condição de reconhecimento, uma insistência pública em existir e ter importância. (BUTLER, 2018, p. 44)

Diante de tal cenário, K. e A. destacam a importância das redes formadas com outros sujeitos, como pesquisadores e advogados, que oferecem certo amparo jurídico aos pixadores, permitindo que eles conheçam seus direitos e articulando ações de proteção e defesa. As reuniões da *Real da Rua* e o programa *Cidade e Alteridade* são destacados nesse sentido.

Tem dois anos que nós tamo fazendo uma reu pra tentar agrupar os pixadores pra pensar em alguma ação coletiva que venha a resguardar a gente desse tipo de ações que aconteceu com o Goma, que já aconteceu comigo. Até mesmo, a gente já pensou em criar uma parada de denúncia anônima, ou uma denúncia indireta pra poder denunciar as opressões, das torturas que acontecem no meio da pixação. (K. *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

[...] desde quando a gente começou lá nas reunião lá da Real da Rua, é, eu gosto, eu sempre venho, assim, batendo muito na tecla que eu acho que é uma assistência que o pessoal aqui da faculdade, eu mesmo precisei em determinado momento, é uma assistência jurídica. Eu acho que nosso papel, é, de pessoas que tão mais engajadas, é difundir, porque a maioria dos meus amigo que pixa, nenhum deles sabe que tem um serviço desse aqui, ó, pra poder apoiar ele, porque a polícia chega, oprime mesmo, aí você entra na delegacia lá, você não sabe pra quem recorrer, você é violentado, sei lá, apanha, sai todo pintado. E aí, eu acho que se a gente conseguir fazer uma forma, um canal de diálogo e explicar que aqui tem uma assistência e que se ele apanhar ele deve ir lá no IML fazer um corpo de delito. Porque eu acho que a gente começa a incomodar um pouco mais ainda o sistema é na hora... Pixei, apanhei. Só que agora, vocês vão processar, mas eu vou processar vocês também. Aí, eu vou ser um incômodo duplo. (A., *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

Ludmilla Zago, integrante do Cidade e Alteridade e coordenadora da sua frente de Cultura de Rua, concorda com o lugar do grupo na promoção dos direitos, sobretudo do direito à defesa dos pixadores, e critica o MRBH pela omissão em relação a esse contexto que ela identifica como uma “desconstrução do pixador enquanto um sujeito de direito” pela polícia (Ludmilla Zago, *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014).

Outra controvérsia envolvendo a polícia diz respeito ao projeto de criação de uma delegacia especializada em assuntos de pixação, anunciada ao menos três vezes durante a gestão de Márcio Lacerda, em 2010¹⁸⁸, 2013¹⁸⁹ e 2015¹⁹⁰. No *Café Controverso: O que é Pixo?*, Tiago Fantini declarou que a delegacia ainda não havia sido implementada por uma questão financeira, mas que ela não se dedicaria exclusivamente ao pixo, mas a qualquer ação de depredação (que Tiago pede para que seja entendida entre aspas) de equipamentos públicos. Para Ludmilla Zago, tratava-se de mais uma forma de controle do pixo: “Não vejo uma outra explicação pra isso, assim. Controlar e punir” (*Café Controverso: O que é pixo?*, 2014). Dentro desse escopo, em 2014, a Polícia Civil inaugurou sua Delegacia Virtual, que possibilita o registro de ocorrências pela internet, inclusive de pixações¹⁹¹ – aspecto destacado pela imprensa. Em 2015, além do site, a Delegacia Virtual passou a contar com um aplicativo para dispositivos móveis¹⁹².

¹⁸⁸Disponível em: <<http://www.itatiaia.com.br/noticia/belo-horizonte-vai-ganhar-delegacia-especializada-no-combate-a-pichacao>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁸⁹Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/05/alem-de-sujarem-imoveis-pichadores-desafiam-policia-em-belo-horizonte.html>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁹⁰Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/lacerda-quer-criar-delegacia-especializada-para-punir-sujoes-1.298082>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁹¹Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/cidades/pichacao-tera-boletim-de-ocorrencia-pela-internet-1.280901>>

e <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/10/21/interna_gerais,581702/ocorrencias-de-pichacao-e-danos-a-imoveis-poderao-ser-registradas-pela-internet.shtml>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁹²Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/policia-civil-lanca-aplicativo-para-registros-simples-de-ocorrencias-1.292214>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

Outro aspecto levantado nos eventos em torno da atuação da polícia é o trabalho de inteligência empregado no combate à pixação. Um exemplo é o cadastro das assinaturas e *galeras* já identificadas na cidade para formação de um banco de dados. O objetivo, de acordo com a Polícia Civil, criadora do banco, é que ele possa auxiliar na identificação de pixadores em atuação para possibilitar sua responsabilização criminal¹⁹³. Tiago Fantini, no entanto, apresenta esse banco como uma fonte de dados para o conhecimento do perfil dos pixadores, sendo contestado, mais uma vez, por Ludmilla Zago: “O cadastro, o quê que ele tem pra dizer, sabe? O quê que o perfil tem pra dizer? Não consigo entender o quê que o perfil tem lá que pode ajudar, a não ser em coisas que são policiais, né?” (*Café Controverso: O que é pixo?*, 2014).

Um elemento da atuação policial na cidade que não apareceu nos debates, a não ser em menções muito superficiais, mas que considero relevante destacar é o Sistema de Videomonitoramento da Violência designado como Olho Vivo, já referido entre as ações do MRPBH. O sistema foi inaugurado em 2004 pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte - CDL/BH, em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte. O objetivo, segundo a CDL/BH, seria o de atender a uma demanda dos comerciantes associados e reduzir a criminalidade daquelas regiões para que os consumidores se sentissem seguros para frequentar o comércio. De acordo com o site da Polícia Militar de Minas Gerais, “o videomonitoramento consiste na presença real e potencial da PMMG nos locais públicos” e “funciona por intermédio da observação permanente nos locais públicos, de forma a aumentar a eficiência e eficácia do policiamento preventivo, com o uso da tecnologia de informação¹⁹⁴”. Seria, assim, uma forma de potencializar o efeito da presença da polícia mencionado anteriormente. Tendo sido iniciado com 72 câmeras em regiões estratégicas de Belo Horizonte (Hipercentro, Barro Preto e Savassi), o programa foi ampliado e, em 2016, já contava com 1.600 câmeras em todo o estado¹⁹⁵, que monitoram 24 horas por dia, permitindo que atitudes suspeitas sejam identificadas e que criminosos sejam flagrados em ação. Contudo, no levantamento feito nos sites dos jornais *Estado de Minas*, *Hoje em Dia* e *O Tempo*, apenas

¹⁹³Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/banco-de-dados-ajuda-policia-a-identificar-autores-de-pichacoes-1.162204>>. Último acesso em 20 de set. de 2017.

¹⁹⁴Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/portalinstitucional/conteudo.action?conteudo=692&tipoConteudo=subP>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁹⁵Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/02/18/interna_gerais,735270/belo-horizonte-recebera-novas-cameras-do-olho-vivo-mas-so-a-partir-de.shtml>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

sete notícias¹⁹⁶ sobre cinco eventos ocorridos entre 2010 e 2014 se referem a flagrantes de pixação possibilitados pelas câmeras do Olho Vivo.

Durante a *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos* (2016), foi discutido o uso da Polícia Militar pelo Ministério Público como órgão investigador, o que seria inconstitucional e tornaria as investigações fechadas. Conforme informado por advogados presentes no público do evento, esse processo fere o Artigo 144 da Constituição Federal¹⁹⁷, que atribui à Polícia Civil “as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares”. Além disso, as Polícias Civil e Militar realizaram um acompanhamento das atividades de pessoas e grupos específicos na internet e nas redes sociais, o que também foi apontado pelos advogados como ilegal, mas que, no entanto, foi divulgado na imprensa sem problematizações dessa ordem¹⁹⁸.

Esse trabalho sistemático de inteligência e vigilância – que inclui câmeras, bancos de dados, monitoramento em redes sociais etc. – é estruturado para fazer com que pixadores identificados sejam criminalmente responsabilizados e respondam por seus atos. Contudo, apesar do extenso aparato legal que dispõe sobre a criminalização da pixação, o poder público de Belo Horizonte tem se empenhado, a partir da articulação e cooperação entre diversos órgãos, em promover o enquadramento de pixadores por outros crimes, além da pixação, a fim de endurecer as penas. A primeira grande operação policial com essa finalidade, denominada *Limpa BH*, foi realizada em junho de 2009 (primeiro ano de mandato de Márcio Lacerda como Prefeito de Belo Horizonte) e envolveu a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Promotoria de Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público Estadual e a Guarda Municipal¹⁹⁹. As casas de nove pixadores foram alvos de mandados de busca e apreensão, onde foram apreendidos materiais como tintas, rolos, pinceis e latas de *spray*. Eles teriam sido identificados

¹⁹⁶Disponíveis em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/pichador-é-flagrado-por-câmeras-e-acaba-preso-no-centro-da-capital-1.459664>>; <<http://www.otempo.com.br/cidades/presos-jovens-flagrados-pelas-câmeras-do-olho-vivo-pichando-monumentos-em-bh-1.426643>>; <<http://www.otempo.com.br/cidades/jovens-pichadores-são-flagrados-no-centro-de-bh-1.395720>>; <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/preso-por-pichar-banca-alega-que-estava-testando-spray-1.233140>>; <<http://www.otempo.com.br/cidades/grafiteiro-testa-spray-pichando-banca-de-revistas-no-centro-de-bh-1.770699>>;

<http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/01/09/interna_gerais,486138/homem-e-adolescente-sao-detidos-por-pichacao-em-banca-de-jornais-no-centro.shtml>;

<<http://hojeemdia.com.br/horizontes/colombianos-irregulares-são-presos-pichando-prédios-no-centro-de-bh-1.256594>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁹⁷Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁹⁸Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/pol%C3%ADcia-prende-pichadores-em-bh-com-a-ajuda-da-internet-1.545687>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

¹⁹⁹Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/bh-fecha-o-cerco-contra-pichadores-e-prende-nove-1.263161>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

e localizados a partir do referido trabalho de investigação da polícia nas redes sociais na internet. Já naquele momento, foi apontado que os pixadores – detidos e encaminhados ao Departamento de Proteção à Ecologia – seriam denunciados pelo crime de associação criminosa (popularmente conhecido como formação de quadrilha). Com a continuidade das investigações, a operação resultou, mais de um ano depois, em agosto de 2010, na prisão de seis pixadores, identificados como “Piores de Belô”²⁰⁰.

Goma, um dos pixadores presos na ocasião, foi um dos convidados do evento *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, onde contou um pouco sobre aquela experiência. De acordo com ele, na primeira operação (talvez, se referindo a 2009), eles tiveram produtos eletrônicos como computadores, celulares e *pen drives* apreendidos e foram levados para a delegacia. A imprensa foi chamada, mas eles foram soltos no mesmo dia. Meses depois, houve uma nova operação, que Goma descreve como grandiosa: policiais encapuzados invadindo sua casa às 5h30m da manhã, “botando o maior terror”, fazendo novas apreensões, inclusive do computador de seu filho. Naquela vez, então, ele e os outros pixadores investigados foram presos e permaneceram encarcerados por 117 dias.

A gente ficou preso por pixação, velho. Nó, foi sinistro. Aí, o quê que aconteceu: cento e dezessete dias preso e todo mundo primário, tinha gente... Eu já tinha outras passagens lá e tal, mas tinha gente que foi preso comigo lá que nunca tinha sido preso com nada, nunca envolveu em caso de polícia nenhum e ficou preso lá quatro meses por causa de pixação. Beleza. Aí quatro meses se passaram, todo mundo saiu, os meninos lá, tipo... Um ficou meio... Parece que ficou meio perturbado por causa da cadeia. No caso, todo mundo parou de pixar nessa época aí. [...] Tipo assim, era apreensivo na hora de chegar pra cadeia lá, todo preocupado, né? “Nó, pixador na cadeia, os cara vai maltratar nós aqui e tal”, porque eu nunca tinha sido preso. Aí chegou lá foi mó diferente, todo mundo “nó, que isso, cara, vocês regaça a cidade e tal, também vou ser Piores de Belô”. Um monte de bandido de alta periculosidade lá, falando “ó, a gente sair nós vamos ser os Piores de Belô e tal”. E tipo assim, nó, nossa passagem lá foi sofrida, assim, a gente leva na risada, assim, mas foi tipo... Cento e dezessete dias piores da nossa vida, porque se a gente é preso num tráfico, num outro artigo qualquer, a gente saber que a gente vai ficar preso um certo tempo, eu acho que ainda é mais, tipo, conformado, assim, tipo: “nó, tem que ficar, vou ficar”. Agora, todo dia a gente achava que ia embora, então foi tipo... Nó... Foi sofrimento mesmo. Todo mundo ficava: “ah, pixador na cadeia do [palavra incompreensível], vocês pode ir embora, preocupa não”. Isso aí eu escutei, tipo, umas mil vezes, né? “Não, vocês têm que ir embora, vocês tá indo embora, preocupa não”. Aí, nó, maior sofrimento, foi seis dias no DI, cela com lugar pra trinta pessoas, tem dia que chegou a ficar cem pessoas na mesma cela. Tipo, rato no meio, a diversão da galera lá era matar os ratos... Maior sofrimento mesmo. [...] Só lembrando aqui que na época que eu fui preso, eu trabalhava em dois empregos de carteira assinada, eu fazia faculdade, tinha – isso aí não tem nada a ver, né – mas eu tinha acabado de virar pai, meu pai tinha acabado de morrer e outra: eu ainda tinha endereço fixo, né? A gente vê altos bandidos aí que responde em liberdade só porque tem endereço fixo. Eu tava em todos esses... Aí,

²⁰⁰Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/pixadores-são-denunciados-por-formação-de-quadrilha-1.231734>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

mesmo assim, eu fui preso. (Goma, *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

É interessante notar como ele, nesse relato, ampara seu argumento de que não deveria ter sido preso em aspectos que o evidenciam como alguém útil à sociedade, com um lugar estabelecido: residência, trabalho, estudo. Aos aspectos mais subjetivos da sua vida – o nascimento do filho e a morte do pai – ele adiciona uma ressalva: “isso aí não tem nada a ver”. Nessa exposição do que, de sua vida, seria importante ou não em uma dimensão pública, Goma deixa ver seu entendimento da norma e certa negociação com ela.

Butler (2018), ao mencionar a dimensão jurídica do reconhecimento, fala sobre como a lei atua no estabelecimento das condições que dizem quem pode aparecer e quem não pode. A autora relaciona estreitamente a possibilidade de reconhecimento – ou condição de ser reconhecido – com os enquadramentos a partir dos quais os sujeitos são apresentados dentro do espaço público de aparecimento. A partir daí, a autora coloca que um sujeito ou grupo que não consegue ou dificilmente consegue se identificar, em seus modos de ser e viver, dentro das normas passa a viver naquilo que ela identifica como “limites da condição de reconhecimento”. Para ela, essa situação pode ser, ao mesmo tempo, terrível, pois coloca em questão o próprio reconhecimento de uma vida como vida, e emocionante, pois demanda, também, que os próprios sujeitos inventem os termos em que sua vida se torne possível. Parece ser esse o lugar que Goma e outros pixadores ocupam socialmente, quando fazem da vulnerabilidade que lhes é imposta uma via para a criação de novas formas de vida. É o que Goma faz a partir de sua experiência de encarceramento:

[...] na hora que nós saímos eu cismeí de voltar a pixar, mapeei a cidade e falei “eu vou pixar todos os bairros dessa cidade”. Eu trabalhava de moto a vida inteira, dez anos que eu trabalhei, Aí eu pensava que eu conhecia Belo Horizonte toda, falei: “nó, já fiz várias entregas em vários bairros, eu conheço tudo”. Só que lá dentro da cadeia chegava os caras e falava: “não, eu sou lá do bairro tal”. E aí eu falava: “nó, esse aí eu não conheço não”. E outro: “bairro tal”, “bairro tal”. Falei: “pô, não conheço não”. Aí, na hora que eu saí, eu falei: “ô véi, vou mapear, vou pixar todos os bairros, vou conhecer todos bairros da cidade”. (Goma, *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

Ele relata, contudo, outro processo pelo qual passou e no qual ele considera que houve perseguição.

A delegada do Meio Ambiente, ela foi até os locais que eu pixei escrito “Goma”. Onde tinha “Goma” ela ia e oferecia a denúncia. Chegava, e tal, “nós já sabemos quem que pixou aí e tal, eles já são catalogados, inclusive, só pra eles apagarem aí é só você assinar aqui”. Tipo, nem falou com o morador, com o dono do lugar lá que eles iam

estar me denunciando e tal. (Goma, *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

Esse processo teria gerado mais uma operação, com outra chegada da polícia em sua casa durante a madrugada e mais uma apreensão de computador – sobre isso, Goma fez uma brincadeira: “Nó, vai abrir uma *lan house* com meus computador, uai. São três... São quatro” (Goma, *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014). Naquela ocasião, ele foi detido novamente, mas liberado no mesmo dia. Contudo, levou uma multa de R\$ 8 mil, valor correspondente à multiplicação da quantidade de lugares pixados pelo salário mínimo da época.

A aplicação de multas aos pixadores também foi um tema recorrente nos debates, sobretudo a partir do caso de S., que foi multado em R\$ 15 mil por ter pixado uma pilastra do Viaduto Santa Tereza, em 2014. O pixador analisou a proporcionalidade do valor cobrado e do prejuízo causado por seu ato:

[...] eu fui o felizardo de ganhar, lá, a multa de quinze mil reais. Aí, tipo assim, eu tava fazendo as contas, tipo assim, quinze mil reais dá pra comprar trezentas latas de tinta, cinquenta real cada uma. Agora, trezentas latas de tinta dá pra pintar quantos viadutos? E eu pinteí uma pilastra. E pra onde que vai esse dinheiro? E quem que gasta esse dinheiro? Tipo assim, ele vai pra educação? Tipo assim, caso eu venha a pagar essa multa – porque eu não vou pagar – tipo assim, essa multa vai, tipo assim, pra escola que tá faltando, lá, tipo, uma merenda, ou pra essas viatura nova aí, que tá rodando pra abordar a gente e só prender nós, fraga? (S., *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

São dois, então, os questionamentos que perpassam essa e outras reflexões apresentadas em torno do assunto: primeiro, a desproporcionalidade dos valores, especialmente levando em consideração a condição socioeconômica desses sujeitos (S., durante a *Roda de Conversa Pixo e Patrimônio*, em 2016, mencionou que enquanto era cobrado em R\$ 15 mil, lhe faltava dinheiro para comprar remédios para a mãe). Segundo, a destinação dos valores arrecadados com essas multas.

Segundo dados apresentados por Tiago Fantini no *Café Controverso: O que é pixo?* (2014), a Prefeitura gastaria anualmente cerca de R\$ 2,5 milhões com a reparação de danos causados por atos de vandalismo, que incluiriam a pixação. T., então, o confrontou:

T.: Esses três milhões da degradação, né, tipo, revertidos, são investidos na Belo Horizonte de quem? Porque pra minha BH, que é lá na minha favela, na minha comunidade, não é, entendeu?

Tiago: Não, mas os três milhões é só pra consertar, né?

T.: Não, mas... Eu sei, mas pra limpar e pra consertar qual Belo Horizonte? A de quem? Porque a minha não é, a minha favela tá lá: chove, alaga, inunda, entendeu? Porque a boca [de lobo]... Ou porque não tem, a boca entupiu, entendeu? Não tem, o córrego tá aberto, entendeu? (Diálogo no *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

Outros sujeitos fazem coro às considerações de T., questionando os valores, os destinos de tais verbas e as definições sobre quem teria competência para tomar tais decisões, consideradas de interesse público. Um exemplo paradigmático é o investimento em limpeza do Viaduto José de Alencar, no cruzamento das avenidas Presidente Antônio Carlos e Antônio Abrahão Caram, na região da Pampulha: o local teria sido pintado dezessete vezes, segundo informou Tiago Fantini, em menos de três anos de existência²⁰¹. Essa busca por manter as superfícies urbanas livres de marcas e expressões de uso e apropriação por parte dos sujeitos remonta às considerações de R., e também às de Rancière, sobre uma desigualdade na distribuição das competências que definem quem pode contribuir na produção do espaço visual da cidade. Assim, é possível ver o quanto os diversos aspectos desse contexto se atravessam e se afetam mutuamente.

Retomando as ações policiais contra pixadores, em maio de 2015, na operação denominada *Argo Panoptes*²⁰², 17 membros do grupo *Pixadores de Elite* foram detidos, sendo que sete foram presos e dez foram alvos de condução coercitiva, passando a ser monitorados por tornozeleiras eletrônicas. O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ainda enviou à Justiça uma ação civil propondo que os acusados deveriam ressarcir R\$ 10 milhões aos cofres públicos, a serem destinados ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos Lesados²⁰³. Um dos presos foi GG, líder do grupo, que, em 2016, foi condenado a oito anos de prisão pela pixação da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, ocorrida dois anos antes²⁰⁴. Nas falas de vários sujeitos ao longo dos eventos de 2016, a prisão de GG é duramente criticada. A pena foi considerada desmedida em relação à rapidez com que as inscrições teriam sido apagadas (segundo Ludmilla Zago, em 12 horas, com água e sabão).

Em março de 2016, uma pixação na Igreja de São Francisco de Assis²⁰⁵ (conhecida como Igrejinha da Pampulha) voltou a movimentar as ações do poder público e resultou, a

²⁰¹O complexo de viadutos José de Alencar foi inaugurado em 12 de dezembro de 2011, como parte das obras de implementação do BRT na Avenida Antônio Carlos. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/12/12/interna_gerais,266951/complexo-de-viadutos-jose-alencar-e-inaugurado-em-bh.shtml>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

²⁰²Argo Panoptes, na mitologia grega, era um gigante com cem olhos que, ao dormir, ainda mantinha 50 deles abertos. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Argos_Panoptes>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

²⁰³Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/mpmg-pede-r-10-mi-de-pixadores-de-elite-1.1054817>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

²⁰⁴Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/justica-condena-lider-e-um-membro-de-grupo-pixadores-de-elite-1.1278496>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

²⁰⁵Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/vandalos-picham-igrejinha-da-pampulha-durante-a-madrugada-desta-segunda-1.360859>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

princípio, na prisão do pixador Marú, que se apresentou voluntariamente à polícia e confessou ser único autor dos pixos. O caso ganhou grande repercussão na mídia²⁰⁶, gerou ações de solidariedade em relação ao patrimônio²⁰⁷ e criou demandas pela potencialização das medidas de enfrentamento à pixação na capital²⁰⁸. Em abril, Goma, que já havia sido preso no caso dos Piores de Belô, foi acusado de envolvimento no caso e teve os produtos de sua loja de materiais para grafite apreendidos pela polícia²⁰⁹; em maio, foi preso²¹⁰. Além de Goma e Marú, o pixador Frek também foi denunciado, mas permaneceu foragido. Além da associação criminosa, os três também foram denunciados por apologia e incitação ao crime, crimes contra a administração ambiental e contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural²¹¹. Goma foi mantido encarcerado por oito meses, mas obteve um *habeas corpus* em 20 de dezembro de 2016, passando a utilizar uma tornozeleira eletrônica²¹². Frek teve seu pedido de prisão alterado para prisão domiciliar e uso de tornozeleira eletrônica²¹³. Marú, autor do pixo, teve vários pedidos de liberdade negados, inclusive em última instância pelo Supremo Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal²¹⁴. Não foram encontradas notícias recentes sobre ele.

Nos três casos, então, os acusados foram enquadrados em outros códigos que não apenas os referentes às leis que dispõem sobre a pixação. Para Fernanda Oliveira, advogada criminalista convidada da *Audiência Pública sobre o tratamento aos grafismos urbanos em BH*, o tratamento dado aos pixadores em Belo Horizonte deixa ver a passibilidade de manipulação do Direito para manter afastados aqueles que não são considerados adequados a determinado padrão de conduta.

²⁰⁶Foram registradas 56 notícias sobre o caso no levantamento feito para a pesquisa.

²⁰⁷Como na mobilização de mais de 100 pessoas para um abraço simbólico à Igreja pixada, que envolveu crianças, artistas, arquitetos, moradores da região, entre outros. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/28/interna_gerais,747777/criancas-e-artistas-abracam-igreja-da-pampulha-em-repudio-a-pichaca.shtml>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

²⁰⁸Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/mpmg-reafirma-atuacao-contra-pichadores-e-danos-ao-patrimonio-1.1295974>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

²⁰⁹Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/04/07/interna_gerais,750968/policia-apreende-material-em-loja-de-suspeito-de-pichacoes-em-bh.shtml>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

²¹⁰Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/pichador-de-igreja-da-pampulha-tem-prisao-preventiva-decretada-1.1274838>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

²¹¹Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/11/03/interna_gerais,820725/juiz-determina-tornozeleira-eletronica-para-pichador-da-igreja-da-p. shtml>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

²¹²Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/goma-entrevista-2017>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

²¹³Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/stj-revoga-prisao-de-suspeito-de-pichacao-da-igreja-da-pampulha-1.1394628>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

²¹⁴Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/pichador-da-igreja-da-pampulha-tem-habeas-corpus-negado-pelo-stf-1.1310940>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

Como o Ministério Público tem manipulado esse direito de forma a encarcerar essas pessoas que incomodam essa estética branca e burguesa, porque é isso. E, se incomodam, a que estrutura institucional, a que estrutura do direito eu recorro para tirar esse incômodo da minha vista? Ao direito penal. Eu tranco num lugar que eu não preciso lidar com isso mais. Porque portão de cadeia é igual portal para outro planeta, para outro universo paralelo. Entrou, você desaparece para a sociedade. E a partir do momento em que você desaparece, tudo pode acontecer com você. Não estou brincando, é tudo mesmo. Já fiz muita inspeção no sistema penitenciário, muita mesmo, e não dá para descrever as coisas que já vi com meus olhos, ninguém me contou. Então essa manipulação do direito e essa desqualificação do que deve ser a função de um promotor de justiça, que deve ser o fiscal da lei, deve contribuir para a garantia do Estado Democrático de Direito, deve contribuir para a garantia da participação popular com o único e exclusivo objetivo de prestar conta a uma sociedade, como o Roberto [Andrés] bem disse, doente. Tão doente que não é capaz de respeitar e conviver com o diferente e quer pasteurizar tudo numa única estética, somente a que me agrada. (Fernanda Oliveira, *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

A partir de todas essas ações, é possível perceber como as modulações do poder e das sanções à transgressão propostas por Foucault (2008) ainda podem ser, de fato, encontradas nas operações do poder público de Belo Horizonte em seus esforços por combater a pixação: primeiro, a criação das leis e das penas; depois, mecanismos disciplinares que tanto pretendem evitar o crime como qualificar sua repressão; e, então, calcular, controlar e gerir as séries de possibilidades e os limites de tolerância. Nesse sentido, Foucault (2008) observa como os mecanismos colocados em cena para a manutenção do controle sobre a cidade são tornados cada vez mais complexos; uma “inflação legal” que buscaria abranger todas as possibilidades que possam resultar em crimes e dos crimes, da legislação à punição, passando, claro pela vigilância. Para analisar tal contexto, ele toma como exemplo o roubo:

[...] o código legal referente ao roubo era relativamente muito simples na tradição da Idade Média e da época clássica. Retomem agora todo o conjunto da legislação que vai dizer respeito não apenas ao roubo, mas ao roubo cometido pelas crianças, ao estatuto penal das crianças, as responsabilidades por razões mentais, todo o conjunto legislativo que diz respeito ao que é chamado, justamente, de medidas de segurança, a vigilância dos indivíduos depois de sua instituição: vocês vão ver que há uma verdadeira inflação legal, inflação do código jurídico-legal para fazer esse sistema de segurança funcionar. Do mesmo modo, o *corpus* disciplinar também é amplamente ativado e fecundado pelo estabelecimento desses mecanismos de segurança. Porque, afinal de contas, para de fato garantir essa segurança é preciso apelar, por exemplo, e é apenas um exemplo, para toda uma série de técnicas de vigilância, de vigilância dos indivíduos, de diagnóstico do que eles são, de classificação da sua estrutura mental, da sua patologia própria, etc., todo um conjunto disciplinar que viceja sob os mecanismos de segurança para fazê-los funcionar. (FOUCAULT, 2008, p. 11)

Assim, pensando nas modulações do poder apresentadas anteriormente, pode-se dizer que, em Belo Horizonte, há uma retomada de mecanismos disciplinares que têm como objetivo fazer o dispositivo de segurança funcionar ampla e plenamente. Além disso, parece haver um

retorno à ideia de punição exemplar, característica do poder soberano. Com a prisão de Goma, talvez o mais conhecido pixador de Belo Horizonte, o poder público mostra sua força e busca garantir que o exemplo seja dado a todos os pixadores da cidade. Para Felipe Soares, advogado, tratam-se de “estratégias, gambiarras jurídicas” utilizadas para prender os pixadores, algo que a Lei Federal que criminaliza a pixação não permite sozinha (por prever pena de até um ano, o que faz com que o crime seja considerado de menor potencial ofensivo, como já foi mencionado). Para ele, “enquadrar pixação como formação de quadrilha é criminalizar essa cultura e também criminalizar uma forma de amizade, uma forma de socialização que os meninos têm. Porque a finalidade da associação dele não é a prática do crime, mas sim é [a de] criar amizades”²¹⁵.

6.6. Outros nomes, outros lugares: da vulnerabilidade à subjetivação

E é com essa dimensão da socialização dos pixadores, afinal, que o poder público se depara após a prisão de Goma. A manifestação *Justiça só contra nós não é justiça, é ditadura*, em maio de 2016, deu outra dimensão ao aparecimento público dos pixadores, que se uniram para ir às ruas com cartazes, faixas e camisas estampados com suas caligrafias para protestar contra o que consideravam uma injustiça. É curioso que, dois anos antes, no debate *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito* (2014), K. havia apresentado algumas reflexões sobre a dificuldade e, ao mesmo tempo, a importância de certa organização entre os pixadores para a defesa contra as investidas do poder público contra a prática:

Então, o pixo é isso, é essa ideia de que ele não é vendido, ele não é comprado, ele é livre, ele não é organizado [...]. E às vezes essa é a maior arma da gente, porque se a gente resolver fazer uma organização nossa e cair pra pista aí pra protestar, o sistema não segura não, porque é uma parada que eles não vão poder prever, eles não sabem de onde vão vir, é completamente imprevisível. Aí fica todo mundo pensando: “ah, mas os cara tá se organizando, então a gente já prevê. Aqueles ali a gente vai prender”. Vão prender um ou outro, vão prender eu, que seja, ou uns três, quatro, cinco, dez, sei lá, trinta, quatrocentos, trezentos. Mas só que tem, se eles prende quatrocentos, tem cinco mil, dez mil, vinte mil, trinta mil que, tipo, a gente vai preso mas a parada vai se alastrar, vai continuar acontecendo. E se os nossos iguais ver a gente preso, eles vão se manifestar também, eles vão vir querendo reivindicar [...]. (K., *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, 2014)

²¹⁵Disponível em: <http://www.vice.com/pt_br/read/belo-horizonte-declarou-guerra-ao-pixo>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

A fala de K. vai ao encontro do modo como Butler (2018) entende a importância da formação de alianças, que não estaria restrita a uma coletividade que vai junta às ruas para reivindicar por mais direitos ou por um lugar no espaço de aparecimento, assim como o espaço de aparecimento não estaria restrito a um evento de manifestação pública organizada para tais reivindicações. Para a autora, quando uma única pessoa considerada inelegível para aparecer em público o faz, mesmo cotidianamente, ela carrega consigo a aliança que se forma em torno do seu direito de aparecer (e a publicidade dessa aliança poderia, inclusive, proteger essa pessoa das agressões a que ela está sempre vulnerável). Há aí tanto uma dimensão estética da ação política (se fazer ver), como uma verificação em ato da igualdade e, também, uma aproximação mais efetiva do pensamento político de Jacques Rancière, da política como modo de operação que realiza tal verificação e que não necessariamente está ligada a modos organizados de reivindicação de direitos.

[...] se e quando de fato se torna possível caminhar desprotegido e ainda assim estar seguro, para que a vida diária se torne possível sem medo da violência, então certamente é porque existem muitos que apoiam esse direito mesmo quando ele é exercido por uma pessoa sozinha. Se o direito é exercido e respeitado, é porque existem muitos lá que também o exercem, haja ou não mais alguém em cena. Cada “eu” traz o “nós” junto quando ele ou ela entra ou sai por essa porta, vendo-se em um ambiente fechado desprotegido ou exposto lá fora nas ruas. Podemos dizer que existe um grupo, se não uma aliança, andando ali também, estejam eles ou não à vista. (BUTLER, 2018, p. 58-59)

Contudo, Butler também aponta que há aqueles que não desejam aparecer ao realizar ou se engajar em suas lutas, e considera que o nível e as condições do aparecimento devem ser negociados. Entendo que é disso que se trata o direito de aparecer: ter reconhecida a capacidade e asseguradas as condições para decidir sobre quando, como e quanto se deseja aparecer. A luta pelo direito de aparecer não deve impor, assim, uma “hipervisibilidade”, mas expor os mecanismos injustos que impõem a invisibilidade.

A prisão de Goma parece ter sido, contudo, a gota d’água em um processo que acumulava violência policial, multas abusivas, ações inconstitucionais, prisões questionáveis e condenações desproporcionais. Balançando *sprays* vazios e entoando gritos e palavras de ordem, como “Paz, justiça e liberdade”, “Não é mole não, a Samarco tá em casa e o Goma/ o GG tá na prisão”, e “Prender pixador é fácil. Quero ver prender o dono da Samarco”, pixadores e outros sujeitos simpáticos à causa saíram às ruas de Belo Horizonte.

Imagem 83: Faixa “Justiça” na manifestação *Justiça só contra nós não é justiça, é ditadura*.



Crédito: Gustavo Ferreira/Jornalistas Livres²¹⁶

Imagem 84: Faixa “Somos todos Goma” na manifestação *Justiça só contra nós não é justiça, é ditadura*.



Crédito: Coletivos 4y25, Editora, Piolho Nababo

Essa relação do pixo com a criação de laços é cantada na música *Viva o Pixo*, de Kroif, apresentada na *Roda de Conversa Pixo e Patrimônio* (2016) e que tem como refrão:

*Os rato só quer mel
Conhecer a cidade
Pegar os melhores picos
Fazer amigos de verdade
Terrorista das tinta
Mostra capacidade
Nós quer subir no pixo cultivando as amizades²¹⁷.*

A pixação é entendida e propagada pelo poder público como crime, descaso com o patrimônio e a população da cidade, ausência de um sentimento de pertencimento, ignorância. A partir desses enquadramentos, há uma busca incessante pela limpeza (dos espaços e das

²¹⁶Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/ato-em-bh-critica-criminalizacao-da-pichacao-e-impunidade-da-samarco/>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

²¹⁷Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4a8wR_UtElo>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

condutas), que custa muito caro aos cofres municipais; uma tentativa de conscientização e sensibilização da população para o “problema”, que passa pelo reforço da imagem do pixador como vândalo, criminoso (aqui, a imprensa também cumpre um papel fundamental); a ineficácia das leis específicas contra a pixação, que resulta em certa combinação extraordinária de outro conjunto de leis para que sirvam ao endurecimento do cerco e tornem possível, por fim, retirar os pixadores de circulação (alguns, pela prisão; outros, pelo exemplo dos primeiros). Ao mesmo tempo, os pixadores constroem outras narrativas sobre a prática, identificando-a como forma de vida, como alternativa ao crime no contexto de marginalidade e vulnerabilidade da periferia, como modo de socialização e criação de amizades.

Nesse gesto, esses sujeitos reivindicam em ato, com suas assinaturas, seus corpos e seus discursos, outras formas de enquadramento que reconheçam suas vidas como vivíveis. Um exemplo é o modo como eles reforçam, em suas falas, a distinção entre pixadores e bandidos:

A questão que revolta ser preso, por quê? Você tá lá na comunidade, ou na cidade ou em qualquer lugar, você tá vendo assassino, traficante, estuprador que não tá sendo punido, a polícia tá empenhada mais em pegar o pixador do que pegar um bandido. A gente não é bandido, a gente é pixador, fraga? Tipo assim, pra uns pode ser a mesma coisa, mas pra nós não é, pra muitos também não é, entendeu? (T., *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

[...] a gente que taca o nome na parede é tacado dentro de uma cadeia com traficante, bandido e assassino. Imaginem a nossa mente! [...] A gente não merece isso, não. A gente vive na rua e, se quisesse ser traficante, bandido, era o que mais tinha para nós. Só que a gente resolveu seguir outro caminho, entende? De protestar. (H., *Audiência Pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, 2016)

Junto dessa distinção, há a assunção de outros nomes, lugares e funções que fazem referência à formação educacional, ao trabalho, à família, expondo a insuficiência do nome “pichador” – com ch, como define a norma – para dar conta das múltiplas dimensões e experiências que atravessam e constituem as vidas desses sujeitos.

Sou pixadora, sou mãe, estudo e trabalho. (T., *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

E o pixo não é só o favelado – tipo assim, né, eu falo “favelado” com todo respeito – não é só o favelado lá que não faz nada da vida, fica vagabundando o dia... Não. Pixo tem família, as pessoas têm famílias, pais, é... Teve um casamento de um amigo nosso, aliás, né, o primeiro, assim, que vários pixadores, até de outros estados, vieram pra ser padrinhos. Tipo, tem, é, filhos, fazem faculdade, estudam, ocupam cargos, sabe? Não é trabalhozinho, não é McDonald’s – com todo respeito a quem trabalha no McDonald’s – mas, tipo, trabalho mesmo, tipo, de algum peso na sociedade, assim, sabe? (T., *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

[...] eu sou pixador também. Trabalho, há quatro anos eu sou coordenador de uma equipe de uma empresa bacana, tenho um trabalho bacana, to me formando na faculdade. (R., *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

Butler (2018) aponta para o dilema linguístico em torno do modo de referência àqueles excluídos da cena de aparecimento público por não serem considerados adequados à norma de reconhecimento, tornando-se ilegíveis. Para ela, há uma “exigência crítica para repensar nosso vocabulário existente, ou revalorizar nomes desvalorizados e formas de discurso” (BUTLER, 2018, p. 45). Nesse sentido, é preciso que perguntemos:

Como os excluídos chamam a si mesmos? Como eles aparecem, por intermédio de quais convenções e com que efeito sobre os discursos dominantes que operam por meio de esquemas lógicos tomados como certos? [...] Para entender, por exemplo, que eles são reconhecidos de maneira equivocada ou que permanecem precisamente irreconhecíveis, pode ser necessário entender como eles existem – e persistem – nos limites das regras estabelecidas para o pensamento, a corporização e até mesmo a personalidade. (BUTLER, 2018, p. 45)

Essas expressões – em discursos, ações, músicas, cartazes etc. – demonstram que, apesar da visão historicamente construída sobre a pixação e os pixadores, esses sujeitos constroem um entendimento próprio sobre si mesmos, sua prática e sobre o mundo que habitam, tal como modos próprios de expressá-lo. Essa visão, apesar de se constituir como um contraponto àquela que é imposta pelo poder público por meio da lei e das medidas que se atualizam constantemente, é atravessada por esta e só pode construir-se a partir de uma relação com ela.

Esses sujeitos, por meio de sua prática ou do ato de assumir publicamente seus papéis múltiplos e difíceis de classificar, conseguem escapar cotidianamente por entre os dedos do poder e se inserir nos espaços onde não eram contados e de formas que não eram permitidas. Contudo, é preciso reconhecer que, quando esse mesmo poder resolve reafirmar sua força, pode tornar-se muito difícil resistir a todo um complexo mecanismo posto em ação para inventar novas formas de criminalização do pixo, como foi apresentado. Aí, novas ações são demandadas: novos debates, a ampliação da rede de apoio, o esforço por fazer circular de forma mais ampla as narrativas do pixo feitas de dentro (ou do lado). Assim, mesmo que não consigam fazer com o que o poder se mova efetivamente (ainda que o tensionem), os pixadores tentam se inscrever nesse cenário por outras vias que apontam para processos de subjetivação política e reconfiguração da partilha do sensível.

A partir do resgate e contextualização histórica do combate à pixação, sobretudo no contexto singular de Belo Horizonte, busquei expor algumas das determinações que, de um lado, nomeiam, capacitam e contam alguns sujeitos como legítimos a tomarem parte no comum

partilhado, e, de outro, fazem com que outros sejam considerados como ilegítimos, incapazes, não-contados. No entanto, é também a partir desse histórico, mas por meio das expressões dos pixadores e da forma como eles se posicionam nesse contexto, que podemos ver o modo como, da vulnerabilidade, frequentemente são abertas possibilidades para ações de resistência.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2007, ainda durante a Graduação, assisti, em sala de aula, ao filme *Anuncie Aqui*²¹⁸, curta-metragem produzido em 2005 pelo coletivo Sem Rosto, de Belo Horizonte. O filme mostra as ações de alguns sujeitos que intervêm sobre espaços urbanos ocupados pela publicidade, fazendo uso de técnicas diversas, como pichação, estêncil, cartazes, bricolagem etc. Um desses sujeitos apresentados no vídeo (que não têm os rostos revelados) declara, em dado momento:

Se eles podem usar, por que a gente não pode também, se a cidade é minha também e eu não tô ganhando nada pelo fato do *outdoor* tá lá e eu ter que olhar pra ele todo dia? E se o cara pode pôr a coisa dele lá, tipo, na minha cidade, então eu posso ir lá e, tipo, eu posso escrever alguma coisa que eu quero um dia que eu tô a fim de expressar alguma coisa, tô com raiva, tô apaixonado, tô feliz, quero pintar uma parede, assim. Por que eu não posso também? (Depoimento, *Anuncie Aqui*, 2005)

Embora eu já fosse, como relatei na Introdução, uma observadora interessada das intervenções gráficas urbanas, acredito que tenha sido este filme o responsável por despertar meu olhar para o potencial comunicacional e político dessas ações. No entanto, nunca me detive, pelo menos não de forma restrita, à materialidade dessas intervenções, sempre me voltando aos potenciais que elas guardam para a reconfiguração de espaços, relações e entendimentos sobre a cidade, a arte, a política etc. Nesse processo, busquei estabelecer diálogos com discussões de diversas outras áreas do conhecimento a fim de tentar compreender esse contexto em sua complexidade. Embora nunca tenha me distanciado de fato da dimensão da comunicação, as derivas por outros campos acabaram por tornar difusa e dispersa a especificidade comunicacional, o que me fez deparar, algumas vezes, com tal questionamento por parte dos pares.

Um segundo questionamento – dessa vez, levantado por mim – diz respeito à questão metodológica. Sempre tive a metodologia como uma “pedra no sapato”, o que frequentemente atribuí à minha formação em uma faculdade privada, mais voltada à profissionalização e que não possuía, à época, uma tradição de pesquisa, não oferecendo programas de iniciação científica, grupos de pesquisa ou outras oportunidades de contato com o campo científico da

²¹⁸Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BWy6GBg_FAc>. Último acesso em 02 de maio de 2019. Agradeço às professoras Clarisse Alvarenga e Joana Meniconi pela exibição tão provocadora, especialmente em uma turma de Publicidade e Propaganda de uma faculdade privada.

Comunicação²¹⁹. Dessa forma, sempre me senti em débito em relação ao conhecimento dos métodos de pesquisa científica, frequentemente me indagando sobre a adequação e a validade dos meus métodos de trabalho, sobretudo em relação às suas possibilidades de verificação e replicação. É claro que a pesquisa em Comunicação não é da ordem das ciências duras, em que se deve responder a testes de validação que atestem a reprodutibilidade dos estudos. Contudo, especialmente após a entrega da dissertação, se tornou um incômodo para mim que os procedimentos da pesquisa se tornassem ofuscados (e muitas vezes opacos) pela apresentação de análises e resultados. Passei a refletir sobre como esse processo intensifica o caráter singular do trabalho – o que não configura um problema por si só, mas que pode se tornar um quando a particularidade radical resulta na produção de conhecimento sobre o objeto específico ao qual o estudo se dedica, mas não necessariamente na contribuição para um desenvolvimento mais amplo dos conhecimentos da área da Comunicação (suas teorias, seus modos de fazer). Foi a partir dessas preocupações que encontrei amparo na produção de José Luiz Braga e em sua preocupação com as hipóteses heurísticas das pesquisas em Comunicação, que dizem do potencial dos resultados (sempre provisórios) de uma pesquisa para servirem como ponto de partida para novos estudos.

Ao longo da pesquisa, assim, a questão metodológica foi se configurando como central, com as discussões em torno do método da igualdade, dos arranjos disposicionais e da cena de dissenso, até que me dei conta de que esta se tornava, fundamentalmente, uma tese sobre a construção de um método. Minha pesquisa foi atravessada, o tempo todo, pela questão sobre o que significa e como utilizar um método da igualdade e sobre como ele pode ser trabalhado no “desentranhamento do comunicacional” de um dado contexto, como propõe Braga (2016). Assim, no trabalho com o conceito de cena de dissenso, de Rancière, e, mais tarde, o de dispositivo, de Foucault, tomado principalmente a partir de sua apropriação por Braga na formulação das noções de dispositivos interacionais e arranjos disposicionais, cheguei à formulação da proposta metodológica dos “arranjos disposicionais dissensuais”. Embora construída no contexto particular da observação do debate sobre o combate à pixação em Belo Horizonte, acredito que o método demonstra potencial para contribuir com outros estudos que busquem trabalhar com o aporte teórico rancieriano na observação de fenômenos comunicacionais.

²¹⁹Tenho a alegria de estar de volta à mesma instituição, agora como professora, e encontrar nela iniciativas de fomento à pesquisa científica entre alunos e professores.

Na tese, “testo” (embora esse talvez não seja o termo mais adequado) o método a partir da singularidade do aparecimento público dos pixadores em embate com o poder público, em Belo Horizonte. A partir da exploração dessa singularidade e das redes que ela me permite traçar a partir dos dados do *corpus* de pesquisa, é construído, em diálogo com os sujeitos da pesquisa, um saber sobre essa realidade. Nesse sentido, avanço em um percurso que vem sendo traçado desde o mestrado e produzido resultados que demonstram tanto a consolidação de uma perspectiva sobre a pixação enquanto objeto de estudo quanto uma boa aceitação do trabalho pela academia²²⁰. No entanto, para além do saber sobre o contexto da pixação e das diversas relações que o atravessam (mas somente possibilitado por ele), considero que o potencial heurístico da tese, a sua contribuição para o campo, é, principalmente, o método que construí – para fazê-la e enquanto a produzia.

Reconheço os limites deste trabalho (aqueles que consigo identificar, mas sempre aberta às contribuições posteriores) e o finalizo com a consciência de que não consegui realizar tudo o que propus desde o início, sobretudo no que diz respeito ao rompimento com a separação hierárquica e profundamente enraizada no fazer acadêmico entre aquilo que é entendido como teoria e aquilo que é identificado como um conhecimento cotidiano construído pela experiência. Assumo que muito da tradição de construção do conhecimento científico ainda permaneceu na produção do trabalho – afinal, é o modo como eu aprendi a fazer pesquisa. No entanto, considero que pequenas rupturas foram possíveis, especialmente a partir de uma escrita que buscou, o tempo todo, descortinar os processos da pesquisa: as dúvidas que permearam o trabalho, as tentativas e erros, as necessidades de ajuste. Esse processo, inclusive, é contínuo e não encontra aqui o seu fim. Ao longo do trabalho, desenvolvi outra compreensão sobre o que é uma tese (ou, ao menos, esta tese): a apresentação parcial e aberta de um esforço ainda em andamento. A tese pronta não significa que o trabalho do pensamento esteja pronto. É o fechamento de uma etapa.

Outro processo de descortinamento que busquei realizar diz respeito às assimetrias entre diferentes formas de conhecimento, e mesmo entre o que é considerado conhecimento. Se eu não pude, no espaço da tese, superar essas assimetrias – a teoria ainda teima em se impor como explicação do mundo; a lei ainda é um ponto de partida para a compreensão da organização social – acredito ter conseguido, ao menos, evidenciar algo do modo como elas operam. O

²²⁰Nesse sentido, destaco e agradeço a frutífera parceria com minha orientadora, Ângela Marques, que não só sempre apostou no potencial das minhas pesquisas como investiu comigo em sua circulação, o que resultou em publicações fundamentais para a construção da trajetória mencionada (algumas delas, contando com outros colegas como parceiros de escrita).

entendimento sobre a partilha do sensível, a partir de Rancière (1996), e do modo como ela atua sobre aquilo que pode ser visto e dito em uma sociedade e por quem, não apenas ampara a compreensão da realidade observada, mas incide, também e de forma anterior, no próprio gesto de olhar para ela. Assim, antes mesmo de buscar compreender como se organizam as forças que buscam impor nomes, lugares e funções sociais para a pixação e os pixadores, procurei discutir quais as forças que intervêm nas apreensões e leituras acadêmicas desse universo.

A linguagem se mostra, nessas duas modulações que a reflexão sobre a partilha do sensível assume na tese, como um elemento central. Tanto para Foucault quanto para Rancière, a linguagem não é apenas uma ferramenta de expressão, mas um lugar de disputa e desentendimento. Foucault (1999) destaca o modo como o discurso é um lugar de exercício e luta por poder, se tornando, conseqüentemente, objeto de esforços que visam controlá-lo, seja pela sujeição ou pela exclusão. Para Rancière, como destacado por Chambers (2013), a linguagem tem grande poder na distribuição dos corpos em comunidade, tanto em sua ordenação, com o estabelecimento de uma pretensa relação direta entre nomes, coisas, lugares e funções (partilha policial do sensível), quanto na potência para sua desordenação, com a suspensão de tal relação através de um “excesso de palavras” (partilha política do sensível). Butler (2018) também se refere ao poder que a linguagem tem de influenciar na constituição dos sujeitos, seja na aceitação, na recusa ou na negociação com os nomes que nos são dados. Nesse sentido, a autora também aborda o modo como o reconhecimento pela linguagem pode servir como mecanismo de controle, vigilância, normatização e escrutínio.

Na tese, assim, há dois movimentos em torno da linguagem e do discurso. Primeiro, na busca por construir, na escrita, uma linguagem capaz de expor os processos e mecanismos de produção da pesquisa, rejeitando ao máximo um lugar de superioridade em relação aos demais sujeitos e elementos que atravessam e compõem a sua construção. Assumir a primeira pessoa do singular foi o primeiro passo nessa direção: assumir-me como sujeito na pesquisa ao invés de buscar apagar os traços da minha subjetividade em busca de uma maior objetividade ou de uma pretensa imparcialidade; reconhecer meu protagonismo nas escolhas da pesquisa, tal como nas falhas e sucessos que delas resultem; evidenciar a porosidade do texto aos diversos aspectos e possibilidades do contexto observado. *Eu* observo, *eu* pesquiso, *eu* escrevo, sempre em diálogo com os sujeitos, os autores e os conceitos. O que primeiro se colocou como um desafio se revelou, depois, um gesto libertador. Reconheço, contudo, a dificuldade de manter o mesmo tom ao longo de todo o texto, principalmente no trabalho com as teorias.

O segundo movimento com a linguagem foi o da abertura para configurar, no texto, um lugar para as vozes dos sujeitos da pesquisa. Busquei, tanto quanto possível, inserir as falas transcritas, evitando ao máximo citá-las de forma indireta (exceto nos casos dos eventos em que eu não possuía registros em áudio e/ou vídeo). Além disso, procurei não utilizar as expressões como exemplos nem analisá-las a partir das teorias, mas colocá-las em diálogo com as falas dos autores a fim de remontar o debate sobre o combate à pixação em Belo Horizonte. Se os pixadores e demais sujeitos presentes nos eventos observados não têm suas falas embasadas em um saber acadêmico, os autores e conceitos não se constroem a partir do contexto da pixação belo-horizontina. Desse modo, é no diálogo entre eles, promovido por mim, que se torna possível produzir os arranjos disposicionais dissensuais dessa cena.

Nesse movimento, procurei questionar as definições sobre quem tem competência para falar e ter sua fala ouvida como discurso. Para Rancière, a política, ao introduzir no pretense consenso instaurado pela ordem policial um conflito sobre a legitimidade de uns para participarem do comum em detrimento de outros, irrompe e faz ver as falhas na contagem das partes da sociedade. Não se trata de um conflito de interesses, mas de um desentendimento sobre o que constitui uma comunidade, sobre as partes e a própria operação que as estabelece. Esse conflito em torno não só de quem pode falar, mas também sobre o que se configura como objeto digno de conhecimento e as maneiras corretas ou desejáveis de expressá-lo remete aos procedimentos de exclusão do discurso abordados por Foucault (2005) e também àquilo que o autor identifica como “reviravoltas de saber” ou uma “insurreição dos ‘saberes sujeitados’”. Tratam-se de saberes que seriam “desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos” (FOUCAULT, 2005, p. 12). Entre esses saberes sujeitados, o autor destaca aqueles advindos de indivíduos considerados incapazes ou, ao menos, inaptos para a produção de um saber. Contudo, junto com uma crítica aos modos de construção, seleção e circulação do conhecimento, que começa a aparecer, segundo Foucault (2005), na segunda metade do século XX, esses saberes se insurgem e se fazem ver em toda sua historicidade.

Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (FOUCAULT, 2005, p. 14)

Pode-se afirmar, assim, que há a constituição de saberes próprios à pixação, que passam pelo conhecimento da cidade e de seus caminhos; a invenção de novos trajetos, modos de circular e de se fazer presente; o aprendizado de diferentes estilos, a criação de um estilo próprio e o jogo que se faz a partir de seus potenciais e restrições; a apropriação de técnicas de pintura e a invenção de novos aparatos; os desvios e burlas dos aparatos de segurança; o jogo entre legível e ilegível. Nada disso se faz ao acaso; pelo contrário, deixa ver um investimento no aprimoramento dos modos de fazer. Há aí, também, um questionamento sobre lugares e modos de fazer estabelecidos. Defendo, assim, que a pixação pode ser vista como um saber insurrecto.

Embora a prática possa ser abordada como forma de participação ou reivindicação de pertencimento a uma cidade da qual se sente apartado, marginalizado, é importante considerar, também, como as ações e discursos dos pixadores parecem apontar para esse processo a partir de seu avesso, como uma exposição da diferença, o registro de um não pertencimento, a presença da margem no centro, mas sem se integrar. Não se tratam de polos opostos em que o pixo ou é reivindicação de participação ou é exclusão, mas, justamente das possibilidades e multiplicidades que as formas de vida expostas por esses sujeitos evidenciam no contexto da cidade, tanto através do ato de pixar como por meio de seu aparecimento público e tomada de palavra.

Desde 2017, com a mudança da gestão municipal e o andamento dos processos contra os pixadores²²¹, não houve outras grandes operações ou prisões. Em 2018, um novo projeto de “fomento à arte urbana”, denominado Profeta Gentileza²²², foi lançado pela Prefeitura de Belo Horizonte. No mesmo ano, Goma foi um dos artistas convidados da exposição coletiva *Murro*²²³, no Palácio das Artes, uma instituição pública estadual. Ainda em 2018, ele participou da produção de uma “empena de letras²²⁴” dentro da 3ª edição do Cura - Circuito Urbano de

²²¹Marú foi condenado a três anos e quatro meses de prisão, em regime semiaberto, tendo a pena convertida para restritiva de direitos; Goma, que havia recebido o *habeas corpus* em dezembro de 2016, foi condenado a quatro anos e nove meses de prisão, em regime fechado. No entanto, encontra-se em liberdade. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/justi%C3%A7a-condena-envolvidos-em-picha%C3%A7%C3%A3o-da-igrejinha-da-pampulha-1.1467001>>. Último acesso em 03 de jun de 2019. Não foram encontradas notícias atualizadas sobre a situação de GG.

²²²O nome do projeto faz referência a José Dadrino (1917-1996), que ficou conhecido como “Profeta Gentileza” ao pregar a gentileza como caminho para Deus e remédio contra os males do mundo. Tornou-se famoso, principalmente, pela pintura de 56 pilastras do Viaduto do Caju, no Rio de Janeiro, com várias inscrições em que revelava suas convicções. Em 1997, as inscrições, já desgastadas, foram cobertas com tinta cinza. Em 2000, foram restauradas e tombadas como Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro. A mais famosa das frases do profeta é “gentileza gera gentileza”. Disponível em: <<http://mapagentil.com.br/profeta-gentileza/>> e <<http://www.riocomgentileza.com.br/riocomgentileza.html>>. Último acesso em 03 de jun. de 2019.

²²³Disponível em: <<http://fcs.mg.gov.br/eventos/arteminas-exposicao-murro/>>. Último acesso em 03 de jun. de 2019.

²²⁴Disponível em: <<https://cura.art/portfolio/empenalettras/>>. Último acesso em 03 de jun. de 2019.

Arte, festival de pintura que promove, desde 2017, a pintura em murais e empenas cegas de prédios de Belo Horizonte, com trabalhos de até 1.780m². Esses exemplos deixam ver o quanto o cenário das intervenções gráficas urbanas é atravessado de forma complexa (e muitas vezes opaca) por modulações da arte e da lei que definem as normas a partir das quais os seus autores serão lidos socialmente. Fica evidente, também, que esses enquadramentos não são fixos ou definitivos, o que faz desse um universo inesgotável para a pesquisa.

Dou esta tese por finalizada, inclusive, deixando de fora uma infinidade de outros materiais e discussões possíveis de serem abordadas a partir do mesmo *corpus*. As escolhas feitas aqui visaram dar conta da abordagem da relação desses sujeitos com o contexto de intensificação das ações de combate à prática. No entanto, várias possibilidades de trabalho se abrem a partir daqui, como a questão da representação de pixadores na mídia belo-horizontina; a atuação das pixadoras, minoria nos eventos, nesse universo; um investimento na compreensão dos saberes dos pixadores como constituidores de uma episteme própria, entre outros horizontes possíveis.

No Capítulo 2, mencionei meu desejo de que a tese se aproximasse, tanto quanto possível, do uso menor de uma língua maior para fazer ciência como um cão, ou inventar um mundo no qual um cão faz ciência. Após as reflexões feitas nessas considerações finais, concordo com a provocação que me foi feita por um colega quando apresentei meus primeiros esboços metodológicos no II Diálogos e Convergências - Colóquio Discente do PPGCOM/UFMG. Gustavo me indagou, naquele dia, sobre qual a real possibilidade de escrever como um cão dentro da academia. Para ele, os pixadores é que realizariam tal escrita a partir de suas assinaturas. Não posso discordar.

Finalizo, assim, assumindo que, com minha tese-cão, cheguei mais perto de Mário Quintana que de Deleuze e Guattari:

Subnutrido de beleza, meu cachorro-poema vai farejando poesia em tudo, pois nunca se sabe quanto tesouro andará desperdiçado por aí...
Quanto filhotinho de estrela atirado no lixo! (Mário Quintana)

Fez-se, então, este cachorro-tese, que fareja a resistência em tudo.

REFERÊNCIAS

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para Políticas Públicas*. Brasília: Unesco, BID, 2002.

ABREU, Leandro Pimentel. *O inventário como tática: a fotografia e a poética das coleções*. Tese de Doutorado. Área de concentração: Comunicação Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

ABRIL, Gonzalo. *Cultura visual, de la semiótica a la política*. Madrid: Plaza y Valdes Editores, 2013. P. 163-185.

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: Notas sobre a política*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. *Outra Travessia*, Ilha de Santa Catarina, nº 5, 2º semestre de 2005. p. 9-16.

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. P. 65-79.

AGAMBEN, Giorgio. Uma biopolítica menor. In: *Série Pandemia*. São Paulo, N-1 Edições, 2016.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 10ª ed.

ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. 4ª ed.

BARBOSA, Marialva C. A pluralidade de modelos interpretativos nas Ciências Humanas e o lugar da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo; MOURA, Cláudia Peixoto. (Orgs.). *Pesquisa em Comunicação - Metodologias e Práticas Acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 195-211.

BECKER, Howard S. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRAGA, José Luiz. Aprender metodologia ensinando pesquisa: incidências mútuas entre Metodologia Pedagógica e Metodologia Científica. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo; MOURA, Cláudia Peixoto. (Orgs.). *Pesquisa em Comunicação - Metodologias e Práticas Acadêmicas*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2016. p. 77-98.

BRAGA, José Luiz. Comunicação é aquilo que transforma linguagens. *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 10, n.20, janeiro/junho de 2010 (2010a). p. 41-54.

BRAGA, José Luiz. Dispositivos interacionais. Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós, XX, 2011, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Compós, 2011. Disponível em:

<http://www.compos.org.br/menu_anais.php?idEncontro=MjA=>. Último acesso em 19 de jun. de 2018.

BRAGA, José Luiz. Interagindo com Foucault: os arranjos disposicionais e a Comunicação. Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós, XXVII, 2018, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Compós, 2018.

BRAGA, José Luiz. Nem rara, nem ausente – tentativa. *Matrizes*, São Paulo, Ano 4, n.1, julho/dezembro de 2010 (2010b). p. 65-81.

BRAGA, José Luiz. Uma teoria tentativa. *E-compós - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, Brasília, v.15, n.3, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/811>. Último acesso em 20 de mar. de 2018.

BRUCK, Mozahir S. Palavra: Dispositivo. *Revista Dispositiva*, Belo Horizonte, v.1, n.1, maio-outubro de 2012. p. 39-44. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/2514>>. Último acesso em 31 de mar. de 2019.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, Rodrigo Amaro. *Entre prezas e rolês: pixadores e pixações de/em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado. Área de Concentração: Antropologia Social. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2013a.

CARVALHO, Rodrigo Amaro. Quando as relações se expressam nos muros: pixadores de Belo Horizonte, pixações em Belo Horizonte. *Ponto Urbe* [online], São Paulo, nº13, 2013b. P. 1-17. Disponível em: <<https://pontourbe.revues.org/760>>. Último acesso em 29 de mar. de 2017.

CEARÁ, Alex de Toledo; DALGALARRONDO, Paulo. Jovens pichadores: perfil psicossocial, identidade e motivação. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, nº 19, v.3, julho/setembro de 2008.p. 277-293. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/41964/45632>>. Último acesso em 28 de jul. de 2017.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHAMBERS, Samuel. *The Lessons of Rancière*. New York: Oxford University Press, 2013. P. 112-122.

CHIGNOLA, Sandro. Sobre o dispositivo: Foucault, Agamben, Deleuze. *Caderno IHU Ideias*, São Leopoldo, ano 12, n.214, vol.12, 2014. p. 3-18.

CORRÊA, Laura Guimarães. Escritas urbanas sobre o discurso oficial: imagens e relatos de uma pesquisa. In: FRANÇA, Vera Veiga; SIMÕES, Paula S. (Org.). *O Modelo Praxiológico e os Desafios da Pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 319-338.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? Tradução de Ruy de Souza Dias e Helio Rebello. [Do original: Qu'est-ce qu'un dispositif? *Michel Foucault philosophe*. Rencontre internationale. Paris: Seuil, 1989.] 8 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: Por uma literatura menor*. Trad.: Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. 157p.

DIAS, Lucas Barreto. *O conceito de aparência em Hannah Arendt: do dismantelamento da metafísica à dignidade da política*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Ética e Filosofia Política. Fortaleza: ICA/UFC, 2014. P. 59-86.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 5ª ed. P. 5-70.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 3-48.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1980 (1980a). P. 127-149.

FOUCAULT, Michel. Le jeu de Michel Foucault. ('Entretien sur l'Histoire de la sexualité'). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*, Tome III. Paris: Gallimard, 1994. p. 298-329.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. P. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 3-38; 253-303; 419-488.

FOUCAULT, Michel. The confession of the flesh. In: FOUCAULT, Michel. *Power/Knowledge: Selected interviews and other writings – 1972-1977*. New York: Pantheon Books, 1980 (1980b). p. 194-228.

FRANÇA, Vera V. Discutindo o modelo praxiológico da comunicação: controvérsias e desafios da análise comunicacional. In: FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula [orgs.]. *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018. p. 89-117.

FRANCO, Sérgio Miguel. *Iconografias da metrópole: grafiteiros e pixadores representando o contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. Área de Concentração: Projeto, Espaço e Cultura. São Paulo: FAU/USP, 2009.

GITAHY, Celso. *O que é Graffiti*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

IPEA. *Atlas da Violência 2017*. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30411:atlas-da-violencia&catid=406:relatorio-institucional&directory=1>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

IPEA. *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

KNAUSS, Paulo. *Grafite Urbano Contemporâneo*. In: TORRES, Sônia (org). *Raízes e Rumos*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2001. p. 334-353.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LELO, Thales Vilela; OLIVEIRA, Ana Karina de C.; MARQUES, Ângela C. S. Política, política, estética e cenas dissensuais: desafios impostos à pesquisa em Comunicação no diálogo com Rancière. XXIII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós, 2014, Belém, PA. *Anais* (online). Pará: Compós, 2014. Disponível em: <http://www.compos.org.br/anais_texto_por_gt.php?idEncontro=MjM=>>. Último acesso em 06 de mai. De 2019.

LODI, Maria Inês. *A escrita das ruas e o poder público no projeto Guernica de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Ciências Sociais. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?* São Paulo: Paulus, 2004.

MARQUES, Ângela C. S. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. *Revista Galáxia*, São Paulo, n.22, dez./2011. P. 25-39.

MARQUES, Ângela C. S. Três bases estéticas e comunicacionais da política: cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência. *Revista Contracampo*, Niterói, v. 26, n. 1, abr./2013. P. 126 – 145.

MARQUES, Ângela C. S.; OLIVEIRA, Ana Karina de C. Píxo e cenas dissensuais em Belo Horizonte: antagonismos entre a força da lei e a emergência dos pixadores como sujeitos políticos. *Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 04, 2016. p. 2007-2024. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/22475>>.

MARQUES, Ângela C. S.; PRADO, Marco Aurélio M. *Diálogos e dissidências: Michel Foucault e Jacques Rancière*. Curitiba: Apris Editora, 2018.

METROPOLIS: ASSOCIACIÓN MUNDIAL DE LAS GRANDES METRÓPOLIS. *Estudos comparativos em governança metropolitana - Relatório 2014*. São Paulo: Metropolis Iniciativas, 2014. Disponível em: <https://www.old.metropolis.org/sites/default/files/media_root/publications/estudo_comparativo_em_governanca_metropolitana_por.pdf>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

MITTMANN, Daniel. *O sujeito-pixador: tensões acerca da prática da pixação paulista*. Dissertação de Mestrado. Área de Concentração: Educação. Rio Claro: Instituto de Biociências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2012.

MORICEAU, Jean-Luc. Longe da distância representativa: uma pesquisa que comunica e organiza. In: MARQUES, Ângela C. S.; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; LIMA, Fábila Pereira (orgs.). *Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas*. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017, p. 205-222.

OLIVEIRA, Ana Karina de Carvalho. “Agora é a vez do pixo”: *cenas de dissenso e subjetivação política nas relações entre pixação e arte*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Comunicação e Sociabilidade. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

OLIVEIRA, Ana Karina de Carvalho. Somos todos ‘Piores de Belô’? Desafios na coletivização das demandas de pixadores em situação de injustiça. In: HOMSSI, Aline M. et al (orgs.). *Tempo de rupturas: críticas dos processos comunicacionais*. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

OLIVEIRA, Ana Karina de Carvalho; COELHO, Tamires Ferreira. Apagaram tudo, pintaram tudo de cinza (mais uma vez). In: *GrisLab - Laboratório de Análise de Acontecimentos*. 06 de março de 2017. Disponível em: <<http://grislab.com.br/1860/>>.

OLIVEIRA, Ana Karina de Carvalho; MARQUES, Ângela C. S. Só pode pixar quem não é pixador: artifícios capitalistas de criminalização e capitalização no universo da pixação. *Eco-Pós*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2015, p. 126-137. Disponível em: <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2498/2351>.

PANAGIA, Davide. Dissenting words: a conversation with Jacques Rancière. *Diacritics*, Baltimore, v.30, n.2, 2000, p. 113-126.

PANAGIA, Davide. *Rancière Sentiments*. Durham and London: Duke University Press, 2018.

PELBART, Peter Pál. Poder sobre a vida, potência da vida. *Revista Lugar Comum*, nº17, jun./2008. p. 33-43

PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... *Saúde Soc.* São Paulo, v.24, supl.1, 2015. p. 19-26

PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

PEQUENO JÚNIOR, José Eronides de Sousa. *Ação política e aparência em Hannah Arendt*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Ciência Política. Belém: IFCH/UFPA, 2011. P. 14-68.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. *De rolê pela cidade: os pixadores em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Antropologia Social. São Paulo: USP, 2005.

PIRES, Alan O. S. Escritas urbanas e apropriação da cidade. *Temporalidades* - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, Belo Horizonte, v. 6, Suplemento, 2014. p. 89-97.

QUERÉ, Louis. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. In: FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula [orgs.]. *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018. p. 15-48.

RANCIÈRE, Jacques. *Aisthesis: Escenas del régimen estético del arte*. Buenos Aires: Manantial, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. Trad.: Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível. Estética e política*. Trad. Mônica costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009a.

RANCIÈRE, Jacques. A poética do saber. Sobre os nomes da história. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, Santa Catarina, vol. 1, n.15, outubro/2010a. p. 33-43.

RANCIÈRE, Jacques. Biopolítica ou política? Trad. Edécio Mostaço. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, Santa Catarina, vol. 1, n.15, outubro/2010b. p. 75-79.

RANCIÈRE, Jacques. *El método de la igualdad. Conversaciones con Laurent Jeanpierre y Dork Zabunyan*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *La méthode de la scène. Entretien avec Adnen Jdey*. Paris: Lignes, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *La noche de los proletários: archivos del sueño obrero*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010c.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. Política e Filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Trad. Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. P. 55-82.

RANCIÈRE, J. The method of equality: an answer to some questions. In: ROCKHILL, G.; WATTS, P. (eds.). *Jacques Rancière: History, Politics, Aesthetics*. Durham and London: Duke University Press, 2009b, p. 273-288.

ROSS, Alison. Expressivity, literarity, mute speech. In: DERANTY, Jean-Philippe (org.). *Jacques Rancière: Key Concepts*. London: Taylor & Francis, 2010. P. 133-150.

SALOMÃO, Mozahir; JESUS, Eduardo de. Entrevista com José Luiz Braga. *Dispositiva*, Belo Horizonte, v.1, n.1, maio/outubro de 2012. p. 29-38.

SCHECHNER, Richard. A rua é o palco. In: LIGIÉRO, Zeca (org.). *Performance e antropologia de Richard Schechner*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012a. p. 155-198.

SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance. Hidden Transcripts*. Londres: Yale University Press, 1990.

SOARES, Felipe Bernardo Furtado. *Nóis pixa, você pinta, vamos ver quem tem mais tinta: direito à cidade e resistência nos espaços urbanos*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Direito. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

SOARES, Flávia Cristina. A pixação dos jovens no Conjunto Taquaril. *Prelúdios*, Salvador, v.2, nº2, jan./jun. 2014. P. 97-110. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/14205/9823>>. Último acesso em 19 de abr. de 2017.

SOARES, Flávia Cristina. Pixação em Belo Horizonte: identidade e transgressão como apropriação do espaço urbano. *Ponto Urbe* [online], São Paulo, nº12, 2013. P. 1-16. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/565>>. Último acesso em 29 de mar. de 2017.

SOUTO, Mariana. *Infiltrados e invasores: uma perspectiva comparada sobre as relações de classe no cinema brasileiro contemporâneo*. Tese de Doutorado. Área de concentração: Comunicação e Sociabilidade. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

TASSIN, Etienne. *De la subjetivación política*. Althusser, Rancière, Foucault, Arendt, Deleuze. *Revista de Estudios Sociales*, n.43, 2012, p. 36-49.

TURNER, Victor. *O processo ritual. Estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. P. 97-126.

VIANA, Maria Luiza, BAGNARIOL, Piero. História recente do graffiti. In: *Guia Ilustrado de Graffiti e Quadrinhos*. Belo Horizonte: Fapi, 2004.

VIEGAS, Glauce Cristina F. S.; SARAIVA, Luiz Alex S. Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. *RAM - Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v.16, nº5, setembro/outubro, 2015. P. 68-94. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/6896>>. Último acesso em 22 de mar. de 2017.

YAMAMOTO, Eduardo Y. Desentranhar o comunicacional: a Comunicação segundo José Luiz Braga. *Questões Transversais*, São Leopoldo, v.1, n.2, julho/dezembro de 2013. p. 100-106.

Músicas e vídeos

ANUNCIE AQUI. Direção de *Sem Rosto*. Belo Horizonte: Sem Rosto, 2005. Documentário (22 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BWy6GBg_FAc>. Último acesso em 02 de jun. de 2019.

CIDADE CINZA. Direção de Marcelo Mesquita e Guilherme Valiengo. São Paulo: Espaço Filmes, 2013. Documentário. (80 min).

CULTURA DE RUA NO CAFÉ CONTROVERSO (VÍDEO COMPLETO) - ESPAÇO DO CONHECIMENTO UFMG (BH/MG). Belo Horizonte: CulturaDeRua UFMG, 2014. Vídeo. (134 min.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vT16nu062l4&t=1s>>. Último acesso em 03 de dez. de 2018.

DEPOIMENTO GOMA - O CASO DOS PIORES. Belo Horizonte: CulturaDeRua UFMG, 2015. Vídeo. (6 min.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kDJOzXidxZc&t=1s>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

DEPOIMENTO SADOK - O CASO DOS PIORES. Belo Horizonte: CulturaDeRua UFMG, 2015. Vídeo. (5 min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0Vn_A2FR1wc&t=1s>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

HABEAS CORPUS. Belo Horizonte: Pixo Livre, 2016. Vídeo. (11 min.) Disponível em: <<https://www.facebook.com/pixelivre/videos/1301269189936463/>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

KROIF. *Essa é minha vida*. Belo Horizonte: 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5FCX0B2L9gc>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

LUZ, CÂMERA, PICHAÇÃO. Direção de Gustavo Coelho, Marcelo Guerra e Bruno Caetano. Rio de Janeiro: Coletivo Have a Nietzsche Day, 2011. Documentário. (102 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b_MB_CmhjUQ&t=208s>. Último acesso em 03 de jan. de 2019.

PIXOÇÃO 2 - VERSÃO FESTIVAL. Direção de Bruno de Jesus Rodrigues. São Paulo: Studio 13, 2014. Documentário. (20 min.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9Mh9IMd5zl4>>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

QUADRILHA DO PIXO BH! Belo Horizonte: Pixo Livre, 2016. Vídeo. (1 min. e 47 seg.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dn0kuQstsOQ>>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

QUADRILHA DO PIXO! SÁBADO NA FUNARTE. Belo Horizonte: Pixo Livre, 2016. Vídeo. (58 seg.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ru4X2R1w5dE>>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

QUADRILHA DO PIXO! 04/06 NA FUNARTE. Belo Horizonte: Pixo Livre, 2016. Vídeo. (37 seg.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Sou8O8q-ONA>>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

SOMOS TODOS ARTE DE RUA. Belo Horizonte: Xpray Graffiti, 2016. Vídeo. (6 min.). Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=1183110298401833>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

VIVA O PIXO. Belo Horizonte: p. drão vídeo clipes, 2016. Vídeo. (5 min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4a8wR_UtElo>. Último acesso em 26 de abr. de 2019.

Matérias jornalísticas e outros conteúdos online

ARAÚJO, Alex. *Além de sujarem imóveis, pichadores desafiam a polícia em Belo Horizonte*. G1, Belo Horizonte, 14 de maio de 2013. Minas Gerais. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/05/alem-de-sujarem-imoveis-pichadores-desafiam-policia-em-belo-horizonte.html>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

ATHIE, Joyce. *'Telas Urbanas' prevê intervenções artísticas na região da Pampulha*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 13 de julho de 2017. Magazine. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/telas-urbanas-prev%C3%AA-interven%C3%A7%C3%B5es-art%C3%ADsticas-na-regi%C3%A3o-da-pampulha-1.1068979>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

BELO HORIZONTE. LEI Nº 6387, DE 30 DE AGOSTO DE 1993. Belo Horizonte, MG, ago. de 1993. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1993/639/6387/lei-ordinaria-n-6387-1993-estabelece-normas-para-a-comercializacao-de-tintas-em-recipientes-de-spray?q=6387>>. Último acesso em 30 de mai. de 2019.

BELO HORIZONTE. LEI Nº 6995, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1995. Belo Horizonte, MG, nov. de 1995. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1995/699/6995/lei-ordinaria-n-6995-1995-proibe-a-pichacao-no-ambito-do-municipio-1995-11-22.html>>. Último acesso em 30 de mai. de 2019.

BELO HORIZONTE. LEI Nº 10.059, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010. Belo Horizonte, MG, dez. de 2010. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1049831>>. Último acesso em 30 de mai. de 2019.

BRAGA, Ana Paula. *Jovens pichadores são flagrados no Centro de BH*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 10 de março de 2012. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/jovens-pichadores-são-flagrados-no-centro-de-bh-1.395720>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

BRANT, Ana Clara. *Segunda fase do projeto 'Telas Urbanas' espalha painéis e pinturas em áreas de grande circulação da cidade*. Portal Uai, Belo Horizonte, 11 de abril de 2016. E-mais. Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2016/04/11/noticia-e-mais,178939/segunda-fase-do-projeto-telas-urbanas-espalha-paineis-e-pinturas-em.shtml>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

BRASIL. LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995. Brasília, DF, set. de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm#art61>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

BRASIL. LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Brasília, DF, fev. de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm#art65>. Último acesso em 29 de abr. de 2019.

BRASIL. LEI Nº 12.408, DE 25 DE MAIO DE 2011. Brasília, DF, mai. de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112408.htm>. Último acesso em 29 de abr. de 2019.

BUZATTI, Lucas. *O Goma decidiu parar de pichar*. Vice, Belo Horizonte, 13 de janeiro de 2017. Entrevista. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/goma-entrevista-2017>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

CAETANO, Carolina. “*Grafitreiro*” testa spray pichando banca de revistas no centro de BH. O Tempo (online), Belo Horizonte, 09 de janeiro de 2014. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/grafiteiro-testa-spray-pichando-banca-de-revistas-no-centro-de-bh-1.770699>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

CAMILO, José Vítor. *Grupo manifesta contra prisão de pichadores em BH*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 05 de maio de 2019. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/grupo-manifesta-contra-prisao-de-pichadores-em-bh-1.1292949>>. Último acesso em 04 de jan. de 2019.

CARVALHAES, Clarissa. *Vândalos picham Igrejinha da Pampulha durante a madrugada desta segunda*. Hoje em Dia (online), Belo Horizonte, 21 de março de 2016. Horizontes. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/vandalos-picham-igrejinha-da-pampulha-durante-a-madrugada-desta-segunda-1.360859>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

CDL-BH. *Olho Vivo*. Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte, Belo Horizonte. Nossas conquistas. Disponível em: <http://www.cdlbh.com.br/portal/353/Nossas_Conquistas/Olho_Vivo>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

CRUZ, Luana; SILVA, Cristiane. *Complexo de Viadutos José Alencar é inaugurado em BH*. Estado de Minas (online), Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2011. Gerais. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/12/12/interna_gerais,266951/complexo-de-viadutos-jose-alencar-e-inaugurado-em-bh.shtml>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

DA REDAÇÃO. *MPMG reafirma atuação contra pichadores e danos ao patrimônio*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 09 de maio de 2016. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/mpmg-reafirma-atuacao-contra-pichadores-e-danos-ao-patrimonio-1.1295974>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

DA REDAÇÃO. *Pichador da igrejinha da Pampulha tem habeas corpus negado pelo STF*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 03 de novembro de 2016. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/pichador-da-igrejinha-da-pampulha-tem-habeas-corpus-negado-pelo-stf-1.1310940>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

DECLERCQ, Marie. *Belo Horizonte declarou guerra ao pixo*. Vice, Belo Horizonte, 23 de junho de 2015. Notícias. Disponível em: <http://www.vice.com/pt_br/read/belo-horizonte-declarou-guerra-ao-pixo>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

DO VALE, Ailton. *Justiça condena envolvidos em pichação da igreja da Pampulha*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 28 de abril de 2017. Cidades. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/justi%C3%A7a-condena-envolvidos-em-picha%C3%A7%C3%A3o-da-igreja-da-pampulha-1.1467001>>. Último acesso em 03 de jun de 2019.

EMERICH, Danilo. *Preso por pichar banca alega que estava “testando” spray*. Hoje em Dia (online), Belo Horizonte, 09 de janeiro de 2014. Horizontes. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/preso-por-pichar-banca-alega-que-estava-testando-spray-1.233140>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

FERREIRA, Débora. *Belo Horizonte vai ganhar delegacia especializada no combate à pichação*. Itatiaia (online), Belo Horizonte, 20 de junho de 2016. Mais notícias. Disponível em: <<http://www.itatiaia.com.br/noticia/belo-horizonte-vai-ganhar-delegacia-especializada-no-combate-a-pichacao>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

FERREIRA, Gustavo. *A festa da Quadrilha do Pixo*. Vice, Belo Horizonte, 17 de junho de 2016. Notícias. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/xyqp5z/quadrilha-do-pixo-belo-horizonte>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

FRAZÃO, Aline. *Ato em BH critica criminalização da pichação e impunidade da Samarco*. Jornalistas Livres, Belo Horizonte, 05 de maio de 2016. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/ato-em-bh-critica-criminalizacao-da-pichacao-e-impunidade-da-samarco/>>. Último acesso em 05 de jan. de 2019.

FERREIRA, Pedro. *Juiz determina tornozeleira eletrônica para pichador da igreja da Pampulha*. Estado de Minas (online), Belo Horizonte, 03 de novembro de 2016. Gerais. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/11/03/interna_gerais,820725/juiz-determina-tornozeleira-eletronica-para-pichador-da-igreja-da-p. shtml>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

G1. *Projeto ‘Telas Urbanas’ quer diminuir as pichações em BH por meio da arte*. G1, Belo Horizonte, 21 de julho de 2017. Minas Gerais. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/07/projeto-telas-urbanas-quer-diminuir-pichacoes-em-bh-atraves-da-arte.html>>. Último acesso em 31 de julho de 2019.

GALDINO, Renata. *Pichação terá boletim de ocorrência pela internet*. Hoje em Dia (online), Belo Horizonte, 21 de outubro de 2014. Horizontes. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/cidades/pichacao-terá-boletim-de-ocorrência-pela-internet-1.280901>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

HOJE EM DIA. *Colombianos irregulares são presos pichando prédios no Centro de BH*. Hoje em Dia (online), Belo Horizonte, 02 de maio de 2014. Horizontes. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/colombianos-irregulares-são-presos-pichando-prédios-no-centro-de-bh-1.256594>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

HOJE EM DIA. *Lacerda quer criar delegacia especializada para punir sujões*. Hoje em Dia (online), Belo Horizonte, 09 de março de 2015. Horizontes. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/lacerda-quer-criar-delegacia-especializada-para-punir-sujões-1.298082>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

HOJE EM DIA. *Plano de Lacerda norteia políticas públicas para BH até 2030*. Hoje em Dia (online), Belo Horizonte, 08 de junho de 2016. Política. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/pol%C3%ADtica/plano-de-lacerda-norteia-pol%C3%ADticas-p%C3%ABlicas-para-bh-at%C3%A9-2030-1.390163>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

HOJE EM DIA. *Polícia Civil lança aplicativo para registros simples de ocorrências*. Hoje em Dia (online), Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2015. Horizontes. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/polícia-civil-lança-aplicativo-para-registros-simples-de-ocorrências-1.292214>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

LAGÔA, Tatiana; LORENTZ, Jefferson. *Pichadores são denunciados por formação de quadrilha*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 24 de agosto de 2010. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/pichadores-são-denunciados-por-formação-de-quadrilha-1.231734>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

MARTINS, Tábata. *Serraria Souza Pinto vira alvo de pichações*. Hoje em Dia (online), Belo Horizonte, 10 de março de 2014. Horizontes. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/serraria-souza-pinto-vira-alvo-de-pichações-1.246730>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

MATTOS, Litza. *MPMG pede R\$ 10 mi de 'Pixadores de Elite'*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 14 de junho de 2015. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/mpmg-pede-r-10-mi-de-pixadores-de-elite-1.1054817>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

NETTO, Paulo Roberto. *STJ revoga prisão de suspeito de pichação da Igreja da Pampulha*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 03 de novembro de 2016. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/stj-revoga-prisão-de-suspeito-de-pichação-da-igreja-da-pampulha-1.1394628>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

NUNES, Anna Flávia. *Mutirão limpa pichações no Complexo da Lagoinha*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 29 de mai. de 2010. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/mutirão-limpa-pichações-no-complexo-da-lagoinha-1.491578>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

OLIVEIRA, Natália. *Justiça condena líder e um membro de grupo 'Pixadores de Elite'*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 13 de abril de 2014. Cidades. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/justi%C3%A7a-condena-1%C3%ADder-e-um-membro-de-grupo-pixadores-de-elite-1.1278496>>. Último acesso em 05 de jan. de 2019.

OLIVEIRA, Natália. *MP expede recomendação para PBH adotar medidas de combate à pichação*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 5 de outubro de 2015. Cidades. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/mp-expede-recomenda%C3%A7%C3%A3o-para-pbh>>

adotar-medidas-de-combate-%C3%A0-picha%C3%A7%C3%A3o-1.1130939>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

O TEMPO. *Alunos, pais e moradores promovem mais uma ação de despiche em BH*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 26 de ago. de 2010. Cidades. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/alunos-pais-e-moradores-promovem-mais-uma-ação-de-despiche-em-bh-1.482354>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

O TEMPO. *Moradores se unem para limpar muros pichados do Cachoeirinha*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 21 de ago. de 2010. Cidades. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/moradores-se-unem-para-limpar-muros-pichados-no-cachoeirinha-1.231760>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

O TEMPO. *Moradores se unem por uma BH mais limpa*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 26 de jun. de 2010. Cidades. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/moradores-se-unem-por-uma-cidade-mais-limpa-1.236350>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

PACELLI, Shirley. *Pichação em debate na Faculdade de Direito da UFMG*. Portal Uai, Belo Horizonte, 16 de maio de 2014. E-mais. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2014/05/16/noticia-e-mais,154708/pichacao-em-debate-na-faculdade-de-direito-da-ufmg.shtml>>. Último acesso em 15 de fev. de 2019.

PARREIRAS, Mateus. *Três anos depois do rompimento da barragem do Fundão, o pesadelo continua*. Estado de Minas (online), Belo Horizonte, 04 de novembro de 2018. Gerais. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/11/04/interna_gerais,1002816/3-anos-apos-rompimento-da-barragem-do-fundao-o-pesadelo-continua.shtml>. Último acesso em 04 de jan. de 2019.

PENNA, Fernanda. *Pichador é flagrado por câmeras e acaba preso no centro da capital*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 31 de março de 2010. Cidades. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/pichador-é-flagrado-por-câmeras-e-acaba-preso-no-centro-da-capital-1.459664>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

PENNA, Fernanda. *Polícia prende pichadores em BH com a ajuda da internet*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 30 de junho de 2009. Cidades. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/pol%C3%ADcia-prende-pichadores-em-bh-com-a-ajuda-da-internet-1.545687>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

RAMOS, Raphael. *BH fecha o cerco contra pichadores e prende nove*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 30 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/bh-fecha-o-cerco-contr-pichadores-e-prende-nove-1.263161>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

RAMOS, Raquel; FONSECA, Renato. *Obras para o Iate Tênis Clube se adequar ao conjunto arquitetônico da Pampulha são de R\$ 20 mi*. Hoje em Dia (online), Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2016. Horizontes. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/obras-para-o-iate-t%C3%AAnis-club-se-adequar-ao-conjunto-arquitet%C3%B4nico-da-pampulha-s%C3%A3o-de-r-20-mi-1.355589>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

RODRIGUES, Tereza. *Cerco se fecha aos pichadores*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 19 de junho de 2010. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/cerco-se-fecha-aos-pichadores-1.236930>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS DE BELO HORIZONTE. PORTARIA Nº 088/2015. Belo Horizonte, MG, out. de 2015. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1151064>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

SILVA, Cristiane. *Homem e adolescente são detidos por pichação em banca de jornais no Centro*. Estado de Minas (online), Belo Horizonte, 09 de janeiro de 2014. Gerais. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/01/09/interna_gerais,486138/homem-e-adolescente-sao-detidos-por-pichacao-em-banca-de-jornais-no-centro.shtml>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

SILVA, Cristiane. *Ocorrências de pichação e danos a imóveis poderão ser registradas pela internet*. Estado de Minas (online), Belo Horizonte, 21 de outubro de 2014. Gerais. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/10/21/interna_gerais,581702/ocorrencias-de-pichacao-e-danos-a-imoveis-poderao-ser-registradas-pela-internet.shtml>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

SILVA, Cristiane; PARANAÍBA, Guilherme. *Polícia apreende material em loja de suspeito de pichações em BH*. Estado de Minas (online), Belo Horizonte, 07 de abril de 2016. Gerais. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/04/07/interna_gerais,750968/policia-apreende-material-em-loja-de-suspeito-de-pichacoes-em-bh.shtml>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

SOARES, Felipe B. F.; SABINO, Guilherme G.; SOARES, Lucas E. F. *Lawfare contra os pixadores em Belo Horizonte em três atos*. Justificando, São Paulo, 5 de dezembro de 2016. Artigos. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2016/12/05/lawfare-contra-os-pixadores-em-belo-horizonte-em-tres-atos/>>. Último acesso em 04 de jan. de 2019.

SOARES, Mábila. *Presos jovens flagrados pelas câmeras do Olho Vivo pichando monumentos em BH*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2011. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/presos-jovens-flagrados-pelas-câmeras-do-olho-vivo-pichando-monumentos-em-bh-1.426643>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

SUAREZ, Joana. *Apesar de programas, crimes continuam*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 14 de dez. de 2015. Política. O Tempo (online), Belo Horizonte, 10 de mar. de 2015. Política. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/apesar-de-programa-crimes-continuam-1.1006246>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

TEIXEIRA, Tâmara. *'BH está sendo prejudicada por algo um tanto mesquinho', diz Lacerda*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 14 de dez. de 2015. Política. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/bh-est%C3%A1-sendo-prejudicada-por-algo-um-tanto-mesquinho-diz-lacerda-1.1190347>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

TIBURI, Márcia. *Luz, câmera, pichação*. Cult (online), São Paulo, 30 de abril de 2012. Colunistas. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/luz-camera-pichacao/>>. Último acesso em 02 de jan. de 2019.

TINOCO, Dandara. *Relatório de ONG condena violência policial e prisões desumanas no Brasil*. O Globo (online), São Paulo, 31 de mai. de 2019. Sociedade. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/relatorio-de-ong-condena-violencia-policial-prisoes-desumanas-no-brasil-15181088>>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

VALE, João Henrique do. *Belo Horizonte receberá novas câmeras do Olho Vivo, mas só a partir de abril*. Estado de Minas (online), Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2016. Gerais. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/02/18/interna_gerais,735270/belo-horizonte-recebera-novas-cameras-do-olho-vivo-mas-so-a-partir-de.shtml>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

VIEGAS, Fernanda; CAZETTA, Jhonny. *PM realiza operação para combater 'pichadores de elite' da RMBH*. Jornal O Tempo (online), Belo Horizonte, 27 de maio de 2015. Cidades. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/pm-realiza-opera%C3%A7%C3%A3o-para-combater-pichadores-de-elite-da-rmbh-1.1045786>>. Último acesso em 03 de jan. de 2019.

VIEGAS, Fernanda; LACERDA, Nathália; EMERICH, Danilo. *Pichador de igreja da Pampulha tem prisão preventiva decretada*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 07 de março de 2016. Cidades. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/pichador-de-igreja-da-pampulha-tem-pris%C3%A3o-preventiva-decretada-1.1274838>>. Último acesso em 05 de jan. de 2019.

WERNECK, Gustavo; PARAÍBA, Guilherme. *Crianças e artistas abraçam igreja da Pampulha em repúdio à pichação*. Estado de Minas (online), Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2011. Gerais. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/28/interna_gerais,747777/criancas-e-artistas-abracam-igreja-da-pampulha-em-repudio-a-pichaca.shtml>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.

WIKIPÉDIA. *Argos Panoptes*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Argos_Panoptes>. Último acesso em 31 de mai. de 2019.